

NUESTRA AMERICA

pesquisas e trajetórias
em História das Américas



CARLOS PRADO
CLEVERSON RODRIGUES DA SILVA
FÁBIO DA SILVA SOUSA
JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ
(Orgs.)



Carlos Prado

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor e pesquisador do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e do “Grupo de Pesquisa Marx e a Filosofia Política”.



Cleverson Rodrigues da Silva

Doutor em História (UNISINOS). Professor e pesquisador nos cursos de História Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA).

NUESTRA AMERICA

**PESQUISAS E TRAJETÓRIAS
EM HISTÓRIA DAS AMÉRICAS**

NUESTRA AMERICA

**PESQUISAS E TRAJETÓRIAS
EM HISTÓRIA DAS AMÉRICAS**

**CARLOS PRADO
CLEVERSON RODRIGUES DA SILVA
FÁBIO DA SILVA SOUSA
JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ
(Orgs.)**

2024 by Editora EduFatecie
Copyright do Texto © 2024 Os autores
Copyright © Edição 2024 Editora EduFatecie

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora EduFatecie. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

N964 Nuestra América: pesquisas e trajetórias em história das Américas / Carlos Prado... [et al.]. Paranavai: EduFatecie, 2024. 253 p. : il. Color.

ISBN Digital 978-65-80055-81-4
ISBN Físico 978-65-80055-85-2
DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica>

1. América – História. 2. História – América Latina. I. Prado, Carlos. II. Silva, Cleverton Rodrigues da. III. Sousa, Fábio da Silva. IV. Fernández, Jorge Christian. V. Centro Universitário UniFatecie.

CDD : 23 ed. 970

Catalogação na publicação: Zineide Pereira dos Santos – CRB 9/1577



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).



Unidade III: BR 376, km 102 -
Paranavai-PR
(Saída para Nova Londrina)
(55) (44) 3045 9898 / (55) (44)
99976-2105
www.unifatecie.edu.br



EXPEDIENTE:

Diretor Geral: Prof. Me. Gilmar de Oliveira
Diretor de Ensino: Prof. Me. Daniel de Lima
Diretor Financeiro: Prof. Eduardo Luiz Campano Santini
Diretor Administrativo: Prof. Me. Renato Valença Correia
Secretário Acadêmico: Tiago Pereira da Silva
Coord. de Ensino, Pesquisa e Extensão da CONPEX: Prof. Dra. Luciana Moraes Silva
Coord. Adjunta de Ensino – Prof. Me. Flávio Fraquetta
Coord. Adjunta Pesquisa - Prof. Dr. Layon Zafra Lemos
Coord. Adjunta Extensão - Prof. Dra. Adriana Aparecida Rodrigues
Coordenador NEAD - Núcleo de Educação a Distância: Prof. Me. Jorge Luiz Garcia Van Dal

EQUIPE EXECUTIVA:

Editora-chefe:
Prof.ª Dr.ª Denise K. Sbardelotto
Editor-adjunto:
Prof. Daniel de Lima
Revisão de Texto:
Judith Aparecida de Souza Bedê
Projeto Gráfico/Design/
Diagramação: Lorena G. D. Leal
Setor Técnico:
Fernando Barbosa – Especialista

Controle Financeiro:

Eduardo Luiz Campano Santini
Assessoria Jurídica:
Prof. Leticia Baptista Rosa
Biblioteca:
Tatiane Viturino de Oliveira
Secretária:
Yasmin Cristina de Miranda Andretta
www.unifatecie.edu.br/editora
edufatecie@fatecie.edu.br

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Dra. Adriana A. Rodrigues
Prof. Dra. Alba Materezi
Prof. Dra. Ana Claudia B. S. Cimardi
Prof. Dr. Arthur R. do Nascimento
Prof. Dra. Carolina Moser Paraiso
Prof. Dr. Cleder Mariano Belieri
Prof. Me. Daniel de Lima
Prof. Dra. Denise K. Sbardelotto
Prof. Dr. Fernando H. Villwock
Prof. Dra. Hãmara M. de S. Zaniboni

Prof. Dra. Heloá C. Borim Christinelli
Prof. Dr. Heraldo Takao Hashiguti
Prof. Dra. Jaqueline de C. Rinaldi
Prof. Dr. Jeferson de Souza Sá
Prof. Dra. Judith Aparecida de S. Bedê
Prof. Dr. Julio Cesar T. Colella
Prof. Dra. Kelry Mayara da Silva
Prof. Dra. Lais S. C. Mantovani
Prof. Dr. Layon Zafra Lemos
Prof. Dra. Leticia Baptista Rosa

Prof. Dra. Leticia Jallou Guimaraes
Prof. Dr. Lucas Henrique M. da Silva
Prof. Dra. Luciana Moraes Silva
Prof. Dra. Lyvia Eloiza de F. Meirelles
Prof. Dra. Nathally Claudiane de S. Santos
Prof. Dra. Neiriele Bruschi Montana
Prof. Dra. Nelma S. R. de Araújo
Prof. Dr. Renã Moreira Araújo
Prof. Dr. Ronan Yuzo Takeda Violin
Prof. Dra. Ticiania Petean Pina

1ª Edição Ebook: maio de 2024.
Paranavai – Paraná – Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PARTE I - O SÉCULO XIX: DIÁLOGOS, HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA	14
LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA PARAGUAY Y LA CRISIS ALGODONERA UN ACERCAMIENTO A LA “COARTADA EGIPCIA” <i>Esteban Chiaradía</i> DOI: https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap1	15
PARTE II - O SÉCULO XX: MEMÓRIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE	39
A AMÉRICA LATINA E A “QUESTÃO COLONIAL” NAS TESES DA INTERNACIONAL COMUNISTA (1921-1928) <i>Carlos Prado</i> DOI: https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap2	40
CUBA EN LA AGENDA EXTERIOR DE LA ITALIA FASCISTA (1922-1941) <i>Alberto Consuegra Sanfiel</i> DOI: https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap3	70
LA POLÍTICA DE ASILO DIPLOMÁTICO DE LA JUNTA DE GOBIERNO DE VENEZUELA EN CUBA (1958-1959) <i>Mario Ayala</i> <i>Roberto García Ferreira</i> DOI: https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap4	95

**“COMO ESQUECER-TE, VELHA PASSO FUNDO”:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM SEQUESTRO DA “OPERAÇÃO
CONDOR” NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL, 1978** **120**
Jorge Christian Fernández

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap5>

**PARTE III - O SÉCULO XX E XXI:
IMAGENS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE** **150**

**FOTÓGRAFOS E FOTOGRAFIA DOCUMENTAL
NO CHILE DA UNIDADE POPULAR** **151**
Carlos Alberto Sampaio Barbosa

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap6>

**ARCO-ÍRIS SEM FRONTEIRA NOS ANOS DE CHUMBO:
RESISTÊNCIAS, AMORES, LIBERDADES E TESÃO
DO UNIVERSO GAY LATINO-AMERICANO NAS PÁGINAS
DO PERIÓDICO O LAMPIÃO DA ESQUINA (1970-1980)** **170**
Geiselly Marçal da Silva Leão
Fábio da Silva Sousa

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap7>

**O PROJETO EDUCACIONAL DA ITAIPU BINACIONAL
PARA A MARGEM DIREITA PARAGUAIA (1974-1985)** **195**
Denise Kloeckner Sbardelotto
André Paulo Castanha

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap8>

**EL REENCANTAMIENTO TRAVESTI.
ARTE Y RELIGIOSIDAD EN BUENOS AIRES** **225**
Drx. Patricia Fogelman

DOI: <https://doi.org/10.33872/nuestraamerica.cap9>

SOBRE OS AUTORES **250**

“Nuestras clases dominantes han procurado siempre que los trabajadores no tengan historia, no tengan doctrina, no tengan héroes y mártires. Cada lucha debe empezar de nuevo, separada de las luchas anteriores: la experiencia colectiva se pierde, las lecciones se olvidan. La historia parece así como propiedad privada cuyos dueños son los dueños de todas las otras cosas.”

Rodolfo Walsh (1927-1977)¹

Apresentação

A quem pertence a história? Essa pergunta pode parecer um tanto estranha, quiçá até banal ou descabida, em um primeiro olhar, mas ela encerra diversas questões subjacentes. O senso comum geralmente nos diz que a *História* (assim, com maiúscula, para dar-lhe um caráter solene) “é escrita pelos vencedores” (o que, às vezes, não está de todo equivocado...), pois são eles quem narram os fatos e feitos do passado e os escrevem (ou pagam alguém que o faça) para que estes acontecimentos sejam contados de acordo com suas vontades e interesses particulares. A epígrafe acima nos interpela a pensar que, se a *História* é narrada e escrita (historiografia) conforme os interesses das classes e grupos dominantes, então ela se tornaria também uma espécie de ‘propriedade privada’ imaterial onde a versão que é registrada do passado visaria o benefício daqueles extratos sociais que detêm o controle político, econômico, etc. Ou seja, nesse aspecto destacado pelo argentino Rodolfo Walsh, a *História* e a historiografia feitas *desde cima* se configuram em mais uma ferramenta ideológica da manutenção dos mecanismos de dominação e exploração que garantem a propriedade privada desses setores dominantes.

Neste sentido, cabe pensar então que haveria *outra(s)* história(s), histórias não devidamente contadas, ocultas e/ou propositalmente esquecidas e apagadas, que seriam fruto de um longo processo de lutas sociais e políticas. Essa *outra* história (em minúscula, para distingui-la daquela, onipotente, com maiúscula...), em contrapartida a uma *História dos proprietários* (“y de los dueños de todas las otras cosas”), seria

¹ Escritor, jornalista investigativo e histórico militante político argentino assassinado em 24 de março de 1977, em Buenos Aires, após ser perseguido por unidades repressivas da ditadura de Segurança Nacional que comandou o país de 1976 a 1983.

uma história *popular*, subalterna e reveladora das contradições sociais, dos movimentos rebeldes, dos excluídos e esquecidos pela ‘História com maiúscula’. Uma história *de los de abajo*, gestada no bojo do inconformismo, das resistências e conflitos em prol de projetos de sociedades mais humanas e igualitárias.

Academicamente falando, sabemos que a história, enquanto disciplina e campo de estudo, é algo extremamente complexo, multifacetado e que vai muito além dos discursos e das narrativas oficiais que vem a público. Segundo Eric J. Hobsbawm², na primeira metade do Século XX, graças aos aportes da teoria social marxista ao campo da ciência histórica, já podia ser notada uma maior preocupação dos historiadores em relação às questões socioeconômicas, bem como a análise da realidade material para explicar os movimentos da história.

De acordo com Claus M. Germer³, para Marx o movimento da matéria (o concreto, o real, em oposição ao idealismo reinante do Século XIX) significava transformação, de forma e de conteúdo. E, para que esta matéria se transformasse de forma contínua, deveria haver algo que gerasse esse movimento. No caso, o que gerava esse movimento na história eram as contradições internas das sociedades humanas. Ou seja, para poder entender as causas dos movimentos na história se fazia necessário identificar as contradições que os impulsionaram. E nas sociedades humanas estas contradições se encontram justamente na forma em que os homens organizam o trabalho e sua organização social decorrente (Modo de Produção), o que deu origem à formulação clássica do modelo teórico da base econômica e da superestrutura que a contém.

Hobsbawm⁴ afirma que este modelo teórico-explicativo foi um dos principais aportes de Marx para a história e as ciências sociais em geral. Além disso, para o historiador inglês, o materialismo histórico sempre destacou a importância da existência de uma estrutura social (classes) com sua dinâmica interna de mudança (luta de classes). Ou seja, explicava porque e como as sociedades mudavam e se transformavam ao longo do tempo, conferindo historicidade a esses movimentos da história. Assim, o materialismo histórico se contrapôs eficazmente

2 HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 157.

3 GERMER, Claus M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista* n.29, p.75-95, 2009, p. 77.

4 HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 162.

ao positivismo dos eruditos, mas pomposos e vazios, historiadores acadêmicos da centúria anterior.

Já na segunda metade do Século XX, com a revolução na historiografia vinda tanto da Escola dos *Annales* francesa, como dos neomarxistas britânicos, a história e suas múltiplas escritas, tal como é desenvolvida por historiadores profissionais, tem passado a incluir, cada vez mais, grupos e classes tradicionalmente marginalizadas e excluídas. A história deixou, paulatinamente, de ser a narrativa hegemônica dos vencedores e dos detentores do poder político e econômico.

Contudo, ainda hoje a história, suas versões e suas escritas, continuam sendo, essencialmente, um campo em disputas, ou parafraseando o historiador italiano Enzo Traverso⁵, um autêntico campo de batalha. Um espaço onde se confrontam e entre mesclam diversas visões de mundo, percepções e identidades (políticas, culturais, religiosas, etc...), sensibilidades e subjetividades aos contextos e acontecimentos concretos, modelando e esculpindo distintos discursos históricos. Embora este debate tenha se centrado na academia europeia, a questão transcende tal espaço geográfico e se torna global, atingindo a América Latina em cheio.

Por décadas, a história da América Latina tem sido escrita com maiúscula, marcada pelo historicismo positivista, narrada de uma forma linear e contínua, enaltecendo “os donos de quase todas as coisas”, os vencedores. A isto se referia Walsh. Pode-se estabelecer aqui um paralelo com as reflexões de Walter Benjamin. Para Benjamin⁶, a perspectiva historicista devia ser invertida, em função de sua relação espúria com os setores dominantes. Dessa forma, os derrotados, os irredentos, os *nadies* (os *ninguém*, os excluídos tão bem retratados pelo cineasta Pino Solanas) poderiam passar a ser protagonistas da história. Em outras palavras, começar a ser reconhecidos como agentes históricos e não uma massa disforme, passiva e apática. Nessa inversão, o passado não é uma experiência encerrada e arquivada, mas sim algo que, tal qual um fantasma, volta para assombrar o nosso presente.

E é esta ligação umbilical e ineludível entre passado e presente, entre o ontem e o hoje é o que inspirou a criação do Laboratório de Es-

5 TRAVERSO, Enzo. *La História como campo de batalla*. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2016.

6 BENJAMIN, Walter *apud* TRAVERSO, Enzo. *La História como campo de batalla*. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2016, p. 27.

tudos e Pesquisa em História das Américas, o LEPHA, em 2016, após a realização do XII Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na Cidade Universitária, em Campo Grande, MS. Este livro que apresentamos hoje é fruto de estudos, investigação acadêmica e debates entre nós, fundadores do LEPHA e colegas de outras regiões e países, todos unidos pelo interesse comum em *nuestra América*. E fazemos questão de destacar o nosso pertencimento a uma identidade latino-americana, algo que visto desde o Brasil, parece alienígena, não somente no sentido de estrangeiro, mas também como alguma coisa totalmente alheia ao nosso mundo. De fato, o Brasil está de costas para o resto do subcontinente, mas os seus olhos sempre estiveram voltados para o norte e o ocidente. Seus referenciais e valores são estadunidenses e europeus. Renega-se a origem autóctone, os diversos povos indígenas, bem como se mascara a migração forçada dos escravizados da África, cujos descendentes também compõem grande parte da nossa atual população. O legado dessas gentes, subalternas e descartáveis no pensamento colonialista e eurocêntrico, sempre foi socialmente obliterado em prol de visões das elites pretensamente brancas, que almejavam recriar, nos trópicos, réplicas grosseiras do modelo civilizatório ocidental-atlântico (Estados Unidos, França, Inglaterra, etc...). Isso nos faz pensar que o Brasil tem muito mais a ver com o restante do continente do que certo *Brazil* (assim, com Z) gostaria.

Essa é a nossa perspectiva de trabalho: estudar as Américas e suas dinâmicas, mas como o fazemos desde um contexto específico, o Brasil, isso nos leva também a incluir, relacionar e contextualizar o Brasil na lógica diacrônica dos movimentos históricos das Américas. Este cruzamento é imprescindível para podermos perceber interrelações, correspondências, mas também especificidades e diferenças, nos mais diversos níveis, do regional ao global, do macro ao micro. Somente assim poderemos tentar uma aproximação mais plausível com o passado em comum e o nosso presente.

A obra que segue é um autêntico mosaico, não há uma unicidade orgânica no corpus textual, nem seria desejável. A proposta sempre foi desenvolver um trabalho plural e diverso que abrangesse as particularidades de nossas pesquisas no LEPHA e de nossos parceiros de pesquisa externos. Aqui, neste livro, convivem democraticamente diversas correntes teóricas, historiográficas e pertencimentos identitários, todos

plasmados nesta coletânea. Estes textos representam um pequeno mostruário dos diversos estudos realizados recentemente por pesquisadores do LEPHA e por outros pesquisadores convidados de diversas Universidades, nacionalidades e regiões: Brasil, Argentina, Uruguai e Cuba.

Na primeira parte do livro, O SÉCULO XIX: DIÁLOGOS, HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA, contamos com o texto de Esteban Chiaradía. Em seu artigo LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA PARAGUAY Y LA CRISIS ALGODONERA: UN ACERCAMIENTO A LA “COARTADA EGIPCIA”, Chiaradía nos traz uma profunda análise sobre as origens da chamada Guerra do Paraguai. A sua pesquisa, densa e atenta aos detalhes, resgata fontes antigas mas sob um novo prisma, um novo tratamento. Assim, Chiaradía dialoga com a bibliografia especializada, contrapondo as diversas correntes historiográficas e atualizando o debate acadêmico em torno ao conflito. Sua argumentação nos demonstra claramente que, não raras vezes, tais “debates” expressam mais divergências político-ideológicas do que discrepâncias teórico-acadêmicas propriamente ditas.

Na segunda parte da coletânea, o recorte histórico se desloca para o Século XX, e se intitula SÉCULO XX: MEMÓRIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE. Esta parte incorpora os trabalhos dos autores Carlos Prado, Alberto Consuegra Sanfiel, Mario Ayala e Roberto García Ferreira, e Jorge Christian Fernández.

Inauguramos com o texto de Carlos Prado A AMÉRICA LATINA E A “QUESTÃO COLONIAL” NAS TESES DA INTERNACIONAL COMUNISTA (1921-1928), o autor apresenta uma análise interessante sobre os primórdios do Movimento Comunista Internacional, em suas primeiras experiências de internacionalização após a Revolução de Outubro de 1917. Neste capítulo, Carlos Prado teceu uma análise robusta, em diálogo com leituras atuais, de como o Oriente, em primeiro lugar, e a América Latina, a posterior, apresentaram-se como desafios de leituras e traduções sociais para os líderes da Internacional Comunista. Em suas leituras sobre o potencial revolucionário da América Latina, a “Questão Colonial” apresentou-se, no início da década de 1920, como uma chave de leitura importantíssima para a exportação da Revolução de Outubro nos países latino-americanos.

Na sequência, Alberto Consuegra Sanfiel nos traz CUBA EN LA AGENDA EXTERIOR DE LA ITALIA FASCISTA (1922-1941). Em seu trabalho, Sanfiel se aproxima a uma temática pouco conhecida e explorada (mesmo na própria Cuba): as investidas diplomático-cultu-

rais da Itália fascista em Cuba. Sanfiel historiciza, por meio de vasta documentação, principalmente diplomática, o papel representado pela ilha caribenha no cenário internacional durante o período do entre-guerras mundial, e como se articulavam os interesses de potências estrangeiras em torno da região caribenha. Tudo isto em um contexto cubano especialmente convulso. Por um lado, em função de questões internas, sob o influxo da ditadura de Machado, uma era marcada pela repressão política e social. Pelo outro, Cuba também sofria com os efeitos da crise mundial de 1929 e era ainda perpassada pelas disputas ideológicas antifascistas e antibolchevistas que igualmente sensibilizaram e polarizaram, em momentos chave, como a Guerra Civil Espanhola e a invasão italiana da Etiópia, diversos setores da sociedade cubana. O foco do estudo de Sanfiel, contudo, é a particular atuação da Itália de Mussolini, preocupada tanto em divulgar o fascismo além-mar, quanto em ampliar o seu arco de alianças internacionalmente.

Mario Ayala e Roberto García Ferreira nos aproximam dos estudos sobre dinâmicas migratórias forçadas de cunho político (exfílios, des-terros, etc.) e de sua contrapartida, ou seja, das políticas humanitárias de asilo e/ou refúgio na América Latina. Em *LA POLÍTICA DE ASILO DIPLOMÁTICO DE LA JUNTA DE GOBIERNO DE VENEZUELA EN CUBA (1958-1959)*, os autores destacam como, historicamente, a Venezuela desempenhou um papel importante no acolhimento de perseguidos políticos de outros países latinoamericanos. Entretanto, o objetivo de Ayala e Ferreira neste trabalho foi de analisar este fenômeno em um marco temporal específico: o interregno entre a derrubada da ditadura de Pérez Jiménez, a instalação de uma Junta transicional democrática e as eleições que alçaram Rómulo Betancourt ao poder, já num contexto de alinhamento com a dinâmica da Guerra Fria. Assim, o artigo mira sobre as relações e redes estabelecidas entre a Junta da Venezuela e os cubanos perseguidos pela ditadura de Batista, prévio ao triunfo de Fidel Castro. Para tal, os autores se utilizaram de vasta pesquisa em arquivos da Chancelaria venezuelana, referentes à Embaixada em Havana, bem como de extenso arcabouço historiográfico.

As conexões bilaterais também foram o alvo de Jorge Christian Fernández, que, com uma narrativa “investigativa” descreve um caso político-policial que traz à cena a conexão repressiva ilegal e transnacional entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. O artigo, intitulado, “*COMO ESQUECER-TE, VELHA PASSO FUNDO*”: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM SEQUESTRO DA “OPERAÇÃO

CONDOR” NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL, 1978, descreve, problematiza e historiciza o sequestro de Carlos Alfredo Claret, engenheiro e professor argentino, que chegou ao interior do Brasil em 1976 fugindo da repressão em massa encabeçada pela ditadura militar argentina. A partir do cruzamento de múltiplas fontes, incluindo jornais e, especialmente, entrevistas, Fernández apresenta a trajetória de uma família vítima do Plano Condor, revelando o alcance dessa organização clandestina que interligava aparelhos repressivos na América do Sul para perseguir membros da oposição aos governos ditatoriais.

Por fim, na terceira parte, SÉCULO XX E XXI: IMAGENS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE encontramos os trabalhos de Carlos Alberto Sampaio Barbosa, Geiselly Marçal da Silva Leão e Fábio da Silva Sousa, Denise Kloeckner Sbardelotto e Patrícia Fogelman.

Já Carlos Alberto Sampaio Barbosa, no texto FOTÓGRAFOS E FOTOGRAFIA DOCUMENTAL NO CHILE DA UNIDADE POPULAR, discorre sobre um grupo de fotógrafos ligados à Antonio Quintana que acompanharam e registraram, visualmente, a ascensão e queda da Frente Popular (UP) e do governo de Salvador Allende (1970-1973). Ao debater a ideia de uma política visual da UP, Carlos Alberto Sampaio Barbosa apresenta como a visualidade foi uma ferramenta importante de debate político, utilizado para atingir o coração e mente das camadas populares da população chilena no início da década de 1970. O objetivo do autor é contribuir para os estudos que investigam o campo cultural chileno, em especial o campo fotográfico; evidenciando como a fotografia documental e o fotojornalismo foram ferramentas importante na luta política.

O jornal *O Lâmpião da Esquina*, tomado como *objeto e fonte* de pesquisa, é o tema do artigo de Geiselly Marçal da Silva Leão e Fábio da Silva Sousa. Com o título, ARCO-ÍRIS SEM FRONTEIRA NOS ANOS DE CHUMBO: RESISTÊNCIAS, AMORES, LIBERDADES E TÊSÃO DO UNIVERSO GAY LATINO-AMERICANO NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *O LÂMPIÃO DA ESQUINA* (1970-1980), o artigo apresenta uma interessante análise da imprensa alternativa em tempos de ditadura no Brasil. O objetivo dos autores é compreender como os Gays latino-americanos foram apresentados nas páginas do jornal. Vale destacar que *O Lâmpião da Esquina*, publicado entre os anos de 1978 e 1981, teve circulação nacional e foi a primeira publicação direcionada ao público homossexual. Como veículo de representação do movimento Gay, suas páginas fornecem um importante material para se com-

preender as complicadas e conflituosas relações entre as ditaduras na América Latina e o movimento homossexual latino-americano.

O artigo de Denise Kloeckner Sbardelotto, intitulado O PROJETO EDUCACIONAL DA ITAIPU BINACIONAL PARA A MARGEM DIREITA PARAGUAIA (1974-1985), é mais um texto que apresenta uma pesquisa numa perspectiva que aponta para as conexões bilaterais na América Latina. O objetivo do trabalho é analisar o projeto educacional desenvolvido no Paraguai durante o período de construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, entre 1974 e 1985. A pesquisa está pautada na análise de ampla documentação que revela não apenas os pormenores da relação entre o governo ditatorial de Alfredo Stroessner, o mais longo de todas as ditaduras da América Latina, com o Brasil no contexto do “Tratado de Itaipu”. Mas também e, principalmente, analisa como os projetos de Educação não formal, como a construção de centros culturais, e os projetos de educação formal, como a criação de escolas e colégios, impactaram em todas as áreas habitacionais da margem paraguaia.

O texto de Patrícia Fogelman, intitulado EL REENCANTAMIENTO TRAVESTI. ARTE Y RELIGIOSIDAD EN BUENOS AIRES nos transporta a um universo urbano, dos porões e *ghettos undergrounds* das grandes cidades latino-americanas, como a capital portenha. As sujeitas do estudo de Patrícia são as travestis da Cidade de Buenos Aires, mais especificamente, aquelas que se dedicam à arte, e seu objetivo consiste em analisar a presença temática do religioso (entendido de uma forma mais ampla) em alguns discursos e atuações desse grupo social que compõe, segundo a autorx, um campo fortemente anticlerical. O seu trabalho, portanto, esmiuça as formas, imagens e atuações de conteúdo religioso nas expressões artísticas das travestis da cena cultural portenha, para poder entender a sensibilidade, os imaginários e as relações de representação deste grupo dissidente da hetero-normatividade. Um grupo composto por sujeitos sociais que enfrentam diuturnamente preconceitos, desafios e ameaças, mas que, ao mesmo tempo, produzem e criam ousados projetos artísticos, repletos de transgressão de cânones comportamentais e críticas demolidoras à ordem moral cristã vigente.

PARTE I

O SÉCULO

XIX:

**DIÁLOGOS,
HISTORIOGRAFIA
E POLÍTICA**

LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA CONTRA PARAGUAY Y LA CRISIS ALGODONERA

UN ACERCAMIENTO A LA “COARTADA EGIPCIA”

Esteban Chiaradía

Introducción

El 12 de octubre de 1864 las tropas del emperador de Brasil invadieron Uruguay. Se desataba así una escalada bélica que pronto se convirtió en una de las cuatro mayores guerras del mundo decimonónico¹: la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay (1864-1870), que enfrentó al Imperio de Brasil aliado a las repúblicas de Argentina y Uruguay contra la República del Paraguay.

Las causas de esta guerra son diversas y pueden asociarse a los conflictos heredados de las viejas rivalidades de los imperios español y portugués en la región y, de manera más inmediata, a la crisis oriental iniciada en 1863 con la invasión golpista de Venancio Flores, pero también a la disputa fronteriza paraguayo-brasileña en Mato Grosso, agudizada en 1856-1864 a raíz de los establecimientos brasileños de Miranda y Dourados en la zona.²

1 HOBBSAWM, Eric. *La era del capitalismo*. Barcelona: Guadarrama/Punto Omega, 1981.

2 Véase: HORTON BOX, Pelham. *Los orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Asunción: La colmena, 1936; POMER, León. *La Guerra del Paraguay. Estado, política y negocios*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987 [1968]. Tercera edición argentina, 2008; DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra. Nueva historia de la Guerra del Paraguay*. Buenos Ai-

El contexto del conflicto bélico se enmarcó en una escalada colonialista sobre Nuestra América que se expresó en la agresión del Pacto de Londres contra México (1861-1862) seguida de la invasión francesa (1862-1867) con la imposición a dicho país de un emperador austríaco emparentado con el emperador de Brasil, la intervención de España en Dominicana (1861-1865) y contra las repúblicas del Pacífico (1864-1866), y la injerencia de Francia y Gran Bretaña en 1862 contra Uruguay; completándose el cuadro con la guerra civil norteamericana.³

Desde su inicio, esta guerra fue centro de acaloradas controversias. Las interpretaciones respecto a las causas del conflicto son variadas. Sin embargo, podemos intentar agruparlas brevemente.

En primer lugar tenemos a los autores liberales (de ayer y hoy) identificados de manera abierta o velada con el bando aliado y que suelen focalizar las causas del conflicto en aspectos supuestamente patológicos de la personalidad del presidente paraguayo Francisco Solano López, agregando algunas cuestiones militares o una explicación de corte diplomático ligada a la problemática de la boca de la cuenca del Plata (por ejemplo, Ramón Cárcano o Francisco Doratioto).

Luego tenemos un conjunto heteróclito de autores nacionalistas o marxistas, generalmente unificados bajo el rótulo de “revisionismo”, quienes fueron dando mayor relevancia a una mirada regional donde el juego de Brasil -y también de Gran Bretaña- presenta mayor protagonismo que el reconocido por las interpretaciones tradicionales, postulando algunos de ellos que Gran Bretaña tuvo especial interés en esta guerra.

En tercer orden, algunos autores de los últimos tiempos suelen ser agrupados como una “nueva” corriente historiográfica⁴ que tiende a abandonar un abordaje holístico del conflicto para centrarse en tópicos de renovado interés para las tendencias de moda en la profesionalización de la disciplina⁵, retomando muchas veces los prejuicios y caricaturiza-

res: Emece, 2004.

3 CHIARADÍA, Esteban. “La Guerra de la Triple Alianza como sepulcra de ideal americanista en el ámbito sudamericano”. En: XI Jornadas de Sociología de la UBA, Facultad de Ciencias Sociales, Buenos Aires, julio 2015. A este mismo ciclo podemos sumar las previas agresiones imperiales contra Paraguay en la década de 1850 por parte de Brasil, los EE.UU. de Norteamérica y Gran Bretaña, y las correrías de los filibusteros norteamericanos sobre Centroamérica y México, como el empresario y delincuente William Walker.

4 BREZZO, Liliana. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad”. En: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 7, Maringá, 2003, pp. 157-175.

5 DORATIOTO, Francisco. “Historia e ideología: la producción brasileña sobre la Guerra del

ciones de la vieja historiografía liberal nacional-patriótica.⁶ Sin embargo, otros nuevos autores no encajan en esa “tercer corriente” y procuran un abordaje más complejo, haciendo jugar elementos de análisis sobre dimensiones mundiales, regionales, nacionales y locales, considerando aspectos socioeconómicos y no solo diplomático-militares, al tiempo que algunos de ellos también realizaron una crítica a la pretendida nueva corriente que se proclama como superación de las anteriores.⁷

A los fines de este capítulo, nos interesa detenernos en aquellas interpretaciones que ponen el acento en el juego de Gran Bretaña en esta guerra, y también en algunos argumentos esgrimidos por los detractores de dichas interpretaciones, centrando nuestra atención en la cuestión algodonera, la situación del Paraguay y la irrupción del algodón egipcio en el mercado mundial, que cierta historiografía presentó como “coartada” para cancelar el debate sobre la implicancia británica en torno a la guerra contra Paraguay.

Entre el capitalismo de guerra y la hambruna algodonera

La conexión entre industrialización británica, comercio colonial y diplomacia fue abordada por distintos autores⁸, y muchas guerras de este período imperial estuvieron atravesadas por las necesidades de dicha industrialización, destruyendo así procesos autocentrados o autónomos de desarrollo nacional.⁹

En relación al algodón, su expansión ligada al capitalismo de guerra en el contexto napoleónico condujo a un esfuerzo estatal tendiente a proteger la industria textil y propiciar una expansión ultra-

Paraguay”. En: Crespo, Horacio (Ed.), *La Guerra del Paraguay. Historiografías. Representaciones. Contextos*. México: El Colegio de México, 2012. pp. 53-71.

6 MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel. História e Historiografia da Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

7 RODRIGUES DA SILVA, Cleverson y CHIARADÍA, Esteban. “La campaña de Mato Grosso (1864-1868) en la retina de la historiografía brasileña y argentina (s. XIX-XXI)”. En: Paulo Marcos Esselin; Vinicius Rajão da Fonseca (Orgs.), *O expansionismo brasileiro sobre a Bacia Platina e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre, RS: PPGH – FCM, 2019 (pp. 225-244).

8 Mencionamos a modo de ejemplo los clásicos y opuestos trabajos “The Imperialism of Free Trade” de John Gallagher y Ronald Robinson (1953) y *Finance, Trade, and Politics in British Foreign Policy, 1815-1914* de Desmond Christopher Platt (1868).

9 HOBBSAWM, Eric. Op. Cit.

marina para obtener materia prima, colocar manufacturas y eliminar competidores.¹⁰ Y en ese desarrollo vivió una gran expansión la industria textil británica centrada en Lancashire, consumiendo algodón producido en la India, región que hacia 1840 se mostró incapaz de atender la creciente demanda británica y fue relevada por el algodón norteamericano trabajado con mano de obra esclava.

Hacia 1860 tres tipos de algodón destacaron en el abasto a la industria textil británica. El preferido era el de fibra mediana *Upland* (de tierras altas, de origen mexicano prehispánico), que incluía la variedad *Middling Orleans*, la más extendida entre los plantadores sureños esclavistas estadounidenses y que se adaptaba mejor a la maquinaria británica de entonces. El algodón de fibra larga es de mejor calidad pero no se adaptaba del todo a dicha tecnología; se trata de la variedad *Sea Island* de la costa de Carolina y Georgia (EEUU), proveniente de las islas Bahamas, y también incluye la variedad egipcia *Jumel*. Por último, la variedad *Surat* de fibra corta de la India es de baja calidad y con muchas impurezas, lo que lentificaba el trabajo y lo hacía insalubre.¹¹

El estallido de la guerra civil norteamericana (1861-1865) cerró la provisión a Europa del *Middling Orleans* y del *Sea Island*, incrementando la compra de *Jumel* egipcio y *Surat* indio, además de variedades otomanas, brasileñas y de diversas regiones; e incluso variedades inferiores cotizaron muy alto en esos momentos, como el *Surat* que se multiplicó por cuatro. La finalización del conflicto bélico repuso las variedades norteamericanas en el mercado algodonerero, pero sin desplazar del todo a los tipos alternativos que habían emergido en los años de guerra.

Los productores y comerciantes británicos ligados al rubro textil supieron captar el clima político norteamericano que preanunciaba la guerra civil y se prepararon para hacer acopio de algodón. Además, la producción algodонера norteamericana del bienio 1858-1860 había sido extraordinaria, y eso favoreció un enorme incremento de existencia de algodón en crudo en Gran Bretaña, al tiempo que la producción textil acumulaba grandes stocks sin poder vender. Es decir, la crisis

10 BECKERT, Sven. *El imperio del algodón. Una historia global*. Barcelona: Crítica, 2016.

11 Karl Marx señalaba que al pasar del algodón tradicional al *Sea Island*, luego al egipcio y al *Surat*, y además realizando mezclas de desperdicios de algodón con *Surat*, se producían fallas en las máquinas, disminuía el salario del trabajador, aumentaba su labor y se reducía la masa del producto. Cf. MARX, Karl. *El capital. Crítica de la economía política, Tomo I*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales / Instituto Cubano del Libro, 1973, p. 407.

norteamericana no implicó en lo inmediato una carencia de algodón en Gran Bretaña. El acopio de algodón permitió resistir el primer año del conflicto bélico, y se creía que la guerra sería breve, lo que generó optimismo. Pero iniciado 1862, las importaciones totales de algodón hacia Gran Bretaña cayeron un 50 % respecto al año anterior, y un 96% si sólo tomamos las importaciones provenientes de EEUU.¹² La combinación de suministros menguantes, alza de precios del algodón y caída del precio de los tejidos comenzó a paralizar la producción, y esto derivó en la famosa *Lancashire cotton famine* de 1862-1864: la masiva desocupación en el sector, dejando miles de obreros deambulando por las calles en busca de trabajo o comida. En el resto de Europa se vivió una situación no tan extrema pero similar.

Sin embargo, los comerciantes de algodón vivieron una corta “edad de oro”, volcándose a la especulación. En paralelo, los manufactureros clamaban por la apertura de nuevas fuentes de suministro algodonero, y los gobiernos se comprometieron a ello. Incluso en víspera del inicio de la guerra en EEUU, el ministro de asuntos exteriores británico Earl Russell había dado su palabra a los empresarios de Manchester de garantizar la provisión de algodón desde otras regiones del globo. Y en octubre de 1861, ya iniciado el conflicto bélico, el premier Palmerston reforzó ese compromiso público, siendo el asunto objeto de debate parlamentario en Londres y también en París.

En ese contexto, la *Manchester Cotton Supply Association* (en adelante, MCSA; corporación de proveedores de materia prima de la industria algodonera británica), reunió a los más destacados especialistas en materia algodonera y requirió el apoyo del *Foreign Office* para pasar revista al potencial algodonero en distintas regiones del globo¹³, en un intento por diversificar las fuentes algodoneras y superar los problemas de calidad de la variedad india y de adaptabilidad de la variedad egipcia.

El algodón se volvía una cuestión de Estado, y así el imperia- lismo tenía una vuelta de tuerca. En la India habían fracasado los anteriores esfuerzos algodoneros británicos por no poder competir con la producción esclavista norteamericana, y ahora debían volver a intentarlo en el contexto de un orden social frágil como consecuencia

12 BECKERT, Sven. Op. cit.

13 WATTS, Isaac. *The Cotton Supply Association: Its Origin and Progress*. Manchester: Cotton Supply Association, 1871.

del levantamiento indio de 1857. Por su parte, Egipto reforzaba su expansión algodонера para aprovechar la coyuntura. En cuanto a Brasil, duplicaba su producción. Otras regiones –como Anatolia y Asia Central- incrementaron el cultivo algodonero.

Sin embargo, esta expansión en distintos puntos del globo no lograba reemplazar por completo la simbiosis establecida entre el algodón norteamericano y la industria textil europea. El algodón indio se utilizaba para confecciones burdas, el egipcio para confecciones de lujo, y el brasilero era el que más se equiparaba al norteamericano, pero su crecimiento se consolidó hacia el último tercio del siglo XIX.

Como vemos, la década de 1860 se vio fuertemente marcada por la situación algodонера y los esfuerzos del Imperio británico en ese rubro por todo el globo. La “hambruna” algodонера resulta, de tal modo, un elemento a considerar en los abordajes historiográficos sobre dicha década. Pero en lo que respecta a la historiografía sobre la Guerra de la Triple Alianza contra Paraguay, ese elemento tardó en manifestarse.

Algodón y proteccionismo en Paraguay

La ola expansiva mundial del cultivo algodonero llegó incluso a Paraguay. Iniciados los años cincuenta del siglo XIX el presidente Carlos Antonio López (1844-1862) dispuso su cultivo sistemático en granjas y estancias estatales para necesidades internas, y el gobierno publicó un folleto instruyendo sobre el cultivo algodonero. En 1855 el país había enviado algunos productos agroforestales a la Exposición Universal de París¹⁴, aunque el algodón no se destacaba entonces.

La subvariedad *paraguariense* -o algodón criollo del Paraguay- del *Gossypium religiosum*¹⁵ se cultivaba desde tiempos prehispánicos. Es perenne y sus cápsulas no se abren tanto como otras especies -lo que evita que el algodón se vea muy afectado por la lluvia y el viento, aunque su extracción requiere un segundo más de tiempo-, y su altura

14 MARBAIS DU GRATY, Alfred. *La República del Paraguay*. Bensanzon (Francia): Imprenta de José Jacquin, 1862. Traducción al castellano por Carlos Calvo.

15 Bertoni utiliza las clasificaciones de Linneo y Schulman, manteniendo separado al *G. religiosum* del *G. herbaceum* dentro de la familia del algodón americano. Hoy se engloba a todas como *G. hirsutum*. Cf. BERTONI, Moisés. *El algodón y los algodoneiros*. Puerto Bertoni (Paraguay): Ex Sylvis, 1927.

tiene la ventaja de permitir al cosechador trabajar parado.¹⁶

En 1861 la producción algodonera cobró nuevo impulso en el contexto de la guerra civil en EEUU y los problemas de abasto a Europa desde las plantaciones confederadas (Pomer, 1987). Ya ese año Paraguay envió un cargamento de algodón a Europa que se pudo colocar a muy buen precio¹⁷, por lo que el gobierno dispuso que los terratenientes cultivaran algodón en vez de tabaco en la temporada de 1862. Con Francisco Solano López en la presidencia (1862-1870), se ordenó la compra de 400 ejemplares de manuales para cultivo de algodón, se adquirieron en Nueva York semillas y dos desmotadoras (una tipo *Sea Island* y otra *Upland*), la MCSA remitió maquinarias y se envió a Europa 1.500 libras de algodón, mientras firmas británicas iniciaron gestiones para la compra de algodón paraguayo, que también comenzó a cotizar en El Havre e impresionó al cónsul francés, el cual alentó su exportación.¹⁸

El botánico Moisés Bertoni destacó que los juicios de los hilanderos británicos respecto a la calidad superior de la hebra larga, sedosa y resistente del algodón paraguayo que registrara entonces Alfred Demersay fueron confirmados con opiniones posteriores, como en las Exposiciones Universales de Filadelfia (1876) y de París (1889). En la primera un informe afirmaba que el algodón paraguayo era el único capaz de competir con el norteamericano¹⁹, y un informe de Hamburgo ratificaba la excelente calidad del algodón paraguayo.²⁰

Así, en la década de 1860 la atención y los esmeros nacionales se desplazaban del tabaco y la yerba hacia el algodón, en el marco de una política de desarrollo *sui generis* del estado paraguayo que también abarcó aspectos educativos, tecnológicos, culturales, de infraestructura, de defensa y de comunicaciones.²¹

16 Ibidem.

17 Alfred Marbaix du Graty destacó los informes favorables de especialistas en Amberes sobre la partida enviada al puerto belga, y su excelente cotización.

18 POMER, León. Op. cit.; WHIGHAM, Thomas. "El oro blanco del Paraguay: un episodio de la historia del algodón, 1860-1870". En: *Historia paraguaya*, Revista de la Academia Paraguaya de la Historia, Asunción, vol. 39, 1999, pp. 311-332.

19 BERTONI, Moisés. Op. Cit.

20 DOMINGUEZ, Manuel. *El algodón: su producción en el Paraguay*. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1903.

21 CORONEL, Bernardo. "Paraguay, la vanguardia capitalista del siglo XIX". En: Rojas Villagra, Luis (Comp.) *Proceso Histórico de la Economía Paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012, pp. 179-205; LUCIETTO, Franco. "La Primera República del Paraguay (1811-1870) y su estrategia de desarrollo alternativa". En: *RIES*, N° 21, Enero - Junio 2020: 9-33.

En octubre de 1861, en consonancia de los esfuerzos de la MCSA junto al *Foreign Office*, Thomas Hutchinson fue enviado como cónsul a la ciudad argentina de Rosario con instrucciones de indagar las posibilidades algodoneras de provincias argentinas y las condiciones de la mano de obra local.²² El diplomático inglés agregó noticias sobre la producción algodonera paraguaya, a la que veía como promisoría.²³ La indagación se completó con el viaje hacia Asunción de Michael Mulhall, un destacado publicista y comerciante que dirigía en Buenos Aires el periódico *The Standard*, una suerte de “Biblia” para los comerciantes británicos en la región rioplatense que había enviado semillas de algodón a Paraguay. En diciembre de 1863 Mulhall arribó a Asunción y se entrevistó con el canciller José Berges, quien le mostró una carta con la oferta de una firma de Manchester para comprar algodón paraguayo, y le dijo que al informe enviado a *The Standard* le faltaba lo sembrado desde septiembre de 1863.²⁴

Mulhall recorrió distritos algodoneros. Calculó que los datos oficiales se quedaban cortos, que la cosecha de 1864 superaría a la anterior y que el gobierno podía reunir la mano de obra necesaria a pesar de ser un país escasamente poblado. Este último era un factor de gran importancia para la MCSA, aún más que la disponibilidad de tierras²⁵, y la clave puede encontrarse en el rol del estado movilizándolo mano de obra y determinando los precios de los productos agro-forestales.²⁶

En contraste, el cónsul británico Frank Parish excluía la idea de que Buenos Aires fuera tierra de cultivo de algodón por el elevado costo de la mano de obra, entre otros aspectos. En 1864 el cónsul norteamericano en Buenos Aires informaba que la MCSA “ha estado moviendo cielo y tierra” para promover -con poco éxito- el algodón en provincias argentinas, y el *Brazil and River Plate Mail* declaraba que “La Confederación Argentina y el Paraguay son capaces por si mismos de producir una gran cantidad de algodón (...) y debería utilizarse toda posible per-

22 GUY, Donna. “Oro blanco: algodón, tecnología y mano de obra familiar en la Argentina del siglo XIX”. En: *Boletín del Instituto Ravignani*, 3ra serie, n° 7, Buenos Aires, 1993.

23 HUTCHINSON, Thomas. *Buenos Ayres and Argentine gleanings, with extracts from a diary of Salado exploration in 1862 and 1863*. Londres: Spottiswoode and Co., 1865, p. 229.

24 WHIGHAM, Thomas. Op. Cit.

25 BECKERT, Sven. Op. Cit.

26 HERKEN KRAUER, Juan Carlos. “Proceso económico en el Paraguay de Carlos Antonio López: La visión del cónsul británico Henderson (1851-1860)”. En: *Revista Paraguaya de Sociología*, año 19, Nro. 54, mayo-agosto 1982, pp. 83-116.

suasión para tal fin”²⁷

Volviendo a Mulhall, este veía mayores posibilidades algodonerías en Paraguay que en las provincias argentinas. Le sorprendió el progreso de Asunción dado que casi no había extranjeros, y los que estaban trabajaban para el gobierno.²⁸ Consideraba a Paraguay como un paraíso algodonerío cuyo gobierno era un modelo de orden y progreso que las demás naciones sudamericanas deberían imitar²⁹, contando con una mano de obra diligente y educada que contrastaba con la pereza de las provincias argentinas y la “política pigmea” de Buenos Aires.³⁰ El único limitante era el costo de transporte, pero aun así la empresa valía la pena.

El informe de Mulhall fue editado por *The Standard* en 1864, dedicado a la MCSA, de la que se declaraba “su más obediente servidor”. Varios historiadores desmerecen este informe por considerar sus opiniones y descripciones sobre el gobierno paraguayo como ingenuas o fruto del entusiasmo. Sin embargo, esos mismos historiadores toman como válidas opiniones de otros contemporáneos con términos despectivos hacia el gobierno y el pueblo paraguayo repitiendo prejuicios que limitan su mirada y descripción.³¹

Más allá de sus afirmaciones, que desentonan con el libretto habitual de otros agentes y viajeros de la época, el informe Mulhall vio solo obstáculos en el transporte a los mercados europeos, pero en sus observaciones hay elementos que serán vistos por otros como obstáculos mayores: el proteccionismo del gobierno paraguayo. La referencia de Mulhall al respecto - “*Industry is protected by light duties on exports, and heavy on imports (except agricultural implements)*”³²- contrasta

27 Citado en GUY, Donna. Op. Cit., p. 105.

28 MULHALL, Michael G. *The cotton fields of Paraguay and Corrientes. Being an account of a tour through these countries preceded by annals of cotton planting in the River Plate territories from 1862 to 1864*. Buenos Aires: Standard, 1864, p. 90.

29 “I am firmly convinced it is the most go-ahead city on the continent, and the Government of President Lopez not only the best adapted for the people of Paraguay, but a model, moreover, of order, and progress, from which the Argentine, Oriental, Bolivian, Chilian, Peruvian, Venezuelan, Columbian and other S. American administrations might advantageously borrow an idea”. Idem, p. 91.

30 Idem, p. 119

31 Juan Carlos Herken (1982) señaló el contraste en el cónsul Henderson entre sus pronósticos negativos en base a prejuicios y los datos estadísticos que el británico recogió mostrando un crecimiento en el comercio paraguayo. León Pomer (1987) realizó una crítica similar respecto a otro diplomático, Edward Thornton.

32 MULHALL, Michael G. Op. Cit., p. 111.

con el informe del diplomático Edward Thornton, quien visitó Asunción en 1864:

[...] los impuestos son enormemente altos. Los derechos de importación sobre casi todos los artículos son de un 20 o 25 por ciento ad valorem; pero como este valor se calcula sobre el precio corriente de los artículos, el derecho que se paga alcanza frecuentemente del 40 al 45 por ciento del precio de factura.³³

No era propio de Gran Bretaña pagar semejantes tasas. Por el contrario, su comercio se realizaba con una balanza comercial negativa para sus países clientes, siendo además el principal acreedor de dichas naciones. Y en los casos donde inicialmente no estaban garantizadas estas condiciones políticas para el comercio imperial, se removían los obstáculos con facilidad.

Ya el cónsul británico Charles Henderson, residente en Asunción entre 1853 y 1859 deploraba que no hubiera en el país un “sistema comercial más liberal”, que la producción no se sometiera a las “leyes de oferta y demanda”, y que el gobierno fuese contrario a todo “progreso e innovación” al mantener monopolios, dirigir la producción y no abrir el país a los extranjeros. Recordaba el caso de un empresario algodonero que arribó con una suma considerable de la firma británica *Joseph Green & Co.*, pero abandonó el proyecto al no tener garantías de realización del capital.³⁴

Pero los informes de los agentes británicos y de sus socios sudamericanos sobre Paraguay (incluso el de Mulhall, aunque carente en gran medida de la habitual retórica negativa sobre el gobierno paraguayo) señalaban indicios de que no sería fácil remover esos obstáculos. Es en base a esta observación que se despliegan los adjetivos despectivos y la calificación del gobierno paraguayo como dictatorial y tiránico, que osaba cobrar una tasa de hasta un 45% y que no se endeudaba en el extranjero.

33 Correspondencia de E. Thornton a E. Russell, 6 sept. 1864, citado en: HORTON BOX, Peigham. Op. Cit., p. 313.

34 HERKEN KRAUER, Juan Carlos. Op. Cit.

Historiografía, guerra y algodón: la “tesis imperialista”

Hacia 1939 un grupo de radicales nacionalistas argentinos esbozaba la idea de la injerencia británica en la guerra de la Triple Alianza³⁵, y en los años cincuenta un sector del revisionismo argentino incluyó en sus planteos que los intereses capitalistas británicos tuvieron un rol significativo (aunque no absolutamente determinante) en la Guerra de la Triple Alianza. Su diplomacia intrigante y el entramado de sus negocios y alianzas con las oligarquías vernáculas parecían dar crédito a dicha interpretación. El marxista Enrique Rivera y los nacionalistas Raúl Scalabrini Ortiz y José María Rosa abordaron de distinta manera esa cuestión.³⁶ Y el marxista paraguayo Oscar Creydt³⁷ también consideró la presencia británica, en particular en lo referido al financiamiento del bando aliado.

Pero a mediados de la década del sesenta del siglo pasado hubo un giro en este planteo: la injerencia británica tuvo por móvil el hacerse con tierras y materias primas, como el algodón, en el contexto de la Guerra de Secesión Norteamericana y las necesidades británicas de abastecimiento a la industria textil de Lancashire.

Rodolfo Ortega Peña y Luis Eduardo Duhalde vincularon el proceso interno argentino de la década de 1860 con la guerra contra Paraguay.³⁸ Estos autores marxistas de filiación peronista sostuvieron esta mirada desde el mismo título de su obra: *Felipe Varela contra el Imperio Británico*. Además, plantearon la incidencia de las necesidades de la industria textil de EEUU que buscaba reemplazar a Inglaterra como destino de la producción sureña, incrementando así la necesidad británica de algodón.

35 F.O.R.J.A. “Cuadernos N° 10, 11 y 12”. En: Ana Jaramillo (Comp.), *Cuadernos de FORJA*, Lanús (Arg.): Ediciones de la UNLa, 2012.

36 Véase: RIVERA, Enrique. *José Hernández y la Guerra del Paraguay*. Bs. As.: Indoamérica, 1954; SCALABRINI ORTIZ, Raúl. “Defensa retrospectiva de una coima de un millón de dólares”. En: *Qué*, Buenos Aires: 30/10/1956; ROSA, José María. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1965.

37 CREYDT, Oscar. *Formación histórica de la Nación Paraguaya*. Asunción: Servilibro, 2007.

38 “Algodón, libre navegación, empréstitos, límites, ganancias comerciales, destrucción industrial, poder político, ambición y temor, significaron la guerra de la DOBLE ALIANZA, entre el Capital Financiero y las oligarquías locales. Drama de personajes americanos, con un protagonista y autor oculto: Inglaterra”. ORTEGA PEÑA, Rodolfo y DUHALDE, Eduardo. *Felipe Varela contra el Imperio Británico*. Buenos Aires: Shapire, 1975, p. 56..

Dos años después salió a la luz un libro que amplió la mirada para ubicar la guerra en el contexto mundial: *La guerra del Paraguay. ¡Gran negocio!* (1968) del historiador marxista argentino León Pomer. La obra estaba dedicada específicamente a la guerra, pero no a su historia militar y diplomática sino a sus causas y consecuencias enmarcadas en el contexto mundial del desarrollo del capitalismo. De ahí que en su estructura se analice a los cuatro países beligerantes y también a Gran Bretaña, vinculando las necesidades algodonerías británicas al contexto de una guerra que destruyó el proceso autónomo de desarrollo nacional del Paraguay, el cual se mostraba como una amenaza para el orden que las oligarquías liberal-conservadoras y el capital británico impulsaban en el continente, en sintonía con el desarrollo global del capitalismo (Garavaglia, 1969).³⁹

En su libro, Pomer sostiene que

[a] las razones permanentes que tiene la Gran Bretaña para luchar por la conquista de nuevos mercados, acrecentar la penetración en los que ya posee y asegurarse la provisión fluida y creciente de materias primas y alimentos, se agregan razones circunstanciales que no cesarán hasta 1865, cuando finaliza la guerra civil en los EE.UU. Entre tanto, había que reemplazar el algodón y los cereales de origen norteamericano (...) Inglaterra debía encontrar en otros sitios del globo lo que transitoriamente no podía hallar en Norteamérica. (...)

Pero lo cierto es que, si en 1859 la prosperidad era muy grande y las fábricas iban en aumento, y un año después la industria algodonería llegaba a su cenit, en 1862-1863 producíase un derrumbe casi total y soberanamente estrepitoso.

Alguien debería pagar ese quebranto de la burguesía inglesa. No es posible olvidar que la guerra contra el Paraguay se inscribe en ese contexto...⁴⁰

En un libro posterior, *Cinco años de guerra civil en Argentina* (1865-1870), Pomer analiza las provincias y el estado nacional argentino en el contexto de las guerras civiles y el rechazo popular a la guerra contra Paraguay, concluyendo que

[e]l estado entre nosotros no está precedido por una dinámica de desarrollo económico que lo solicita; en todo caso, esa dinámica se limita a las provincias de Buenos Aires y Entre Ríos. Como consecuencia de ello, es una imposición violenta a la mayor parte

39 GARAVAGLIA, Juan Carlos. (1969). "León Pomer. La Guerra del Paraguay. ¡Gran negocio! Editorial Caldén, 428 pág" (reseña). En: *Los libros*, 1 (5), pp. 26-27.

40 POMER, León. Op. Cit., p. 27.

del cuerpo social, que lejos de reclamarlo para desembarazarse de trabas, de obstáculos y barreras, lo vive como una carga. La guerra civil de cinco años coincidente –no por casualidad– con la guerra del Paraguay, y previo a ellas la guerra contra el Chacho, son momentos decisivos de esa imposición (...) se están dando pasos para constituir una Argentina capaz de cumplir un papel en un sistema mundial que ya sabemos lo que pide de ella.⁴¹

El análisis de León Pomer sostiene, entonces, que los intereses británicos en la región empalmaron con un ciclo de episodios bélicos, todos ellos de distinto alcance territorial, pero de alguna manera conectados, cuyo resultado fue la inserción dependiente de la región en el mercado mundial. Y el algodón fue uno de los móviles del interés británico y su incidencia en la política local rioplatense.

La tesis de Pomer fue retomada en 1979 por el brasileño Julio José Chiavenato en *Genocidio Americano*, un libro que logró gran difusión.⁴² Estas interpretaciones, con variable grado de desarrollo, también estuvieron presentes en los autores “revisionistas” y “dependentistas” posteriores, de distintas latitudes.⁴³

Las distintas ediciones del libro de Pomer fueron recibidas con fría apatía por el mundo académico, tal como recuerda el autor en el prólogo a la tercera edición argentina (2008). Pero en el amplio campo del “revisionismo” –con sus andariveles, que excedían los recoletos cenáculos académicos– el libro fue objeto de enconadas críticas.

En los años sesenta y setenta, en el marco de la guerra fría y la Doctrina de Seguridad Nacional impulsada por EEUU y adoptada por los sucesivos gobiernos argentinos, surgieron diversas polémicas en el revisionismo histórico reflejando el conflicto político-ideológico de la época y dando paso a prácticas macartistas.

En relación a la obra de Pomer, en 1969 el *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas “Juan Manuel de Rosas”* –bastión del ala conservadora del revisionismo– publicó una virulenta nota de Juan Pablo Oliver que suscitó una acalorada polémica.⁴⁴ Allí se acusaba a Pomer

41 POMER, León. *Cinco años de guerra civil en la argentina (1865 – 1870)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 291.

42 QUEIRÓZ, Silvana de. *Revisando a revisão: “Genocídio americano: a Guerra do Paraguai” de J. J. Chiavenato*. Porto Alegre: FCM editora, 2014.

43 Por ejemplo, Sergio Guerra Vilaboy, Vivián Trías, Eduardo Galeano, Gregorio Selser, Leonardo Castagnino y José Alfredo Fornos Peñalba (quien en 1979 tituló su trabajo “El cuarto aliado”).

44 OTAL LANDI, Ariel. “El conflicto de los “ismos” dentro del Revisionismo histórico y en torno

de promover la infiltración comunista al cuestionar con su libro el sentimiento nacional en aras de una publicidad “lopista-montonera”⁴⁵ a tono con los lineamientos para América Latina fijados en 1948 por la Academia de Ciencias Sociales de la Unión Soviética. Para Oliver la tesis imperialista de Pomer sería parte de un plan orquestado por el Kremlin para la infiltración comunista en el campo de la historiografía, buscando legitimar desde la historia las acciones guerrilleras.

La nota generó numerosas respuestas, algunas publicadas por el *Boletín*, pero se negó a Pomer el derecho a réplica. Años después, este recordaba aquel momento:

Aludo al ataque con traza de denuncia policial (gobernaba el dictador Onganía) que me obsequió Juan Pablo Oliver (...) Para mí destructor yo era un agente del Kremlin devorador de niños de pecho. De ahí se siguió una polémica en el *Boletín* en que intervinieron varios historiadores menos el suscripto, ya que haciendo gala de su afección por la libertad de expresión, el Instituto vetó la publicación de una respuesta por mí solicitada. De esa polémica participó Fermín Chávez, que estampó lo siguiente: “el doctor Oliver ha abandonado las categorías de Aristóteles para hacer suyas las de la CIA”. Me sentí vengado. Además había ganado un amigo, que lo fue hasta el final de su vida.⁴⁶

El episodio mostraba el impacto del contexto de guerra fría que tensaba las aguas en el amplio espectro revisionista, siendo Oliver la facción más reaccionaria que replegó su revisionismo hacia una defensa del mitrismo frente a una supuesta amenaza comunista en el presente que reavivaba una amenaza en el pasado. En esa visión, abordar la cuestión algodonera y los intereses británicos en la guerra de la Triple Alianza mediante una “tesis imperialista” solo podía responder a los intereses del “comunismo internacional” y no a una investigación científica. Ese prejuicio ideológico, parido por el revisionismo de derecha preñado por la guerra fría, anidó desde entonces en gran parte de la historiografía aca-

a la Guerra del Paraguay”. En: *Revista Historia para Todos*, 2 (3), 2016, pp. 80-89.

45 Se denominaba “montoneras” a las organizaciones armadas populares en lucha contra las fuerzas regulares realistas durante las guerras de emancipación en los virreinos del Perú y del Río de la Plata. El término se aplicó también a la resistencia popular en las provincias argentinas contra los invasores del Estado de Buenos Aires, que con Bartolomé Mitre habían usurpado el ejecutivo de la Confederación tras la batalla de Pavón (1861). Esta guerra mitrista contra las “montoneras” coincidirá en parte con la guerra contra Paraguay.

46 POMER, León. *La Guerra del Paraguay. Estado, política y negocios*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987 [1968]. Tercera edición argentina, 2008, p. 7.

démica (sea liberal o progresista).

Por su parte, la historiografía liberal negó la injerencia del imperialismo británico al tiempo que otorgó mayor peso a los factores internos, a los que previamente escindiera del contexto mundial. Así, se insistió en presentar a la Primera República paraguaya (1811-1870) y su proyecto autonómico como un estereotipo de aislamiento irracional, a contrapelo de la política de libre mercado a la que se naturaliza – en la óptica liberal- como un modelo lógico y adecuado para cualquier nación. Los historiadores liberales visualizaron positivamente las inversiones de capital extranjero realizadas a lo largo del siglo XIX. Gran Bretaña se presentó de tal modo como una fuerza promotora del desarrollo capitalista latinoamericano, y las elites locales ligadas a dichas inversiones y políticas –historiadores incluidos- tendieron a negar o minimizar la presencia que capitales y política británica tuvieron en el origen, desarrollo y desenlace de distintos conflictos regionales, como la guerra contra Paraguay o la Guerra del Pacífico (1879-1883).

A tono con esto, Francisco Doratioto -autor emblemático de la “nueva historiografía” sobre la guerra contra Paraguay- explicó la guerra por razones de índole puramente regionales, ligadas a reclamos al gobierno imperial brasileño por parte de los grandes hacendados gaúchos que operaban económicamente en el norte de Uruguay.

En su voluminosa *Maldita guerra* (aparecida en 2002), Doratioto intentó tomar distancia de las dos corrientes dominantes en las interpretaciones de la guerra. Sin embargo, no ocultó su afinidad con la corriente liberal clásica:

La generación de aquellos que lucharon en la guerra, en los países aliados o en Paraguay, no consideraba de manera positiva el papel histórico de Solano López. Existía la certeza sobre su responsabilidad, sea en el desencadenamiento de la guerra, al invadir Mato Grosso, sea en la destrucción de su país [...] De esta generación nació la historiografía tradicional sobre la guerra, la cual simplificó la explicación del conflicto ateniéndose a las características personales de Solano López, caracterizado como ambicioso, tiránico y aun como casi desequilibrado. *Esa caracterización no estaba lejos de la realidad* y hasta puede explicar ciertos momentos de la guerra, pero no su origen y su dinámica.⁴⁷

Es decir que la visión de Francisco Solano López como tirano

47 DORATIOTO, Francisco. Op. Cit., p. 16-17 (*cursivas nuestras*).

desquiciado tiene cierto valor explicativo para el autor. A continuación, *Maldita guerra* renovó las comparaciones despreciativas hacia el presidente paraguayo: de Napoleón, Nerón, Calígula, Atila y César Borgia, que eran invocados por la historiografía liberal tradicional, pasamos con Doratioto a Hitler, Stalin y Stroessner. Y en su obra los presupuestos del liberalismo historiográfico son *aggiornados* mediante la comparación de Paraguay con el nazismo. Así, la guerra respondería a la necesidad paraguaya de buscar la realización de su *Lebensraum* y se retomó el concepto de *Blitzkrieg* para calificar sus campañas militares.

Esta “nueva” historiografía postulada por Doratioto presentó a la guerra como resultado de problemas regionales desconectados de una totalidad internacional en momentos de expansión capitalista, condenando duramente a las interpretaciones historiográficas que se preguntan por el grado de relación entre dicha expansión imperialista global y esta guerra regional, escudándose en el supuesto carácter “objetivo” de su método científico.⁴⁸ Atribuyó al revisionismo una marcada influencia del contexto de época, signado por la lucha contra las dictaduras latinoamericanas de los tiempos de la guerra fría, el ataque al pensamiento liberal ligado a aquellas, el influjo de la Revolución cubana y el antiimperialismo que hacía necesario apelar a Gran Bretaña para explicar el exterminio de lo que se veía como un modelo autónomo de desarrollo paraguayo. Por el contrario, la “nueva historiografía” se caracterizaría por el mayor peso de las fuentes primarias (independientemente del tratamiento que de las mismas se haga) y, en base a ello, la postulación de los orígenes de la guerra en un proceso histórico regional que prescindiera de la acción de Gran Bretaña, al tiempo que se esfuerza por presentar al Brasil como sujeto autónomo en el contexto internacional (de ahí la importancia de la “cuestión Christie”)⁴⁹ y, con-

48 DORATIOTO, Francisco. “Historia e ideología: la producción brasileña sobre la Guerra del Paraguay”. En: CRESPO, Horacio (Ed.), *La Guerra del Paraguay. Historiografías. Representaciones. Contextos*. México: El Colegio de México, 2012. pp. 53-71.

49 A raíz del naufragio de un barco británico en las costas brasileñas y el posterior saqueo de sus despojos se abrió un largo conflicto diplomático (1862-1865) con Gran Bretaña, representada por William Dougal Christie, por el reclamo de satisfacciones. El conflicto se agravó con un altercado de marineros británicos detenidos en Río de Janeiro, y llevó a la ruptura temporal de las relaciones formales entre los dos estados. Sin embargo, las relaciones económicas se mantuvieron, y el capital británico financió las acciones bélicas brasileñas. Las relaciones diplomáticas se reestablecieron iniciada la guerra contra Paraguay. Autores liberales sobredimensionan el episodio para tratar de demostrar la plena autonomía de las decisiones de Brasil respecto a Paraguay y la región, sin injerencia británica. Vale señalar que poco antes, en 1859, Paraguay enfrentó un ataque

secuentemente, necesita como piedra angular de su interpretación un Paraguay despótico, atrasado y con deseos expansionistas, revés de trama del “civilizado” y “pacífico” imperio esclavista y liberal de Pedro II.

Finalmente, Doratioto intentó negar la injerencia de Gran Bretaña señalando que el mercado paraguayo era diminuto, que la guerra civil norteamericana ya había finalizado, que Gran Bretaña se proveyó de algodón egipcio y que el diplomático Edward Thornton había ofrecido –a título individual– sus buenos oficios como mediador en el conflicto. Cada uno de estos argumentos tiene puntos débiles⁵⁰ y merecerían ser tratados en profundidad. Sin embargo, aquí solo abordamos su posición respecto del algodón egipcio, único argumento que remite a una mirada conectada con la totalidad internacional.

En *Maldita Guerra* su autor nos dice que,

[e]n cuanto al algodón, la Guerra del Paraguay comenzó cuando ya había terminado la lucha norteamericana, sin que en el lapso de ese conflicto Gran Bretaña hubiese encarado cualquier iniciativa para obtener algodón paraguayo. Además, desde 1860, las necesidades de la industria textil británica estaban cubiertas por la compra de algodón en Egipto.⁵¹

La afirmación de la última línea de la cita no vuelve a ser retomada para profundizarla y documentarla en una obra que ronda las seiscientas páginas. Doratioto basó su afirmación en Whigham⁵², sin profundizar al respecto. Otros historiadores que se identifican con la misma corriente repiten el argumento de la “coartada egipcia” y dan vuelta de página al tema sin más.⁵³ Así, la escueta y liviana frase de *Maldita guerra* se ha convertido para muchos historiadores del medio local en una suerte de axioma historiográfico de culto⁵⁴ que daría por

británico por la “cuestión Canstatt”, en el mismo año en que una flota norteamericana remontaba el Paraná con ánimo de guerra, y en 1854-55 Paraguay enfrentó un intento de invasión brasileña a las órdenes de Ferreira de Oliveira.

50 Por ejemplo, Thornton aclara en su carta que Brasil tiene la razón... Curiosa manera de postularse como mediador imparcial. Doratioto reproduce íntegra la misiva, presentándola como una suerte de prueba innegable de la neutralidad británica. Véase: DORATIOTO, Francisco. Op. Cit., 2004, p. 83-85.

51 Ibidem, p. 81.

52 WHIGHAM, Thomas. Op. Cit.

53 BREZZO, Liliana., Op. Cit., p. 172.

54 Victoria Baratta suele utilizar la afirmación doratitotiana como latiguillo sin ningún tipo de reflexión o recaudo al respecto. Véase: BARATTA, Victoria. “El mito de Londres como cuarto aliado de la Guerra del Paraguay”. En: *Perfil*, Buenos Aires, 23 de febrero de 2019; CHIARADÍA, Esteban

concluida toda discusión sobre la posible injerencia del capital y la diplomacia británica en esta guerra y su alcance.

Por lo tanto, cobra relevancia detenerse unos instantes en la situación de la producción algodонера de Egipto en los tiempos victorianos para encontrar que no todo era alegría para su Majestad británica en el país de las pirámides, y que el “hambre” algodonero de Lancashire no se saciaba a pleno con la producción egipcia, no descartándose un potencial interés de Gran Bretaña por las posibilidades algodonerías de lejanas tierras en el corazón de Sudamérica, entre otras.

La “coartada egipcia” frente a la “tesis imperialista”

Egipto era la más rica de las provincias otomanas. Tras la invasión napoleónica (1798-1801) y el fracaso británico para establecer un gobierno indirecto, en 1805-1848 el *wali* (gobernador) Mehmet Alí desplegó un plan de modernización con el estado cumpliendo la función de acumulación primitiva⁵⁵ y un reparto agrario que también impuso una prestación laboral de los campesinos para el estado.⁵⁶ El gobierno organizó la producción de cultivos exportables a gran escala -como el algodón- y financió la experimentación agrícola, logrando el algodón *Jumel* de fibra larga, el de mejor calidad a nivel mundial y verdadero símbolo del Egipto moderno.⁵⁷ Las conquistas militares -del Peloponeso al Sudán- aseguraron rutas, materias primas, mano de obra, impuestos y mercados para los productos egipcios, que desplazaron a los textiles locales e incluso a los ingleses, preocupando al gobierno británico.⁵⁸ Sin embargo, este desarrollo autonómico se detuvo abruptamente con la capitulación de Balta Liman (1838), que abrió

y LUCIETTO, Franco. “A propósito de Victoria Baratta y la ‘desmitificación’ del rol británico en la Guerra de la Triple Alianza”. En: *Agencia Paco Urondo*, 19 de marzo de 2019.

55 Véase: AMIN, Samir. *La nation arabe. Nationalisme et luttes de classes*. Paris, 1976; BATOU, Jean. “L’industrialisation de l’Égypte avant le canal de Suez: développement économique et rôle de l’État”. En: *Anatoli*, 5, 2014, pp. 199-216.

56 BECKERT, Sven. Op. Cit.

57 AZAOLA PIAZZA, Bárbara. *Historia del Egipto contemporáneo*. Madrid: Catarata, 2008.

58 También invadieron los mercados de Persia e India, y Alí envió barcos con sus telas de algodón a Calcuta, alarmando a los comerciantes británicos que reclamaron mayores aranceles. Cf. al-SAYYID MARSOT, Afaf Lufti. *Historia de Egipto. De la conquista árabe al presente*. Madrid: Akal. 2008; BATOU, Jean. Op. Cit..

el mercado otomano a las manufacturas británicas, prohibiendo a las provincias fijar monopolios. El *wali* se opuso, pero fue derrotado por las potencias europeas aliadas al sultán. Así, Londres desarmaba a un molesto rival: Egipto perdió su flota y gran parte de sus conquistas.

La necesidad de contar con excedentes exportables transformó a la clase dirigente egipcia, que dejó de ser una burocracia “mandarina” y se convirtió en latifundista.⁵⁹ Una modernización dependiente comenzó entonces con el nuevo *wali* Mehmet Said (1854-1863) y la coyuntura algodonera favorable en el contexto de la guerra civil norteamericana. Al finalizar la misma, el precio del algodón bajó pero se mantuvo a un nivel superior a los años previos a la guerra, aunque las necesidades alimentarias del país fueron un freno al desarrollo extensivo del algodón.⁶⁰

La MCSA intentó en vano introducir las variedades *Sea Island* y *Middling Orleans* y, si bien hubo inversiones británicas y francesas en la producción algodonera egipcia, la MCSA presionó inútilmente para que se acepte capital británico a fin de asistir a los cultivadores e introducir mejoras técnicas, lo que hubiera derivado en una caída relativa del precio. En cambio, Egipto recurrió a usureros locales y a la expansión de la superficie cultivada.⁶¹ Y cuando en 1867 visitó Londres el *jedive* (virrey) Ismail Pashá (que gobernó en 1863-1879) la MCSA y miembros del Parlamento le manifestaron su preocupación por no extenderse aún más los cultivos algodoneros y por la competencia que le hacían los cereales, que demandaban menos mano de obra.⁶² Es decir que el algodón egipcio era caro y Gran Bretaña no podía intervenir en promover factores que tendieran al abaratamiento del producto. Además, era un algodón de fibra larga que no se aprovechaba a pleno en las hilanderías inglesas por carencia de la tecnología adecuada, la cual se introdujo con el proceso de mercerización a fines de la centuria.

Pero hay otro elemento de relevancia. En 1854 Mehmet Said otorgó al francés Ferdinand de Lesseps la concesión para construir un canal en el istmo de Suez conectando los mares Mediterráneo y Rojo. Lord Palmerston se opuso por tratarse de un área sensib-

59 AMIN, Samir. Op. Cit

60 Véase: QUINTANA PALI, Santiago. “El algodón en Egipto, 1805-1930”. En: *Estudios de Asia y África*, XVI: 3, El Colegio de México, 1981 (pp. 436-465); WATTS, Isaac. *The Cotton Supply Association: Its Origin and Progress*. Manchester: Cotton Supply Association, 1871.

61 QUINTANA PALI, Santiago. Op. Cit.

62 WATTS, Isaac. Op. Cit.

le para la seguridad de la ruta a la India, que podría caer en manos de Francia. En 1859 la Compañía Internacional del Canal inició sus tareas utilizando mano de obra campesina provista por el gobierno egipcio en cuotas mensuales como parte del contrato. Esta *corvée* consumía mensualmente el trabajo vivo de 20.000 campesinos, los cuales permanecían fuera de sus hogares unos tres meses. Esto arrojó una movilización hacia el istmo de 240.000 campesinos al año⁶³, pero la merma en los campos de algodón fue de unos 720.000 hombres al año (considerando el tiempo de viaje, de ida y vuelta), en un país con una población de unos seis millones de habitantes, y con el agravante que el algodón *Jumel* requiere una dedicación minuciosa entre primavera y otoño, destinando el resto del año a abrir y mantener canales de riego. Además, otras obras vinculadas al canal demandaron abundante mano de obra adicional⁶⁴, y el cólera se cobró la mayoría de los 125.000 obreros muertos durante la construcción del canal.⁶⁵

Todas estas obras disputaron mucha fuerza de trabajo a la producción algodонера, un factor clave en las consideraciones de la MCSA sobre las posibilidades algodonerías. En un informe de los ingenieros del *wali* Said se señalaba la magnitud y las dificultades de la obra, concluyendo que “para distraer de los trabajos comunes de la agricultura un número de brazos tan considerable, era preciso que fuese una necesidad absoluta, pues se hace un gran daño al país cuyo perjuicio debe procurarse el evitarlo”⁶⁶.

En 1863-1866 se dio la disputa por el uso de mano de obra egipcia. Inglaterra denunció la *corvée*, proveyó de armas -según Lesseps- a los beduinos que instigaban los motines de trabajadores y presionó a Istanbul y a El Cairo para que la Compañía utilizara tecnología, reduciendo así los contingentes campesinos en el canal.

63 HEADRICK, Daniel. *Los instrumentos del Imperio. Tecnología e Imperialismo europeo en el siglo XIX*. Madrid: Altaya, 1998.

64 Un canal de agua dulce desde el Nilo para combatir la disentería y el cólera en los lugares de trabajo del desierto, el puerto y ciudad en Port Said en una playa poco profunda y de arenas movedizas, el centro administrativo de Ismailía, levantar faros costeros y desecar el lago Menzaleh. Y a esto hay que sumar otras obras públicas planificadas por el gobierno egipcio como la Ópera del Cairo, la iluminación de ciudades y nuevos palacios en las ciudades levantadas en la zona del canal.

65 La disentería y el cólera debilitaron la fuerza de trabajo no solo en las obras del canal sino también a su retorno a los campos de algodón

66 Citado por: PALEÓCAPA, Pietro. “Canal del Istmo de Suez”. En: *Revista de Obras Públicas*, VI (22), 1858, pp. 261-265.

A fines de 1864, fruto de las presiones, la Compañía encargó dragas y otras maquinarias. Así y todo, en 1865 el descenso de mano de obra no fue automático, ya que fue requerida en parte para montar las instalaciones de las maquinarias.⁶⁷

Cerca de la finalización de las obras (1869), Londres e Istanbul abandonaron su posición hostil hacia el canal mientras la diplomacia inglesa se movía para garantizar la neutralidad de la zona, y en paralelo la banca Rothschild puso allí su mirada.

Las obras fastuosas y el derroche bajo el gobierno jedival condujeron a la bancarrota, estableciendo Inglaterra una intervención sobre las finanzas egipcias. Esto provocó la revolución popular de Orabí Pashá, que concluyó con la invasión inglesa de 1882 y el establecimiento del protectorado hasta 1914. Ahora, el capital británico lograba el predominio absoluto sobre el mercado local de capitales, lo que le permitía invertir en la modernización algodonera: uso masivo de fertilizantes, sistema de irrigación perenne y ampliación del área de cultivo en detrimento de los cereales. En breve, Egipto se convirtió en comprador de cereales americanos mientras los suelos se agotaban y las enfermedades y la malnutrición afectaban a la mano de obra. Los británicos buscaron abrir un segundo frente algodonero en Sudán, pero el triunfo espectacular del *Mahdi* en Jartum (1885) frenó ese proceso, que recién en 1898 sería retomado con la conquista anglo-egipcia del Sudán.

En síntesis, resulta insuficiente la afirmación de Doratioto -y otros autores- en el sentido que las necesidades algodoneras británicas se cubrían con la producción egipcia. No considera que Egipto se benefició del alza de precios mediante una explotación extensiva financiada con prestamistas locales, fracasando los intentos de una producción intensiva con inversiones británicas hasta el establecimiento del protectorado en 1882. Además, tenemos la cuestión de la falta de una tecnología adecuada para el algodón de fibra larga y la competencia por la mano de obra local con el plan de obras públicas del régimen jedival. Todo esto es un claro estorbo para la pretensión británica de obtener un algodón bueno, abundante y barato. Londres logrará remover estos obstáculos en las dos últimas décadas del siglo. Para entonces, la guerra en Paraguay ya había concluido (1870).

En definitiva, en los años previos a la Guerra de la Triple Alianza

67 HEADRICK, Daniel. Op, Cit.

y durante el inicio de la misma no es posible afirmar tajantemente que Gran Bretaña no tuviera interés en abrir nuevos mercados productores de algodón solo por contar con el algodón egipcio.

Entonces, incluso es posible postular lo siguiente a contrapelo de Doratioto: dado que una parte importante de las necesidades de la industria textil británica se cubrían con un algodón caro, de una calidad superior a la de su tecnología y con casi nulas posibilidades de incidir en la baja de su precio, es lógico que los capitales británicos y su gobierno (en un imperio donde política y negocios suelen ir de la mano) busquen por cualquier vía nuevos frentes algodoneiros que presenten mejores condiciones. Y si a eso sumamos el algodón indio de inferior calidad, la búsqueda cobra mayor sentido.

También hay que añadir que, contrariamente a la mencionada aseveración de Doratioto en el sentido que Gran Bretaña no encaró ninguna iniciativa para obtener algodón paraguayo en los años de la guerra civil norteamericana, entre 1861-1863 (tras la batalla de Pavón y en los mismos años en que presionaba a Egipto para que acepte capitales británicos en la producción algodoneira para bajar los precios) la MCSA impulsaba las indagaciones del cónsul Hutchinson y del comerciante Mulhall, mientras el embajador norteamericano en Buenos Aires comentaba divertido los esfuerzos británicos. Estas iniciativas no prosperaron de inmediato, pero poco después dieron frutos en regiones que Argentina arrebató a Paraguay durante la guerra.⁶⁸

A modo de conclusión

El “revisionismo” significó un salto cualitativo en la producción historiográfica sobre esta guerra, rompiendo con los abúlicos textos de exaltación heroica, detalles castrenses y pormenores diplomáticos propios de la historiografía liberal. Algunos revisionistas realizaron una primera aproximación a los elementos de las formaciones socio-económicas de las naciones beligerantes y a la integración regional en un mercado mundial en momentos de una globalización capitalista planetaria, destacándose la obra de León Pomer. Ya no la explicación patológica del “tirano loco”; se proponen líneas interpretativas que futuros historiadores pueden profundizar.

68 GUY, Donna. Op. Cit.

Sin embargo, desde la caída del muro de Berlín, el retorno a la democracia en el Cono Sur y la profesionalización universitaria, fue muy festejada una renovación temática y metodológica en el abordaje de esta guerra cuya figura emblemática es Francisco Doratioto. Una “nueva” historiografía que se pretende aséptica al postular una verdad y un método que todo lo critica menos sus propios condicionantes políticos, sociales, económicos e ideológicos.⁶⁹ Así, Doratioto⁷⁰ celebra el despliegue de una serie de dispositivos académicos -con financiamiento público y privado- en un campo científico sujeto a férreas normas corporativas a modo de “policía científica” (como aquellas que denunciara Pierre Bourdieu) como supuestos garantes de la “objetividad”, pero cuyos revés de trama deviene muchas veces en una atrofia profesionalizante que obtura una comprensión poliédrica, rica y compleja de la historia. Otros autores contemporáneos se han mostrado sumamente críticos de esta pretendida nueva corriente, ligándola al despliegue de las políticas neoliberales y la creciente mercantilización del ámbito académico, y alguno de ellos caracterizándola como una *Restauração historiográfica*.⁷¹

Se celebra el abordaje de “temas tabúes” sobre esta guerra⁷², al tiempo que se intenta ridiculizar los planteos revisionistas, como hicieran los viejos historiadores liberales. Pero una verdadera “nueva” historiografía podría aceptar el desafío de dichos planteos como agenda de investigación, como nuevos interrogantes. Renovar los métodos para indagar y comprender el rol de Gran Bretaña en el origen y decurso de esta guerra es también romper con un moderno *tabú*, hijo de los prejuicios ideológicos.

La cuestión de la injerencia británica en esta guerra se volvió, para esta “nueva” historiografía, en un tema pasado de moda, ligado al revisionismo -lo que en el mundo académico “serio” implica su condena inmediata sin derecho a juicio previo ni defensa- y despachado con temerarias afirmaciones sin sustento, como la “coartada egipcia” que aquí abordamos. Así, resulta obvia la voluntad de clausura respecto a una posible línea de investigación sobre las implicancias británicas en esta guerra y también la incapacidad de apropiarse de viejos planteos

69 Al respecto, es bueno releer *Historia: análisis del pasado y proyecto social*, de Josep Fontana.

70 DORATIOTO, Francisco. Op. Cit.

71 MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel. História e Historiografia da Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013, p. 295.

72 BREZZO, Liliana. Op. Cit.

para ensanchar el horizonte con nuevas preguntas.

Al margen de la forma de abordar estos tópicos por las distintas corrientes y sus motivaciones políticas declaradas o subyacentes, la agenda de la injerencia británica en los conflictos bélicos del Cono Sur en la década de 1860 no está cerrada. A fin de cuentas, una de las consecuencias más significativas de la Guerra de la Triple Alianza consistió en consolidar la conexión al mercado mundial capitalista en calidad de proveedoras de materias primas baratas a las diversas áreas que componen la Cuenca del Plata. Y es en esa dimensión que la conexión del Nilo al Paraná cobra especial sentido.

Londres, al financiar a Argentina y Brasil cerca de un 20% de sus esfuerzos de una guerra prolongada y negar al Paraguay empréstitos para su tendido férreo hacia Bolivia, resume en términos fácticos las coordenadas de su participación, más allá de aspectos formales o señales diplomáticas. Un investigador brasileño declaró en su tesis de maestría:

Foram os empréstimos e as armas que decidiram a existência da guerra e, principalmente, o seu prolongamento. Qual outra evidência seria ainda necessária? Uma declaração escrita? Não se duvida que essa declaração possa existir, por isso se mantêm fechados os arquivos brasileiros, os quais só serão abertos – se algum dia o forem – provavelmente, depois de expurgados.⁷³

En definitiva, vemos que Gran Bretaña sí mostró interés por las capacidades algodonerías de Paraguay –sin que ello se tradujera necesariamente en un comercio estable y cuantioso, sino potencial- y esto es un elemento a considerar al abordar esta guerra. Profundizar en esa línea de análisis - ajena a los *clichés* de pomposas obras como *Maldita guerra*- puede enmarcarse en una crítica más general al abordaje de las relaciones de dicha potencia mundial con los estados de la región por parte de cierta historiografía reciente, que retoma -con otros ropajes- prejuicios de la historiografía tradicional y cierra la puerta entreabierto por la renovación historiográfica que nos legó el revisionismo.

73 BARROS, Ruy Coelho. *A Guerra com o Paraguai. Aspectos Polêmicos: Aprofundamento*. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História), UFMT, 2007, p. 116.

PARTE II

O SÉCULO

XX:

MEMÓRIA, HISTÓRIA

E SOCIEDADE

A AMÉRICA LATINA E A “QUESTÃO COLONIAL” NAS TESES DA INTERNACIONAL COMUNISTA (1921-1928)

Carlos Prado

Introdução

Ao propor uma periodização da história da esquerda latino-americana no século XX, a historiadora Claudia Wasserman argumenta que alguns episódios históricos tiveram grande impacto e se tornaram referências para outros movimentos, organizações, grupos e partidos da região. Segundo a historiadora, a década de 1910 foi marcada pela Revolução Mexicana. Já durante a década de 1920, a Revolução Russa apareceu como o novo paradigma revolucionário. Posteriormente, em meados da década de 1930, a influência da estratégia nacional-popular ganhou destaque. Já a partir de 1960, a Revolução Cubana teve grande influência sobre a trajetória da esquerda subcontinental.¹

Wasserman ainda cita outros importantes marcos, como a vitória e derrota de Salvador Allende no Chile, os sucessivos golpes militares, a Revolução Nicaraguense, a redemocratização, a queda do muro de Berlim seguida pelo fim da União Soviética, o movimento neozapatista (EZLN), e a sucessiva eleição de lideranças de esquerda desde o fim da década de 1990. De acordo com Wasserman: “Mesmo quando os mo-

¹ WASSERMAN, Claudia. *A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates*. In: *Diálogos*. DHI/PPH/UEM, V. 14, n. 1, 2010.

vimentos, organizações e partidos de esquerda se organizaram contra esses modelos, é possível afirmar que nada na história da esquerda permaneceu como era antes da eclosão e do desfecho desses processos”.²

As primeiras organizações operárias na América Latina precedem a Revolução Mexicana e a Russa. Ainda no final do século XIX, surgiram organizações sindicais combativas em alguns países com maior desenvolvimento industrial e urbano, como no Brasil, Chile, Argentina e México. A Revolução Mexicana se destaca porque evidenciou a capacidade de mobilização e de luta das classes subalternas contra a nefasta ordem oligárquica exportadora. Não obstante, a Revolução de Outubro foi um acontecimento ainda mais abrangente. Sua influência extrapolou as fronteiras europeias e repercutiu para além do velho continente. Os ecos da vitória proletária na Rússia tiveram longa repercussão na América Latina. Nos anos que se seguiram, surgiram partidos que se identificaram com os bolcheviques e se vincularam efetivamente às concepções da III Internacional Comunista (IC), fundada em 1919.

Mas essa adesão, é claro, não foi isenta de consequências. Se por um lado, os novos partidos ganhavam apoio e suporte internacional, por outro lado, havia a disciplina e a hierarquização. Ao ingressar na IC os partidos tinham de aceitar as “21 condições” de admissão, que haviam sido estabelecidas em 1920, durante o II Congresso da organização. Estas condições eram compostas por uma série de exigências, incluindo questões disciplinares, táticas e programáticas. Foram elaboradas com o objetivo de “purificar” os partidos comunistas, lançando as bases para afastar as divergências, especialmente os socialdemocratas e os anarquistas. Ao concordarem com as “21 condições”, os PCs estavam aceitando um modelo padronizado de partido, o qual impunha uma clara hierarquia e subordinação às orientações de Moscou.

Na década de 1920, sob influência da IC, a concepção de uma América Latina colonial ou semicolonial dominada pelo imperialismo, bem como a estratégia em torno de uma revolução democrático burguesa de base etapista constituíram os fundamentos teóricos para se pensar a realidade social do subcontinente. A partir do problema da “questão colonial”, os primeiros congressos da IC investigaram a realidade latino-americana sob uma perspectiva universalizante que suplantava as particularidades do subcontinente.

2 *Ibidem*, p. 23.

A América Latina era uma realidade distante e desconhecida para os soviéticos, o que resultou em interpretações e análises mecanicistas e dogmáticas, muitas vezes elaboradas a partir da experiência europeia ou em analogia com os países orientais, como a Índia ou a China. Estas concepções, por meio dos congressos, teses e resoluções, foram introduzidas pelo alto e estão na base do “primeiro marxismo” latino-americano. Posteriormente, estas concepções foram criticadas por outros militantes-teóricos e pela historiografia, mas a leitura da América Latina sob o prisma da “questão colonial” teve ampla influência e, por longo período, foi reproduzida como um cânone.

O objetivo do presente artigo é apresentar e discutir as interpretações que a IC lançou sobre a América Latina ao longo da década de 1920. O texto está dividido em quatro partes. Num primeiro momento, aborda-se os debates sobre a chamada “questão colonial” nos dois primeiros congressos da IC. Aqui, os países latino-americanos ainda não aparecem de forma explícita, mas foram estas discussões iniciais que influenciaram as interpretações posteriores. Na segunda parte, apresenta-se dois breves textos que abordam especificamente a América Latina e destacam a relação com imperialismo norte-americano. O primeiro texto, intitulado “Sobre a revolução na América” foi publicado em 1921, logo após a realização do III Congresso da IC e o segundo, intitulado “Aos operários e camponeses da América do Sul” foi publicado em 1923 e foi elaborado durante o IV Congresso. Ambos reafirmam a interpretação de uma América Latina colonial ou semicolonial.

Posteriormente, na terceira parte deste texto, aborda-se as teses do VI Congresso da IC em 1928. Foi no documento intitulado “Teses acerca do movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais”, onde se tentou avançar na caracterização da América Latina, abordando suas características econômicas, o caráter da sua revolução e as alianças que o proletariado deveria estabelecer. A análise destas teses revela uma leitura inconsistente, generalizadora e abstrata dos países latino-americanos, enquadrando-os no rol de países coloniais e semicoloniais. Por fim, na quarta e última parte, analisa-se as críticas apresentadas, ainda durante as discussões do VI Congresso, pelo delegado equatoriano Ricardo Paredes à interpretação genérica que a IC apresentava sobre a América Latina.

A luta dos “povos coloniais” no I e II Congressos da Internacional

O I Congresso da IC se reuniu entre os dias 2 e 6 de março de 1919. A bibliografia pertinente ressalta o caráter pouco representativo da conferência, uma vez que participaram apenas 51 delegados. Todavia, entrar em território russo naquele período era uma tarefa muito arriscada.³ Com efeito, a maioria dos delegados eram membros do partido russo e das repúblicas do Leste europeu, mas também estiveram presentes representantes da França, Alemanha, Estados Unidos, Coreia e China. Nenhum representante da América Latina compareceu.

Foi no “Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo inteiro”, redigido por Trotsky, que a discussão em torno dos chamados “povos coloniais” veio à tona. Neste debate, os países latino-americanos, africanos e asiáticos não foram tratados com centralidade. Eles só apareceram quando se analisou a expansão imperialista e a divisão de diversas regiões entre as potências centrais. Considerou-se que esses povos foram “arrasados e violentados”, condenados a uma produção econômica dependente, sempre em favor das necessidades e interesses da sua metrópole. Todavia, observou-se ainda que, o advento do conflito mundial resultou numa “série de revoltas ou movimentos revolucionários em todas as colônias”⁴ Apresentou-se a concepção de que a “libertação das colônias” só seria possível num momento posterior às revoluções operárias nas potências imperialistas:

Se a Europa capitalista arrastou atrás dela os partidos mais atrasados do mundo no turbilhão das relações capitalistas, a Europa socialista, por seu turno, virá socorrer as colônias libertadas com sua técnica, sua organização, sua influência moral, a fim de abrir passagem à vida econômica regularmente organizada pelo socialismo.⁵

Tal interpretação colocou o movimento revolucionário nas co-

3 “A chegada dos delegados a Moscou representava uma façanha, num momento em que o país sofria as agonias de uma guerra civil. Fora preciso que os delegados fugissem à vigilância dos oficiais de fronteira e de alfândega nos diversos países em que qualquer viagem à Rússia Soviética era considerada um ato hostil”. KREMER, Ilya S. **O Comintern**. In: *História do século 20 (1919/1934)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 997.

4 TROTSKY. *Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo inteiro*. 1919. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/first_congress_comintern_documents_portuguese.html. Acessado em 21 abr. 2020.

5 Ibidem.

lônias numa perspectiva secundária. A luta pela “libertação colonial” parecia não ter vida própria, pois não teria condições de caminhar sozinha. Por conseguinte, não se debateu uma tática exclusiva para os operários desses países. Eles deveriam ficar à espreita, aguardando o desenvolvimento do movimento operário europeu.

Apesar de não citarem diretamente a América Latina, nota-se o argumento de que o socialismo se desenvolveria a partir da Europa e só depois alcançaria as demais regiões do planeta. O fato é que a problemática das lutas para além da Europa foi tratada de forma rápida e superficial. Na virada para a década de 1920, o velho continente ainda estava num período de “crise revolucionária”. Esperava-se que a revolução nos países europeus acontecesse em breve e esta foi a questão central. Além disso, vale destacar que os documentos não apresentaram nenhuma conceituação sobre o que ou quem seriam exatamente estes “povos colônias”. Apenas a partir do II Congresso se começou a discutir melhor essa problemática e se apresentou um exame mais atento sobre os chamados “povos coloniais”, “semicoloniais” ou “atrasados”.

Se nas resoluções do congresso anterior, as lutas de libertação dos povos oprimidos apareceram em segundo plano, como um reflexo das lutas nos países desenvolvidos, no II Congresso já se desenvolveu uma reflexão mais descentralizada. A luta dos “povos oprimidos” deixou de ter um papel auxiliar e secundário.

Lenin elaborou o texto que foi levado ao debate. Ele apresentou 12 teses que expunham a problemática em torno das colônias como uma “questão nacional”. O indiano Manabendra Nath Roy⁶, delegado do Partido Comunista do México, também contribuiu de forma decisiva nesta questão. Ele conhecia algumas especificidades que estavam além da percepção do líder bolchevique e, diante de apontamentos do indiano, as teses preliminares, elaboradas por Lenin, sofreram algumas modificações, pequenas, mas substanciais. Roy também elaborou 9 teses suplementares que foram acrescidas.

A análise das teses em sua versão final revela uma pequena alteração. Se no primeiro momento se afirmou que o dever dos co-

⁶ “Manabendra Nath Roy, 31 anos, nascido Narendra Nath Bhattachary, é um ex-nacionalista e terrorista, que trabalhou com o governo alemão durante a guerra, depois passou um tempo nos EUA. Refugiado no México depois de uma prisão, ele se liga aos rebeldes apelidados de *slackers*, que serão o núcleo comunista neste país”. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 343.

munistas era auxiliar o movimento de libertação “democrático-burguês”, na versão final se falou apenas em apoiar os movimentos revolucionários de “libertação”, sem a caracterização de “democrático-burguês”.⁷ É provável que essa alteração se deu para impedir que se realizassem alianças com as burguesias nacionais. Cabe ressaltar ainda que estas teses não apresentaram quaisquer orientações que se dirigiam diretamente para a América Latina. Falava-se em países “coloniais” e “atrasados”, mas não há qualquer determinação que explicitasse quais seriam esses países.

As teses suplementares de Roy apresentaram uma interpretação das relações econômicas imperialistas bastante diferentes daquelas apresentadas no I Congresso. Em sua abordagem, as potências europeias só conseguiram alcançar um alto desenvolvimento econômico devido ao domínio colonial. Roy citou o caso inglês, afirmando que a sua produção em alta escala não encontraria procura suficiente se não fossem as possessões coloniais, que eram essenciais para o escoamento dessas mercadorias e para fornecimento de matérias-primas. Sem o mercado colonial, “a ordem capitalista na Inglaterra há muito que teria entrado em colapso”.⁸ Para o delegado, a lógica imperialista-colonial não escravizava e explorava apenas milhares de trabalhadores dos países oprimidos, mas também era peça fundamental da engrenagem que mantinha o proletariado britânico sob o domínio da sua burguesia.

De acordo com Roy, as colônias permitiam que os trabalhadores dos países imperialistas gozassem de alguns benefícios: “Como resultado da exploração do imperialismo, a população colonial europeia está em condições de conceder a aristocracia operária na Europa uma série de concessões”.⁹ Nessa perspectiva, as vantagens econômicas conferidas ao proletariado dos países industrializados no período anterior à guerra, viabilizadas pelas políticas reformistas, só foram possíveis graças aos grandes lucros alcançados pela exploração colonial. Com efeito, o fim dessas possessões colocaria a economia em frangalhos e a

7 LENIN, V. I. *Projeto de teses preliminares*: as questões nacional e colonial. 1920. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html>, acessado em 25 jul. 2015.

8 ROY, M. N. *Teses suplementares*. 1920. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html. Acessado em 25 jul. 2020.

9 *Ibidem*.

classe operária sofreria as consequências, sendo arrastada para a luta revolucionária. Em 1920, a IC ainda esperava e acreditava que em pouco tempo a revolução proletária ocorresse na Alemanha ou em outro país do Ocidente europeu. O foco da luta revolucionária permanecia no velho continente. Roy afirmou que era preciso descentralizar essa luta, ampliar as zonas de influências e passar a atuar de forma mais decisiva em conjunto com os povos coloniais.¹⁰

As teses também avançaram na caracterização econômica. Argumentou-se que os países coloniais foram impedidos pelos interesses das metrópoles de desenvolverem sua economia, seu mercado interno e sua indústria. Por conseguinte, apresentavam uma estrutura claramente atrasada em comparação às potências imperialistas europeias. Nessas condições de baixo desenvolvimento, a luta nas colônias não deveria ter um caráter imediatamente comunista. Roy acrescenta que “No primeiro período, a revolução nas colônias não será comunista, mas se desde o início a vanguarda comunista surgir na liderança das massas revolucionárias, elas serão levadas pelo caminho correto”.¹¹

Os debates sobre a “questão colonial” foram muito interessantes no II Congresso e as contribuições de Lenin e Roy fizeram com que a problemática realmente avançasse comparada à resolução do I Congresso. Os países da América Latina ainda não foram citados diretamente. A referência explícita não está lá, mas o plano de análise para uma estratégia e uma tática se faz presente. A questão em torno das relações com o movimento democrático foi o tema central dos debates e é onde verifica-se uma grande mudança de perspectiva. Em linhas gerais, estas teses sobre a “questão colonial” podem ser consideradas a gênese da estratégia geral da IC para a América Latina.

As primeiras análises da IC sobre a América Latina

Meses após o II Congresso, em janeiro de 1921, a revista de divulgação dos materiais da IC, *L'Internationale Communiste*, publicou um artigo intitulado “Sobre la revolución en America; Llamamiento a

10 “A Internacional Comunista deve entrar em conexão muito próxima com as forças revolucionárias que estão atualmente participando na derrubada do imperialismo nos países política e economicamente oprimidos”. *Ibidem*.

11 *Ibidem*.

la clase obrera de las Americas". Este foi o primeiro texto que abordou de forma específica a América Latina. Também é interessante observar que o artigo não é assinado por nenhum membro, apenas por Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC). Desta forma, não é possível saber qual ou quais membros foram os responsáveis pela elaboração do documento, nem se houve participação de algum militante latino-americano.

Antes de tratar propriamente do texto, vale destacar que as primeiras investidas dos soviéticos no continente se deram por meio do envio de emissários do partido que tinham a missão de divulgar a III Internacional, fazer contatos e investigar a realidade socioeconômica da região. O primeiro emissário foi Mikhail Borodin¹² que, em 1919 passou pelos Estados Unidos e pelo México, onde entrou em contato com Roy, então secretário do Partido Socialista do México. Roy teve um papel decisivo na fundação do partido Comunista daquele país¹³, primeiro a ser fundado no continente americano.

Já em 1921, o russo Abramson, membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), foi o segundo enviado. Sua expedição passou pela costa chilena, Lima, Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. Um terceiro emissário, chamado Ramison, também conhecido como "cometa de Manchester" chegou a fazer contatos no Brasil. Segundo relatos, em 1922, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, o emissário soviético encontrou Edgard Leueronh, jornalista e militante anarquista, que não sendo muito simpático ao bolchevismo, indicou o nome de Astrojildo Pereira.¹⁴ Ainda sobre essas expedições exploratórias, Broué comenta sobre suas fragilidades: "Estes homens não estavam minimamente preparados para esse tipo de missão em países dos quais eles ignoravam tudo".¹⁵ Ainda mais complicado do que o despreparo para

12 "Mikhail Borodin foi o primeiro emissário da Internacional de que tem notícia na América Latina. Victor Serge, outro militante daqueles primeiros tempos, assim se recorda de Borodin em Moscou, quando este havia retornado da América Latina: "Trinta e cinco anos, o rosto banal e tri-gueiro, um toquinho de bigode negro, muito informado das coisas do vasto mundo, iria se tornar o camarada Borodin, conselheiro político do Kuomitang em Cantão". PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 28-29.

13 O Partido Socialista do México mudou seu nome para Partido Comunista do México em 28 de novembro de 1919.

14 PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 31.

15 BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sun-

compreender uma realidade tão estranha era a visão eurocêntrica e que carregavam:

Eles tinham com relação aos latino-americanos os mesmos preconceitos que tinham os pequeno-burgueses brancos da Europa para com os “negros”. Depois de relevar como traços gerais desses países o caráter inacabado de suas nações; a ausência de consciência e classe; a tendência a imitar a Europa, um deles explica em seu relatório de viagem que “a condição social da população é tão primitiva que não podemos não a comparar com a dos negros”¹⁶.

Persistia entre os soviéticos uma percepção eurocentrista que se refletia numa análise carregada de preconceitos. Não deve construir surpresa que estes emissários abordaram o subcontinente como bárbaro, não civilizado e a espera de uma missão estrangeira civilizatória.¹⁷ É muito provável que estes relatórios foram levados em consideração quando se elaborou o texto “Sobre la revolución en America”. A primeira parte do artigo, intitulada “América do Sul, base colonial do imperialismo americano”, apresentou uma análise pautada fundamentalmente na influência do imperialismo norte-americano sobre o restante do continente. Todavia, a argumentação carecia de sustentação histórica que respaldasse as afirmações.

O ponto de partida da investigação foi o crescimento da economia norte-americana no período pós-guerra, transformando os EUA em uma verdadeira potência imperialista. De forma similar ao texto de Roy, afirmou-se que o imperialismo se sustentava pela exploração colonial e, no caso, o alicerce do Império norte-americano eram as economias dos países latino-americanos. Estes foram apresentados como “dependentes”, “subordinados”, “tutelados”, verdadeiras “colônias” do seu vizinho imperialista do Norte: “Os povos sul-americanos enganam-se de forma ridícula quando falam de sua independência”, afirma o documento do CEIC.¹⁸

dermann, 2007, p. 336.

16 Ibidem, p. 336.

17 Sobre o relatório de Abramson, Pinheiro em convergência com Broué, afirma que: “Relaciona a nacionalidade de origem, às vezes com tintas racistas, às características da prática sindical ou política anterior dos imigrantes europeus.” PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 30.

18 COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Sobre a revolução na América**. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 77.

A subordinação dos países da América Latina aos Estados Unidos foi apresentada de forma enfática, caracterizando esse segundo como uma nação imperialista que domina econômica e politicamente os demais países do continente. Nesse sentido, afirmou-se sem medir palavras que: “De fato, a América do Sul é uma colônia dos Estados Unidos, fonte de matérias-primas, de mão-de-obra barata e, naturalmente, de fabulosos lucros”.¹⁹ O CEIC destacou o papel desempenhando pela “Doutrina Monroe”²⁰ no processo para que a hegemonia norte-americana se efetivasse em todo o continente. Argumentou-se que, ao se posicionar contra as interferências europeias, Monroe estava lançando uma política expansionista a fim de garantir o domínio norte-americano em toda região.

Acrescentou-se ainda que essa política foi sofrendo algumas adaptações no sentido de se tornar cada vez mais agressiva e intervencionista, principalmente a partir das políticas de Roosevelt e Wilson.²¹ O objetivo era estabelecer um controle político e econômico afastando nações rivais europeias, como a Alemanha, a França e principalmente os ingleses que tinham conquistado um amplo mercado no subcontinente. Tendo em vista essa disputa político-econômica, o CEIC afirmou que a “Doutrina Monroe” tem respondido às exigências do desenvolvimento capitalista dos EUA e consistia num “meio para o imperialismo norte-americano submeter a América do Sul e defender sua hegemonia contra qualquer imperialismo rival”.²² Não obstante, essa caracterização da América Latina como colônia norte-americana foi apresentada de forma muito frágil, pois o documento carece de uma explicação satisfatória sobre a realidade econômica da região.

19 *Ibidem*, p. 78.

20 As ideias fundamentais dessa Doutrina foram lançadas pelo presidente norte-americano James Monroe em dezembro de 1823. Em um discurso no congresso, ele falou aos parlamentares que o Estados Unidos reconhece a hegemonia de cada país independente do continente americano e que não aceita intervenções europeias que buscassem retomar o processo de colonização.

21 “Durante o governo do feroso presidente Roosevelt, a doutrina Monroe se transformou na expressão manifesta do imperialismo americano. Mas foi o presidente Wilson que acabou a obra do presidente Roosevelt. Hoje em dia seria mais conveniente chamá-la de doutrina Roosevelt-Wilson. Quando interpretou em 1913 a doutrina Monroe, o presidente Wilson proclamou o direito de os Estados Unidos se contraporem ao domínio do capital britânico sobre os poços petrolíferos do México”. COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Sobre a revolução na América**. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 78.

22 *Ibidem*.

Já na segunda parte do texto, intitulada, “A revolução americana”, desenvolve-se uma discussão breve sobre questões estratégicas e táticas para os comunistas da América do Sul. Em sintonia com as discussões do II Congresso, não se propôs uma aliança com a burguesia nacional. Também não apareceu a denominação de revolução “democrático-burguesa” ou de “libertação nacional”. O CEIC determinou que a luta deveria se dar pela união do proletariado com o campesinato pobre, que juntos deveriam combater os exploradores nacionais e o imperialismo americano.²³

O CEIC reconheceu a existência de um baixo desenvolvimento industrial e afirmou que o cerne das disputas econômicas se daria no campo. “O problema agrário é um problema capital. Na América do Sul, a economia agrícola ocupa o primeiro lugar”²⁴ Com a ausência de um parque industrial e de um proletariado forte e influente²⁵, a luta revolucionária passaria pela questão dos camponeses pobres, pequenos proprietários ou proletarizados. Por conseguinte, a aliança entre a classe operária nascente e o campesinato foi apresentada como indispensável. Todavia, não se expôs quais seriam os objetivos táticos desta aliança. Apenas se afirmou que a luta era contra o latifúndio, os exploradores da burguesia nacional e o imperialismo norte-americano.

Outro ponto a se destacar é que para o CEIC, um processo revolucionário na América do Sul, deveria necessariamente ser combinado com uma revolução na América do Norte.²⁶ Esta unidade seria indispensável porque se compreendia que o advento de uma revolução nos países latino-americanos não passaria despercebida pelo imperialismo e uma intervenção norte-americana não tardaria a se efetivar. Para impedir que a contrarrevolução vencesse, só um movimento do proletariado nos Estados Unidos, culminando em uma revolução no centro do imperialismo: “A revolução em nosso país combinada com a revolução proletária nos Estados Unidos”: este é o lema do proletariado revolucionário e do campesinato pobre da América do Sul”²⁷

23 Ibidem.

24 Ibidem, p. 80.

25 “(Mesmo a Argentina, o país mais desenvolvido da América do Sul do ponto de vista capitalista, conta com menos de 400 mil trabalhadores industriais para uma população de 8 milhões de habitantes)”. Ibidem, p. 80.

26 Ibidem, p. 82.

27 Ibidem.

Da mesma forma que se pensava a Revolução Russa combinada com a Revolução Alemã ou com outros países desenvolvidos, estabeleceu-se a necessidade da revolução na América do Sul impulsionar a revolução na América do Norte. O movimento partiria da nação mais explorada, colonizada e atingiria o Estado imperialista. Aqui, mais uma vez, existem semelhanças com as considerações elaboradas por Roy sobre o desenvolvimento revolucionário nos países coloniais.

De maneira geral, o texto apresenta uma análise frágil e deficitária do subcontinente. Os soviéticos não tinham informações precisas para desenvolver uma avaliação mais detalhada e discutir a realidade de cada país ou suas especificidades. Os partidos comunistas ainda estavam em formação e não havia boas referências a partir das quais poderiam construir uma análise minuciosa. Por conseguinte, a interpretação apresentada se baseava em generalidades.

Entre 22 de junho e 12 de julho de 1921, ocorreu o III Congresso da IC. O encontro ocorreu logo após a introdução da NEP (Nova Política Econômica) e do acordo Anglo-Soviético. A NEP surgiu como uma alternativa urgente para reestruturar a política econômica do “comunismo de guerra”. Ela foi aprovada durante o X Congresso do Partido Bolchevique e começou a ser implantada em meados de 1921.²⁸ Em linhas gerais, a NEP privilegiou a produção agrária, reintroduziu a propriedade privada e princípios do livre mercado, como o dinheiro e o lucro. A solução encontrada foi a fixação de um imposto *in natura* e a permissão para que o camponês vendesse o excedente da sua produção, após entregar parte dela. Apesar do Estado manter um forte controle sobre setores prioritários da economia, a NEP propunha uma descentralização ao mesmo tempo em que reanimava a produção agrícola a partir do mercado privado. Além de buscar reorientar o mercado interno, a reestruturação econômica também abriu caminho para o restabelecimento das relações com as potências capitalistas.

Em 16 de março de 1921, logo após o lançamento da NEP foi assinado o acordo comercial Anglo-Soviético. O pacto firmado em Londres restabeleceu as relações mercantis com o mundo Ocidental. O contrato teve o intuito de retirar os obstáculos para as trocas comerciais. Mas por

28 “Quando Lenin apresentou ao congresso a resolução que encerrava as propostas da NEP, o debate foi apenas formal. O desencanto com o comunismo de guerra era geral, e a crise era demasiado aguda para permitir demoras” CARR, E. H. *A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 38.

trás das questões meramente econômicas, havia uma cláusula política determinante para a atuação da IC. O governo britânico impôs a condição de que ambos os governos devessem se comprometer em abster da ação e da propaganda direta ou indireta contra a outra. Mencionou-se especificamente que o Estado soviético deveria se abster de qualquer “ação ou propaganda para estimular qualquer um dos povos asiáticos e qualquer forma de hostilidade contra os interesses britânicos ou o Império Britânico”.²⁹ Como resultado, o problema das revoluções no chamado mundo “colonial” não foi debatido no III Congresso.

A bibliografia pertinente ressalta que o III Congresso marcou a primeira grande “virada” na política da IC. A tática que visava à derubada imediata do Estado foi abandonada em prol de uma nova concepção, na qual a tomada do Estado não é esquecida, mas é pensada para um momento posterior. A tarefa imediata passou a ser uma aproximação com a classe trabalhadora. Logo, era preciso marcar presença em lutas mais imediatas, no terreno das demandas econômicas e reformistas, lugar onde a socialdemocracia atuava e tinha grande influência. Essa tática foi apresentada no documento intitulado “Teses sobre a unidade da frente proletária”.³⁰ O texto foi dividido em 24 teses, nas quais se estabeleceram as orientações gerais sobre o novo período, lançando as bases programáticas para o estabelecimento da Frente Única.

O IV Congresso da IC aconteceu entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1922 e reuniu 504 delegados de 60 organizações. Foi o primeiro congresso com participação de um delegado brasileiro; trata-se do controverso Antonio Bernardo Canelas³¹ e o último que contou com a participação de Lenin. Os problemas com a saúde do líder bolchevique começaram em março de 1922. As teses do congresso reafirmaram a Frente Única que se consolidou como uma tática para toda uma época marcada pelo recuo dos movimentos revolucionários.

29 Ibidem, p. 48.

30 COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. 1921. *Tesis sobre La unidad del frente proletaria*. 1921. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/spanish/1921_ecci_united_front_theses_spanish.html. Acessado em 25 jul. 2020.

31 A participação de Canelas foi tão marcante que até Broué cita o caso: “O delegado brasileiro Antonio Canelas, anarquista recentemente convertido, escolhido por seu partido por motivos econômicos (já estava na Europa nessa data), provoca um escândalo ao criticar as proposições de Trotsky acerca da incompatibilidade entre pertencer a um partido comunista e a maçonaria, ao fazer apologia desta última”. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 329.

Durante o IV Congresso se produziu o segundo documento que abordou especificamente da América do Sul. Trata-se de um breve artigo que foi publicado em 20 de janeiro de 1923 pela Revista *La Correspondance Internationale*, sob o título de “A los obreiros y campesinos de America del Sur”. Mais uma vez o documento não foi assinado. Em linhas gerais, o texto não apresentou divergências com o “Sobre La revolución en America” de 1921. O CEIC destacou a ampliação da influência do imperialismo norte-americano no mundo e afirmou que a partir de então, este desempenharia um papel político decisivo como o grande adversário da revolução mundial: “A América do Norte se transforma no centro da reação internacional da burguesia contra o proletariado”.³²

A análise reafirmou a subordinação dos países latino-americanos aos Estados Unidos. Evidenciou-se que a influência econômica se dava mediante as mais variadas formas de penetração de capital; empréstimos, investimentos, concessões ou aquisições.³³ Nesse ínterim, também se destacou o papel das burguesias nacionais. Estas foram caracterizadas como cúmplices do imperialismo. De acordo com o CEIC, havia uma “submissão interesseira e consciente ao imperialismo do Norte”.³⁴ As burguesias nacionais foram assinaladas como forças auxiliares da dominação estrangeira, especialmente pelo papel repressor, pois eram elas que exerciam a repressão direta contra as forças proletárias e camponesas.³⁵ Logo, os dirigentes da IC concluíram que a luta contra as intervenções imperialistas não poderiam contar com as burguesias nacionais, pois estas, dóceis e submissas ao imperialismo, atuavam ao lado da contrarrevolução.

Apesar de alguns avanços, a análise econômica e política da região permanecia bastante superficial. Apresentou-se uma caracterização geral, breve e precária, que não levou em conta as especificidades regionais, tampouco considerou alguma abordagem individual dos países latino-americanos. A ausência de uma análise minuciosa revela que em 1923, a América Latina ainda era uma terra desconhecida para os soviéticos. Pode-se alegar que não existiam condições materiais para

32 COMITE EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Aos operários e camponeses da América do Sul.** In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 84.

33 Ibidem.

34 Ibidem.

35 Ibidem.

se traçar essa pesquisa, mas também não se pode perder de vista o fato de que a espera de uma revolução na Europa, realmente deixava o subcontinente para um segundo plano.

Durante o V Congresso da IC, ocorrido entre 17 de junho e 8 de julho de 1924, a América Latina, mais uma vez, ficou de fora dos debates. Não obstante, faz-se necessário abordar alguns pontos desse congresso, uma vez que as questões tratadas foram fundamentais para o desenvolvimento posterior da IC. Destaca-se que a derrota da Oposição de 1923 e a morte de Lenin em janeiro de 1924, demarcaram um período de profundas transformações no interior do Partido Bolchevique e na IC: “A Internacional Comunista não é mais o que ela era – e não o será nunca mais. Da Internacional do tempo de Lenin, passamos obscuramente àquela de Stalin”.³⁶

O tema central do V Congresso foi o lançamento da palavra de ordem de “bolchevização”. Após inúmeras derrotas nos países ocidentais, o partido russo permanecia sendo o único vitorioso. Mais do que nunca, ele foi apresentado como o exemplo a ser seguido. Com efeito, lançou-se uma reestruturação que buscava constituir outros partidos “bolcheviques” ao redor do mundo.³⁷ O objetivo era, aparentemente, enquadrar os PCs europeus que não conseguiam repetir os sucessos dos comunistas russos. Mas por trás deste discurso, esse processo se caracterizou pela imposição de um regime disciplinar com o objetivo de combater os opositores, principalmente Trotsky e seus aliados.³⁸

A “bolchevização” significou uma ampliação da burocracia e das relações estreitamente militarizadas e organizadas pelo alto, mediante reuniões fechadas e secretas. O partido falando em nome do “leninismo” transformou e deturpou as reflexões de Lenin, criando dogmas e descontextualizando suas ideias em favor dos seus interesses.³⁹ Reestru-

36 BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 443.

37 V CONGRESO de la Internacional Comunista. Segunda Parte. Córdoba: Cuadernos del pasado y presente, 1975, p. 59-60.

38 CARR, E. H. **El V congreso de la Internacional Comunista**. In: V CONGRESO de la Internacional Comunista. Primera Parte. Córdoba: Cuadernos del Pasado y Presente, 1975, p. 27.

39 “Em 1924 a atmosfera espiritual da Rússia mudou bruscamente. O pensamento marxista se fixa em repetições verbais; é necessário estereotipar as fórmulas para que seu conteúdo se dissolva e um leninismo recém-inventado substitua solenemente o marxismo revolucionário de Lenin. Surgem as racionalizações e exegeses sobre os textos – logo truncados –, as violências verbais, as deformações, a beatice”. SERGE, Victor. **A luta pela liderança**. In: *História do século 20 (1919/1934)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 1123.

turaram-se os partidos de forma que a ênfase se colocou na disciplina. “Debe ser un partido centralizado, que no admita fracciones, ni tendências ni grupos; un partido monolítico fundido en un solo bloque”.⁴⁰ Desenvolveu-se um enquadramento disciplinar com intervenções diretas a fim de perseguir militantes que passaram a ser pejorativamente acusados de cometerem “desvios” de direita ou de esquerda. Milos Hájek observa que:

No tocante ao regime interno do partido, sobretudo o centralismo é que foi enfatizado. Mais uma vez se tomava o partido bolchevique como modelo, mas não o de antes de 1921, em que ainda era possível dar vida a frações, nem o dos anos 1921-23, em que ainda se admitia a elaboração de plataformas e a oposição podia apresentar suas opiniões na imprensa. O modelo apresentado era o partido que surgira no curso das lutas entre Trotsky e o triunvirato no final de 1923: época em que, embora os opositores não tivessem sido expulsos do partido, estavam reduzidos ao silêncio, e já se falava em monolitismo (...).⁴¹

Este processo de centralização, controle e recuo das discussões, dos debates e da liberdade de opinião não guardava verdadeiras relações com o partido de Lenin. Foi na realidade o primeiro passo no caminho da burocratização da IC. Muito mais coerente e justo com o processo histórico seria falar em “desbolchevização” ou “stalinização” da Internacional. Broué esclarece a questão: “É somente por um abuso de linguagem dos propagandistas stalinistas que esta transformação, completamente oposta tanto à letra como ao espírito do bolchevismo, pode ser chamada de “bolchevização”.⁴²

O VI Congresso e a “descoberta” da América Latina

O VI Congresso da IC ocorreu entre 17 de julho e 01 de setembro de 1928, quatro anos após o anterior. A historiografia aponta que este

40 V CONGRESO de la Internacional Comunista Segunda Parte. Córdoba: Cuadernos del pasado y presente, 1975, p. 60.

41 HÁJEK, Milos. **A bolchevização dos partidos comunistas**. IN: HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. O marxismo na época de terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 208.

42 BROUÉ, Pierre. *História da Internacional comunista (1919-1943)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 479.

congresso delimitou um “giro à esquerda”. Em suas teses e resoluções, estabeleceu-se a teoria do “terceiro período”, que produziu uma série de mudanças tático-estratégicas. De acordo com o CEIC, o primeiro período correspondia imediatamente ao pós-guerra e se caracterizava pela fragilidade das economias capitalistas e ascensão do movimento operário em toda Europa. Esse momento se encerrou com a derrota da revolução alemã em 1923, quando se iniciou o segundo período, que foi marcado pela estabilização do modo de produção capitalista e pelo estabelecimento da tática de frente única.

Já o terceiro período, iniciou-se em 1928 e apontava para um amadurecimento das contradições do capital e ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária. Significava o fim da estabilidade capitalista e o início de um novo período de crise que deveria ser acompanhado por um aumento de mobilizações revolucionárias, cada vez mais radicais. Abandonando a política de frente única, os comunistas deveriam adotar uma postura mais agressiva que foi intitulada, “classe contra classe”. Esta tática se caracterizou pela recusa de alianças ou colaborações com os partidos socialdemocratas, estabelecendo o que foi designado de “frente única pela base”, ou seja, os comunistas não aceitariam acordos com os líderes da socialdemocracia, mas apenas com os operários socialistas.

Em relação à América Latina, o VI Congresso é frequentemente citado pela bibliografia como sendo o momento da sua “descoberta”. De fato, foi nesse encontro que participaram o maior número de delegados latino-americanos e foi o congresso onde se discutiu o subcontinente e se traçou uma análise político-econômica e uma linha programática bem definida para toda região.

O congresso contou com representantes dos PCs da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Paraguai e Uruguai. Além do documento assinado pelo CEIC, intitulado “Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias”, também se produziu um relatório assinado por Otto Kuusinen, intitulado “Os problemas do movimento revolucionário nas colônias” e, por fim, outro documento assinado por Jules Humbert-Droz, intitulado “Sobre os países de América Latina”. Consta ainda nos anais do congresso a “Discussão do problema do movimento revolucionário nas colônias” e o “Informe da delegação latino-americana no debate sobre o problema colonial”. Todos estes documentos, teses e relatórios estão disponíveis na coletânea de textos publicada pela Siglo XXI, na coleção *Pasado y Presente*.

No documento intitulado “Teses acerca do movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais”, a América Latina foi, mais uma vez, englobada no conjunto dos países de desenvolvimento capitalista atrasado, subordinados às grandes potências imperialistas. Em uma explicação abrangente, o CEIC argumentou que os países chamados coloniais ou semicolônias eram aqueles com economia dependente, ou seja, países explorados por potências imperialistas que se transformavam em fontes de matéria-prima barata e mercado para os produtos manufaturados e industrializados.⁴³

Ao abordar especificamente a América Latina, as teses assinalaram a ação do imperialismo no subcontinente. Destacase, mais uma vez, a influência dos Estados Unidos que após a I Guerra Mundial havia se consolidado na região sobrepondo o imperialismo britânico: “El imperialismo de los Estados Unidos, mediante el mando económico supremo de estos países, somete a sus gobiernos al control financiero y simultaneamente azuza a uno contra otro”.⁴⁴ Sob o domínio ianque, os países da região foram apresentados como semicolônias, países independentes politicamente, mas dependentes economicamente.

Ao enfatizar a presença imperialista, o CEIC destacou que as potências impediam o desenvolvimento independente e autônomo dos países latino-americanos. As teses apontaram que o monopólio “colonial imperialista” cumpria duas funções: garantia relações econômicas vantajosas para os Estados Unidos ao mesmo tempo em que perpetuava o baixo desenvolvimento das forças produtivas dos países latino-americanos: “En relación con su función de *explotador* colonial, el imperialismo dominante, frente al país colonial, es antes que nada un parásito que chupa la sangre al organismo económico de ese país”.⁴⁵

De acordo com o CEIC, a atuação imperialista reforçava as condições econômicas pré-capitalistas, impedindo o desenvolvimento das forças produtivas. A lógica capitalista é manter um alto grau de desenvolvimento tecnológico, sempre visando aumentar a produtividade, a exploração da força de trabalho e os lucros. Todavia, nos países coloniais e semicoloniais, esse desenvolvimento técnico era limitado de acordo com as necessidades comerciais das forças imperialistas: “El

43 VI CONGRESO de la Internacional Comunista. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente 66. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977.

44 Ibidem, p. 192.

45 Ibidem, p. 197.

conjunto de la política económica del imperialismo frente a las colónias va acompañado del afán de mantener y agudizar su dependencia, agrandar la explotación y trabar lo posible su desarrollo autónomo”.⁴⁶

As teses evidenciaram a oposição entre os interesses imperialistas e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais das colônias. Como argumenta Henn: “A resolução atribuía à contradição objetiva entre a política colonial do imperialismo mundial e o desenvolvimento autônomo dos povos coloniais o motor dos movimentos nacionais”.⁴⁷ O investimento era cerceado e não ia além da construção de estradas de ferro, rodovias e portos, que constituíam a base para se realizar o escoamento das mercadorias primárias em direção ao mercado internacional. A função de apêndice econômico não possibilitava o desenvolvimento econômico independente. Ao contrário, tratava-se de uma política econômica que almejava a manutenção de uma base econômica fragilizada:

*Aquí reside en lo esencial su función de esclavización colonial: el país colonial es obligado a sacrificar los intereses de su desarrollo autónomo y a desempeñar el papel de un apéndice económico (materias primas agrícolas) del capitalismo foráneo, para que se fortalezca el poder económico y político de la burguesía del país imperialista a costa de las clases laboriosas del país colonial.*⁴⁸

CEIC reafirmava que a América Latina do final da década de 1920 era composta por uma série de países semicoloniais, subordinados economicamente ao imperialismo norte-americano. Destaca-se que as teses não apontam nenhuma especificidade. Todos os países são abordados de forma generalizada, homogênea e abstrata. Sobre esse ponto, Marly Vianna lança uma crítica contundente: “O desconhecimento da IC dos problemas da América Latina era completo, o que levava a cometer o sério erro de englobar os países da região na mesma categoria: seriam todos meros apêndices do imperialismo ianque, sem qualquer dinâmica própria”.⁴⁹ Um dos principais pontos levantados pela historiografia pertinente diz respeito à generalização e a ausência de uma análise político-econômica mais detalhada, que apresentasse as

46 Ibidem, p. 204.

47 HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas para as colônias e semicolônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010, p. 78.

48 Ibidem, p. 200.

49 VIANNA, Mary de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 53.

diferenciações e particularidades dos países latino-americanos.

Outro importante ponto da crítica é que as teses foram pensadas a partir da lógica do imperialismo e do desenvolvimento dos países orientais, como China e Índia. O CEIC já desenvolvia uma interpretação sobre o imperialismo, mas sempre tomava como parâmetro os países orientais. Logo, essas teses acabaram se ampliando para os países latino-americanos que foram colocados no mesmo patamar.⁵⁰ A análise de países como Brasil e Argentina se desenvolve ao lado de países como Egito e Indonésia. De acordo com as teses, a subordinação ao imperialismo colocava estes países no mesmo nível de desenvolvimento e, por conseguinte, teriam as mesmas tarefas políticas. Del Roio argumenta que “O VI Congresso promoveu um grande esforço de generalização que foi condicionado pelo desenvolvimento da revolução chinesa”.⁵¹ Fica bastante evidente o quanto a análise acerca dos países latino-americanos era frágil e limitada a pressupostos gerais. Essa interpretação generalizadora e abstrata foi reafirmada nos relatórios de Otto Kuusinen e de Jules Humbert-Droz.

Após esta caracterização econômica abstrata, as teses apontaram que as lutas nestes países deveriam ter um caráter anti-imperialista e de libertação nacional. Na primeira parte do texto, o CEIC indicou que o movimento revolucionário nas semicolônias deveria necessariamente contar com o apoio da União Soviética e do movimento operário dos países capitalistas: “ambos son los únicos apoyos seguros de los pueblos coloniales en su lucha por la liberación definitiva del yugo imperialista”.⁵² A argumentação segue e destaca que, com esse apoio, seria possível “ultrapassar” uma fase de desenvolvimento capitalista e caminhar diretamente para uma revolução de caráter socialista:

Existe la posibilidad objetiva de un desarrollo no capitalista de las colonias atrasadas, la posibilidad de un vuelco a la revolución socialista proletaria de las revoluciones democrático-burguesas en las colonias más adelantadas, con el respaldo de la victoriosa

50 “Em relação às ditas colônias do imperialismo, a IC, mais uma vez, pensava no Oriente e, ao colocar a questão da América Latina na ordem do dia, toda a estratégia política para o continente estava baseada na análise que fazia de sociedades como a China ou a Índia (...)”. *Ibidem*, p. 51.

51 DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, p. 109-110.

52 **VI CONGRESO de la Internacional Comunista**. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente 66. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977, p. 194.

ditadura proletaria de los demás países.⁵³

Essa passagem apresenta bastante semelhança com as teses da Revolução Permanente. Após 1905, as teses elaboradas por Trotsky afirmaram que a revolução na Rússia, um país atrasado, com resquícios feudais, só se concretizaria se fosse liderado pelas forças operárias, pois não era possível esperar que a burguesia realizasse a revolução democrática. Logo, seria necessária uma revolução que, dirigida pela classe operária, realizasse as tarefas democráticas e avançasse diretamente para as tarefas propriamente socialistas.⁵⁴

Todavia, essas considerações que previam esse desenvolvimento não linear, não foram retomadas ou melhor desenvolvidas pelo CEIC. Ao contrário, lançou-se uma nova tese. Argumentou-se que diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, da forte presença imperialista e da permanência de resquícios pré-capitalistas, o caráter da revolução nestes países seria democrático-burguês: “el movimiento revolucionario de estos países se trata de la *revolución democrático-burguesa*, vale decir de la etapa de preparación de los presupuestos para la ditadura proletaria y la revolución socialista.”⁵⁵ Importante lembrar que essa foi a primeira vez que as teses da IC indicavam uma revolução de caráter “democrático-burguesa” para os chamados países coloniais. Vale apontar que no II Congresso as teses de Lenin e Roy sobre a “questão colonial” reviram esta definição que desde aquele momento não figurava mais, até o VI Congresso.

Após flertar com um avanço propriamente socialista sob as bases da teoria da Revolução Permanente, o CEIC sustentou a tese de que a revolução América Latina deveria se desenvolver em duas etapas. Isso quer dizer que num primeiro momento, devido ao atraso desses países, as tarefas deveriam ter um caráter anti-imperialista e de libertação nacional. A revolução “democrático-burguesa” pressupunha três tarefas básicas: nacionalização das concessões estrangeiras, nacionalização da terra e desenvolvimento industrial. Estas medidas possibilitariam uma base econômica autônoma para esses países, libertando-os das garras do imperialismo e possibilitando o avanço das forças produtivas nacio-

53 Ibidem, p. 194.

54 TROTSKY. *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Sundermann, 2010.

55 VI CONGRESO de la Internacional Comunista. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente 66. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977, p. 205.

nais. Ao impulsionar o desenvolvimento industrial, a primeira etapa também proporcionaria o avanço das forças proletárias e de suas organizações de luta, especialmente do partido comunista. Ricardo Antunes destaca que ao mesmo tempo em que se determinava um caráter democrático-burguês, as teses também apontavam para a necessidade da construção de *soviets*, o que refletia o giro à esquerda que caracterizou o congresso e a tática de “classe contra classe”.⁵⁶

Ao longo dessa primeira etapa se deveria desenvolver alguns pré-requisitos, para, só a partir de então, lutar por uma revolução operária e socialista. Argumentou-se que os países latino-americanos ainda não reuniam condições objetivas e subjetivas para uma revolução propriamente socialista:

La transición de la revolución a la fase socialista requiere la existencia de un mínimo de presupuestos, como por ejemplo cierto nivel de desarrollo industrial del país, de desarrollo de la organización sindical del proletariado, y un fuerte partido comunista con gran influencia sobre las masas.⁵⁷

Tratava-se de esperar não apenas pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo avançar de uma forma verdadeiramente capitalista de produção, mas também pelas condições subjetivas, pelo desenvolvimento da consciência de classe e das organizações de luta operária. Estas teses acabaram por estabelecer uma concepção etapista e progressista da história. Essa interpretação mecanicista reflete o predomínio da perspectiva eurocêntrica. Almejava-se que se cumprisse as mesmas etapas ou fases do desenvolvimento dos países europeus. Numa perspectiva de história linear e progressista.

Depois de caracterizar o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias como democrático-burguês, as teses abordaram a ques-

56 “Era evidente que, além da contextualidade chinesa e indiana que moldavam a visão colonial para o universo latino-americano, já estava presente no seio da IC um forte taticismo marcado pelo “oportunismo de esquerda”, onde a tática da luta de classe contra classe, concebida para o cenário europeu, transplantava-se sem mediações para o mundo latino-americano. Decorre em boa medida desta impropriedade, o fato de que, ao mesmo tempo em que se falava em “revolução democrático-burguesa”, em “luta de libertação nacional”, propugnava-se também a instauração de *soviets* de operários, camponeses e soldados”. ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)**. In: Cadernos AEL. n. 2. Campinas: Unicamp, 1995, p. 20.

57 **VI CONGRESO de la Internacional Comunista**. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente 66. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977, p. 206.

tão da direção e das alianças políticas nesta primeira etapa. Ao discutir o papel das burguesias nacionais e o que estas representavam na luta pela libertação nacional, evidenciou-se que nenhuma de suas frações poderiam ser aliadas do proletariado na luta anti-imperialista. A chamada burguesia comercial, de acordo com o CEIC, caracterizava-se por cultivar vínculos estreitos com o capital financeiro internacional. Estas relações econômicas a colocava como aliada à exploração comercial estrangeira e, necessariamente, em oposição ao projeto de desenvolvimento nacional independente.⁵⁸

Em relação à burguesia industrial, argumentou-se que esta tinha interesse em desenvolver um parque industrial autônomo e, por isso, estava em contradição com a política imperialista. Mas, ao mesmo tempo em que se indicou que esta fração burguesa poderia desempenhar um papel importante na luta pela libertação nacional, também se evidenciou os limites dessa classe. A burguesia industrial não estaria disposta a uma transformação profunda, limitando-se ao nacional-reformismo.⁵⁹

Quanto a pequena burguesia, afirmou-se que se tratava de uma classe numerosa e não homogênea. Pelo contrário, caracteriza-se pela heterogeneidade. Devido a sua amplitude, poderia desenvolver um papel muito importante na luta política, mas este não poderia ser determinado de antemão. De acordo com a tese, em condições determinadas e específicas, ao menos parte da pequena-burguesia poderia se aliar ao movimento de libertação nacional: “Sólo algunos de ellos, en el curso de la lucha, pueden romper con su clase, bregar por elevarse hasta la comprensión de las tareas de la lucha de clases del proletariado y convertirse en activos defensores de los intereses proletarios”.⁶⁰ O CEIC ainda observou que não era raro que os intelectuais pequeno-burgueses se vincularem aos projetos socialistas e comunistas. Todavia, uma aliança com estes setores seria algo excepcional e temporário. Depois do malogro da experiência chinesa, a Internacional passou a recusar qualquer forma de frente que poderia levar o partido comunista a se dissolver em outro partido nacionalista burguês.

Por fim, as teses apresentaram algumas breves considerações sobre o caráter do campesinato. De acordo com o documento, essa classe

58 Ibidem.

59 Ibidem.

60 Ibidem, p. 211.

representava, em alguns casos, cerca de 90% da população, constituindo a maioria absoluta nas colônias e semicolônias. Nessas condições, para o CEIC, o campesinato era a classe que deveria se colocar como o grande aliado do proletariado na luta pela revolução democrático-burguesa. Mas as duas classes não deveriam marchar lado a lado, a direção do processo seria exercida pelo proletariado organizado.⁶¹

Apesar de apresentar as fragilidades das organizações operárias e dos PCs nos países coloniais e semicoloniais, as teses destacaram que a direção hegemônica da revolução democrático-burguesa, de libertação nacional e anti-imperialista, caberia ao proletariado. Não se deve esquecer que o VI Congresso da IC promoveu um giro à esquerda e restringiu as alianças. Logo, estas teses evidenciaram a crítica às frações burguesas e ao nacional-reformismo.⁶² A questão nacional cumpria um papel determinante nessa primeira etapa, mas como observa Henn: “Admitia-se apenas a participação em alianças que tivessem como característica uma orientação nacional-revolucionária e não nacional-reformista.”⁶³

Os PCs deveriam recusar alianças e até colaborações pontuais com partidos e movimentos socialistas, estabelecendo uma “frente única pela base”. O VI Congresso da IC também discutiu a tese do social-fascismo, mas ela não foi aprovada nesse momento. No entanto, já no ano seguinte, em julho de 1929, as resoluções do X Pleno do Comitê Executivo da IC completaram o “giro ultra esquerdistista” e a tese do social-fascismo foi aprovada, garantindo uma rejeição completa da política de “frentes”.⁶⁴ Estas teses foram fortemente criticadas, especialmente por Trotsky, que evidenciou o equívoco da não distinção entre a socialdemocracia e o fascismo.⁶⁵

61 “O campesinato sólo puede obtener su liberación bajo la dirección del proletariado, pero el proletariado sólo en alianza con el campesinato puede llevar a la victoria la revolución democrático-burguesa”. Ibidem, p. 212.

62 “(...) sin la liberación de las masas laboriosas de la influencia de la burguesía y del nacional-reformismo, no puede ser alcanzado el principal objetivo estratégico del movimiento comunista en la revolución democrático-burguesa, *la hegemonía del proletariado*”. Ibidem, p. 210.

63 HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas para as colônias e semicolônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010, p. 81.

64 “A conclusão do Plenum é que é preciso reforçar a luta contra a social-democracia. (...) O Plenum condena “a frente única na cúpula”, confirma que a essência da frente única consiste em incitar os operários socialistas a romper com sua direção”. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Op. cit., p. 619.

65 Trotsky. *Stalin, o grande organizador de derrotas: A III Internacional depois de Lenin*. São

Os ataques que foram lançados contra os socialdemocratas eram resultado da aplicação da tática de “classe contra classe” e do combate à oposição bucharinista no interior da URSS. Foi neste mesmo período que se começou a se difundir a palavra-de-ordem contra os “desvios de direita”. A burocracia stalinista afirmava que depois de derrotar o trotskismo e os grupos de extrema-esquerda, era preciso voltar as atenções para os perigos que os reformistas representavam no interior de cada partido comunista. A liquidação dos chamados conciliadores foi apresentada aos comunistas latino-americanos como tarefa urgente e necessária para o sucesso do movimento revolucionário.⁶⁶ De acordo com Antunes:

E se a tese da classe contra classe e do social-fascismo mostraram-se equivocadas – na verdade o contexto mundial era fortemente defensivo para as forças da esquerda e francamente contrarrevolucionário – o transplante destas formulações para o mundo colonial estampava limpidamente as impropriedades e descaminhos que marcaram a atuação da IC, depois da vitória staliniana.⁶⁷

Se no cenário europeu os partidos socialdemocratas tinham considerável influência sobre o movimento operário, na América Latina, os socialistas jamais haviam conseguido sedimentar uma base de apoio forte entre os trabalhadores. Mesmo assim, a tática de combate aos reformistas foi mecanicamente exportada e implementada pelos comunistas latino-americanos: “Já estava presente no seio da IC um forte *taticismo* marcado pelo “oportunismo de esquerda”, onde a tática da luta de *classe contra classe*, concebida para o cenário europeu, transplantava-se sem mediações para o mundo latino-americano”.⁶⁸ Com a ausência de partidos socialistas fortes e influentes, esta orien-

Paulo: Sundermann, 2010.

66 “El congreso planteó con toda la nitidez necesaria la cuestión del peligro de derecha, como peligro principal. Comprobando el fracaso ideológico y de organización completo del trotskismo, la desagregación de los grupos de extrema-izquierda, el Congreso concentro el fuego sobre la derecha. El Congreso comprobó al mismo tiempo que em el seno de las diferente secciones (ante todo em la sección alemana) existen grupos conciliadores. (...) El congreso planteó a las secciones el problema de “la liquidación absoluta de todas las tentativas conciliadoras”, sin lo cual es imposible luchar con éxito contra las desviaciones de derecha”. Idem. **El VI Congreso de la Internacional Comunista**. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente 66. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977, p. 15.

67 ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil**: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). In: *Cadernos AEL*. n. 2. Campinas: Unicamp, 1995, p. 23.

68 *Ibidem*, p. 20.

tação foi direcionada contra a pequena-burguesia. No Brasil, esta foi identificada com o movimento tenentista. Especialmente a partir do III Congresso do PCB, desenvolveu-se uma assimilação acrítica das concepções que eram difundidas pela IC stalinizada, o que culminou no verdadeiro esfacelamento do partido em 1930.

Todavia, não houve uma ruptura imediata. O “giro à esquerda” e o combate à pequena-burguesia foram sendo impostos de maneira gradual, num processo que só se consolidou em meados de 1930. O artigo intitulado “Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, publicado em maio de 1929, em *La Correspondencia Sudamericana*, ainda admite que era possível uma colaboração com a pequena-burguesia, desde que a luta exigisse este acordo. Mas se alertou que essa aliança apresentava limites intransponíveis. Estas teses foram sancionadas em maio durante a I Conferência Comunista Latino-americana.

Mas três meses após a realização da Conferência, a *La Correspondência Sudamericana* publicou uma “Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita”⁶⁹ que se caracterizou como um momento chave no processo gradual de assimilação das teses stalinistas e da intervenção direta da IC nos partidos do subcontinente. A carta foi elaborada e publicada após a realização do X Pleno na União Soviética. Lançou-se um ataque fervoroso contra a pequena-burguesia que foi caracterizada como conciliadora. Afirmou-se ainda que lutar contra ela era parte indispensável para a liquidação da direita. Diante da ausência de partidos socialdemocratas fortes, a transmutação da tese do social-fascismo para a América Latina atacou as bases das alianças que vinham sendo formadas com a pequena-burguesia.⁷⁰ Após a divulgação da carta, os partidos de toda América Latina se movimentaram para a tarefa de reverem suas posições.

69 SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Carta Aberta a los Partidos Comunista de la América Latina sobre los peligros de derecha.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 18. 2º Época. Buenos Aires, 20 Sep. 1929, p. 4.

70 “Cuales son las bases políticas de la derecha en America Latina? Primero, sobreestimación de la burguesía nacional y de la pequeña burguesía. Segundo, la ligación de muchos de nuestros partidos con los partidos pequeño-burgueses y la falta de una táctica independiente de nuestro partido como tal. Tercero, subestimación del carácter semicolonial del país, incomprensión del contenido agrario del movimiento y, por consiguiente, el peligro de la perdida de las perspectivas revolucionarias”. *Ibidem*, p. 4-5.

As críticas (internas) de Ricardo Paredes à interpretação da América Latina

As teses apresentadas foram debatidas pelos delegados dos PCs latino-americanos presentes no VI Congresso da IC. No “Informe da delegação latino-americana no debate sobre o problema colonial”, consta a participação dos seguintes militantes: Paulo Lacerda (Brasil); Ricardo Paredes (Equador); Martínez (Venezuela); Ibarola (Paraguai); Sala (Uruguai); Contreras (México); Ramírez (México); Ravetto (Argentina). Durante as discussões alguns deles levantaram questionamentos e críticas. Dentre todas as intervenções, destaca-se a de Ricardo Paredes, delegado equatoriano. Ele fez importantes colocações que evidenciaram equívocos na análise econômica e política, bem como na tática e estratégia apresentada pelo CEIC. Buscando elucidar as particularidades, ele apresentou uma proposta alternativa àquela dos secretários da IC.

Em primeiro lugar, Paredes questionou a caracterização dos países latino-americanos como semicoloniais e propôs uma interpretação distinta, a partir de uma análise econômica e política menos universalizante. Por conseguinte, apresentou a proposta de uma nova classificação, a dos países “dependentes”. Segundo o delegado equatoriano esta distinção era necessária para se estabelecer particularidades e distinções: “La economía de los diferentes países dependientes, semicoloniales y coloniales presenta aspectos muy diferentes, sobre todo en lo referido a su grado de industrialización.”⁷¹ O argumento foi de que os países latino-americanos apresentavam diferentes graus de desenvolvimento econômico e não poderiam ser encaixados numa única fórmula geral.

De acordo com a proposta de Paredes, os países dependentes eram aqueles onde havia um maior desenvolvimento das forças produtivas e das atividades industriais. Nestas sociedades já estava em curso um processo de urbanização, de ampliação do comércio interno e, por conseguinte, de formação de uma classe operária considerável. Ele argumentou que países como Argentina, Brasil, Uruguai, México e Equador, já apresentavam um maior desenvolvimento das relações propriamente capitalistas. Para o delegado, estas particularidades não

71 VI CONGRESO de la Internacional Comunista. Segunda parte: informes y discusiones. Cuadernos de Pasado y Presente 67. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1978, p. 354.

poderiam ser menosprezadas.

Segundo Paredes, as teses do CEIC subestimavam o avanço propriamente capitalista e a independência política das burguesias nacionais, ao mesmo tempo em que supervalorizava a atuação imperialista e o papel do campesinato. Além disso, argumentou que nestes países o campo também já passava por um processo de industrialização e de proletarização do campesinato:

El papel del proletariado es subestimado en las tesis. Además, hay una concepción falsa del campesinato. Se disse que el campesinato es allí clase más numerosa y esto no es cierto. En un número de estos países el proletariado agrícola es mucho más numeroso que el campesinato. (...) Debido a la subestimación de la burguesía y del proletariado y a la sobrestimación del campesinato, todos los problemas de estos países son encarados solamente desde el punto de vista de la repartición de las tierras y de la lucha contra el imperialismo.⁷²

Após questionar a caracterização econômica das teses do CEIC, Paredes também apresentou divergências quanto as táticas e estratégias. Nesse ponto, ele se posicionou contrário a lógica etapista e observou que era equivocado estabelecer estrategicamente a luta por uma revolução democrático-burguesa para todos os países do continente: “El proletariado debe realizar la revolución democrático burguesa? El proletariado debe hacer una revolución que beneficia a la burguesia? Yo creo que no”.⁷³ Em outra passagem, ele acrescenta: “Dejar el poder económico a la gran burguesía, que es nuestra enemiga, significaría un peligro muy grande para la revolución”.⁷⁴ De acordo com Paredes, a revolução democrática-burguesa aparecia como uma etapa contraditória: “Si hemos podido expropiar al imperialismo, nos resultará fácil expropiar a la burguesía nacional”.⁷⁵

Nessa perspectiva, ele afirmou que uma revolução com caráter operário e socialista poderia ser sim colocada na ordem do dia na América Latina: “El grupo de países donde existe a posibilidad de la construcción del socialismo es más amplio de lo que señalo el programa”.⁷⁶ Diante do argumento de que os países da região ainda não reuniam as

72 Ibidem, p. 355-356.

73 Ibidem, p. 354.

74 Ibidem, p. 360.

75 Ibidem.

76 Ibidem, p. 354.

condições objetivas para construir um Estado operário, Paredes reafirmou o internacionalismo e o papel da União Soviética: “Además debemos considerar que la existencia de la Rusia soviética es una base muy importante para la creación de nuevos estados proletarios”⁷⁷

As observações críticas lançadas por Paredes foram ouvidas, mas nenhuma delas foi incorporada às teses. Todavia, deve-se destacar que seus questionamentos tocaram em pontos nevrálgicos para se compreender a América Latina e suas especificidades regionais. A crítica ao etapismo colocou em xeque a concepção economicista-evolucionista que já dominava a IC no final da década de 1920. O dogma etapista buscava enquadrar a América Latina em leis históricas, numa concepção esquemática baseada na historicidade particular dos países europeus mais desenvolvidos.

Posteriormente, a intervenção realizada por Paredes foi bastante criticada pela burocracia stalinista que, em um artigo publicado em *La Correspondencia Sudamericana*, lançou um ataque contra esta tese que foi chamada de teoria da “descolonização”.⁷⁸ Argumentou-se que se tratava de uma subestimação das forças imperialistas e uma negação das teses de Lenin. Acrescentou-se que a indústria desenvolvida nas chamadas colônias e semicolônias não representavam uma verdadeira industrialização, pois se tratava de uma caricatura industrial, uma vez que o imperialismo não permitia qualquer desenvolvimento autônomo.⁷⁹

Considerações finais

As interpretações que a IC lançou sobre a América Latina durante a década de 1920, especialmente no VI Congresso, se caracterizam pela forma universalizante e abstrata. O desconhecimento das especificida-

77 Ibidem.

78 COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **El VI Congreso de la Internacional Comunista**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 8. 2º Época. 30 de Enero de 1929, Buenos Aires.

79 “Pero reconocer la “descolonización” y a industrialización de las colonias equivale en el fondo, a renunciar a la tesis leninista sobre la posibilidad de un desenvolvimiento no capitalista. En las colonias se está en presencia de un cierto desarrollo de la industria, pero eso no significa aún la industrialización. La industrialización de un país se produce cuando allí se desarrolla la producción de medios de producción (fabricación de máquinas, etc.). Y el imperialismo no desarrolla ni tolera el desarrollo en las colonias más que de la pequeña industria, de la industria de transformación de las materias primas agrícolas”. Ibidem.

des da região era evidente. Mas apesar destes limites, estas teses tiveram uma ampla influência no desenvolvimento do marxismo latino-americano naquele momento. Vale lembrar que a Internacional se organizava a partir de uma estrutura rígida e hierárquica como estabelecido nas "21 condições" de admissão. Por conseguinte, a leitura de uma América Latina semicolonial perdurou por durante algumas décadas, especialmente nas interpretações de intelectuais vinculados aos PCs.

Não obstante, como demonstram as críticas de Paredes, desde o primeiro momento também surgiram críticas consistentes à orientação apresentada pelos secretários da IC. Na virada da década de 1920 para 1930, o comunista cubano, Julio Antonio Mella, o peruano, José Carlos Mariátegui e os brasileiros Mario Pedrosa e Lívio Xavier, já produziam importantes contribuições que rompiam com as teses soviéticas e abriam caminho para interpretações originais e particulares sobre a América Latina.

CUBA EN LA AGENDA EXTERIOR DE LA ITALIA FASCISTA (1922-1941)¹

Alberto Consuegra Sanfiel

Introducción

Los vínculos políticos, culturales, económicos y diplomáticos que estableció Cuba con otros países antes de 1959 -exceptuando con Estados Unidos- es un tema que no ha sido abordado en profundidad ni por los historiadores locales ni por aquellos de otras latitudes que han mostrado interés por la historia del país caribeño. Grosso modo, los criterios políticos-ideológicos impuestos por el gobierno revolucionario después de 1959 para hacer historia en función, precisamente, de poner dicha ciencia al servicio del proceso transformador que se inició durante los años de 1960, hizo que determinados temas y períodos fueran obviados y/o abordados de manera diferente. Se enclaustró así el quehacer y el saber histórico en esquemas ideológicos que nada tuvieron que ver con el desarrollo de las Ciencias Sociales a nivel regional y mundial.² Por ejemplo, un período crucial como la década de

1 Una primera versión de este trabajo fue publicada como artículo en *Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*. Cf. CONSUEGRA SANFIEL, A. Cuba, *La Isla del rayo verde* en la dinámica de las relaciones exteriores de Italia: de la marcha sobre Roma a la Segunda Guerra Mundial. *Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*, nro. 25, 2020, <https://doi.org/10.6018/nav.434311>. “*La Isla del rayo verde*” fue una frase acuñada por el escritor y periodista italiano Mario Apellius sobre Cuba en su libro *La Isla del rayo verde: Cuba- Jamaica- Puerto Rico-Haití-Pequeñas Antillas*. Barcelona: Editorial Maucci, 1929.

2 ROJAS, Rafael. Caminos de la historia crítica. *Cuban Studies*, nro. 43, 2015, pp. 135-140; ROJAS, Rafael. El nuevo texto de la Revolución, en: LLANO PULIDO, G., AYALA, M. y CONSUEGRA SANFIEL, A. *Mirando a Cuba. Reformas y configuraciones en una nueva etapa*. Buenos

1930 ha sido explicada y mostrada, en sentido general, como parte del mismo ciclo revolucionario que se inició en 1868 y culminó en 1959, y se ha hecho mayor énfasis en el estampido revolucionario que hizo caer el gobierno de Machado y en el proceso político-social previo a la Constitución de 1940, en detrimento de otras cuestiones que podrían hacer más próspero el acercamiento al período.

Y es que la década de 1930 fue para Cuba, como para todos los países de la región, un período marcado por convulsiones políticas, sociales y económicas que transformaron los cimientos de la sociedad. Sumergida en una profunda crisis económica y estremecida, además, por la gran estampida social que terminó con el Machadato, la sociedad cubana padeció con carácter prolongado los efectos de la Gran Depresión de 1929-33 hasta casi entrados los años de 1940, sumado a los resultados negativos que arrojó la política económica del gobierno de Gerardo Machado (1925-1933). Así, lo cierto es que la recepción en Cuba de corrientes ideológicas como el fascismo, unido a algunos conflictos internacionales que se dieron durante la segunda mitad de la década de 1930, en especial el Segundo Conflicto Italo-etíope y la Guerra Civil española, estuvo atravesado por varios factores que moldearon las diferentes manifestaciones que se suscitaron, dándole una impronta propia que hizo que se diferenciara de las expresiones que se sucedieron en el resto de la región.

La política exterior de la Italia fascista para con el continente americano será uno de los elementos que influirá, indefectiblemente, en la postura política y social de los gobiernos y las sociedades latino-americanas para con Italia, sobre todo en lo referido a las interpretaciones, usos y adaptaciones que se le dará al fascismo como corriente ideológica. Precisamente, el presente artículo intenta explorar y analizar cómo se desarrollaron las relaciones entre Italia y Cuba a partir de la dinámica de política exterior trazada por Roma, lo cual fue un factor determinante que permitiría medir el grado de acercamiento que tuvo el Estado cubano con el régimen fascista, la verdadera influencia que tuvo el fascismo en los debates políticos y sociales que se dieron en el

Aires: Imago Mundi, 2016, pp. 1- 12; IBARRA, Jorge. Historiografía y Revolución. *Temas*, nro. 1, enero-marzo, 1995, pp. 4-14; LEPKOWSKI, Tadeusz. Problemas controvertibles de una síntesis de la historia de Cuba. *Estudios Latinoamericanos*, nro.1, 1972, pp. 101-154; LARA, Martín. Historiografía cubana. Entrevista a Óscar Zanetti Lecuona. *RIRA*, vol. 1, nro. 2, octubre, 2016, pp. 201-213.

período, así como los cambios o no que se dieron desde el ascenso del fascismo hasta la entrada de Cuba a la Segunda Guerra Mundial.

Si bien quienes concordaron con el falangismo en Cuba, en sentido general, fueron los mismos actores que comulgaron con el fascismo italiano, es importante aclarar que el presente artículo no busca establecer paralelismos, y mucho menos centra su análisis en los vínculos y/o préstamos ideológicos entre ambos movimientos políticos. La investigación, exclusivamente, pretende esbozar las relaciones políticas, diplomáticas y económicas entre Cuba e Italia (1935-1941) reconociendo, también, las limitaciones documentales que presenta el tema. Además de la distancia geográfica, por razones que se desconocen, en los archivos cubanos no existen registros que permitan extraer información sobre las relaciones entre Italia y Cuba antes de 1959, mientras que las únicas fuentes primarias que habría están en el Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores de Italia. Ante esta situación, la reconstrucción y análisis de los vínculos entre ambas naciones se hizo a partir de la revisión de documentos secundarios, como la prensa cubana de la época, publicaciones oficiales específicas de los gobiernos de Cuba y de Italia, así como otras producciones que de alguna forma u otra aportan datos que complementan la información.

Negocios, cultura y viajes: las relaciones entre Italia y Cuba (1922-1937)

Si bien la publicación de las ideas de Joseph Nye sobre el ejercicio del “poder suave” (soft power) introdujo nuevas miradas en el análisis de las relaciones internacionales desde 1990³, lo cierto es que el ejercicio del llamado “poder suave” en los vínculos interestatales no es un fenómeno de los últimos años. Tanto el despliegue de la política exterior francesa en el siglo XIX, cuando buscó promover su lengua y la literatura a través de la *Alliance Française*, o la política que proyectó la Alemania nazi para con los países europeos y americanos a través de la radio y los filmes⁴, son ejemplos que demuestran cómo distintos

3 NYE, Joseph S. The Changing Nature of World Power. *Political Science Quarterly*, vol. 105, nro. 2 (Summer, 1990), pp. 177-192.

4 Cf: FOX, J. C. *Film propaganda in Britain and Nazi Germany: World War II cinema*. Oxford: Berg, 2007; MONTES PÉREZ, Carlos. Cuerpos representados, cuerpos dominados. Poder y representación en los carteles de propaganda nazi. *Thémata. Revista de Filosofía*, nro. 46 (2012)

gobiernos han proyectado una agenda exterior basada en la emulación de sus logros y la promoción de sus valores a lo largo de la historia. En todos los casos, dichos lazos diplomáticos, culturales y/o políticos se han construido sobre la necesidad de cooptar, en el caso de quienes los conciben, a actores internacionales para sumar aliados y/o conseguir resultados beneficiosos.⁵

En palabras del propio Nye, el poder suave es “(...) la habilidad de un país de estructurar una situación para que otros países desarrollen preferencias o definan sus intereses de tal forma que concuerden con los propios. Este poder tiene a surgir de fuentes tales como la atracción cultural e ideológica tanto como de reglas e instituciones de regímenes internacionales (...)”⁶ Precisamente, los vínculos políticos, económicos y culturales que se establecieron entre Italia y Cuba desde 1922 hasta 1941 revistieron dicho carácter por parte de Italia, y fue uno de factores centrales que coadyuvaron a instalar el fascismo como ideología y posible modelo a seguir en el debate político y social cubano de los años 30, sobre todo en el momento de mayor protagonismo de Italia en la escena internacional a partir de su participación directa en el Segundo Conflicto Ítalo-etíope y en la Guerra Civil española.

Insertos en la agenda exterior, lo cierto es que los lazos que se fueron tejiendo entre Roma y el país caribeño no siempre respondieron a las generalidades de la relaciones diplomáticas, políticas y culturales que proyectó Italia para con la región, donde las prioridades estuvieron centradas en aquellos países donde se habían asentado gran número de inmigrantes italianos.⁷ A partir del análisis de las relaciones que cultivaron ambos países se podría afirmar, primero, que el país europeo mostró siempre interés por acercarse a Cuba, y segundo, que los distintos gobiernos cubanos que se sucedieron durante el período entre 1922 y 1941 mantuvieron una relación de cordialidad respecto al gobierno italiano, más allá de que hubo momentos de acercamientos y distanciamientos los cuales respondieron, casi siempre, a los avatares internacionales del momento.

- Segundo semestre), pp. 707-716.

5 NYE, Joseph S. *Soft power. The means to success in World Politics*. Nueva York: Public Affairs, 2004, p.5.

6 *Ibíd.* p.77.

7 SAVARINO, Franco. Apuntes sobre el fascismo italiano en América Latina (1922- 1940). *Reflejos*, *Revista de la Universidad de Jerusalén*, nro. 9, 2000-2001, pp.100-110.

La primera muestra de acercamiento que tuvo el gobierno fascista italiano para con Cuba se dio cuando incluyó al puerto de La Habana en el recorrido que daría por Latinoamérica el barco *Italia*.⁸ Con aproximadamente 700 italianos a bordo, la mayoría de ellos representantes de empresas industriales, grandes comerciantes, artistas, militares y periodistas, el buque visitó varios países de la región durante el año 1924 con el objetivo de promocionar el régimen fascista en la región, además de establecer relaciones comerciales.⁹

En el caso de la visita a Cuba, a pesar de que se dieron incidentes y actos de desagravio por parte de organizaciones obreras y estudiantiles¹⁰, lo cierto es que la comitiva italiana tuvo un cálido recibimiento por las autoridades nacionales, las del municipio de La Habana, así como el cuerpo diplomático y la pequeña comunidad de italianos asentada en la capital.¹¹ Durante los días que estuvo anclado el barco en el puerto de La Habana, además, la prensa cubana que comulgaba con el fascismo estuvo atenta a cada uno de los actos programados en los que participó la delegación italiana, e intentó en cada editorial publicada minimizar el repudio manifiesto que hicieran las organizaciones obreras y estudiantiles desde mucho antes del arribo de la delegación. Amplios fueron los textos periodísticos que hicieron énfasis en los lazos históricos que habían unido a los dos países, en especial, durante los años de las guerras independentistas, período que estaba aún vivo

8 DÍAZ MARTÍN, Roberto. Etapas en Cuba de cruceros históricos italianos en los años 20 del siglo XX. El Barco "Italia" y el vuelo de Francesco Pinedo, en: CAMPOLONGO, D. *Emigrazione y presenza italiana in Cuba*, (VII), Circolo culturale B.G. Duns Scoto, 2005, pp. 121- 134.

9 *Ibidem*, pp. 121-134.

10 Desde antes y durante la llegada del barco a Cuba, organizaciones obreras y estudiantiles liderada por Julio Antonio Mella, se habían organizado para efectuar actos de repudio contra la delegación italiana. Con el título de "La juventud estudiosa contra los asesinos y tiranos de Italia", Mella había escrito y divulgado un llamamiento que convocaba al boicot de la delegación, recordando la muerte Giacomo Matteotti a manos de Mussolini. MELLA, Julio Antonio. *Documentos y artículos*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1975, pp. 109-111. Esto se tradujo en concentraciones frente al puerto habanero, así como la negativa de los trabajadores portuarios, por ejemplo, en la carga y descarga del buque. GONZÁLEZ, Froilán y CUPULL, Adys. *Julio Antonio Mella y Tina Modotti contra el Fascismo*. Ciudad de La Habana: Casa Editora Abril, 2005, p.12.

11 La delegación del barco *Italia* participó en un conjunto de actividades entre las que se destacaron la visita a la Secretaría de Estado, la presentación de las cartas credenciales por parte del embajador extraordinario Giovanni Giuriati ante el presidente de Cuba, Dr. Alfredo Zayas, la visita a la alcaldía de La Habana, el banquete ofrecido en los Jardines de La Tropical en nombre de la comunidad italiana, y la función de gala que se ofreció para la comitiva en el Teatro Nacional. DÍAZ MARTÍN, Roberto. Op. cit., p.127.

en la memoria colectiva de la sociedad cubana.¹²

Siguiendo las declaraciones que hizo Carlos Arnoldson, presidente de la Cámara de Comercio e Industria de la isla de Cuba en la recepción que preparó la Secretaría de Estado a la comitiva italiana, tanto los industriales como las autoridades políticas se mostraron aliñados con las expectativas que traía la comitiva, de establecer lazos económicos y comerciales, además de que ratificaron públicamente la disposición por parte del sector económico y político cubano a efectivizar un acercamiento económico y comercial con Italia.¹³ Más allá que el orador utilizó un lenguaje protocolar y lleno de alabanzas para con los visitantes, es importante destacar que su discurso estuvo en correspondencia con los intereses que en política exterior había comenzado a perfilar Italia para con los países latinoamericanos. Mostraba, a su vez, la posición que asumiría el gobierno cubano en el plano político y económico respecto a Italia, ya que era una recepción oficial donde estaban, según la prensa, el secretario de Agricultura, Industria y Comercio, además que el destino que tomara la institución que dirigía Arnoldson coincidía con la política económica del país.¹⁴

Frente al embajador Giuriati, máxima autoridad del grupo visitante, el presidente de la Cámara expresó:

Queremos en estos momento afirmar el acercamiento de relaciones comerciales entre Italia y Cuba de una manera efectiva (...) Cuba, país excepcionalmente dotado por la naturaleza, colocado en situación geográfica inmejorable, a la entrada del Golfo de México, Diosa del Caribe, se encuentra en medio de dos civilizaciones como puente que une a las dos Américas, nos encontramos entre la civilización suramericana y la civilización norteamericana, entre el progreso latino y el avance sajón, y esta Cuba privilegiada, la que tiene el honor de recibiros en estos instantes, tendiéndonos la mano, para que un futuro próximo nuestra simpatía espiritual se traduzca en bien material entre ambos países (...). Aspiramos, ilustre Embajador, a que vuestra visita se traduzca en hechos tangibles y que los entusiasmos del momento no se concreten únicamente a las visitas y a los homenajes oficiales, queremos que cuando regreséis a vuestro país, expongáis que en el Continente Americano, y como avanzada de la unión de ambas Américas, hay un pueblo, pequeño, heroico, laborioso e inteligente que desea estrechar vín-

12 GONZÁLEZ, Froilán; CUPULL, Adys. Op. cit., p.28.

13 *Diario de La Marina, La Habana*, 5 de septiembre, 1924, p.1.

14 GONZÁLEZ, Froilán; CUPULL, Adys. Op. cit., p.36.

culos con la madre de la civilización latina, queremos, en una palabra, afirmar el concepto de la latinidad (...).¹⁵

Aunque no existen documentos que lo confirmen, las coincidencias entre el discurso pronunciado por la parte cubana y los argumentos sobre los cuales descansaba la política exterior italiana para acercarse a América, daban cuenta de la admiración temprana que sentía una parte importante de los grupos económicos cubanos por Italia, y por consecuencia, por el fascismo como modelo político, además de los estrechos vínculos que había entre la exigua pero influyente comunidad italiana en Cuba, la alta burguesía y el *fasci* habanero.¹⁶

Precisamente, los dirigentes e integrantes de dicha organización en Cuba se hicieron presente en todos los actos oficiales y aprovecharon la ocasión para hacer proselitismo al interior de la comunidad de italianos. Como sucedió en los 23 puertos que tocara la nave, la visita significó un reconocimiento o realce de carácter nacionalista que incrementó el orgullo de pertenencia a una raza que ahora se mostraba como única, y por sobre todas las cosas, les permitió obtener cierto grado de visibilidad como inmigrantes en un país en el que eran minoría. Si bien el *fasci* de La Habana no tuvo nunca las dimensiones de su par argentino o el brasileño, lo cierto que se caracterizó por ser una organización que supo establecer vínculos fuertes con los sectores políticos, económicos y culturales en la isla, relaciones que le permitieron cierto grado de visibilización en actividades de muy alto nivel en calidad de representantes del Partido Nacional Fascista (PNF), como en la visita del barco *Italia*, o en el recibimiento que se le diera más tarde, en 1927, al piloto Francesco de Pinedo cuando también hizo una parada en

15 *Diario de La Marina*, La Habana, 5 de septiembre, 1924, p.1.

16 Los *fasci* fueron asociaciones de italianos que surgieron desde el fin de la Gran Guerra Mundial y que más tarde, con la llegada del fascismo, fueron cooptados por el partido, convirtiéndolos en una especie de “little italies” que respondieron a la propaganda de Roma. Fabiano, D. I fasci italiani all'estero, en: BEZZA, B. (ed.). *Gli italiani fuori d'Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione*. Milan: Angeli, 1983, p.224. En casi todas las actividades en las que participó la delegación italiana, estuvieron presentes figuras importantes de la burguesía habanera, entre los que se destacaban periodistas y directores de periódicos importantes, como José I. Rivero, director del *Diario de La Marina* y Tomás Juliá, director de *La Discusión*, así como personalidades de la política como Orestes Ferrara. Este último, además de ser italiano de nacimiento, era uno de los empresarios más poderosos del país y ocupaba en ese momento un cargo en la Cámara de Representantes, era profesor en la Universidad de La Habana, y tenía estrechos vínculos con el gobierno. DÍAZ MARTÍN, Roberto. Op. cit., p.127. GONZÁLEZ, Froilán y CUPULL, Adys. Op. cit., pp. 40-43.

Cuba mientras hacía el vuelo trasatlántico¹⁷. Además, coordinó sendas actividades culturales que tuvieron resonancia y fueron publicitadas, casi siempre, en la prensa más influyente del momento.

Un ejemplo de los vínculos e influencias que desarrolló la organización fascista en Cuba se pueden apreciar a partir de las propias declaraciones que hicieron en 1927 el presidente y el secretario de ese entonces, Michele de Luca y Attilio de Gregorio, cuando fueron conminados por las autoridades cubanas a desistir de actitudes violentas y amenazantes contra sus connacionales con el objetivo de ganar las elecciones de la organización. Denunciados por los propios vecinos, ya que habían provocado un gran disturbio, los mencionados dirigentes declararon a la prensa que “(...) sus influencias secretas con sectores importantes de la sociedad cubana en la esfera gubernamental, especialmente en los órganos policíacos, les permitía actuar en La Habana de manera impune”¹⁸.

Más allá de las particularidades de este incidente, el hecho corrobora la presencia de una célula fascista (*fasci*) en La Habana desde la segunda mitad de los años 1920. Asimismo, tanto la presencia de la organización fascista en Cuba, unido a la visita del *Italia* y la parada de Pinedo, demuestran la importancia que desde muy temprano adquirió el país caribeño en el proceso de acercamiento que diseñó Italia para con Latinoamérica. Sin embargo, como sí sucedió con otros países de la región, donde la necesidad de recursos naturales vitales, o la presencia de una importante comunidad de inmigrantes italianos se convirtieron en los móviles del acercamiento entre Italia y esos países, en el caso de Cuba será su posición geográfica y su cercanía política y económica con los Estados Unidos los dos elementos que convirtieron al país caribeño, durante más de dos décadas, en un punto estratégico para el proceso de propaganda y difusión que trazó el fascismo, tanto para la isla como para el área.

Tal es así que La Habana se convirtió en 1928 en la sede del VII

17 Los vuelos de largo alcance fue otros de los métodos que utilizó Mussolini para mostrar los logros que en materia de aviación y poderío militar que habían alcanzado, y por supuesto, buscar admiración y seguidores de la ideología fascista, en especial a los inmigrantes italianos diseminados por el mundo. Así, durante la década de 1920 y 1930 se sucedieron importantes vuelos trasatlánticos a América y a Asia. En este caso, era el segundo que Francesco de Pinedo realizaba, y el 28 de marzo de 1927 llegó a La Habana procedente de Haití. DÍAZ MARTÍN, Roberto. Op. cit., pp. 130-131.

18 GONZÁLEZ, Froilán y CUPULL, Adys. Op. cit., p.75.

Congreso de la Prensa Latina¹⁹ a donde asistieron representantes de los diarios más importantes de América Latina y el mundo²⁰. Además de abordar los temas candentes de la profesión por aquellos años, el concepto y la pertenencia a la latinidad como elemento cultural que unía a los pueblos latinoamericanos, fue uno de los aspectos que más se destacó en todas las intervenciones. Presidido por el propio presidente de Cuba, Gerardo Machado, la apertura del congreso se dio en La Habana el 7 de marzo y desde el discurso inaugural ofrecido por el director del Diario de La Marina, quien estaba al frente de la comisión organizadora por la parte cubana, se destacaron las virtudes de la raza latina, ideas y pensamientos que estaban en total correspondencia con la política ideológica-cultural de Italia para con América Latina²¹.

Las manifestaciones de apoyo al fascismo por parte de los organizadores nacionales –periodistas en su mayoría-, unido a la participación directa del ministro de Italia en Cuba en la preparación del evento²², advierten las conexiones que hubo entre la celebración del evento y la política exterior italiana para con Cuba y la región, además de que un intercambio de mensajes entre la comisión organizadora y el propio primer ministro italiano así lo confirman. A través de la sede

19 Era la primera vez, desde 1923, que se celebraba el congreso fuera de Europa, y La Habana había sido escogida como sede para ello. Las ciudades anteriores que habían acogido al congreso fueron: Lyon (1923), Lisboa (1924), Roma (1925), Lieja (1926), Madrid (1927) y Bucarest (1927). BATTEMBERG, Domingo. *Cuba en 1928: reminiscencias, documentos, informaciones, gráficos, artículos y opiniones del VII Congreso de la Prensa Latina*. Université Paris 3, Paris, 1928, p.7.

20 Aunque hubo una participación variada de representantes de disímiles tendencias ideológicas y temáticas, lo cierto es que participaron delegados de los principales periódicos italianos que, después de 1924, se habían convertido en referentes informativos para los pares latinoamericanos que comulgaban ideológicamente con el fascismo. Los casos más representativos de los rotativos italianos representados fueron: *Giornale de Italia*, *Gazzetta di Popolo*, *Popolo di Italia*, y en el caso de los latinoamericanos, *Diario de La Marina* (Cuba), *Gazzette de Sao Paulo* (Brasil), *La Época*, *La Prensa*, y *La Razón* (Argentina). BATTEMBERG, Domingo. Op. cit., p.28.

21 Según José I. Rivero, “(...) La latinidad es una condición peculiar del espíritu, una actitud frente a la vida y la manera de reaccionar contra los objetos que nos rodean, común a nuestros pueblos. Ser latino es amar la luz; amar la luz es poseer la gracia, enemiga de las tinieblas; poseer gracia es vivir la vida a pleno sol. No es un vocablo el de la latinidad vacío de sentido. Un francés, un español, un italiano o cualquiera de cuantos pueblan nuestro continente, desde Río Grande a la Patagonia, ante un hecho determinado reaccionaremos, pese a la diferencia de idiomas, si no de idéntico modo, sí tan distinto de como reaccionaría un eslavo o un sajón que puede decirse que la actitud adoptada será, poco más o menos, la misma (...)”. *El Orden. Diario de la Mañana*, Santa Fé, Argentina, 9 de marzo, 1928, p.1.

22 El ministro de Italia ofreció, para los congresistas, uno de los dos grandes banquetes que se dieron en La Habana durante el evento. *El Orden. Diario de la Mañana*, Santa Fé, Argentina, 8 de marzo, 1928, p.1.

diplomática en Cuba, Domingo Battemberg, a nombre de la comisión organizadora, le envió a Mussolini un cable en el que decía:

Comisión organizadora representada por mí almuerzo íntimo ministro Italia, colonia y periodistas italianos, brinda por Vuestra Excelencia e Italia hija primogénita Roma.²³

En respuesta, Mussolini, el 11 de marzo de 1928, respondió el cable expresando lo siguiente:

Roma, 11 de marzo de 1928- Sírvase Su Señoría hacerse intérprete cerca de la Comisión organizadora del VII Congreso de la Prensa Latina de mi vivo agradecimiento por las amables frases que acaba de telegrafiarne y por el pensamiento dirigido hacia Italia y Roma. Que el nombre y el espíritu de Roma, imperecedero centro de latinidad, animen las labores del Congreso al que envió mis más ferrosos augurios.²⁴

Teniendo en cuenta el peso de las comunidades italianas de otros países, es importante destacar la importancia geopolítica y geoestratégica que fue adquiriendo Cuba para el esquema de influencia fascista que proyectó Italia en el área. Según los resultados arrojados por un estudio que hiciera el Dr. Emilio Núñez Portuondo, profesor de Derecho Civil y Derecho Público de la Universidad de La Habana, a solicitud del embajador italiano en la capital, Sr. Nicola Macario²⁵, la situación geográfica de Cuba era vital para cualquier labor de propaganda escrita y oral que pensase hacer el gobierno de Italia respecto a América.²⁶ Precisamente, durante la década de 1930 las intenciones de acercamiento de Italia para con Cuba continuaron a un mismo ritmo. Fue un período que se caracterizó por mantener relaciones diplomáticas cordiales, además de consolidar y reafirmar los históricos vínculos económicos, exceptuando el lapso en que se aplicaron sanciones económicas a Italia por parte de los Estados miembros de la Liga de las Naciones.²⁷ La decisión del or-

23 BATTEMBERG, Domingo. Op. Cit., p.49.

24 *Ibidem*, p.49.

25 Nicola Macario estuvo como ministro plenipotenciario del Reino de Italia en Cuba desde 1934 a 1937. *Anuario Diplomático y Consular de la República de Cuba (VII)*. Habana: Cultural S.A, 1940, p.470.

26 GONZÁLEZ, Froilán; CUPULL, Adys. Op. cit., p.182.

27 CONSUEGRA SANFIEL, Alberto. Inglaterra, Francia y la Sociedad de Naciones: intereses y actitudes frente al segundo conflicto italo-etíope (1935-1936). *Contra Relatos desde el Sur*. Programa de Estudios Africanos y del Programa de Estudios sobre Medio Oriente, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, año XI, nro. 12, diciembre, 2015, pp. 79-95.

ganismo internacional creó un distanciamiento entre ambos países ya que Cuba, como miembro, aplicó la ley, situación esta que no volvió a repetirse hasta la ruptura total de las relaciones en 1941.

El 16 de octubre de 1935 el gobierno cubano publicó en la Gaceta Oficial el decreto 2487 por el cual, como miembro de la Sociedad de Naciones, enumeraba los artículos y/o productos que no se comercializarían con el Reino de Italia hasta tanto no se levantaran las sanciones, y puso en marcha un número de disposiciones que tenían como objetivo, exclusivamente, cumplir con las normas internacionales.²⁸ Aunque las medidas trajeron un fuerte descontento por parte de la comunidad italiana cercana al fascismo²⁹, ya que la aplicación del decreto suponía el reconocimiento a Italia como “país agresor”, lo cierto es que el tiempo que duraron las sanciones, así como los productos y las acciones comerciales específicas que se enumeraron, aparentemente no trajeron afectaciones para las relaciones comerciales entre ambos países. No obstante, tomando como referencia los valores de las importaciones y las exportaciones de Cuba durante los años 1935 y 1936, se puede apreciar que Europa era la segunda área comercial más importante para la economía isleña, y dentro de ella, Italia ocupaba el tercer puesto en la lista de los 30 países que activamente comerciaban con Cuba, sólo superado por Alemania y Reino Unido. Precisamente, la misma fuente arroja que las importaciones de productos italianos durante el año 1935 fueron de 887,490 pesos cubanos mientras que las exportaciones de productos cubanos hacia Italia fueron de 65,647 pesos cubanos.³⁰ Sin embargo, durante el año 1936 estas cifras mermaron considerablemente, reduciéndose a cero las importaciones, mientras que las exportaciones solo fueron de 3,639 pesos cubanos.³¹

28 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIII, octubre, 1935, pp. 457-501. Además de dicho decreto, se emitieron otros respecto a las sanciones a Italia, como por ejemplo el decreto 2657, firmado el 31 de octubre de 1935, referido a limitar las transacciones financieras con el gobierno italiano con Cuba, o el decreto 2890, mediante el cual se ampliaba la lista de artículos y el material de guerra que se prohibía comerciar con Italia, el cual salió publicado en la Gaceta Oficial el 12 de diciembre de 1935. *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIII, octubre, 1935, pp. 497-501.

29 La aplicación de la medida trajo un fuerte descontento que se expresó a través de la prensa, en especial en el Diario de La Marina, vocero por excelencia del *fasci* y de la comunidad italiana en La Habana.

30 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIII, (abril, mayo, junio), 1936, p.104. El peso cubano tenía una paridad con el dólar estadounidense de 1 USD =1 peso cubano.

31 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIV, (enero, febrero, marzo),

No hay duda que dichas medidas sí afectaron, aunque de manera coyuntural, el intercambio comercial entre ambos países, así como el desempeño de algunas compañías italianas que, con sede en Roma, operaban directamente en Cuba y en Estados Unidos, en especial, aquellas dedicadas al transporte marítimo de pasajeros. Y es que desde finales de la década de 1920 compañías navieras italianas desembarcaron en Cuba con el objetivo de brindar sus servicios de transporte a destinos como Nueva York y Europa. Durante toda la década de 1930, por ejemplo, la compañía *Italian Line* se convirtió en una de las empresas de transporte de pasajeros más importante del país. Con su oficina principal en la calle Empedrado nro.4, en La Habana, la compañía promocionaba sus servicios en el Diario de La Marina e instaba a los lectores a viajar a Europa vía Nueva York, detallando a quienes elegirían los servicios de la compañía cómo podría ser el viaje a Italia, las grandezas y los avances que había logrado el país, así como las distintas paradas -Nueva York, Lisboa, Gibraltar, y en Italia, Roma, Nápoles, Nisa, Génova- que tenían en su trayecto hasta llegar a Italia, lo que también servía para aquellos que deseaban viajar a cualquiera de esas ciudades sin llegar a Italia.³²

Una vez levantada las sanciones en julio de 1936, las relaciones entre ambos países conservaron su ritmo habitual e Italia continuó cultivando sus intenciones de acercamiento al país caribeño a partir de la organización de actividades culturales que, si bien tenían claros objetivos políticos, fueron siempre divulgadas y reconocidas, hasta por el propio gobierno cubano como parte de la promoción cultural que se le hacía a Italia en el exterior.³³ Así, durante este período, encontramos varios ejemplos que muestran cómo la glorificación del pasado romano se convirtió en la columna vertebral del discurso y las intenciones de todos los que de alguna forma u otra, ya fueran diplomáticos o periodistas cubanos que habitualmente escribieron en los diarios, buscaban convencer a la sociedad de la necesidad de apoyar a Italia en cada una de las acciones expansivas que llevó adelante, en especial, la invasión a Etiopía, o simplemente presentar los logros de Mussolini y del fascismo

1937, p.108.

32 *Diario de La Marina*, La Habana, 19 de agosto, 1937, p.3. Este tipo de anuncios se repetirán durante casi toda la década de 1930 en el diario.

33 Durante los años de 1935 a 1941, casi todas las actividades culturales que fueron organizadas por la Legación de Italia en La Habana, aparecieron promocionadas en el Boletín Oficial de la Secretaría de Estado.

como una alternativa posible a seguir.

De la consolidación a la ruptura de los vínculos

La llegada a Cuba del nuevo representante diplomático, Giovanni Persico, en agosto de 1937, significó un cambio importante en las relaciones entre Cuba e Italia, dinamizando las labores proselitistas que habitualmente llevaban a cabo las instituciones culturales italianas en La Habana.³⁴

A pocos meses de haber llegado, el nuevo embajador informó a la Secretaría de Estado la creación por parte del gobierno de Roma de un premio exclusivo para Cuba con el fin de premiar al mejor libro de autor cubano.³⁵ El premio *Roma*, como se le nombró, aclaraba en la reglamentación que dicho reconocimiento “(...) se había instituido por parte del Gobernador de Roma con el fin de estrechar aún más los lazos de amistad que unían a Cuba, además de que los autores debían inspirarse para la realización de sus obras en la universalidad de Roma en cuanto a su concepción y desarrollo, así como la maravillosa y decisiva influencia que la Antigua Roma ejerció a través de los siglos, sobre las múltiples manifestaciones del pensamiento humano (...)”.³⁶

Aunque no se conoce si se llegó a premiar a algún escritor cubano, el reglamento también fijaba el día, el jurado y el lugar a donde se debían remitir los 5 ejemplares de la obra que participaría del certamen. En este caso, se escogió el 21 de abril como el día en que se darían los resultados del concurso -con motivo del aniversario de la fundación de la ciudad de Roma-, el ministro de Italia en Cuba encabezaría el jurado, y los resultados serían expuestos en la sede de la Legación de Italia en La Habana. Además, el Dr. Paolo Nicolai, director de los cursos de Cultura Italiana en la Casa de Italia, la cual se encontraba en la calle Paseo de Martí nro. 44, en la capital cubana, sería el encargado de asesorar a los interesados.³⁷

Del mismo modo, en consonancia con la creación del Instituto Internacional de Cinematografía Educativa en Italia, fundación que

34 *Diario de La Marina*, La Habana, 19 de agosto, 1937, p.2.

35 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIV, agosto, 1937, p.169.

36 *Ibidem*, p.289.

37 *Ibidem*.

también fue comunicada y presentada a las autoridades cubanas como un logro del régimen fascista mediante el cable 621 de diciembre de 1937³⁸, y como parte de la infraestructura que crearon las instituciones culturales pro-fascistas con el fin de ganar adeptos y apoyo al interior de la exigua comunidad italiana en Cuba, el nuevo embajador inauguró el 9 de marzo de 1938 una nueva sala de espectáculos de la Sociedad Italiana de Asistencia.³⁹ Con la presencia de importantes personalidades y dirigentes de la Casa de Italia, como el ya mencionado Dr. Paolo Nicolai, el diplomático italiano pronunció una conferencia titulada “Caracteres y misión del teatro en la Nueva Italia”, ratificando la importancia que tenía para el país que representaba el enaltecimiento y recuperación de la admiración a la cultura italiana en el exterior.⁴⁰

El estudio del idioma italiano fue otros de los aspectos prioritarios de la agenda cultural de los representantes italianos en La Habana. Bajo la tutela de la Casa de Italia y en estrecha coordinación con la embajada, el Instituto “Vittorio Emmanuele” tenía como tarea fundamental la promoción de la enseñanza de la lengua para así lograr el acercamiento a la cultura mediante la lectura y comprensión de los textos, tanto de aquellos que producía el propio Ministerio de Relaciones Exteriores, o simplemente la literatura clásica que llegaba desde Roma. Los alumnos, la mayoría descendientes de la comunidad italiana o provenientes de la alta burguesía habanera, se convirtieron durante la segunda mitad de la década del 30 en el centro de las actividades artísticas y culturales relacionadas con el idioma. Eran ellos, en palabras de los oradores que disertaban durante las ceremonias de apertura o cierre de los cursos de idioma, los fieles inspiradores de la cultura y la lengua italiana en América. ⁴¹En varios momentos, también, la institución agasajó a escritores destacados que contribuían con su trabajo a consolidar los vínculos culturales entre Cuba e Italia, a través de la publicación de pequeñas obras literarias de temáticas caribeña pero en idioma italiano. Tal es el caso del homenaje que se le hizo a la escritora ítalo-cubana Alba de Céspedes quién, además de pertenecer a una de la familia de más importantes de la política y la cultura de Cuba⁴², desde

38 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXIV, diciembre, 1937, p.675.

39 *Diario de La Marina*, La Habana, 9 de marzo, 1938, p.29.

40 *Ibidem*, p.29.

41 *Diario de La Marina*, La Habana, 22 de marzo, 1939, p.11.

42 Alba de Céspedes era hija de Carlos Manuel de Céspedes y Quesada (embajador cubano en

el principio de la década de 1930 había comenzado a publicar cuentos y novelas en los principales diarios y revistas de Italia, convirtiéndose para las autoridades italianas en el ejemplo perfecto de unión cultural entre el país caribeño y la cultura italiana.⁴³

A partir de 1935 y hasta casi principios de 1939, también, se le dio espacio en la programación radial cubana a emisiones de Italia, especialmente en días y fechas conmemorativas en la que se dirigían al pueblo las personalidades políticas más importantes del país, como Mussolini o el propio Rey Víctor Manuel III. Además de poner al aire las alocuciones, los programas radiales, los cuales se transmitían en español e italiano, completaban con la transmisión de un programa cultural que incluía, por ejemplo, la orquesta de voces y coro perteneciente al teatro Scala de Milán, además de que se podían oír las campañas de la Catedral de San Pedro, en Roma.⁴⁴

A nivel oficial, el propio Giovanni Persico se encargó de hacer llegar a las más altas autoridades cubanas los nuevos cambios y logros que iba alcanzado el gobierno fascista. Como mismo sucedió con la fundación del Instituto de Cinematografía, o con el premio *Roma*, -fue el propio diplomático a nombre de la Legación de Italia quien informó a la Secretaría de Estado dichas novedades-, el representante diplomático tuvo a su cargo la entrega al propio presidente de la República de Cuba, Cor. Federico Laredo Brú, y a nombre de su gobierno, la obra

Italia, representante a la Cámara, Secretario de Estado del presidente Alfredo Zayas y más tarde presidente provisional en 1933), y su mujer italiana, Laura Bertini y Alessandri. Su abuelo fue Carlos Manuel de Céspedes, una de las grandes figuras en la Guerra de los Diez Años, y prima de Pedro Figueredo, el autor del Himno Nacional cubano. Contradictoriamente, durante los años de las Segunda Guerra Mundial, Alba de Céspedes luchó en contra del régimen fascista italiano, llegando a sufrir encarcelamiento por esto. ECURED. *Alba de Céspedes* [en línea]. 2011. [Consulta:30-04-2018] Disponible en: https://www.ecured.cu/Alba_de_C%C3%A9spedes Navarrete, Williams. El enigma de una ítalo-cubana en París. El Nuevo Herald [en línea]. 2016, Disponible en: <http://www.elnuevoherald.com/vivir-mejor/artes-letras/article91362537.html> Consultado el 30 de abril de 2018.

43 En esta actividad cultural, y en otras que se dieron antes, eran común que se hicieran presentes personalidades de la cultura y de la política de Cuba, dando muestras de las buenas relaciones que había entre ambos países, además de la aceptación por el gobierno de Cuba de la política cultural que mantenían las autoridades diplomáticas y la comunidad italiana. En este caso, estuvo presente el director de Cultura, de la Secretaría de Educación, el intelectual habanero José María Chacón y Calvo, quién fuera uno de los exponentes más importantes del movimiento nacionalista y cultural que se diera en Cuba en la década de 1930. *Diario de La Marina*, La Habana, 22 de marzo, 1939, p.11.

44 También se podían sintonizar directamente algunas estaciones radiales de Roma que se transmitían en onda corta. *Diario de La Marina*, La Habana, 12 de marzo, 1939, p.15.

titulada “Los navegantes italianos primeros descubridores de América Latina”. Aunque quedó registrado como un gentil obsequio, lo cierto es que la obra constituía una de las tantas publicaciones que editó y publicó el Ministerio de Asuntos Extranjeros de Italia y que, mediante una historia documentada con imágenes y respaldada por un minucioso estudio histórico, exhibía a las sociedades y a los gobiernos latinoamericanos, y en este caso al cubano, el rol destacado que tuvieron los italianos y su cultura, desde Cristóbal Colón hasta Girolando de Verrazano, en el descubrimiento y desarrollo de América.⁴⁵

Por su parte, en Italia, los representantes diplomáticos cubanos también eran invitados por el gobierno italiano a distintas actividades culturales relacionadas con América con el fin de reforzar los vínculos entre Roma y La Habana. En casi todas las actividades en las que estuvo presente algún representante del cuerpo diplomático cubano, se exaltaron siempre los vínculos entre ambos países, los logros y profundos cambios que en materia de política cultural había alcanzado Italia después de la llegada de Mussolini, y por supuesto, la admiración que sentían los italianos por la cultura cubana y el país en sentido general.⁴⁶ 1938 fue un año prolífero para las relaciones entre Italia y Cuba. Sin duda, la llegada a La Habana del nuevo embajador Giovanni Persico acarreó un marcado movimiento en el proceso de acercamiento entre ambos países, lo que se tradujo en una mayor visibilización de la comunidad italiana en Cuba que comulgaba con el fascismo⁴⁷, sus acti-

45 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXV, enero, 1938, p.85

46 Durante el período analizado hay varios ejemplos de eventos y/o exposiciones italianas inauguradas en las que fue invitado el embajador cubano en Italia. Uno de los ejemplos más importantes fue la inauguración de la Galería Nacional de Arte Moderno, en Roma, el 26 de mayo de 1938, a donde asistió el encargado de negocios de Cuba, el Dr. Carlos Tabernilla. En esa ocasión, la invitación estuvo a cargo del propio ministro de la Cultura Popular de Italia, y entre los muchos trabajos que se resaltaron, estuvo la escultura del escultor italiano Vincenzo Gemito titulada “Muchacha cubana”. *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXV, junio, 1938, p. 639.

47 Además de no existir registros en el Archivo Nacional de Cuba, en la revisión de la prensa que se hizo con motivo de esta investigación, no aparecieron ninguna manifestación por parte de integrantes de la comunidad italiana en Cuba que condenaran al fascismo y/o crearan alguna asociación paralela a las ya mencionadas. En tal sentido, todo indicaría que al haber pocos inmigrantes italianos, la mayoría de ellos asentados en La Habana, así como la eficaz labor de asistencia y desarrollo de actividades culturales que llevaron las autoridades diplomáticas en Cuba, la inmensa mayoría de los inmigrantes participaron de las actividades programadas por la Casa de Italia, la misma que formaban parte del andamiaje político fascista, aún cuando los participantes no comprendieran en su totalidad el alcance y la implicancia de esas acciones, como sucedió en otros países latinoamericanos, como Uruguay y México, por ejemplo.

vidades político-culturales, al igual que aquellas de carácter oficial que tuvieron como protagonistas los dos países.

Precisamente, será la firma de un nuevo acuerdo comercial entre Italia y Cuba el evento más significativo que se dio en la historia de las relaciones entre ambas naciones durante el período. Con la presencia de importantes figuras de la política y la economía nacional, el 29 de agosto de 1938 ambos países firmaron un protocolo adicional al Tratado de Amistad, Navegación y Comercio que se había firmado entre Italia y Cuba en 1903 con el objetivo de sustituir el artículo 3.⁴⁸ La reestructuración del tratado, según las propias declaraciones de los signatarios, el Dr. Juan J. Remo, secretario de Estado, y el ministro Giovanni Persico en representación de Italia, suponía la entrada en una nueva fase de las buenas relaciones comerciales existentes entre ambos países, lo que se traduciría en ganancias para las economías de ambas naciones. La firma del protocolo no era más que el resultado de las buenas intenciones de ambos gobiernos de sustituir las antiguas normas que regulaban el comercio por otras a tono con las realidades del momento.⁴⁹

Sin embargo, contradictoriamente, a partir de la firma del

48 La firma del Tratado de Amistad, Navegación y Comercio de 1903 fue el primer tratado firmado por Cuba por una nación no americana después de la fundación de la República. Hasta 1938 solamente se habían firmado con Italia, de manera oficial, 4 tratados y/o convenios: el Tratado de Amistad, Navegación y Comercio (1903), Convenio de Extradición entre Italia y Cuba (1928), Cambios en el artículo 4 del Convenio de Extradición entre Italia y Cuba (1932), y protocolo adicional al Tratado de Amistad, Navegación y Comercio de 1903 (1938). Todos fueron publicados en las respectivas gacetas oficiales de ambos países.

49 Puntualmente el protocolo adicional modificaba el artículo 3 por el cual se le había otorgado el beneficio de "nación más favorecida" a Italia, mientras que ahora, en función de los cambios que se le había hecho al arancel de aduana de Cuba en 1935, se establecía principalmente lo siguiente:

1) La tarifa mínima en los aranceles a los artículos importados en Cuba que, originarios del suelo o de la industria de aquellos países que, anualmente, adquiriesen directamente de Cuba y en artículos originarios de su suelo o industria, por un valor equivalente, al menos, a la mitad del valor de los que Cuba importaba de Italia.

2) Las dos naciones se concedían recíprocamente el tratamiento de nación más favorecida.

3) Para que los productos procedentes de Italia gozaran en Cuba de tratamiento aduanal concedido a la nación más favorecida, la importación de productos cubanos en Italia se tenía que mantener a nivel inferior a la mitad del valor de las importaciones de productos italianos en Cuba.

4) Cuba obtenía el inmediato pago de sus mercancías sin demoras de las correspondientes divisas, y de sus ventas mínimas anuales consistirían en determinados contingentes de productos anuales (café, cacao, miel de caña, pieles, tabaco en rama y manufacturado).

5) Se fijaba para el primer año del convenio la compra de estos productos por un total de 6 millones de liras o su equivalente en dólares, y para los años sucesivos, en el 50 por ciento del valor de las importaciones anuales que Cuba efectuara a Italia. Firmado el Protocolo Adicional al Tratado con Italia. *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXV, agosto, 1938, p.123.

acuerdo comercial con Italia se inició un lento pero visible proceso de cambio de actitud de Cuba frente a aquellos países, dígase Italia y Alemania, que a la altura de 1938 eran vistos como responsables de la inestabilidad y del deterioro del orden internacional. Si hasta el momento el país había mantenido una posición de respeto ante lo que sucedía en Europa, a partir de la fecha se puede observar un gobierno cubano que, siempre cumpliendo las normas de la política exterior, dio cuenta de que seguía con atención el progresivo deterioro de la paz europea y mundial, además de su alineación con la política norteamericana respecto a países como Italia y Alemania.⁵⁰

Una vez que las tropas alemanas cruzaron las fronteras de Polonia y se dio por iniciada la Segunda Guerra Mundial, el presidente de Cuba, Cnel. Federico Laredo Bru, publicó una proclama en la que, además de hacer mención a la situación hostil que vivía Europa e informar al pueblo de la situación, esclareció la postura del país de respeto a las normas internacionales establecidas tras el fin de la Primera Guerra Mundial y declaró el “estado de neutralidad” de acuerdo a los principios generales del derecho internacional.⁵¹ Dicha proclama, a las horas, se convirtió en el decreto presidencial nro. 2073/1939 por el cual se ratificaba la neutralidad de Cuba, además de que se establecían medidas puntuales para aplicar respecto a los países beligerantes. El decreto hizo especial énfasis en aquellas intrucciones destinadas a la prohibición de todo tipo de actividad radiotelegráficas y radiotelefónicas en el territorio nacional, así como la regulación de entrada y salida de barcos a puertos cubanos, ya sean mercantes o de guerra.⁵²

50 Durante el período estudiado, las relaciones entre Cuba y Alemania fueron cordiales, casi al mismo nivel que con Italia. Económicamente, Alemania era uno de los países que más comercio tenía con Cuba, y a nivel diplomático, Alemania cursó invitaciones importantes al gobierno de Cuba con el objetivo de que participara en eventos culturales y políticos a celebrarse tanto en Cuba como en Berlín. Por su parte, los distintos gobiernos cubanos respondieron positivamente a esas invitaciones. Algunos ejemplos son: invitación al Congreso Internacional Municipal (1936); envió por parte del gobierno de Cuba un busto de José Martí al Instituto Iberoamericano de Berlín, el cual se develó en 1937; el Estado cubano promovió la creación de la “Orden de Mérito del Águila Alemana”, en 1937, para honrar a ciudadanos extranjeros que se hagan acreedores del Reich alemán; reconocimiento por parte de Cuba de Austria y Alemania como una sola unidad comercial (1938); reconocimiento de las nuevas fronteras entre Alemania y Checoslovaquia al considerar alemanas las mercancías procedentes del Sudeten (1939). *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana (1935-1939).

51 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVI, julio-agosto-septiembre, 1939, p.12.

52 *Ibídem*, p. 12-15.

La aplicación de las medidas estaban orientadas a dejar en claro la desaprobación del gobierno de Cuba a que el territorio nacional sirviese de base a extranjeros y/o nacionales para la organización y promoción de actividades a favor de algún país en guerra⁵³. Unido a esto, el compromiso de Cuba en la defensa de la neutralidad y de la paz, el cual fue expresado en las respectivas reuniones que se dieron entre los representantes de los distintos países latinoamericanos para abordar el tema de la guerra en Europa⁵⁴, se convirtieron en barreras infranqueables que hicieron que las relaciones Cuba-Italia fueran paulatinamente enfriándose. Respecto a este último aspecto, las declaraciones hechas por la delegación cubana que asistió a la reunión de ministros en Panamá, la cual estuvo presidida por Miguel Ángel Campa, secretario de Estado, dio cuenta de la férrea postura que tomaría Cuba frente a aquellos países que, como Alemania e Italia⁵⁵, atentaban contra la paz mundial y la estabilidad del mundo, incluyendo el continente americano.⁵⁶

En consonancia con la actitud del gobierno cubano a partir del

53 A raíz del comienzo de la guerra, la Secretaría de Gobernación envió a los jefes de las divisiones de la Policía Nacional, la relación detallada de los nacionales de Inglaterra, Francia, Polonia y Alemania -países que habían entrado en la guerra-, que estaban radicados en territorio nacional, con el objetivo de que fueran vigilados. Esta medida, según Gobernación, respondía al “estado de neutralidad” de Cuba. *Diario de La Marina*, La Habana, 13 de septiembre, 1939, p.2.

54 Una vez que se desató la guerra, los gobiernos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Estados Unidos, México, Panamá, Perú y Cuba, considerando que la guerra en Europa se consideraba un hecho susceptible que perjudicaría la paz de América, además de los respectivos convenios firmados acerca del mantenimiento de la paz, tanto en la Conferencia Interamericana de Buenos Aires (1936) así como en Lima (1938), llamaron a una reunión extraordinaria y consultiva de los ministros de Relaciones Exteriores en Panamá, que sesionó del 23 de septiembre al 3 de octubre de 1939 con la participación de los ministros de todos los países antes mencionados, además de Ecuador y El Salvador.

55 Italia había firmado el 22 de mayo de 1939 el Pacto de Acero con Alemania mediante el cual, según su artículo III, “(...) en caso de que uno de los signatarios se viera envuelto en una guerra, el otro le prestaría asistencia inmediata (...)” lo cual prácticamente, una vez Alemania entró en guerra, presagiaba la entrada de Italia a la guerra, como sucedió en 1940. SEARA VÁZQUEZ. Modesto. *La paz precaria. De Versailles a Danzig (II)*. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 1970, pp. 519-521.

56 Miguel Ángel Campa, secretario de Estado, fue uno de los delegados que con más vehemencia e insistencia propuso a las naciones latinoamericanas permanecer neutrales ante el conflicto y reprobó toda acción que tienda a llevar las hostilidades a los mares americanos. La delegación cubana, además, propuso el establecimiento de un sistema de consultas de carácter permanente ante los peligros de la guerra, junto a un Comité Permanente de Neutralidad. Evidentemente, en una conferencia de tamaño envergadura, con la presencia de países de tanto peso como Estados Unidos en las relaciones interamericanas del período, la intervención de Cuba, así como la propuesta denotan el alineamiento de la política diplomática cubana con la estadounidense. *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVI, octubre, 1939, pp. 18-19.

deterioro de las relaciones internacionales en Europa, significativamente después de la firma del protocolo comercial entre Italia y Cuba, los diplomáticos italianos, así como las instituciones culturales habaneras que habían trabajado al unísono para respaldar el proyecto político fascista, dejaron de figurar en los medios gráficos y oficiales que habitualmente publicitaban sus actividades. A nivel oficial, aparentemente, la embajada italiana en La Habana estuvo a cargo de diplomáticos de segunda línea - primer secretario⁵⁷ - aún cuando oficialmente el embajador asignado seguía siendo Giovanni Persico. No fue hasta 1940, durante los actos oficiales de asunción del nuevo presidente cubano, Cnel. Fulgencio Batista y Zaldívar, que apareció otra vez la Legación de Italia y su embajador dentro del listado del cuerpo diplomático exterior acreditado en Cuba.⁵⁸

Justo antes de que Italia entrara en la guerra, el gobierno de Cuba dio pasos que, conociendo la historia de las relaciones diplomáticas entre Italia y Cuba, así como los procedimientos que seguía el Ministerio de Relaciones de Cuba para otorgar determinadas condecoraciones, mostraban el inminente rompimiento de las relaciones entre Roma y La Habana. Uno de los gestos fue distinguir con la “Orden Nacional de Mérito Carlos Manuel de Céspedes” a grandes personalidades de la política y la diplomacia italiana⁵⁹, y el otro fue la designación de Orestes Ferrara y Marino como “Enviado Especial” a Europa en función de llevar a cabo gestiones especiales referentes a las relaciones comerciales de Cuba con varias naciones, en especial, con Italia.⁶⁰

En el caso de la entrega de la “Orden Nacional de Mérito Car-

57 Boletín Oficial de la Secretaría de Estado. La Habana, año XXXVI, abril-mayo-junio, 1939, p.14; *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVII, abril-septiembre, 1940, p.3.

58 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVII, octubre-diciembre, 1940, pp. 9-14. Durante 1939, comunicación entre el embajador estadounidense en Roma y el presidente norteamericano demuestran cómo se fueron deteriorando las relaciones diplomáticas entre Estados Unidos e Italia, situación que se trasladó a las relaciones Cuba- Italia por las estrechas relaciones entre la Casa Blanca y La Habana. Carta de William Phillips a Franklin D. Roosevelt, Rome, Italy, May 26, 1939. Diplomatic Correspondence, Franklin D. Roosevelt Presidential Library & Museum, Box 42, Italy - Phillips, William, 1935-May 1939 [en línea] Disponible en: http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/psf/psfa0401.pdf. Consultado el 14 de enero de 2019. Para 1940, el alineamiento entre Estados Unidos y Cuba en la toma de decisiones respecto a la guerra era visible dadas las conversaciones contantes que tenía la Cancillería y la Secretaría de Estado de Cuba con el embajador norteamericano respecto a la guerra. *Diario de La Marina*, La Habana, 20 de junio, 1940, p.9.

59 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVII, enero-marzo, 1940, p.32.

60 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVII, abril-septiembre, 1940, p.3.

los Manuel de Céspedes” a importantes miembros del gobierno fascista -máxima distinción que otorgaba el gobierno de Cuba como recompensa a los servicios prestados por nacionales o extranjeros en el ejercicio de cargos diplomáticos u otros eminentes servicios prestados a Cuba-, vislumbraba el fin de un período ya que históricamente esa distinción, en caso de merecerla, era entregada cuando el diplomático finalizaba su misión. No obstante, la entrega de tan importante reconocimiento a figuras de las más altas esferas del Partido Fascista, especialmente aquellas que se habían desempeñado en cargos cardinales en el fortalecimiento de las relaciones con América, advertían los fuertes vínculos que se desarrollaron entre ambos países durante la década de 1930, y en particular, en los últimos años.⁶¹

Asimismo, la designación de Ferrara, la cual se dio por su cercanía y pertenencia a la comunidad italiana en Cuba, además de los vínculos que había cultivado con altos mandos del gobierno y la economía de Italia -la muestra de eso fue su rol en los actos oficiales de recibimiento del barco *Italia* y el aviador Pinedo-, se convirtieron en un potencial ante la necesidad de Cuba para adecuar el intercambio comercial con aquellos países europeos que estaban por entrar, o habían entrado, en guerra. El inicio de la gira del “Enviado Especial” por Italia y España era la muestra que, en ambos casos, dichos países, cultural y

61 Los políticos condecorados fueron, en los diferentes rangos, lo siguientes: Con el rango de “Gran Cruz” a Galeazo Ciano (ministro de Relaciones Exteriores de Italia). Con el rango de “Gran Cruz de Segundo Grado”: Felice Guarnieri, (ministro de Cambios y Divisas extranjeras de Italia), Guisepe Bastianini, (subsecretario de Relaciones Exteriores de Italia), Amadeo Gianini (director general de Relaciones Comerciales de Italia); “Gran Oficial”: ministro Andrea Geisser Celesia Di Vegliasco (jefe de la Oficina de Ceremonial de Italia), ministro Felipo Amfuso (jefe del despacho de S.E del ministro de Relaciones Exteriores de Italia), ministro Nob. Renato Prunas (director general de Relaciones Transoceánicas), Giovanni Persico (ministro de Italia en Cuba); en el rango de “Comendador”: Dr. Angiolo Cassinis (vicedirector general de Relaciones Comerciales de Italia), Umberto Natali (cónsul general, jefe de la secretaría particular de S.E del ministro de Relaciones Exteriores de Italia), Marcello del Drago del Principi D’ Antuni (primer secretario de legación de la Oficina del Ceremonial de Italia), Giorgio Benzoni Dei Marchesi Di Balsamo (cónsul de primera clase, jefe de la Oficina de la Dirección General de Relaciones Comerciales de Italia); con el rango de “Oficial”: Guisepe Vitaliano Dei Baroni Confalonieri (jefe de la Oficina de la 4ta. Dirección General de Relaciones Transoceánicas de Italia), Duque Paolo Gallier De la Tour (primer secretario de legación en la Oficina del Ceremonial de Italia), Sr. Marqués Blasco Lanza D’Ajeta Dei Principi di Trabia (cónsul del despacho de S.E el ministro de Relaciones Exteriores de Italia), Pier Pasqualle Spinelli (ex primer secretario de la Legación de Italia en Cuba); y con el rango de “Caballero”: Barón Carlo de Ferraris Salzano (cónsul del despacho de S.E el ministro de Relaciones Exteriores de Italia), Dr. Federico Sensi (vicecónsul de la Oficina del Ceremonial de Italia). *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVII, enero-marzo, 1940, pp. 32-34.

económicamente, eran importantes para la economía y la política de Cuba. De igual forma, la entrada de Italia en la guerra y la posterior aplicación de las medidas que Cuba tendría que aplicar a partir del “estado de neutralidad”, impedirían cualquier tipo de intercambio comercial, lo que afectaría ostensiblemente las expectativas que Cuba había depositado a partir de la firma del tratado comercial.

Por último, los acuerdos firmados por los representantes de las naciones americanas en la II Reunión de Consultas entre Cancilleres Americanos celebrada en La Habana en 1940⁶² acerca de la necesidad de frenar la participación del cuerpo diplomático o consular en actividades políticas en los territorios americanos, fue el primer paso dado por Cuba que marcó un freno a la diplomacia italiana y los métodos que había implementado a la hora de hacer política en América. Además de repeler cualquier actividad dirigida, ayudada o instigada por gobiernos exteriores que pusieran en peligro la tradición democrática de la región, el gobierno de Cuba y las demás delegaciones que allí asistieron manifestaron su disposición a extirpar las doctrinas que ponían en riesgo la neutralidad regional, lo que develó la incompatibilidad de los objetivos de la política exterior italiana para con los países latinoamericanos desde el ascenso del fascismo, en especial, para con Cuba. Italia y Alemania se habían convertido, para 1940, en naciones que esgrimían doctrinas políticas contrarias a la posición que progresivamente fueron asumiendo los gobiernos y las sociedades latinoamericanas una vez que comenzó la guerra. En la mayoría de los casos, dichos países eran vistos como los responsables de la situación bélica mundial que se vivía.⁶³

En la medida en que la guerra se fue extendiendo al resto de los países europeos, Cuba fue ampliando la lista de naciones ocupadas ante las cuales se declaraba “neutral”⁶⁴, mientras que al interior del país el Ejecutivo, en estrecha consonancia con lo que acontecía en Estados Unidos, fue alejándose cada vez más de los países del Eje y tomó medidas que debilitaron las relaciones diplomáticas con Italia.⁶⁵ Así, cuando

62 Se celebró en La Habana del 21 al 30 de julio de 1940.

63 Desde 1939 se habían dado distintos reportes de manifestaciones, tanto políticas como sociales, del malestar que había creado las acciones castrenses de Alemania y más tarde Italia, en junio de 1940. *Diario de La Marina*, La Habana, 11 de junio, 1940, p.11; *Diario de La Marina*, La Habana, 11 de junio, 1940, p.12.

64 *Diario de La Marina*, La Habana, 12 de mayo, 1940, p.1.

65 Una de las medidas aplicadas por Cuba que tensó las relaciones entre Cuba e Italia antes que ambos países rompieran relaciones fue la incautación de navíos de países beligerantes en aguas

el lunes 8 de diciembre de 1941 Estados Unidos declaró la guerra a Japón, ya Cuba había dado avances de la posición que tomaría frente al ataque japonés en el Pacífico, ya que el propio presidente de Cuba había solicitado al Congreso, unas horas antes, la aprobación de la Ley de Emergencia Nacional y la aplicación de la Ley de Defensa de la Democracia “(...) para contribuir con nuestro esfuerzo, dentro de la cooperación establecida entre las naciones democráticas del mundo, para vencer las ambiciones sin límites del más peligroso cesarismo (...)”.⁶⁶

Así, el 9 de diciembre de 1941, seguido de una solemne alocución al pueblo de Cuba por parte del presidente Batista, el gobierno de Cuba declaró la guerra a Japón mediante resolución conjunta votada por el Congreso⁶⁷, y dos días más tarde hizo lo mismo con el Reich alemán y el Reino de Italia⁶⁸, dando por terminados años de cordial relación entre Cuba e Italia, además de que firmó una serie de decretos que estuvieron, la mayoría, orientados a reglamentar la situación comercial, política y social respecto a dichos países.⁶⁹ Precisamente, algu-

cubanas. El 27 de junio de 1940 y amparándose en una la Ley de Espionaje de 1917, el presidente norteamericano autorizó la apropiación de buques extranjeros que se encontraban en aguas jurisdiccionales de este país en el caso de que estos fueran necesarios para la protección de los intereses nacionales o la seguridad de los propios buques. Siguiendo instrucciones, y en la medida de que se fue polarizando más la situación con Italia, Cuba, respecto al barco de bandera italiana Recca, el cual había llegado a puerto cubano en calidad de refugiado en el mes de junio de 1941 procedente de Génova y Cádiz, aplicó la misma medida en marzo de 1941 mediante el decreto 2438 por el que se resolvía la incautación del buque. El mismo pasaría a formar parte de la Marina de Guerra y se le cambió el nombre por el de Libertad. *Diario de La Marina*, La Habana, 28 de junio, 1940, p.10; *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVIII, julio-agosto-septiembre, 1941, p.36.

66 *Diario de La Marina*, La Habana, 7 de diciembre, 1941, p.1.

67 *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVIII, octubre-noviembre-diciembre, 1941, p.114.

68 *Ibidem*. Este mismo día Estados Unidos declaró la guerra a Italia y Alemania. *Diario de La Marina*, La Habana, 12 de diciembre, 1941, p.1.

69 Los decretos más importantes fueron: decreto 3448: mediante el cual se le atribuía carácter de extranjeros enemigos a todos a los ciudadanos o súbditos de una nación enemiga, u aliada del enemigo que se encuentren en territorio de la República. Se fijaba como norma básica la intervención de la propiedad enemiga a los nacionales de países enemigos, así como los aliados de los enemigos, que eran: Alemania, incluyendo los territorios anexados de Austria y Eslovaquia, Japón, incluyendo Karafute, Koea, Kwantung, Formosa y demás islas bajo el mandato japonés, e Italia y sus posesiones del norte de África. Y en carácter de aliados de los países enemigos estaban: Hungría, Rumanía y Bulgaria, Finlandia y Thailand (Siam). *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVIII, octubre-noviembre-diciembre, 1941, p.189; decreto 3341: mediante el cual se prohibía a los nacionales de países enemigos y/o aliados de los enemigos residir en el litoral de los puertos o lugares de la costa cercanos a los puertos. Se daban 10 días a partir de la publicación del decreto para que todos los nacionales de países enemigos y/o aliados de los ene-

nos de estos decretos estuvieron dirigidos a la regulación del comportamiento y el futuro de los ciudadanos italianos -junto con los alemanes y japoneses- que se encontraban residiendo en el país. En guerra contra los países del Eje, Cuba se sumaría a conjunto de países de la región que, además de declarar la guerra y romper relaciones con Japón, Italia y Alemania, tomaron medidas drásticas contra los nacionales de esos países en nombre de la seguridad.

Consideraciones finales

Como se ha esbozado, la política exterior de la Italia fascista para con el continente latinoamericano, en particular para con Cuba, fue un elemento indispensable para la modelación de los posicionamientos políticos, sociales y culturales del país respecto a Italia y, por consiguiente, para con el fascismo. A diferencia de lo plantea la historiografía clásica que ha abordado las relaciones exteriores de Cuba durante el período, se puede comprobar, primero, que la agenda exterior de Cuba no se concentró, exclusivamente, en el desenvolvimiento de vínculos económicos y políticos con Estados Unidos pues, si bien los mismos parecieron simbióticos, el Ejecutivo cubano concertó relaciones con países políticamente fuertes durante los años 1930, como sucedió con la Italia mussoliniana.

Y es que la proximidad que se estableció entre La Habana y Roma, desde 1922 hasta casi el estallido de la Segunda Guerra Mundial, estuvo en correspondencia con el interés manifiesto del país europeo para con la isla. A pesar de que la zona caribeña era considerada como un área de ascendencia económica y política de Estados Unidos, lo cierto es que el Partido Nacional Fascista (PNF) delineó una estrategia de acercamiento para Cuba apoyándose en las relaciones diplomáticas. Mediante los respectivos embajadores italianos llegados al país, se implementó un plan que, en contubernio con la exigua pero influyente

migos comparecieran en una estación de policía cuya demarcación se encontraba su domicilio, y tenían que informar y justificar cualquier cambio futuro en el domicilio. De no cumplir con lo estipulado en el decreto en no menos de 10 días, serían apresados. *Boletín Oficial de la Secretaría de Estado*. La Habana, año XXXVIII, octubre-noviembre-diciembre, 1941, pp. 221-222; decreto 3382: por el mismo se creaba el cargo de "Interventor de la Propiedad Enemiga", dándosele determinadas facultades en la fiscalización de las relaciones comerciales de los extranjeros enemigos. *Ibíd.*, pp. 230-231.

comunidad italiana asentada en la isla, parte de la alta burguesía nacional admiradora de Mussolini y el *fasci* habanero, buscó la exaltación de la *latinidad* como lazo cultural. Además de presentar ante los ojos de la sociedad cubana los logros del país europeo, se promocionó el fascismo como corriente ideológica, reforzándose la labor proselitista y de búsqueda de respaldo, sobre todo, en 1935 durante la invasión y posterior colonización de Abisinia (actual Etiopía).

Puntualmente, durante dicho período se aprecia un notable acercamiento entre el cuerpo diplomático italiano y la comunidad de emigrados. Con la clara intención de robustecer la propaganda a favor del gobierno de Italia y el fascismo, las principales instituciones perteneciente a la comunidad italiana en La Habana, como la Casa de Italia, la Sociedad Italiana de Asistencia y el Institutito “Vittorio Emmanuele”, implementaron un programa de actividades en el que se conjugó el ocio, la exaltación de la cultura, la promoción del asistencialismo, y también la política. Desde esos espacios se alabaron los logros que en materia económica, política y cultural había logrado el país europeo desde el ascenso del fascismo, presentándolo como un modelo a seguir.

Así, para Cuba, el proceso de acercamiento que el gobierno de Italia había iniciado para con sus coterráneos se materializó, con más fuerza, durante el conflicto en África, y se concentró en el incremento de actividades planificadas desde y por la embajada. En sentido general, tales reuniones mostraron un aparente matiz cultural y asociativo pero, en efecto, revistieron una fuerte impronta política-militante al ser los miembros y la directiva del *fasci* que sesionaba en La Habana, las instituciones culturales y el cuerpo diplomático - fieles emisarios todos del fascismo en el exterior-, sus principales hacedores.

LA POLÍTICA DE ASILO DIPLOMÁTICO DE LA JUN- TA DE GOBIERNO DE VENEZUELA EN CUBA (1958-1959)

Mario Ayala
Roberto García Ferreira

Introducción

El 23 de enero de 1958 una rebelión militar y una huelga general pusieron fin a la dictadura de Marcos Pérez Jiménez, que huyó de Venezuela con rumbo a República Dominicana. La acción de sectores de las fuerzas armadas, la huelga organizada por la Junta Patriótica y la resistencia civil en las calles desembocaron en una conspiración militar que terminó con un régimen que en su fase más personal y agresiva se mantenía en el poder desde 1952. Se constituyó una Junta de Gobierno Provisional presidida por el comandante de la Marina Wolfgang Larrazábal que liberó a los presos políticos, permitió el regreso de los exiliados y convocó a elecciones para diciembre de ese mismo año con el objetivo de restablecer la democracia.¹

La Junta de Gobierno gobernó el país entre enero de 1958 y febrero de 1959 y nombró como Ministros de Relaciones Exteriores

¹ CABALLERO, Manuel. *La crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Alfadil Ediciones, 1999, pp.140-142; CORONIL, Fernando. *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 2002, pp. 228-232.

a Oscar García-Velutini (enero a mayo de 1958) y Oscar De Sola (junio de 1958 a febrero de 1959). Durante el año que duró en el poder tuvo que enfrentar levantamientos militares reaccionarios, garantizar la unidad política y social que hizo posible el derrocamiento de la dictadura y lidiar con protestas callejeras por demandas sociales postergadas.² A partir noviembre de 1958 la Junta quedó presidida por Edgar Sanabria que permaneció en el cargo hasta la asunción como presidente de Rómulo Betancourt del partido Acción democrática (AD) el 13 de febrero de 1959.

Simultáneamente, en Cuba ya se perfilaba la desintegración de la dictadura de Fulgencio Batista, en el poder desde el golpe de Estado de marzo de 1952. Fidel Castro y sus compañeros peleaban en la Sierra Maestra, mientras en las ciudades actuaba el Directorio Revolucionario y otros grupos democráticos rebeldes como el del ex presidente Prío Socarrás, del Partido Auténtico, quien también había integrado la Legión del Caribe (1945-1954), un contingente de exiliados de varias latitudes cuya finalidad era derribar a las dictaduras regionales.³

Apenas derrocado Pérez Jiménez, los vínculos de solidaridad activa entre los demócratas venezolanos y los luchadores cubanos se profundizaron.⁴ La sociedad civil venezolana se movilizó y apoyó con acciones de solidaridad al Movimiento 26 de Julio (M26J) en su lucha contra la dictadura de Batista. La Junta de Gobierno permitió que la oposición cubana operara desde Venezuela y en el momento del triunfo revolucionario brindó reconocimiento político. El 5 de enero de 1959 Venezuela fue el primer país en reconocer al gobierno revolucionario cubano y en agradecimiento Fidel Castro visitó Venezuela el 23 de enero de ese año. Sin embargo, unas semanas después las relaciones bilaterales comenzaron a deteriorarse luego de que Rómulo Betancourt asumiera la presidencia e iniciara la transición democrática en el contexto de la Guerra

2 CABALLERO, Manuel. Op. Cit.; SALCEDO ÁVILA, Gustavo. *Venezuela, Campo de batalla de la guerra fría. Los Estados Unidos y la era de Rómulo Betancourt (1958-1964)*. Caracas: Fundación Bancaribe, 2017.

3 AMERINGER, Charles. *La Legión del Caribe*. Santo Domingo: Editorial Buho, 2015 [1996]; MOULTON, Aaron Coy. "Militant Roots: The Anti-Fascist Left in the Caribbean Basin, 1945-1954", en: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* 28.2 (Tel Aviv, 2017), pp. 14-29. Disponible en: <http://www3.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1518> (Consultado: 27/08/2020)

4 BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 2007, 6ta edición, p. 203.

Fría, definiendo una inserción internacional alineada al anticomunismo de la política hemisférica estadounidense y a la vez anti dictatorial en el ámbito regional.⁵

Desde una mirada historiográfica, de acuerdo con el historiador venezolano Sócrates Ramírez, pese a la importancia de 1958 en la historia contemporánea de Venezuela parece que no ha existido un interés por estudiarlo en su densidad de año político y en red con otros procesos latinoamericanos del momento; y esos meses han quedado capturados entre la caída de la dictadura, al comienzo del año, los levantamientos militares de julio y septiembre y las elecciones de diciembre.⁶ Un aspecto aun no explorado de aquel año lo constituye el hecho de que durante el período de la Junta de Gobierno Venezuela se transformó en un lugar de asilo y actividad política de la oposición a la dictadura de Batista. Durante la década de 1950 los opositores venezolanos en el exilio habían hecho contactos con los exiliados cubanos en sus países de acogida, en particular México⁷ y Cuba (hasta 1952)⁸ y generaron redes y relaciones que fomentaron la solidaridad entre ambos.

La historiografía ha prestado escasa atención a Venezuela como Estado asilante y lugar de acogida de perseguidos políticos durante el período democrático posterior a 1958. Existen tres trabajos sobre la evaluación del derecho de asilo en la política interior y exterior⁹, pero la política de asilo venezolana en América Latina posterior a 1958 aún no ha sido abordada desde la investigación histórica, salvo en algunas aproximaciones realizadas para la década de 1970 en el Cono Sur.¹⁰

5 SALCEDO ÁVILA, Gustavo. Op. Cit., p. 277.

6 SÓCRATES, Ramírez. "Solicitud de Información" [Correo electrónico]. 23 de septiembre de 2020.

7 Véase las memorias del ex secretario de AD en la clandestinidad durante la década militar 1948-1958: HENRÍQUEZ VERA, Rigoberto. *De la tiranía a la democracia, memorias 1958-1983*. Caracas: Ediciones Centauro, 1989, 2v.

8 "El exilio venezolano en Cuba debió abandonar el país en 1952, por lo que se mudó, en su mayor parte, a México". CONSALVI, Simón Alberto. "Prólogo" en: AA.VV. 1948-1958, *Cuba: patria del exilio venezolano y trinchera de combatientes*. Caracas: Ediciones Centauro, 1982.

9 IÑIGUEZ, Daniel Guerra. *El Derecho de asilo en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, División de Publicaciones, 1973; BURELLI RIVAS, Miguel Ángel. *El asilo como derecho*. Caracas: Editorial Planeta Venezolana S.A., 1998; ORTIZ-ORTIZ, Rafael. "Consideraciones jurídicas y políticas sobre el Derecho de Asilo en Venezuela" en: *Anuario Facultad de Derecho*, Núm. 25, (Valencia, Venezuela, 2002).

10 AYALA, Mario; ROJAS MIRA, Claudia. "El asilo político de chilenos y argentinos en las embaixadas venezolanas durante los años setenta" en: *Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani*, Vol. 10 (2018); AYALA, Mario. "La política de asilo de Venezuela en Argentina durante la represión

Sobre el asilo en embajadas extranjeras ubicadas en La Habana durante el período contamos con el importante trabajo de Manuel de Paz-Sánchez, *Zona Rebelde: La Diplomacia Española ante la Revolución Cubana (1957-1960)*¹¹, apoyado en fuentes diplomáticas de la España franquista que nos ha servido de importante guía, tanto por su reconstrucción erudita, como por los hechos que comprueba. A su vez, las relaciones bilaterales entre ambos países cuentan con abordajes generales en los trabajos de Julio Portillo¹², Demetrio Boersner¹³ y Carlos Romero¹⁴. Respecto al exilio cubano en Venezuela después de 1958 aún no ha sido abordado de forma sistemática por la investigación académica, aunque se encuentran referencias informativas de sus integrantes y actividades en estudios sobre el exilio cubano post 1959.¹⁵

Partiendo de estos antecedentes, el objetivo de este artículo es examinar, desde una perspectiva histórica, la política y práctica del asilo diplomático aplicado por la Junta de Gobierno Provisional de Venezuela en relación a Cuba entre 1958 y 1959 y las modalidades adoptó el otorgamiento de la protección en sede diplomática. Sustentamos nuestro trabajo en la consulta de los expedientes relativos a asilados cubanos de la Dirección de Política Internacional de los años 1958-1959 y que se conservan en el Archivo Histórico del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores (AHMPPRE). El recorte temporal y las fuentes utilizadas permiten reconstruir la mirada de la lógica político-estatal, pero nos dicen poco sobre las trayectorias y perfiles políticos y sociales de los solicitantes de asilo. El estudio que llevamos a cabo

estatal y paraestatal (1974-1983)” en: *Historia Regional*, Año XXXIII, N° 43 (Villa Constitución, Santa Fe, Julio-diciembre2020), pp. 1-17.

11 PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. *Zona Rebelde: La Diplomacia Española ante la Revolución Cubana (1957-1960)*. Tenerife: Gobierno de Canarias, Cabildo Insular de Fuerteventura, Ayuntamiento de la Laguna, Ayuntamiento de Icod de los Vinos, Centro de la Cultura Popular Canaria, 1997.

12 PORTILLO, Julio. *Venezuela - Cuba. Relaciones diplomáticas 1902-1980*. Caracas: Editorial Arte, 1981.

13 BOERSNER, Demetrio. Op. Cit.

14 ROMERO, Carlos A. “Cuba y Venezuela: La génesis y el desarrollo de una utopía bilateral” en: *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos (2011)*, pp. 159-202; ROMERO, Carlos A. “Dos etapas en la política exterior de Venezuela”, en: *Politeia* 30 (2003), pp. 319-343.

15 GARCÍA, María Cristina. *Havana USA: Cuban Exiles and Cuban Americans in South Florida, 1959-1994*. California: Univ of California Press, 1996; O'REILLY HERRERA, Andrea (Ed.). *Cuba: idea of a nation displaced*. S/L: SUNY Press, 2012; VERDEJA Sam; MARTÍNEZ, Guillermo. *Cubans, an Epic Journey: The Struggle of Exiles for Truth and Freedom*. S/L: Reedy Press LLC, 2012.

pretende aportar a un campo de debate histórico sobre los problemas de la defensa del asilo en América Latina en nombre de las víctimas de persecución durante la Guerra Fría latinoamericana.

En cuanto a la organización, el texto que elaboramos está dividido en cuatro partes: la primera discute la cuestión del asilo interamericano en perspectiva histórica; la segunda aborda el asilo diplomático en la embajada de Venezuela en La Habana durante el último año de la dictadura de Batista; la tercera, el desafío que supuso para la Junta Provisional de Venezuela la gestión de los asilos en la capital cubana desde enero de 1959, y cuarto, se ensayan algunas explicaciones que buscan responder las preguntas iniciales a partir de la documentación aportada.

Sobre el asilo interamericano

Antes de profundizar en el estudio de caso, es necesario definir las nociones relativas a los convenios interamericanos de asilo que establecen las pautas esenciales en la materia y son vinculantes para los países que los firman y ratifican.

La práctica del asilo es de larga data en la historia de la humanidad. En América Latina ésta se ha ejercido de manera extendida desde el período de las guerras de independencia y la consolidación de los Estados-nación en el siglo XIX, como correlato de la práctica del exilio. El exilio debe entenderse como la exclusión de opositores de las esferas públicas y del territorio nacional y un mecanismo central de la vida política de los diferentes países de la región.¹⁶

Aunque los esfuerzos por institucionalizar la práctica del asilo iniciaron en las postrimerías del siglo XIX, fue en la primera mitad del siglo XX cuando en el ámbito interamericano se desarrolló un aparato normativo que, a través de varios ordenamientos jurídicos, la fue regulando con el fin de salvaguardar los derechos de los perseguidos políticos. En La Habana (1928), Montevideo (1933, 1939) y Caracas (1954) se firmaron tratados interamericanos en materia de asilo y refugio político.¹⁷ En la X Conferencia Interamericana de Caracas en 1954 se crearon las Convenciones interamericanas sobre Asilo Diplomático

16 RONIGER, Luis. *Destierro y exilio en América Latina. Nuevos estudios y avances teóricos*. Buenos Aires, EUDEBA, 2014, p. 75.

17 SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 2013, pp. 185-187.

y Asilo Territorial, vigentes hasta el presente.

La discusión sobre el derecho de asilo tuvo un importante momento en las décadas de 1940 y 1950 a partir de las experiencias de asilo en el contexto de rebeliones y golpes de estado en Perú y Venezuela (1948), la guerra civil en Costa Rica (1948) reanimaron los debates sobre los problemas de aplicación y limitaciones del asilo diplomático en el contexto regional. Como demostró Lindsay Skiba¹⁸, la tradición latinoamericana de asilo atrajo la atención internacional a principios de la década de 1950, cuando la Corte Internacional de Justicia se expidió sobre el caso de Víctor Raúl Haya de la Torre en el que litigaron Colombia y Perú. Haya de la Torre permaneció asilado en la embajada colombiana de Lima por cinco años (1948-1954) por la negativa del gobierno peruano a entregarle el salvoconducto. Hasta que finalmente las negociaciones bilaterales resultaron en su liberación en 1954. Según Skiba¹⁹, los estados latinoamericanos respondieron al caso de Haya de la Torre desarrollando más tratados regionales sobre asilo. Así, el paradigmático caso Haya de la Torre, junto a los asilos en Venezuela luego del golpe de Estado de 1948, que comprendió el asilo de Rómulo Betancourt en la embajada de Colombia, inspiraron a los países latinoamericanos a abordar algunos de los defectos del derecho convencional existente, dando lugar en 1954 a la Convención de Caracas sobre Asilo Territorial y la Convención de Caracas sobre Asilo Diplomático.

Todo esto aconteció en el contexto internacional de posguerra, donde el derecho de asilo fue reconocido en 1948 tanto en la Declaración Universal de los Derechos Humanos de la Organización para las Naciones Unidas (ONU)²⁰, como en el artículo XXVII de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre. Además, la ONU creó, en diciembre de 1950, el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) con el objetivo de dirigir y coordinar la acción internacional para la protección de los refugiados.²¹ Sin embargo, los países latinoamericanos continuaron recurriendo mayor-

18 SKIBA, Lindsay. "Asilo Americano and the Interplay of Sovereignty, Revolution, and Latin American Human Rights Advocacy: The Case of 20th-Century Argentina" in: *Creighton International and Comparative Law Journal*, 3, (2012), pp. 210-211.

19 Idem, p. 212.

20 *Declaración Universal de los Derechos Humanos*, artículo 14.

21 JAMMET-ARIAS, Nathalie. "Chile- Francia: los caminos del exilio (1973-1994)" En: *Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*, Año 7, N° 13. Córdoba, Diciembre 2020-Mayo 2021.

mente a la institución del asilo interamericano hasta la década de 1970.

Resulta llamativo el hecho de que las Convenciones de Asilo adoptadas por la Reunión de Cancilleres de la X Conferencia Interamericana en Caracas se proclamaran en pleno gobierno dictatorial de Pérez Jiménez, que fue uno de los primeros en suscribir y ratificar ambos pactos. Dicha instancia, también debe recordarse, fue el ámbito donde las dictaduras de Anastasio Somoza en Nicaragua, Manuel Odría en Perú, Marcos Pérez Jiménez en Venezuela, Alfredo Stroessner en Paraguay y Rafael Leónidas Trujillo en República Dominicana, aliados incondicionales en la cruzada contra el comunismo, apoyaron decididamente la moción del gobierno estadounidense representado por su secretario de Estado, John Foster Dulles, contra el gobierno de Jacobo Arbenz, derribado pocos meses más tarde en un hecho emblemático del intervencionismo estadounidense durante la Guerra Fría latinoamericana.²²

Para ser concretos y por razones de espacio, es necesario tener presente que durante el período histórico del que damos cuenta en este trabajo y hasta la actualidad, el derecho interamericano reconoce dos modalidades de asilo: el diplomático y el territorial. Según la Convención Interamericana de Asilo Diplomático de 1954²³, este tipo de protección puede ser concedida en delegaciones extranjeras, residencias de embajadores o barcos de guerra anclados en puertos, en los casos urgentes de perseguidos “por personas o multitudes que hayan escapado al control de las autoridades, o por las autoridades mismas, así como cuando se encuentre en peligro de ser privado de su vida o de su libertad por razones de persecución política y no pueda, sin riesgo, ponerse de otra manera en seguridad”.²⁴ De acuerdo a dicha Convención, todo Estado “tiene derecho de conceder asilo; pero no está obligado a otorgarlo ni a declarar por qué lo niega”.²⁵ Una vez otorgado el asilo, el Estado asilante puede pedir la salida del asilado a territorio extranjero,

22 La literatura sobre este hecho es amplísima. Una mínima selección es GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope. The Guatemalan Revolution and the United States, -1944-1954*. Princeton: Princeton University Press, 1991; PETTINÀ, Vanni. “Del anticomunismo al antinacionalismo: la presidencia de Eisenhower y el giro autoritario en la América Latina de los años 50”, *Revista de Indias*, Num. 240 (2007).

23 Organización de Estados Americanos. *Convención sobre Asilo Diplomático*. Washington, Departamento de Derecho Internacional, 1954. Disponible en: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-46.html>>, consultado 05 out. 2014.

24 *Ibidem*.

25 *Ibidem*.

y el Estado territorial está obligado a dar inmediatamente las garantías necesarias para la evacuación del asilado y extender el correspondiente salvoconducto. Por último, efectuada la salida del asilado, el Estado asilante no está obligado a radicarlo en su territorio; pero no podrá devolverlo a su país de origen, sino cuando concurra voluntad expresa del asilado.²⁶ Por su parte, la Convención Interamericana sobre Asilo Territorial, también de 1954,²⁷ establecía que todo Estado tiene derecho, en ejercicio de su soberanía, a admitir dentro de su territorio a las personas procedentes de otro Estado en el cual “sean perseguidas por sus creencias, opiniones o filiación política o por actos que puedan ser considerados como delitos políticos”.²⁸ Según este pacto un Estado puede brindar asilo al número de personas que juzgue conveniente, sin que por el ejercicio de este derecho ningún otro Estado pueda hacer reclamo alguno.²⁹ Y al mismo tiempo, “ningún Estado está obligado a entregar a otro Estado o a expulsar de su territorio a personas perseguidas por motivos o delitos políticos”.³⁰ En ambos tipos de asilo, el principio de no devolución es clave. En resumen, como ha sintetizado la historiadora Silvia Dutrénit Bielous,³¹ el asilo diplomático es la protección de perseguidos por razones políticas que puede brindar un Estado en territorio extranjero amparado en la prerrogativa del principio de extraterritorialidad de las delegaciones extranjeras; y en cambio el asilo territorial es el que ofrece un Estado en su propio territorio a personas perseguidas políticas provenientes de otros Estados.

Para el período que nos ocupa, Cuba no había ratificado las Convenciones de asilo de 1954, aunque sí las de 1928 y 1933. Venezuela en cambio había ratificado las Convenciones de 1954, pero no contaba con una ley interna que regulara su aplicación, además de esgrimir una restrictiva y anticomunista Ley de Extranjeros, que había sido aprobada en 1942 durante el gobierno de Isaías Medina Angarita (1941-1945).

26 *Ibíd.*

27 Organización de Estados Americanos. *Convención sobre Asilo Territorial*. Washington, Departamento de Derecho Internacional, 1954. Disponible en: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-47.html>>, consultado en 05 out. 2014..

28 *Ibíd.*

29 *Ibíd.*

30 *Ibíd.*

31 DUTRÉNIT BIELOUS, Silvia. “Sobre la percepción y decisión políticas de aplicar el asilo diplomático: una reflexión de experiencias latinoamericanas” en: *América Latina Hoy. Revista de Ciencias Sociales*, núm. 22 (1999).

En este artículo entendemos por política de asilo a las formas de aplicación de la protección internacional del asilo diplomático o el asilo territorial con que un Estado hace frente a los flujos de solicitudes de perseguidos políticos que reclaman ante sus embajadas, o dentro de su territorio nacional. Las políticas de asilo de un Estado abarcan un espectro amplio de situaciones operativas de aplicación donde los políticos, funcionarios y diplomáticos buscan hacer converger los procedimientos con el derecho y las prácticas de la tradición del asilo latinoamericano. Estas situaciones operativas pueden ir desde el respeto de las Convenciones de 1954 hasta su aplicación proactiva o restrictiva, ya sea por motivos político-ideológicos, de política migratoria, de seguridad interna y/o por la relación bilateral entre países.

El asilo diplomático en la Embajada de La Habana durante 1958

A lo largo de todo el año 1958 la dictadura batistiana desplegó un plan represivo que incrementó los ataques a manifestaciones, los asesinatos y las persecuciones contra la oposición armada y pacífica en Cuba.³² La escalada derivó en un aumento de solicitudes de la protección internacional del asilo en la Embajada de Venezuela en La Habana por parte de perseguidos políticos nacionales y extranjeros. Algo similar se observa en la documentación diplomática de las embajadas de Uruguay³³ y España³⁴ en la capital cubana. Para la oposición armada, 1958 fue el año de la guerra revolucionaria donde el M26J intentó el derrocamiento de la dictadura primero en abril por la vía de una huelga insurreccional, que fue aplastada por la represión, y luego virando su estrategia y lanzando un enfrentamiento militar total para la toma del poder.³⁵

Como se verá a continuación, la política de asilo de Venezuela en Cuba a lo largo de 1958 se caracterizó por dos modalidades de aplicación del asilo diplomático: el asilo pudo otorgarse en la Embajada propia

32 Para este contexto tema véase: PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. Op. Cit.; ROJAS, Rafael. *Historia mínima de la Revolución cubana*. México: El Colegio de México, 2005.

33 Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay, Archivo Administrativo. Asunto Cuba, Caja 1, 1955-1960, Serie: Actas de Asilos Políticos, 1957.

34 PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. Op. Cit.

35 MIREN, Fernando. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México DF: Siglo XXI, 1989.

o en la de un tercer país; y una vez obtenido el salvoconducto para el asilado las salidas de Cuba se realizaron tanto hacia Venezuela o a un tercer país. También se observaron, en menor medida, situaciones de asilo de hecho que no se convirtieron en asilos formales por acuerdos de palabra entre la Embajada y la cancillería cubana autorizando así la salida del asilado.

De acuerdo a la documentación disponible sobre 1958 en el Archivo de la Casa Amarilla, sede la de la cancillería venezolana en Caracas, los primeros casos de asilados diplomáticos datan de fines de febrero de 1958. Un mes después de la instalación de la Junta de Gobierno Provisional, el 23 de febrero, la Embajada de Brasil en Cuba solicitó a la misión venezolana en La Habana, a cargo de León Vázquez Madrid, visas de ingreso al territorio de Venezuela para dos ciudadanos cubanos acogidos al asilo diplomático en esa delegación.³⁶ En el radiograma se leía: “Embajada Brasil solicita visa para cubanos María Aurelia Urquiola Lechuga [43 años, ama de casa] y Aesthor Lázaro Pedro Bombino Rodríguez [27 años, estudiante medicina] acogidos al asilo político”. El 3 de marzo el canciller Oscar García Velutini solicitó información adicional y detallada sobre los cubanos, algo que el embajador respondió el 7 de marzo informando que la condición de estos asilados era “en libertad provisional por acuerdo tribunal de urgencia en espera de juicio por actividades subversivas. Por temor seguridad personal en espera juicio solicitaron y obtuvieron asilo Embajada Brasil”. La respuesta de la cancillería de 12 de marzo, fue que la Junta de Gobierno autorizaba las visas solicitadas. Esta práctica del asilo diplomático pudo tener sus causas tanto con los intereses del gobierno brasileiro de no trasladar a los asilados a su territorio por reservas políticas,³⁷ pero también con las estrategias de los asilados de trasladarse a Venezuela por sus factores de atracción: la existencia de grupos de exiliados cubanos, la expectativa de solidaridad gubernamental, la existencia de una colonia de emigrados cubanos y la posibilidad de

36 Archivo Histórico del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 36. La Embajada del Brasil en La Habana solicita visa para el ingreso a Venezuela de dos ciudadanos cubanos acogidos al asilo político. La Habana, 28 de febrero de 1958. (En adelante: AHMPPRE)

37 Brasil estaba bajo el gobierno del desarrollista Juscelino Kubitschek (enero 1956-enero 1961) del Partido Social Democrático (PSD) y mantuvo una relación respetuosa con el proceso de lucha democrático en Cuba. Véase: MACHADO DOMINGOS, Charles Sidarta. “Os ventos da Guerra Fria sopram sobre as Américas: As relações Cuba-URSS vistas pela diplomacia brasileira (1959-1962)” en: *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*, no 7 (2017).

realizar acciones de oposición hacia su país de origen.

El 27 marzo de 1958 el responsable de la misión venezolana en La Habana, el embajador León Vázquez Madrid, consultó al Ministerio de Relaciones Exteriores normalizado y controlado por la Junta de Gobierno acerca de la política de asilo a seguir frente a solicitudes realizadas por opositores cubanos y exiliados dominicanos. El 28 de marzo, el Ministro García Velutini, a través de la Dirección de Política Internacional (DPI), lo instruyó en estos términos:

La política del gobierno en materia de asilo está regida fundamentalmente por las normas de la Convención sobre Asilo Diplomático suscrita en la Décima Conferencia de Caracas marzo de 1954. En consecuencia esa Embajada deberá concederlo en todos aquellos casos en los cuales sea pertinente de conformidad con lo dispuesto por dicha Convención. Cuba no ha ratificado la misma pero es parte en las anteriores de La Habana y Montevideo firmadas en 1928 y 1933 respectivamente. Respecto a eventual solicitud de Juan Bosch queda usted autorizado a concederle asilo de acuerdo con las convenciones arriba señaladas. García-Velutini.³⁸

El clima de La Habana después de la huelga revolucionaria del 9 de abril de 1958 fue de aumento de la represión y las persecuciones, provocando situaciones de asilo masivo en varias embajadas de países latinoamericanos como Argentina, Brasil, México, Chile, El Salvador, Venezuela, Panamá, Ecuador, Perú y Uruguay, además de la embajada española.³⁹ Durante aquel mes el marco de la huelga general y otras actividades conspirativas dentro y fuera del país⁴⁰, la embajada venezo-

38 Es interesante hacer notar que esta fuente indica que la protección de los exiliados dominicanos Juan Bosch y Pablo Martínez (y de otros dominicanos presos en Cuba) fue solicitada por Manuel Bernier (Presidente Junta Patriótica Dominicana de los Estados Unidos) a W. Larrazábal, Presidente de la Junta de Gobierno, ante una inminente deportación a República Dominicana bajo la dictadura trujillista. Con estas instrucciones el embajador venezolano en Cuba realizó gestiones por la situación de dominicanos, e informó a Caracas que tanto Martínez como Bosch eran acusados por la dictadura de Batista de pertenecer al M26J; y que la comunidad de exiliados dominicanos temía que la dictadura realice deportaciones a Dominicana. Véase: AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 79. Nota de Embajador en Cuba a Canciller García Velutini. La Habana, 7 de abril de 1958.

39 PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. Op. Cit.

40 De acuerdo a la información obtenida de fuentes diplomáticas venezolanas y de la investigación de Manuel de Paz Sánchez, pudimos comprobar que en los meses de abril y mayo de 1958 el M26J impulsó un plan de acción en el exterior con manifestaciones públicas y ocupaciones temporales de sedes diplomáticas de Cuba. Según los las fuentes diplomáticas venezolanas estas se registraron en países latinoamericanos (Argentina, Ecuador, Panamá y Venezuela) y Europa (España).

lana en La Habana recibió demandas de asilo de militantes del Movimiento 26 de Julio y sus familias. Incluso de dos funcionarios policiales desafectos a la dictadura, a los que se les negó el asilo y fueron detenidos en la puerta de la misión. Otro canal de seguimiento de la situación desde Caracas fueron los informes del agregado militar. El 14 de abril este informaba que un grupo de cuatro solicitantes de asilo (incluidos los dos policías sumados al movimiento de protesta) fueron detenidos en la puerta de la Embajada y luego de la protesta diplomática por la indebida detención fueron regresados a la misión diplomática, aunque “bárbaramente maltratados”.⁴¹ Una vez recuperados por la Embajada fueron evacuados a Caracas sin cumplir con el trámite formal de asilo-salvoconducto, pues hubo un acuerdo de hecho entre la Embajada y la dictadura de Batista.

El 18 de abril el embajador Vázquez Madrid informaba a Caracas que tenían catorce asilados en la Embajada e “innumerables solicitudes”. Cuatro días después, los asilados en la misión sumaban diecisiete, descontando siete casos que recibieron salvoconducto para la salida del país (seis lo hicieron a Venezuela y uno a México). Ante el incremento de asilados diplomáticos ese fin de mes la Embajada debió solicitar más recursos para afrontar los gastos que ocasionaban su alojamiento y manutención.⁴²

Mientras tanto, el 23 abril de 1958 asumió como nuevo embajador de Venezuela en Cuba José Abel Montilla, y el cargo de Encargado de Negocios fue ocupado por Gustavo Quintana, manteniéndose ambos hasta marzo 1959.

El 22 de mayo de 1958 el nuevo embajador informaba a la Casa Amarilla que cinco asilados viajaban a Caracas después de recibir salvoconductos; y que en la sede diplomática aún quedaban catorce asilados. También aclaraba que las gestiones de salvoconductos se hacían en un contexto de muchos asilados en las embajadas acreditadas en la capital cubana. Según Montilla, la cancillería cubana autorizaba un máximo de cinco salvoconductos por semana, lo que dificultaba la evacuación de la embajada y fomentaba la concentración de asilados. Asimismo, advertía a Caracas que las solicitudes de asilo eran “muy

41 Véase AHMPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana.

42 *Ibidem*.

numerosas y me veo en la necesidad de aplazar las consideradas menos graves, por falta de espacio para alojarlos”.⁴³ El 3 de junio informaba el viaje a Caracas por Línea Aeropostal Venezolana de cuatro asilados que habían recibido salvoconductos.⁴⁴

Es necesario señalar que, en forma paralela a la estrategia represiva interna, la dictadura de Batista también desarrolló un aparato de represión extraterritorial para perseguir y secuestrar exiliados, ejecutando acciones encubiertas en terceros estados o mediante acuerdos de cooperación represiva e inteligencia sobre exiliados con las dictaduras de República Dominicana, Nicaragua, Honduras y Venezuela.⁴⁵ Uno de los casos que hizo públicas estas acciones represivas ocurrió el 30 de mayo de 1958 en Ciudad de México: policías enviados desde La Habana secuestraron al exiliado cubano Cándido de La Torre y lo trasladaron secretamente a Cuba. Según una nota del Embajador venezolano en México, Diego Córdoba, el gobierno mexicano del presidente Ruiz Cortines protestó enérgicamente ante el gobierno de Batista y exigió la inmediata localización y entrega de la Torre, “en virtud de estar protegido por las leyes mexicanas en el carácter de asilado político”.⁴⁶ Ante la protesta mexicana, la dictadura cubana entregó al exiliado a la Embajada mexicana de La Habana el 8 de junio de 1958. Esta situación tensó aún más las relaciones bilaterales de México y Cuba.

En el contexto de esos meses, el 14 de julio de 1958 el canciller René De Sola solicitó a la Embajada de La Habana un informe sobre cantidades de asilados desde marzo, con pedido de aclaración de números de evacuados al exterior con salvoconductos y de quienes se encontraban en la misión.⁴⁷ Poco después, la Dirección de Política Internacional elaboró un Memorándum interno⁴⁸ sobre la situación de

43 *Ibidem*. Nota 439. Embajada de Venezuela en Cuba a Min. García Venturini. La Habana, 22 de mayo de 1958.

44 *Ibidem*. Nota 508. Embajada de Venezuela en Cuba a Min. García Venturini. La Habana, 3 de junio de 1958.

45 MOULTON, Aaron Coy. *Op. Cit.*

46 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 269. Caso Cándido de La Torre, refugiado político cubano. Nota 145. Relaciones diplomáticas México y Cuba. Ciudad de México, 10 de junio de 1958.

47 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente N° 77. Min. García Venturini a Embajada de Venezuela en Cuba. DGP-458. Caracas, 14 de julio de 1958.

48 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente N° 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Memorándum interno de la Dirección de Política Internacional. Caracas, circa julio-agosto 1958.

las solicitudes de asilo diplomático y asilo territorial en relación a Cuba entre los meses de marzo y julio. Según este informe, los asilados diplomáticos en La Habana entre el 27 de marzo y el 2 de julio sumaron 55 ciudadanos cubanos y tres de nacionalidad dominicana, resultando en un total de 58 asilados. De estos habían salido a Venezuela 25 ciudadanos cubanos, y un dominicano, Juan Bosch, el escritor y futuro presidente de su país, que partió de La Habana el 4 abril con un pasaporte de emergencia venezolano. A su vez destacaba que un asilado diplomático salió a México y que 31 asilados aún no habían obtenido salvoconductos. El mismo despacho también informaba que durante igual período se habían recibido un total de 50 solicitudes de asilo territorial y visas de ingreso para grupos de exiliados cubanos en diversos países de la región, tema que no podremos desarrollar aquí por los límites de espacio y que queda pendiente para un trabajo futuro.

El 28 de agosto, la misión de La Habana informaba a Caracas que a lo largo del mes de julio pasado habían viajado a Venezuela 11 asilados que obtuvieron salvoconductos.⁴⁹ Y un día más tarde, el 29 de agosto, notificaba que durante ese mes viajaron a Venezuela 16 asilados que permanecían en la Embajada.⁵⁰ A su vez, un informe del Embajador de mediados de septiembre de 1958 afirmaba que entre julio y septiembre, la Embajada había concedido asilo diplomático a un total de 31 personas que habían salido con salvoconducto a Venezuela.⁵¹ En diciembre, la Cancillería informó al Ministerio de Relaciones Interiores que durante 1958 la misión venezolana brindó asilo a un total de setenta y una personas.⁵²

Sin embargo, la política de asilo de Venezuela en relación a Cuba daría un giro restrictivo a fines de septiembre de 1958, cuando se im-

49 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente N° 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 737. Asilados políticos cubanos que viajaron a Venezuela en el mes de julio de 1958. La Habana, 28 de agosto de 1958.

50 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 738. Asilados políticos cubanos que viajaron a Venezuela en el mes de agosto de 1958. La Habana, 29 de agosto de 1958.

51 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 761. Estudio concesiones de asilo político. La Habana, 11 de septiembre de 1958.

52 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 2273. Caracas, 5 de diciembre de 1958.

puso la suspensión de asilos diplomáticos entre esa fecha y fines de diciembre. Esto aconteció justo en la última etapa de la guerra insurreccional contra la dictadura cubana, cuando la necesidad de la protección internacional del asilo se volvió más acuciante que los meses anteriores. ¿Cuáles fueron los motivos de política interna y externa que llevaron a la Junta de Gobierno de Venezuela a suspender de hecho su política de asilo en Cuba de respeto a las convenciones vigentes de 1954 en aquellos tres meses claves de la lucha anti dictatorial?

La documentación muestra que cuatro fueron los factores que configuraron la decisión de un cambio radical en la política de asilo hacia Cuba entre septiembre y diciembre de 1958, revelando que las realidades simultáneas o paralelas de ambos países se conectaron e interactuaron entre sí. El primer factor fueron las opiniones del Embajador José Abel Montilla sobre la situación represiva cubana, el perfil de los solicitantes de asilo y las condiciones y requisitos que debían reunir las solicitudes para el otorgamiento de la protección internacional. El 11 de septiembre de 1958 Montilla remitió al Ministro René De Sola, la Nota 761 titulada “Estudio de concesiones de asilo político”.⁵³ Este documento deja al descubierto tanto su mirada personal como los prejuicios ideológicos anti-comunistas de este diplomático que afirmaba tener “23 años de carrera” y que era el responsable de aplicar sobre el terreno la política de asilo definida por el gobierno venezolano de respetar las Convenciones de asilo vigentes. Veamos qué ideas expresaba el documento. Para comenzar, Montilla mencionaba que la reducción de la cantidad de asilados que habían viajado a Caracas en las últimas semanas se relacionaba con su decisión “de someter cada solicitud a un detallado estudio, a fin de lograr que los elementos ingresados a nuestra patria, sean verdaderamente útiles, trabajadores, capaces de ganarse el sustento en tierra extraña, evitando así problemas a nuestro gobierno y onerosas erogaciones al Fisco Nacional”.⁵⁴ En segundo lugar, señalaba que la cancillería cubana había reducido el número de salvoconductos a las embajadas asilantes “a cinco máximo, que es prácticamente el número de cubanos que la Embajada de Venezuela ha despachado semanalmente sin inconvenientes”. En tercer lugar, subrayaba que las demandas de asilo para personas “cuyos

53 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 761. Estudio concesiones de asilo político. La Habana, 11 de septiembre de 1958.

54 *Idem*, f. 1.

delitos no ameritan tan extrema medida, quitando así el puesto a quienes verdaderamente necesitan acogerse al asilo diplomático en la sede de algún país amigo”.⁵⁵ En cuarto lugar, destacaba que en algunos casos, los demandantes no le brindaban la “seguridad absoluta de que el solicitante de asilo sea una persona no comprometida en actos de terrorismo, anarquismo, ataques a concentraciones escolares, en fin, que sea una persona a quien se le pueda otorgar tal gracia para que pueda viajar a Venezuela”. Estas razones esgrimidas por el embajador se fundaban en su idea personal de “preservar” el derecho de asilo para “elementos que estén verdaderamente necesitado de ello y que al mismo tiempo sean una garantía para la tranquilidad venezolana”.⁵⁶ Es decir, además de los criterios de solvencia económica y de relativización del peligro de persecución para otorgar el asilo, Montilla aseguraba que también evaluaba las solicitudes desde su “peligrosidad ideológica” para la seguridad interna del país. Y finalizaba su informe sobre las concesiones de asilo político con dudas un tanto sorprendentes sobre la situación represiva cubana y la pertinencia de aplicación de la protección del asilo diplomático para los casos presentados en La Habana desde su llegada a fines de abril de 1958:

En realidad desde que estoy aquí no he presenciado ningún espectáculo ni conocido ningún caso de estallido de violencia, ora militar, ora tumultuario, que correspondan a la naturalidad de los hechos típicos que determinan el Asilo Diplomático. Como es bien sabido, la lucha armada cierta, aunque con intervalos y más con carácter de guerra de guerrillas, se lleva a efecto en el oriente del país, en la Sierra Maestra, que está a más de 700 kilómetros de La Habana. [Y agregaba] Casi la totalidad de los pedidos de asilo son por temores a la rigurosa sección política, ante ciertos actos de violencia revolucionarios.⁵⁷

El embajador además declaraba que le constaba que los solicitantes de asilo eran “instrumentos dóciles de personas poderosas que los utilizan para sus maniobras” y “en lugar de protegerlos de la represión en sus mansiones o haciendas” les resultaba “más cómodo el paso y más segura su posición en el país para persistir en sus manejos subversivos”.⁵⁸ En adición, Montilla remataba su informe lamentando

55 Idem, f. 1.

56 Idem, f. 2.

57 Idem, f. 2.

58 Idem, f. 3.

que los problemas para aplicar el derecho de asilo diplomático dificultaban “la tradicional actividad diplomática” de llevar del mejor modo posible los objetivos de relación bilateral y del lobby de negocios. Y cerraba con dos afirmaciones que denotaban una malintencionada ignorancia e invisibilización de la situación represiva cubana desde la huelga de abril de 1958. La primera era el “detalle sorprendente”, de que muchos de los pedidos de asilo venían recomendados por senadores, diputados, personeros del gobierno y miembros de la iglesia católica y otras congregaciones religiosas, actores a los que percibía manipulados por personas que no corrían el peligro que justificaba la protección del asilo. La segunda era que “esta desconcertante situación parece tener su explicación en que las potestades supremas del Estado han perdido el verdadero control sobre los organismos policiales o de seguridad”.⁵⁹ En definitiva, no consideraba que existían condiciones de persecución y peligro de vida que ameritaban el asilo y relativizaba la responsabilidad del gobierno en el accionar represivo de la policía. Esta mirada y práctica de Montilla, un diplomático que venía de ser miembro del servicio exterior por décadas en gobiernos dictatoriales o anticomunistas, pero que en ese momento era embajador de un gobierno democrático y solidario con la lucha antidictatorial cubana, contrastó, por ejemplo, con la del representante de la España franquista Manuel Lojendio que mantuvo una mirada más objetiva y liberal de la situación represiva, ajustándose a las prácticas internacionales del derecho de asilo.⁶⁰ Como veremos, esta actitud de Montilla será criticada en enero 1959 por los revolucionarios cubanos y la prensa caraqueña. También contrastaba con la información que ya desde mediados de 1957 asiduamente remitía el embajador uruguayo en la capital cubana a la cancillería de su país. A ese respecto, y por tomar solo uno de sus informes, el diplomático uruguayo escribía:

Parece un absurdo que por causas mínimas, y, muchas veces sin motivo los ciudadanos sean perseguidos, apresados y condenados. El recurso de Habeas Corpus [sic], no tiene ninguna significación ni alcance legal, razón por la cual, la pérdida de la libertad con riesgo de la vida, suele ser la causal más corriente del asilo diplomático. Con toda iniquidad se conforma un expediente acusatorio (‘paquete’) contra un ciudadano, se le apresa, se le somete a tortura y ya se tiene

59 *Idem*, f. 4.

60 PAZ-SÁNCHEZ, Manuel de. *Op. Cit.*

un delito y una condena consecuente, del Tribunal de Urgencia, cuya responsabilidad legal es muy dudosa. Es el terror a las torturas lo que mueve a la expatriación de los ciudadanos. La mayoría de los cadáveres encontrados en las afueras de las ciudades, demuestran haber sido previamente torturados, como una sangrienta ironía, siempre aparecen acompañados de petardos sin estallar. [...] Señalo, Señor Ministro, muy especialmente, que el asilo ya no es un episodio pasajero en la vida de esta, como de otras Embajadas. El asilamiento es permanente...[y] la obligación impuesta por la ley de amparo y el natural sentimiento de humanidad, nos obligan a agotar nuestros recursos en ese sentido.⁶¹

El segundo factor que influyó en la suspensión de la política de asilo de Venezuela en Cuba fueron las tensiones bilaterales por la concesión de asilo diplomático a militares golpistas venezolanos en la misión cubana de Caracas. La querrela central fue por la concesión del asilo diplomático al teniente Manuel Silva Guillén, un militar perezjimenista que estuvo involucrado en la organización de una rebelión militar fallida el 7 de septiembre de 1958, y que tenía pedido de detención por un Juzgado Militar.⁶² Por ese motivo, el gobierno venezolano no lo consideraba con derecho al asilo, demorando su salvoconducto. Otros tres militares de esta asonada solicitaron asilo diplomático en la embajada de México. Las tensiones con Cuba por el asilo del militar Guillén llegaron hasta la Organización de los Estados Americanos (OEA) y se resolvieron con la emisión de un salvoconducto para su salida del país firmado por el Ministerio de Relaciones Exteriores el 18 de diciembre de 1958.

El tercer factor fue la crítica situación política interna del país con movilizaciones sociales, rumores de más levantamientos militares y atentados en el contexto de las próximas elecciones presidenciales de diciembre de 1958. Esta situación combinada con el informe del Embajador sobre asilados y el levamiento militar de inicios de septiembre, junto a los debates bilaterales sobre el asilo a militares golpistas, llevó al gobierno de la Junta Provisional a suspender la política de asilo en relación a Cuba. En esos días el canciller De Sola giró la siguiente ins-

61 Ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay, Archivo Administrativo. Asunto Cuba, Caja 1, 1955-1960, Serie: Actas de Asilos Políticos, 1957. Informe No. 7/7/957 (5), Confidencial. Asilo de los Sres. Evelio Rodríguez y Eduardo Tabares. La Habana, 19 de junio de 1957.

62 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 406. Asilo concedido por la Embajada de Cuba en Caracas al Teniente Manuel Silva Guillen. Nota 1582. Ministerio Defensa al Ministro Relaciones Exteriores. Caracas, 24 de septiembre de 1958.

trucción a La Habana:

EMBAVENEZ LA HABANA. DGP 732.

REFERENCIA SU NOTA 761 FECHA 11 SETIEMBRE ULTIMO PUNTO ESTE GOBIERNO HA RESUELTO QUE ESA EMBAJADA SE ABSTENGA EN LO SUCESIVO DE CONCEDER ASILO DIPLOMATICO COMA SALVO EN LOS CASOS DE EXTREMA URGENCIA COMA MIENTRAS EXISTA DISCUSION ENTRE AMBOS GOBIERNOS SOBRE ASILADO EN EMBAJADA DE CUBA EN ESTA CIUDAD. DE SOLA.⁶³

Un cuarto factor de seguridad interna esgrimido por el gobierno venezolano fue la posibilidad de que la dictadura cubana enviara comandos para realizar atentados que influyeran en el clima de elecciones presidenciales. Esta preocupación fue revelada en una comunicación confidencial que el Ministro de Relaciones Interiores envió al canciller De Sola el 28 de noviembre de 1958, donde informaba – probablemente con origen en la agregaduría militar de la misión de La Habana que remitía al Comando Militar— acerca de la supuesta infiltración de agentes militares o policiales del régimen de Batista en la embajada bajo la apariencia de asilados. Según el documento, el objetivo de estos agentes, que se harían pasar por asilados, era ingresar al país y “crearle problemas al Gobierno venezolano en los días que preceden a las elecciones”, destacando que “entre estos elementos hay especialistas en asesinatos personales.”⁶⁴

Diez días después, el 5 de diciembre, una respuesta de la Casa Amarilla al Ministerio de Relaciones Interiores informaba que durante 1958 la misión venezolana brindó asilo a un total de setenta y uno personas y subrayaba que “no hay actualmente asilados en esa Representación Diplomática.”⁶⁵

Desde las primeras horas del 1 de enero de 1959 la Embajada de Venezuela en La Habana comenzó a recibir solicitudes de asilo de

63 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. DGP-732. Min. Rene de Solá a Embajada de Venezuela en Cuba. Caracas, 26 de septiembre de 1958.

64 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 04010-E-C-988778-Confidencial. Caracas, 28 de noviembre de 1958.

65 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1958, Cuba, Expediente No 77. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana. Nota 2273. Caracas, 5 de diciembre de 1958.

funcionarios de la dictadura de Batista y sus familias. La cancillería de la Junta de Gobierno Provisional debió tomar posición y definir su política de asilo.

El asilo a partir de 1 de enero de 1959: un desafío para el gobierno provisional

Los primeros días de enero de 1959 las embajadas latinoamericanas y de España recibieron demandas masivas de asilo. El 2 de enero el Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile anunciaba que su embajada en La Habana tenía entre 35 y 50 personas asiladas y que no iniciaría las gestiones de salvoconductos hasta que el nuevo gobierno no quedara constituido.⁶⁶ La Embajada de México tenía en su interior a 92 asilados. Y la de Argentina algunos pocos, entre los cuales estaba Eusebio Mujal el odiado jefe de la Confederación de Trabajadores pro Batista. Según el diario *El Nacional* para el 5 de enero el número de asilados en embajadas en Cuba era de más de doscientos.

Mientras Fidel Castro se dirigía a la capital por tierra desde Santiago de Cuba, en La Habana estallaba la furia con algunos saqueos a casas de los personeros del régimen batistiano, contenidos por las nuevas fuerzas del orden revolucionario. A la vez, por las calles aún circulaban algunos grupos de esbirros de la dictadura sembrando el pánico con disparos desde automóviles y enfrentándose con las milicias del Ejército rebelde.

Unos días más tarde, el 12 de enero de 1959, un relevamiento del corresponsal de *France-Presse* que visitó las Embajadas de países que formaban parte de las Convenciones de Asilo contabilizó alrededor de 77 miembros del gobierno de Batista refugiados en ellas.⁶⁷ La Embajada de Chile tenía 27 asilados; en otra (que no nombraba) había otros 6 asilados; las otras embajadas que tenían asilados eran: Brasil, tres ex funcionarios; Costa Rica, 7; Ecuador, 5; Guatemala, 6; Paraguay, 3;

66 *Últimas Noticias*, Caracas, 3 de enero de 1959, en recortes de prensa adjuntos en AHMPRE. Dirección de Política Internacional Cuba. 1959. Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba.

67 "En las Embajadas Latinas hay 77 refugiados" en: *El Nacional*, Caracas, 13 de enero de 1959, en recortes de prensa adjuntos en AHMPRE. Dirección de Política Internacional Cuba. 1959. Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba.

México, 5; Perú, 3; Panamá, 8; y Uruguay, 3. La nota finalizaba afirmando que se ignoraba en qué condiciones podrían salir estas personas de las embajadas.

En esos convulsos primeros días de enero de 1959, la Embajada de Venezuela en La Habana concedió asilo a cuatro funcionarios de Batista y el embajador Montilla declaraba al diario *Últimas Noticias*⁶⁸ que se estaban gestionando los salvoconductos para que viajen a Estados Unidos. Estos asilados eran el ex ministro y diputado Anaya Murillo, su esposa y su hijo, un ingeniero cuya residencia fue saqueada el primero de enero, y el cuarto un ex senador de apellido Arguello.

El día 5 de enero, el enviado especial de *El Nacional* a Cuba, Javier Rodríguez, informaba que “aunque no es oficial, en los círculos revolucionarios han expresado extrañeza por la conducta del Embajador venezolano [José Abel Montilla], quien hace tres semanas negó asilo a revolucionarios, apresurándose a recibir a los batistianos”. Estas afirmaciones llevaron a un debate público en Venezuela que obligaría a la cancillería a dar explicaciones sobre los asilos de personeros de la dictadura derrocada en Cuba. Estas críticas al Embajador fueron realizadas nuevamente en una nota de *El Nacional* del 8 de enero con el subtítulo “El Embajador de Venezuela dio refugio a funcionarios de Batista, pero en los tres últimos meses negó amparo a los revolucionarios”.⁶⁹

La semana siguiente, el diario caraqueño *La Esfera* informó que la cancillería venezolana declaró públicamente que no había militares cubanos asilados en la Embajada de La Habana, sino cuatro civiles, cuyos salvoconductos habían sido solicitados al Ministerio de Estado de Cuba. Según el autor de la crónica, en la misma comunicación el Ministro de Relaciones Exteriores, René De Sola, reiteró que no era cierto que su “Despacho hubiese dado órdenes al Embajador en Cuba, Abel Montilla, [para] que no continuase dando asilo a los revolucionarios cubanos. Al respecto señaló el ministro –afirmaba la nota—: -Hemos servido siempre a la causa democrática cubana y venezolana, pero

68 *Últimas Noticias*, Caracas, 4 de enero de 1959, en recortes de prensa adjuntos en AHMPPRE. Dirección de Política Internacional Cuba. 1959. Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba.

69 “El Embajador de Venezuela dio refugio a funcionarios de Batista, pero en los tres últimos meses negó amparo a los revolucionarios” en: *El Nacional*, Caracas, 8 de enero de 1959, en recortes de prensa adjuntos en AMRE. DPI. Cuba. 1959. Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba.

respetando los Convenios de los Gobiernos y sin hacer gestos destemplados”. Y finalizó sus declaraciones señalando “que durante el gobierno de Batista la Embajada asiló a 120 cubanos y que en los últimos días otorgaron igual derecho a cuatro simpatizantes de Batista.”⁷⁰

Ahora bien ¿qué dicen las fuentes diplomáticas sobre la posición pública de la cancillería venezolana acerca de la suspensión del asilo en la Embajada de Cuba en los últimos tres meses de 1958?

En aquel contexto de críticas sobre la política de asilo en Cuba el canciller René De Sola envió a la embajada de La Habana “instrucciones verbales” de no dar asilos a ex funcionarios de Batista y de evitar que los asilados existentes sean trasladados a Caracas. Una de las justificaciones que presentó en los mensajes confidenciales enviados al Embajador Montilla fue que la decisión era tomada para evitar posibles disturbios o movilización de la prensa en momentos de asunción de Rómulo Betancourt como presidente a mediados de febrero de 1959. Vale detenerse en cómo fueron estas comunicaciones entre la Casa Amarilla y su misión en La Habana, que marcaron el último episodio de la política de asilo diplomático de la Junta de Gobierno en relación a Cuba.

Los días 4 y 8 de enero el Ministro De Sola había solicitado de forma reiterada al Embajador que suministre información de asilados. Pero Montilla recién respondió el 12 de enero anunciando que enviaba por vía aérea los nombres de los asilados. En esa nota informaba que había concedido asilo a cuatro personas. Ellos eran Leonardo Parmenio Anaya Murillo, su esposa María Antonia Quintana y su hijo mayor Leonardo Antonio Anaya Quintana. Anaya Murillo –avisaba Montilla— formaba parte del Gabinete de Batista, mientras que su esposa era diputada. Ambos habían sido recomendados por un ex empleado de la Embajada, familiar de los mismos. El cuarto asilado era Avan Alfonso Jimeno Soler, “diputado del régimen caído”, que había sido llevado a la misión por el vicecónsul venezolano Raúl Hernández. Además, continuaba, “se ha hecho petición de asilo para cuatro personas más, pero se negó en virtud del recado suyo que trajo el Señor Saúl Pérez Paredes”; y agregaba: “Sus instrucciones verbales fueron recibidas cuando se había concedido a las citadas personas, pero serán rigurosamente cumplidas de ahora en ade-

70 *La Esfera*, Caracas, 17 de enero de 1959, en recortes de prensa adjuntos en AMRE. DPI. Cuba. 1959. Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba.

lante, a pesar de las solicitudes de asilo que llegan a la Embajada”⁷¹

El 14 de enero el embajador Montilla notificó a Caracas que concurrió a la Televisora Telemundo para desmentir las acusaciones de la revista *Bohemia* sobre la restricción venezolana de asilos en los últimos meses de la dictadura. El 16 de enero la respuesta del canciller De Sola fue

Limítese a desmentir falsas imputaciones, manteniendo reserva sobre instrucciones enviadas. Caso necesario, dé a la prensa información acerca de numerosas personas asiladas en la Embajada. Trate de lograr con Cancillería esa entrega inmediata salvoconductos actuales asilados pero procure que viajen a otros países. Explique Cancillería deseo evitar motivo especulaciones periodísticas que puedan desvirtuar realidad fraternales relaciones ambos Gobiernos.⁷²

Entre 23 y 27 de enero de 1959 Fidel Castro visitó Venezuela en el aniversario de la caída de Pérez Jiménez, en lo que sería su primer viaje al exterior como jefe de la victoriosa revolución. La invitación no fue oficial, sino de la Federación Nacional de Estudiantes Universitarios y Fidel la transformó en una oportunidad para agradecer al pueblo y al gobierno venezolano por la gran ayuda dispensada.⁷³

Dos semanas más tarde, el 13 de febrero de 1959, Rómulo Betancourt asumió la presidencia de la República en un ambiente de expectativas por el reinicio de la democracia, efervescencia social e inestabilidad, con protestas.⁷⁴

En los días y semanas siguientes el flamante gobierno de Betancourt, fruto de la coalición puntofijista, fue instalándose en el aparato estatal y los nuevos funcionarios comenzaron a ocupar los cargos ministeriales y diplomáticos. En el ámbito de la cancillería, Ignacio Arcaya del partido Unión Republicana Democrática (URD) asumió como Ministro de Relaciones Exteriores en febrero de 1959. Y a partir de marzo el embajador José Nucete Sardi reemplazó a José Abel Montilla frente a

71 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1959, Cuba, Expediente No. 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana Cuba. La Habana, 12 de enero de 1959.

72 AHMPPRE. Dirección de Política Internacional, 1959, Cuba, Expediente No 5. Asilo concedido a ciudadanos cubanos en la Embajada de Venezuela en La Habana, Cuba. Radiograma cifrado. DG-41. Embavenez Habana. La Habana, 16 de enero de 1959.

73 SALCEDO ÁVILA, Gustavo. Op. Cit., p. 104; “Enero de 1959: Fidel en Venezuela en histórica visita” en: *Cubadebate*, La Habana, 23 enero 2019. Disponible en: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2019/01/23/fidel-en-venezuela-60-anos-video/>>, consultado en 10 set. 2020.

74 SALCEDO ÁVILA, Gustavo. Op. Cit., p. 96.

la embajada de Venezuela en La Habana. La política de asilo del gobierno de Betancourt hacia Cuba demanda un tratamiento detallado que excede los límites de este artículo, lo cual dejamos para otro trabajo.

Conclusiones

Los expedientes sobre solicitudes de asilo diplomático ante la Embajada de Venezuela en Cuba del año 1958 mostraron que entre marzo y septiembre se aplicó una política de respeto de las Convenciones de 1954, brindando asilo diplomático a un total de setenta y uno personas.

Esta política de asilo a derecho se caracterizó por dos modalidades de aplicación del asilo diplomático: el asilo pudo otorgarse en la Embajada propia o en la de un tercer país; y una vez obtenido el salvoconducto para el asilado las salidas de Cuba se realizaron tanto hacia Venezuela o a un tercer país. También se observaron, en menor medida, situaciones de asilo de hecho que no se convirtieron en asilos formales por acuerdos de palabra entre la Embajada y la cancillería cubana para autorizar la salida del asilado.

Esta documentación también mostró que existió una decisión gubernamental de suspender los asilos en la misión de La Habana entre septiembre y diciembre de 1958; y que en esta decisión incidieron una combinación de cuatro factores: el informe negativo, alarmista de tintes anticomunistas del embajador Montilla sobre los solicitantes de asilo; las disputas entre ambos países por el asilo de militares golpistas en Caracas; el nerviosismo por la situación política crítica e inestable en el escenario de las elecciones presidenciales venezolanas y la información de inteligencia militar sobre la posibilidad de infiltración de agentes cubanos como asilados para ingresar al país y provocar situaciones de desestabilización.

Estos hechos indican que en los últimos tres meses de 1958, el gobierno venezolano subordinó su política de asilo a los intereses de estabilidad política y seguridad interna, y a los conflictos por la aplicación del derecho de asilo en su territorio. En nuestro caso de estudio, la aplicación restrictiva del derecho de asilo entre septiembre y diciembre de 1958 fue influida por la perspectiva ideológica del anticomunismo de la Guerra Fría que invocaba la necesidad de garantizar la seguridad interna del Estado, como se observó en los criterios de evaluación para el otorgamiento del asilo aplicados por el embajador José Abel Montilla.

En relación al asilo diplomático en La Habana luego del triunfo de la revolución, mes de enero de 1959, observamos que luego de los cuatro asilados en la primera semana, el gobierno venezolano adoptó una política restrictiva ante solicitudes de asilo de miembros civiles y militares de la dictadura de Batista, fundada en la situación de transición política que se vivía ambos países.

Todo lo anterior lleva a interpretar la política de asilo de la Junta de Gobierno Provisional de Venezuela en los términos de Buriano Castro, Dutrenit Bielous y Rodríguez De Ita,⁷⁵ para las cuales las variables de aplicación del derecho de asilo diplomático deben pensarse en relación con las distintas estrategias gubernamentales y a las características personales de sus diplomáticos presentes en el terreno.

El artículo deja abierto algunos interrogantes de investigación cuya respuesta mejorara la interpretación propuesta, tales como la política de asilo territorial en relación a Cuba durante el gobierno de la Junta Provisional de Gobierno, el análisis de las relaciones bilaterales y la política de asilo del gobierno de Rómulo Betancourt (1959-1964) en relación a Cuba.

75 BURIANO CASTRO, Ana; DUTRENIT BIELOUS, Silvia; RODRÍGUEZ DE ITA, Guadalupe. "Protección internacional y derechos de los perseguidos políticos en la experiencia mexicana" en: *Pap. poblac* [online]. vol. 14, n. 57 (2008), p. 108. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-4252008000300005&lng=es&nrm= iso>, consultado en: 26 set. 2019.

“COMO ESQUECER-TE, VELHA PASSO FUNDO”:

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM SE- QUESTRO DA “OPERAÇÃO CONDOR” NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL, 1978

Jorge Christian Fernández

*Como esquecer-te, velha Passo Fundo,
eu sou um de teus filhos
que na distância sempre recordo
e ainda escuto, em meus ouvidos,
vozes de cantos tão queridos.
Despertava as manhãs com o trinar dos passarinhos
e o Arroio dos Amores testemunha meu adeus [...]
Velha Passo Fundo (trecho)¹*

Introdução

Passo Fundo, região norte do Rio Grande do Sul, terça-feira, tarde de 12 de setembro de 1978. Próximo ao centro da cidade, um pequeno Fiat 147 foi interceptado por viaturas oficiais e o homem ao volante foi detido. A ação, realizada por militares, policiais civis e federais, parecia uma autêntica “operação bélica”, pois incluiu até veículos blindados.

¹ Versão brasileira de um clássico chamamé argentino, *Villa Guillermina*, de Molina Gregório e Ricardo Visconti Vallejos. Esta versão (datada de 1977-1978) é de autoria de Algacyr Costa, líder do conjunto Os Fronteiriços, de Passo Fundo. A tradução para o português, assim como a autorização para que Os Fronteiriços pudessem gravar a peça musical foi obtida pelo amigo argentino de Costa, Carlos Claret, sujeito histórico deste estudo. COSTA, Algacyr. Fita *demo* do grupo Os Fronteiriços. Passo Fundo, 1978? Acervo pessoal de Carlos Claret.

dos, material de guerra que excedia o suposto perigo representado pelo solitário e desarmado alvo. O homem em questão, mais que perplexo, não apresentou qualquer resistência e foi detido sem saber exatamente o porquê. Nenhuma palavra de esclarecimento lhe foi dita. Apenas foi prontamente algemado e, sob forte escolta armada, jogado em um dos jipes militares que lhe haviam cortado a passagem minutos antes.

Até esse fatídico dia, a vida no Brasil havia transcorrido de forma relativamente tranquila para o engenheiro e professor argentino, Carlos Alfredo Claret. Ele chegara ao país ainda em 1976 escapando, como outros conterrâneos, da terrível repressão em massa desencadeada pelo novo governo militar argentino, surgido a partir do golpe de 24 de março de 1976. Esse dia 12 de setembro de 1978 significou um marco na vida do engenheiro, instantaneamente catapultado do seu discreto e pacato cotidiano, para ser envolvido inesperadamente em um caso político-policial do tempo das ditaduras, uma trama digna de conto de ficção, mas absolutamente real.

O objetivo deste artigo é analisar o sequestro do cidadão argentino Carlos A. Claret em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, no marco da conexão repressiva ilegal e transnacional entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul.² Ou seja, como Claret e sua família passaram a ser vítimas do infame Plano Condor, uma organização clandestina que interligava, de forma organizada, sistemática e permanente, aparelhos repressivos da América do Sul para capturar, torturar, executar e/ou desaparecer membros da oposição armada ou pacífica aos governos autoritários, além de coletar, intercambiar, armazenar dados sobre os opositores. Assim, desde meados dos anos 1970 e início da década de 1980, as ditaduras em conluio (e com beneplácito dos Estados Unidos) executaram operações ilegais e extraterritoriais, dedicadas a caça e/ou eliminação de opositores políticos.³

2 A primeira versão deste artigo foi publicada na revista acadêmica argentina *Taller (Segunda Época)*. *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina* Vol. 1 N° 1 (octubre de 2012). Em dezembro de 2012, Claret retornou mais uma vez ao Brasil e concedeu uma série de entrevistas (junto ao autor e a Jair Krishke) a diversos meios jornalísticos: Veja, Carta Capital, Estadão, Folha, Sul 21, etc. Também participou de eventos acadêmicos em Porto Alegre, RS e do 1º Ciclo de Palestras Ditaduras de Segurança Nacional, ocorrido na UFMS em Campo Grande, MS, a convite do autor, organizador do evento.

3 Embora o termo "Operação Condor" tenha se popularizado, a denominação mais correta em termos históricos seria Plano ou Sistema Condor. Sobre o Condor recomendamos a leitura de DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São

Deve ser apontado que, embora na época este caso tenha passado quase despercebido pela grande mídia (o motivo explicaremos mais adiante), ele é historicamente relevante, não somente por demonstrar o alcance do sistema Condor, mas também por expor a imbricação entre o sistema repressivo extraterritorial, ilegal por natureza, e a diplomacia, em tese legal, em tempos ditatoriais.

Originalmente a questão da coordenação repressiva havia sido idealizada como apenas mais um tópico dentro da tese do autor sobre a comunidade argentina no Rio Grande do Sul entre 1966 e 1989, defendida em 2011.⁴ No entanto, o conteúdo naturalmente adquiriu maior relevância com a diversificação das fontes (especialmente as entrevistas feitas a membros da comunidade argentina) e a partir do cruzamento de dados entre fontes orais e escritas, de onde surgiu uma interface que permitiu ampliar este foco de análise para poder desenvolver esta narrativa sobre a repressão extraterritorial argentina no Rio Grande do Sul. Em uma dessas entrevistas anteriormente citadas, em agosto de 2008, tomamos conhecimento do caso Claret.

Um entrevistado, Héctor Garaventa, mencionou que “lá por 1978” a prisão de um amigo e conterrâneo, Carlos Claret, havia comovido o pequeno núcleo de argentinos em Passo Fundo, cidade ao norte do Rio Grande do Sul. No entanto, a informação inicial era escassa, descontínua e fragmentada: a própria data do evento era incerta, não se conhecia bem o porquê da prisão e muito menos detalhes da mesma. Entretanto, Garaventa nos forneceu dados essenciais para iniciar e estruturar uma investigação. Ele sabia que Claret fora libertado e partira com a família para a Suécia, como refugiado. Além disso, indicou quem havia intercedido para a libertação de Claret: Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Contatado, Krischke, nos confirmou o fato e também acrescentou alguns detalhes sobre a prisão e sobre o posterior refúgio de Claret. Além disso, o depoimento de Krischke não somente permitiu uma aproximação cronológica mais precisa do evento (o qual situou aproximadamente em setembro-outubro de 1978), mas também comentou que, segundo se recordava, o caso teria sido publicado em um jornal de Passo Fundo.

Paulo: Companhia das Letras, 2005 e Mc SHERRY, Patrice J. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: La Banda Oriental, 2009.

4 FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: A presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

De posse dessa informação iniciou-se uma busca nos arquivos à cata dessa suposta evidencia material. Depois de muito tempo investido na pesquisa, finalmente chegou-se até a notícia da prisão de Claret, uma nota publicada no jornal *O Nacional*, de Passo Fundo. Esse era um dado concreto, contudo a nota não acrescentava muito e parecia que a pesquisa chegava a um impasse.

De fato, quase um ano se passou sem nenhuma nova descoberta sobre o caso Claret. De acordo com a informação obtida até esse momento, o caso ainda não aparentava a importância que revelaria logo em seguida. Pela análise prévia se poderia até dizer-se que o tema parecia esgotado naquele ponto. Entrementes, se desconhecia que Garaventa decidiu retomar o contato com o amigo (perdido há trinta anos) e buscou Claret pela Internet, a quem encontrou ainda morando na Suécia. Claret, por sua vez, já abrira um processo contra o Estado argentino e pensava também em responsabilizar o Estado brasileiro pela perseguição sofrida. Assim, decidiu recorrer à ajuda de um experiente conselheiro ligado aos Direitos Humanos: Jair Krischke.

Em setembro de 2009, fomos surpreendidos por Krischke sobre o reaparecimento de Claret e sua visita ao Brasil. Imediatamente, Krischke nos colocou em contato e assim agendamos a primeira entrevista com o protagonista principal da história. A entrevista e a documentação aportada por Claret mudou totalmente a percepção sobre o evento, cuja real importância era ainda desconhecida e foi adquirindo uma dimensão além da imaginada. Por outro lado, à medida que se reconstruía a narrativa do evento também aumentava o leque de indagações sobre os entrevistados, ressurgindo destes tanto testemunhos quanto novos personagens ligados de algum modo ao caso. Aos poucos, a até então aparente "prisão rotineira" de um imigrante ilegal transformar-se-ia em um episódio típico da repressão política do período. E não somente: a irrupção do Caso Claret também nos reafirmava a posição estratégica do Rio Grande do Sul na cartografia da repressão internacional e incluía Passo Fundo no raio de ação da Operação Condor. Como se pode perceber, a dinamicidade e riqueza quase ilimitada, imanente às fontes orais, é que determinaram o rumo e a evolução seguida pela tese. Em termos metodológicos, a pluralidade e riqueza das fontes são características deste artigo, sendo utilizadas entrevistas orais com o protagonista e outras pessoas envolvidas no caso, além de material inédito oriundo de arquivos oficiais e privados. Deste modo, a construção da narrativa desenvolveu-se a partir da trajetória militante

do personagem, destacando-se o processo contínuo da perseguição política perpassado pelos acontecimentos que o levaram ao exílio e que, em última instância, desembocaram no referido sequestro.

Para melhor situar o leitor julgou-se necessário inserir historicamente o ator social no seu lócus originário, a Argentina, em vez de tratar o evento isoladamente descolando-o do seu contexto e, principalmente, perdendo a ideia de processo contínuo presente na perseguição política. Para tal, dividimos este texto em dez partes e uma conclusão. Logo, a construção da narrativa desenvolveu-se a partir da sua trajetória pessoal como militante, tema da Primeira parte, A Efêmera Primavera da JP. Na Segunda parte, tratamos do *inxílio*⁵, isto é, o exílio interior vivido por Claret no próprio país. Na Terceira parte, abordamos a chegada ao Brasil e o cotidiano do exílio. Na Quarta parte, temos a narrativa sobre a captura e a prisão clandestina. Na Quinta parte, apresentamos a mobilização solidária de parte da comunidade de Passo Fundo em relação ao sequestro-prisão de Claret. Na Sexta parte, o tema abordado é rotina de tortura e interrogatórios vivida por ele no cárcere da ditadura e analisamos tais práticas no bojo da *Doutrina de Segurança Nacional*.⁶ Na Sétima parte, analisamos e tecemos hipóteses sobre a chegada dos interrogadores argentinos a Porto Alegre. Na Oitava parte, inter-relacionamos o caso Claret e seu *modus operandi* com a conexão repressiva ilegal transnacional. Na parte Nove, discorreremos sobre o resgate de Claret a mãos dos organismos de defesa dos Direi-

5 Conceito do escritor uruguaio Diego Pintos, citado em PERELLI, Carina; RIAL, Juan. *De Mitos y Memórias Políticas: La represión, el miedo y después...* Montevideo: Banda Oriental, 1986, p. 90, nota (4).

6 Emanada desde Washington, a *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) era um construto ideológico que pregava a defesa da “civilização ocidental” contra o comunismo internacional, supostamente infiltrado de forma sub-reptícia dentro de cada país: eis o chamado *inimigo interno ou subversão*. Dado a característica ideológica e global do conflito a DSN desconheceu as fronteiras nacionais, passando a se referir à defesa das “*fronteiras ideológicas*” entre o bloco ocidental e o bloco comunista. Logo, na mesma lógica, travava-se uma guerra ideológica constante e indireta, a qual devia ser combatida de forma oculta e irregular, dada a natureza do conflito onde não há o clássico confronto entre dois exércitos regulares. Assim nasceu a teoria da *contra insurgência*, também conhecida por “*guerra suja*”, um tipo de guerra onde não há pruridos éticos ou morais, e onde tortura e execuções extralegais são práticas corriqueiras. Cf. COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; BORGES, Nilton. *A Doutrina de Segurança Nacional e as ditaduras militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. Brasil Republicano V4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG/ Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

tos Humanos. Na Décima parte, apresentamos os desdobramentos da libertação de Claret e seu refúgio, junto com a família, na Suécia. Finalmente, apresentamos nossas considerações finais.

A Efêmera Primavera da JP

A história pessoal de Carlos Claret, assim como a de muitos jovens argentinos da sua época, se funde com a História do seu país: a derrubada de Perón em 1955, um governo militar provisório, a sucessão de governos democráticos instáveis e sem legitimidade política, bem como uma ditadura civil-militar (a autodenominada “Revolução Argentina”), no marco de uma crise econômica estrutural. Tudo havia contribuído com um estado de revolta generalizada, especialmente dos mais jovens.⁷ Uma parte dessa geração era politicamente consciente e indignada com a opressão, a exclusão e a injustiça social, o que levou muitos a assumir uma militância política radical e libertadora, sobretudo nas esquerdas. Em 1973, a eleição democrática de Héctor Cámpora, antigo secretário e homem de confiança de Perón, abriu espaço para essa juventude contestadora e militante do *peronismo de esquerda*.⁸ No campo da educação, os setores vinculados à esquerda se dedicaram a reformular a estrutura educacional argentina. Claret era um destes jovens professores, além de engenheiro e militante da *Juventud Peronista* (JP), e foi chamado a participar da reestruturação da Universidade de

7 Sobre o período compreendido entre o Golpe civil-militar de 1955, que derrubou Perón e o retorno deste a política, em 1973, recomendamos a leitura de RIZ, Liliana de. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000, e ROMERO, Luis A. *Breve história contemporânea de la Argentina: 1916-1999*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004. Segunda edición revisada y actualizada.

8 O peronismo, apesar de proibido desse 1955, continuou presente no imaginário político de diversos setores como a autêntica resistência ao imperialismo. Além disso, sua longa tradição de lutas atraiu muitos jovens da classe média criados no vazio do antiperonismo. Deve-se destacar que o discurso dubio e elástico de Perón permitiu variadas interpretações por parte de seus seguidores, muitas delas conflitivas e antagônicas como se veria mais tarde. Portanto, ainda que oriundos do nacionalismo católico, da esquerda marxista ou da Igreja de Terceiro Mundo - corrente eclesíastica identificada com os pobres - esses grupos jovens concordavam em identificar o peronismo como uma genuína expressão popular e libertadora, chegando a associá-lo com o cristianismo engajado, para finalmente culminar no socialismo. Estas facções internas do peronismo, com perfil social-emancipador, são denominadas genericamente de *peronismo de esquerda*. Dentre elas destacamos, a *Juventud Peronista*, o *Peronismo de Base* e as organizações político-militares *Fuerzas Armadas Peronistas* e *Montoneros*. Cf. JAMES, Daniel, *Resistencia e Integración. El Peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013; GASPARINI, Juan. *Montoneros, final de cuentas*. La Plata: De la Campana; 2005, RIZ, Liliana de. Op. Cit.

Rio Cuarto, em Córdoba, onde ocupou o cargo de Decano da Faculdade de Ciências Aplicadas.⁹ Pouco depois, a saída de Cámpora em favor de Perón trouxe consigo a desarticulação do projeto político da esquerda peronista. Em 1974 iniciou-se um violento expurgo dos chamados “infiltrados marxistas” do peronismo, e Claret se encontrava entre eles: “[...] fuí expulsado de la Universidad y perdí el cargo, tanto de Profesor como de Decano [...]”.¹⁰ O seu depoimento à justiça ilustra o momento em que a direita peronista passou ao ataque:

Entre 1974 y 1975 se hicieron varios atentados a los miembros de la dirección de la Universidad: [...] el asesero letrado [...] fue encarcelado sin ninguna causa, permaneciendo detenido durante un largo período de tiempo, [...] La casa que (yo) alquilaba en la calle Cuba fue allanada varias veces y tanto el Ejército, como la Policía de la Provincia y la Federal. Varios operativos fueron realizados en casas de amigos y conocidos preguntando por mi persona y por mi esposa.¹¹

A perseguição de Claret e de seus colegas de universidade guardava similitude com outras ocorridas em diversos pontos da Argentina.¹² Na entrevista dada ao autor, se destaca o impacto da morte de um colega, o Dr. Silver, “*el único que no tenía nada que ver fue preso [...] al otro día apareció muerto en la cárcel [...] dicen que se ahorcó con el cordón del zapato... según la versión de la policía. Todos [...] se fueron al exilio*”.¹³ Percebe-se que esse fato reverberou na Universidade e teve um caráter “didático” pois exerceu um efeito intimidador sobre os setores militantes.

Na clandestinidade

Com a expulsão do meio acadêmico, Claret enfrentou dificuldades, como a inviabilidade de permanecer em Rio Cuarto e ter de abandonar sua residência (logo após um atentado à bomba). A seguir, ele buscou refúgio na casa de parentes: “*Ellos tenían un [...] cuarto en la*

9 Carlos Alfredo Claret. Testimonio - Escritura n° 113 – Declarativa Testimonial: Carlos Alfredo Claret, La Plata, 17/06/2009, p.2. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

10 Ibidem.

11 Ibidem.

12 Em julho de 1975 já se contabilizavam 4.000 docentes demitidos, 1.600 estudantes presos e dezenas de universitários que se exilaram, fugindo das ameaças de morte. Cf. GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: los montoneros*, Grijalbo, Buenos Aires, 1998, p.196.

13 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

parte de atrás, de depósito... eso lo limpié, lo arreglé, lo pinte... y ahí nació mi hijo. ¡Si no podíamos salir a la calle!"¹⁴

Deve ser destacado que este período (1975-1976) representou o auge da violência política na Argentina. Parte pela guerrilha, que intensificara suas ações, mas principalmente pelo aumento do acionar repressivo pelas forças policiais e os grupos paramilitares de direita.¹⁵ Após o Golpe de 24 de março de 1976, somaram-se a estes as Forças Armadas, assumindo também o comando supremo da luta anti-subversiva.

Pouco depois, Claret conseguiu um trabalho em Zárate, província de Buenos Aires. Sem poder dispor de sua titulação ou expor-se demasiado, ele se ofereceu como desenhista. Iniciava-se um processo de exílio interior: "(...) y en Rio Cuarto nos conocían, entonces no podíamos quedarnos allí. Pero (...) en Zárate no me buscaron nunca".¹⁶

Ou seja, enquanto ele permanecesse discreto e sem expressar-se politicamente parecia haver uma chance de ficar na Argentina. Por outra parte, a opção pelo exílio interior deu-se, segundo o engenheiro, em função de dois fatores bem objetivos. Primeiro, pela falta de documentação para viajar além dos países limítrofes e, em segundo, pela ausência de uma rede de contatos que lhe facilitassem uma saída para o estrangeiro.

Mas há outra questão: todo exílio pressupõe uma fratura da "zona de conforto" cotidiana, um desafio incógnito, um salto temerário para um mundo desconhecido – o território do "outro", da alteridade – representando um risco para a própria identidade.¹⁷ Portanto, é um lugar ameaçador que nem todos se sentem habilitados a experimentar. É tornar-se um "estrangeiro", com todas as suas implicações. Um ser "fora de lugar". Contudo, exílio também pode significar reconstrução e esse foi o caso de Claret e sua família. Em pouco tempo, a questão de sair do

14 Ibidem.

15 A caça aos esquerdistas e seus simpatizantes tomou volume depois da morte de Perón, em julho de 1974. Durante o governo da viúva de Perón, mais de 400 assassinatos foram perpetrados pela violência estatal sob forma para-estatal, como os comandos da *Triple A*. Cf. DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Eudeba, Buenos Aires, 1999, p.42.

16 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

17 CARRASCO, Ildis. "Retornar no es solo volver, sino también irse", en VV. AA. *Represión y olvido: Efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Roca, Montevideo, 1995, p. 68.

país começou a ser cogitada. O seu exílio foi resultado de uma sucessão de fatores em um contexto onde a permanência na Argentina implicava em altos riscos à integridade familiar. O fator principal foi doença da sua filha, que necessitava de cuidados médicos que só encontrariam na capital, Buenos Aires:

(Ela) estuvo internada en el Hospital de Devoto y ahí teníamos que estar y [...] era muy peligroso [...] nos dijeron los compañeros de Córdoba, de la JP: -¡mirá, han caído todos, [...] tienen que irse lo antes posible!- Por mucho menos de lo que yo había hecho en la Universidad, había mucha gente muerta... Entonces, con la nena enferma, no andás dudando mucho. Si no hubiéramos tenido chicos, posiblemente nosotros no hubiéramos salido y hubiéramos caído [...] como todos los demás, un día.¹⁸

Vale destacar como o próprio depoente rompe com a ideia comum de que o exílio é a única saída, a “opção dos sem opção”. É preciso enfatizar que a possibilidade real do exílio não estava ao alcance de todos os perseguidos ou dos que se sentiam ameaçados. Cabe ressaltar também que embora o exílio seja considerado como involuntário, na verdade, nem todos que deveriam ter partido o fizeram e assim “permanecer” foi de certa forma uma escolha.¹⁹

A viagem de Claret para o Brasil, em outubro de 1976, foi feita em etapas para não chamar a atenção: “*había un vuelo que salía de Aeroparque a Iguazú y de ahí a São Paulo.*”²⁰ Na fronteira apresentou um falso “convite” de um seminário para justificar a viagem. Como ele mesmo colocou: “[...] *así pude salir, seguro que fue un riesgo terrible... el '76. Pero, todavía no habían empezado a hacer 'dedo' en la frontera.*”²¹ Tal como qualquer outro perseguido político em seu rumo ao exílio, Claret cerrou-se de precauções para ocultar os motivos do seu deslocamento. Uma vez no Brasil, deveria fazer o mesmo, para não expor sua condição de exilado e assim poder sobreviver em relativa segurança em um país onde também havia uma ditadura.

18 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

19 Opção “cara” que muitos pagaram com as próprias vidas. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílios. Entre raízes e radares*. Record, Rio de Janeiro, 1999, p. 45.

20 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

21 *Ibidem*.

O exílio no Brasil

A família Claret não contou com o apoio de nenhuma organização política para empreender a fuga. A opção pelo Brasil se deu em virtude dos contatos com a empresa Mainero, na qual havia trabalhado antes de lecionar: *"Ellos me dieron un trabajo aqui y como yo hablaba portugués [...] viaje para vender unas máquinas que ellos tenían"*.²² Além dessa oferta de trabalho, no Brasil, ele tinha um colega da faculdade em São Paulo.²³ Apesar da solidariedade desses amigos, os primeiros tempos foram difíceis e, no testemunho dado à justiça, ele afirmou que *"[...] la única manera de sobrevivir allí (Brasil) era mantenerse al margen y, sobre todo, no mencionar el pasado."*²⁴

Pouco tempo depois, face à dificuldade de se estabelecer em São Paulo, pelos entraves em alugar um apartamento, a família decidiu tentar se instalar em Santos, pois *"[...] en Santos era más fácil, por ser una ciudad turística, alquilar un departamento y que nadie sospechara."*²⁵ Mas o principal problema dos exilados era a permanência no Brasil. O estratagema utilizado pelos Claret era muito comum entre exilados: atravessar a fronteira a cada três meses para obter legalização do visto de entrada. No entanto, esta manobra era custosa e arriscada, em vista da coordenação repressiva entre as ditaduras. No depoimento, Claret relembrou o efeito nefasto sobre a estabilidade psíquica do núcleo familiar e dos amigos mais próximos: *"Todos conocían el riesgo que implicaba ir hasta la frontera uruguaya para obtener un sello de entrada a Brasil."*²⁶ Em virtude da proximidade com a fronteira, a família deixou Santos e estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Contudo, ele ainda não tinha visto de residência no país, o que só poderia ser obtido mediante um contrato de trabalho, um atestado de antecedentes penais do país de origem e uma série de outros documentos, coisa impossível de ser obtida por alguém perseguido no país natal. Mas, se a burocracia colocava entraves para a regularização dos emigrados no Brasil isso também gerava, em contrapartida, mecanismos

22 Ibidem.

23 Ibidem.

24 Carlos Alfredo Claret op.cit., 17/06/2009, p.4.

25 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

26 Ibidem.

“paralelos” destinados a esquivar os empecilhos legais do Estado brasileiro. Claret comentou como funcionava um dos sistemas “extra-oficiais” das carteiras de trabalho: “[...] *se llamaba la ‘Bruxa,’ una vieja en el Mercado de [...] São Paulo y ella los conseguía con el ‘Ministerio do Trabalho’. Ellos tenían allí una mafia [...] tenían que pagar...*”²⁷ Embora tendo sido obtido de forma irregular, o documento foi “validado” ao ser aceito pela empresa: “*Tenía la libreta esa, que la fábrica sabía que era ‘trucha’ ;pero, si la mitad tenía!*”²⁸



Figura 1. O engenheiro Claret no estande da empresa Menegaz em uma feira agropecuária, em 1977. Esta foto foi publicada no jornal “O Nacional” de Passo Fundo ilustrando a matéria que noticiava sua prisão, em 18 de setembro de 1978. (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

No início de 1977 ele foi convidado a trabalhar em Passo Fundo, RS, em uma fábrica de maquinário agrícola, Menegaz. Para a família Claret as coisas pareciam melhorar: “*Yo tenía un trabajo. No era muy bien pago, pero tampoco era mal pago. Compré un auto, un terreno... había perspectivas.*”²⁹

27 Ibidem.

28 Ibidem. O termo “trucha” significa falsa, na linguagem popular argentina.

29 Ibidem.

Mas, além disso, o fato da família Claret estar assentada em bases mais estáveis serviu de apoio para outros exilados e suas famílias. Prontamente, Passo Fundo passou a se tornar um "pólo de atração" ao albergar um pequeno núcleo de exilados argentinos fomentado pela presença e a posição de Claret na cidade: "*¡Eran compañeros míos! Los que yo llevaba y que se venían de Porto Alegre iban para allá [...] yo estaba estable y era un proyecto muy grande, hacía falta gente y ellos contrataban.*"³⁰

E assim formavam-se redes alternativas, diferentes das redes orgânicas que apoiavam grupos políticos no exílio. Redes como a de Claret não contavam com outro suporte a não ser o dos próprios indivíduos que a compunham. Essa rede solidária já havia se iniciado no tempo em que a família Claret residira em Porto Alegre. A solidariedade continuava a ser um valor que merecia ser cultivado, apesar dos riscos oferecidos e da precariedade das condições materiais em que viviam. Assim, compartilhavam o pouco que se tinha em prol de um benefício coletivo.

Um capítulo à parte no drama do exílio da família Claret e da sua incipiente rede social era representado pelas crianças que acompanhavam os pais. De acordo com Claret, além dos seus dois filhos, na escola de Passo Fundo havia mais sete ou oito menores matriculados, todos filhos de sua rede de conhecidos. Parte das crianças era indocumentada e haviam entrado no Brasil utilizando-se dos passaportes "emprestados" dos filhos de Claret. Segundo ele, os passaportes eram enviados para a Argentina e, depois, voltavam ao Brasil "acompanhados" de uma criança. Parecia "simples": "*[...] os passaportes tem fotografias de crianças de colo, de meses, que podem confundir-se facilmente. Assim salvaram a vida muitas crianças!*"³¹

Entretanto, apesar dos percalços, com o passar do tempo às coisas pareciam encaminhar-se: Passo Fundo era uma cidade receptiva, os brasileiros amistosos e, principalmente, não faziam muitas perguntas. Era frequente entre os locais a confusão quanto aos acontecimentos ocorridos na Argentina: "*Me decían 'tupamaro'*³², *pero [...] ¿para que me voy a poner a explicarle?*"³³ Pouco tempo depois, para Claret e o

30 Ibidem.

31 Ibidem.

32 O "Tupamaros" era a guerrilha uruguaia, não argentina.

33 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

seu núcleo, o pior do exílio parecia já fazer parte do passado. De fato, sentiu-se tão à vontade no Brasil que procurou regularizar sua situação para obter o visto de permanência antes de se estabelecer em Minas Gerais, longe da fronteira.

A captura

Havia dois anos desde que partira da Argentina e, na sua percepção, Claret ponderou que não teria maiores problemas em apresentar-se ao Consulado argentino em Porto Alegre a fim de solicitar os documentos necessários à regularização. Afinal de contas, eles nunca haviam sido perseguidos no Brasil:

Entonces, pedí [...] el ‘certificado de buena conducta’ [...] El viernes ese, antes de la detención, fui a retirar el papel y me dice (o funcionario consular) que no estaba pronto. Vuelvo a Passo Fundo y el lunes siguiente voy a trabajar [...] y me llama el director de la empresa y me pregunta si iba a estar ahí durante todo el día. [...] y eso me dio muy ‘mala espina’ porque nunca me había preguntado una cosa así.³⁴

Preocupado com a atitude do chefe, seus temores se acentuaram ao ver entrar, na empresa, duas pessoas “[...] *que pusieron nervioso a todo el mundo*”³⁵ Suspeitando dessa movimentação ele deixou o trabalho e foi para casa. Conversou com a esposa e concluíram que estava sendo procurado e era melhor procurar um refúgio. Ele a contataria quando estivesse em segurança. O episódio desmoronou com a suposta tranquilidade do cotidiano familiar evidenciando a insegurança permanente dos exilados. A situação dos Claret era paradoxal: por um lado, estavam vivendo o dia-a-dia dentro de certa normalidade. Mas, por outro, encontravam-se numa situação instável devido à ausência de uma permanência legal no Brasil e convivendo com o temor de serem descobertos e deportados: “*Vivíamos todos muy sensibles, es decir... vos veías un auto de la policía y temblabas [...] era una situación muy difícil*”³⁶ Então, após sair de casa sem rumo definido, Claret se lembrou de um amigo fazendeiro que poderia lhe ajudar:

34 Ibidem.

35 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

36 Ibidem.

Iba a buscar una persona que tenía un campo donde yo había ido con las máquinas a trabajar y que tenía una pista de aterrizaje y una avioneta chiquitita. Y en ese momento, me detienen en una plaza, frente a una iglesia... no me recuerdo el nombre. Pero, atraviesan dos jeeps en la ruta y por detrás aparecen otros jeeps y camiones traban el camino.³⁷

Ele já estava sendo esperado pelas forças repressivas. Segundo Jair Krischke, o grupo encarregado pela captura era composto por tropas do Exército (EB), mais agentes da Polícia Federal (PF) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da polícia gaúcha.³⁸ Krischke, diretor do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), foi chamado a intervir no caso por um amigo de Claret, Héctor Garaventa.

Em plena via pública, Claret foi tirado do Fiat e colocado contra uma árvore sob a ameaçadora mira dos fuzis FN-FAL. Atônito, ele perguntou aos militares o que estava acontecendo e a resposta foi uma ordem para manter silêncio. Em seguida, foi introduzido em um jipe e levado ao quartel do 3º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizada (5ºRCMec). Claret estranhou, mas comenta que no quartel “[...] *no me preguntaron por nada, no me hicieron firmar ningún papel, ni impresión digital, ni foto, ni nada*”³⁹

À noite apareceram duas pessoas que ele reconheceu como sendo as mesmas que havia visto de manhã. Eram agentes da PF que o algemaram e encapuzaram. Dessa forma, coisificado, o argentino foi embarcado em um Volkswagen. Dentro do carro, o chefe de missão, de nome Scherer, disse ao motorista: “- *vamos para Argentina!*”⁴⁰ Prevendo o pior, Claret sentiu medo, mas a risada de Scherer rompeu o espesso instante de silêncio: “- *no, era una broma. Vamos para Porto Alegre [...]*”, lhe disse novamente o policial.⁴¹ A “piada” tinha um fundo de verdade: ela estava ancorada na sórdida realidade da colaboração repressiva entre as ditaduras.

37 Ibidem.

38 Jair Krischke Declaración vinculada con el caso de Carlos Claret. Porto Alegre, 31/07/2009, p.2. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

39 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

40 Ibidem.

41 Ibidem.

Solidariedade e mobilização

Enquanto isso, sua mulher ainda não sabia do ocorrido. Pouco depois, a visita de um amigo trouxe pessoalmente a notícia: Claret estava preso. Uma vizinha havia testemunhado a operação comunicando o fato aos argentinos e inclusive escondendo alguns deles em sua casa enquanto a polícia efetuava a diligência na casa dos Claret, o que põe em relevo a solidariedade por parte dos brasileiros.⁴²

Assim, iniciava-se um processo de mobilização. Primeiro, para descobrir o paradeiro de Claret. Segundo, para garantir-lhe amparo jurídico e tentar sua libertação. Sem tempo a perder foi acionada a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. A comissão era encarregada de informar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Cabe destacar que o contato com a ACNUR teria sido garantido por duas vias. Pouco depois da prisão de Claret, um argentino entregou a esposa deste um papel com o telefone da ACNUR no Rio. Esse homem era Gabriel Martinez. Ele e seu irmão Diego também estavam exilados em Passo Fundo, porém, ao contrário de Claret, possuíam uma ligação peculiar com uma organização guerrilheira da Argentina. Gabriel guarda clara lembrança do episódio:

En una ciudad chica, en un grupo de argentinos, apenas ocurrió eso se corrió la bolilla. Alguien me hizo saber. Y, lo que hice fue preguntar: ¿dónde se encuentra la mujer? No, está refugiada en la casa de una fulana de tal, no me acuerdo el [...] Trate de que nadie me siguiera, me fui solo, avise [...] a mi mujer y mi hermano que me iba a esta casa [...] donde estaba la señora de Claret. Le dije a la dueña de casa que me dejara hablar a solas [...] y entonces, estando solos en una pieza, le dije: ‘mira, esto me lo dio mi madre para nosotros, en caso de una emergencia. Tenés que actuar inmediatamente. Porque la cosa es grave, te lo van a mandar (ya lo tenían en Porto Alegre) de vuelta a la Argentina deportado y es muy posible que desaparezca. Ahora, en este momento, vás y hablás por teléfono. Pero te pido por favor, que no le cuentes nunca a nadie quien te dio ese teléfono. ¡Ni me nombres!’ Era una forma de cubrirse, porque yo tenía en la familia un peso muy grande.⁴³

O “peso” a que Gabriel se refere é o parentesco com uma impor-

42 Carlos Alfredo Claret op. cit., 17/06/2009, p.3.

43 Gabriel Martinez Agüero. Entrevista realizada em 22 de novembro de 2010 (por telefone) desde La Rioja, Argentina. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

tante figura do movimento *montonero*⁴⁴, o que lhe exigia cuidados de segurança redobrados. Um vínculo que nem ele, nem seu irmão Diego, poderiam revelar a ninguém. Essa obliqua “relação” entre o caso Claret e os *montoneros* será retomada mais adiante.

Apesar do estardalhaço causado na pacata cidade pela operação militar e da mobilização dos organismos de direitos humanos pela libertação de Claret, nada disso havia sido noticiado nos principais jornais do Rio Grande do Sul.⁴⁵ Sem reconhecimento, a prisão de Claret se converteria em um sequestro. Um “limbo” que abria um hiato que permitiria a aplicação indiscriminada de torturas físicas, morais e psicológicas por parte dos agentes da repressão. Além disso, já se sabia da existência de conexões entre as ditaduras e, neste sentido, tornava-se imperativo evitar que o engenheiro fosse repatriado à Argentina, onde poderia se converter em mais um “desaparecido”. Recém no dia 18 de setembro, *O Nacional* finalmente noticiava o fato e estampava, além do texto, uma grande foto de Claret:

[...] Claret foi detido segundo informou à imprensa o Dr. João Mario Menegaz, [...] por não possuir documentação em ordem. Em contato mantido com a Polícia Federal a empresa foi informada que estava aguardando informações da Argentina quanto aos documentos, para liberação do engenheiro. Essa prisão, entretanto, chegou ao conhecimento da Comissão de Justiça e Paz, de São Paulo, junto com outras ocorridas no Brasil, e foi comunicada a ONU [...] Extra oficialmente a prisão do engenheiro tem conotações políticas.⁴⁶

Em primeira mão, a matéria já esclarecia que a prisão de Claret era de cunho político. Entretanto, a questão dos documentos irregulares serviu ao governo como a justificativa para enquadrá-lo em um marco de ilegalidade com relação ao Estatuto do Estrangeiro. Uma questão vem à tona: Que informações sobre a documentação de Claret o governo brasileiro poderia pretender que já não tivesse recebido do consulado argen-

44 A organização *Montoneros*, surgida em 1970, foi a mais importante organização político-militar do *peronismo de esquerda*, englobando outros grupos e se tornando uma poderosa organização armada cujo objetivo imediato consistiu no retorno de Perón ao poder, para assim poder dar continuidade ao processo revolucionário que construiria o “socialismo nacional”.

45 O *Correio do Povo* publicou uma nota mínima na seção “Interior” recém no dia 20 de setembro. *Correio do Povo*, 20/09/1978. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

46 *O Nacional*, 18/09/1978, p.10. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

tino? Afinal, sem a intervenção oficial do consulado provavelmente ele jamais seria preso, como tantos outros exilados, anônimos na imensidão do Brasil. Mais do que aguardar pela situação cadastral de Claret (que se sabia irregular), é provável que a PF esperasse “dados de inteligência” dos colegas argentinos e, ganhavam tempo para tentar extrair do engenheiro informações sobre as atividades dos supostos “subversivos” argentinos e suas ligações com “subversivos” brasileiros, além de aguardarem a chegada dos interrogadores do país vizinho.

Os interrogatórios

Enquanto isso, o engenheiro argentino “desaparecia” para o mundo externo ao adentrar no submundo da repressão brasileira. Em Porto Alegre, Claret foi conduzido à central da PF. De uma garagem fechada foi levado a uma cela, isolado dos outros presos, e incomunicável. Logo em seguida começaria seu calvário pessoal, no qual Claret seria submetido a exaustivas, ameaçadoras, dolorosas e infundáveis jornadas de interrogatórios. A ausência de quaisquer referências visuais ou sonoras que pudesse relacionar com a passagem das horas lhe fez perder a noção do tempo. Desde que chegara à sede da PF não vira sequer a luz do sol. Pouco tempo depois, ele também descobriria que o armário da sala de interrogatório guardava as “ferramentas do ofício” dos interrogadores: um gravador e a temida máquina de choques elétricos, a “pimentinha”.⁴⁷

Segundo Claret pode perceber, os interrogatórios seguiam uma clara metodologia. O *modus operandi* repressivo permaneceu claramente registrado na sua memória. Os policiais lhe perguntavam:

*[...] nombre, que es lo que hacía en Brasil, a quien conocía en Brasil, ¡Todo! Me pedían que escribiera toda mi historia. [...] Entonces, después venía un tipo que se hacía 'el malo' y que me amenazó que me iba a pegar, me gritó, me insultó... yo seguía escribiendo, pero, a cada dos horas, venían y me sacaban los papeles.*⁴⁸

A técnica dos repressores consistia em fazer o interrogado escrever repetidamente sobre os mesmos assuntos, buscando na redação

47 Carlos Alfredo Claret op. cit., 17/06/2009, p.6.

48 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

continuada (além do desgaste da vítima) indícios de contradições que sinalizasse informação de valor "oculto" nas entrelinhas e que pudessem esclarecer mediante o aumento da coerção sobre o interrogado.

Percebendo o intuito dos policiais, Claret preencheu listas com nomes de clientes e fornecedores da empresa, pois que esta informação "comercial" não atingiria ninguém, já que não tinham vínculo político. Mas os agentes perceberam o seu estratagema e reagiram violentamente ameaçando torturar sua família, da qual ele sequer sabia onde ou como se encontravam.⁴⁹ Este tipo de ameaça configura a "violência radial".⁵⁰

Os interrogadores haviam começado a aplicar a tortura física, além da psicológica. As sequelas do evento traumático podem ser evidenciadas na lembrança do timbre da campanha que impedia seu sono. O processo inquisitório ao qual esteve sujeito era burocrático e complexo, prosseguindo ao longo dos dias e em diversas etapas, cuja duração não pode ser bem delimitada, em virtude da desorientação à qual ele foi submetido. No terceiro período do interrogatório começou a aplicação de choques elétricos: "[...] *Ataron electrodos a mis muñecas y tobillos, y cuando comenzaba a cabecear me despertaban los choques junto con las campanas*".⁵¹

Mas essa violência, longe de ser gratuita, revelava uma técnica sofisticada, metodicamente calculada e ensaiada, a qual regia o comportamento dos inquisidores. Após a saída do interrogador "violento" era chegada a vez do "persuasivo". Segundo Claret recorda-se, este policial dizia-lhe, em longas conversas: "- *Mirá, flaco, yo te puedo ayudar... ¡Este es un animal! (referindo-se ao policial "violento") Tené cuidado, porque... si vos me decís, con quien estuviste [...] quiénes son tus amigos, yo te puedo ayudar...*"⁵² Todas estas práticas (privação sensorial e desorientação, choques, ameaças, persuasão, etc.) eram sistemáticas e condizentes com a moderna metodología ensinada e empregada pelos estadunidenses: a da "tortura científica", presentes no *Kubark Counte-*

49 Carlos Alfredo Claret op. cit., 17/06/2009, p.6.

50 Ela aumenta exponencialmente o objeto da punição, transformando o círculo íntimo e imediato do preso (família, amigos, etc.) também em alvos, o que gera uma carga de culpa e apreensão multiplicando sobre a vítima o efeito punitivo da tortura. Álvaro Abós. *La racionalidad del terror*. El Viejo Topo, Barcelona, n° 39, Dic. 1979, p.10.

51 Carlos Alfredo Claret op. cit., 17/06/2009, p.6.

52 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

rintelligence Interrogation Manual, da Agência Central de Inteligencia dos EUA, a CIA.⁵³

Nos intervalos entre as sessões de interrogatório, Claret era levado à cela para descansar um pouco e se alimentar. Contudo, permanecia isolado, e o que era pior, desinformado sobre sua família e sem noção de tempo. O esforço por situar-se espaço-temporalmente e a confusão mental provocada por esta experiência permeia seu relato. Apesar dos “esforços” dos agentes, o fato é que os policiais não conseguiram nenhuma informação ou evidência que indicasse que Claret fosse um “subversivo” ou tivesse ligações com “terroristas”.

O pouso do Condor

Um dia, quando Claret retornava mais uma vez a uma sessão de interrogatório deparou-se com um grupo de pessoas, ao invés da dupla de policiais que normalmente o inquiria. Este grupo era composto por cinco homens jovens, cujo comportamento marcial denunciava sua origem militar. Prontamente ele reconheceria também o inconfundível sotaque argentino. Este seria o interrogatório mais longo da sua estadia nos cárceres brasileiros. Assim, sentado ao centro e cercado pelo grande grupo, composto de argentinos e brasileiros, o engenheiro foi questionado sobre acontecimentos relacionados à guerrilha na Argentina, além das rotineiras perguntas sobre supostos “contatos” no Brasil e na Argentina.

Me preguntaron del ataque de Azul, del copamiento de Formosa, de un montón de cosas... ¡como si yo estuviera estado en todos esos lugares! Por supuesto, negué todo. [...] Eso fue los dos días que estuvieron los argentinos en los interrogatorios. Siempre lo mismo, pero yo se lo repetía igual.⁵⁴

53 O *Kubark* foi um manual de interrogatórios padrão, preparado por acadêmicos, psicólogos e psiquiatras especializados em comportamento humano, para a CIA, sendo impresso em 1963 e classificado como “secreto”, portanto, de uso restrito. Ele serviu como guia para os aparatos repressivos do mundo ocidental, no âmbito da Guerra Fria e foi traduzido, editado ou republicado em diversas línguas, sendo distribuídos como material didático em cursos de contra insurgência militares e ou das forças de segurança ministrados pelos estadunidenses para seus aliados. Desclassificado no final da década de 1990, graças as leis federais de acesso a informação, tornou-se então acessível ao público. Ver: VVAA. *Kubark Counterintelligence Interrogation Manual* (The CIA document on Human Manipulation). La Verne, TN: BN Publishing, 2012 (1963).

54 Idem. Os interrogadores se referiam ao ataque a guarnição militar de Azul, província de Buenos Aires, efetuado por guerrilheiros do ERP, em janeiro de 1974. Também se referiram ao assalto do

Os agentes argentinos buscavam um vínculo concreto do engenheiro com alguma organização guerrilheira. Mas porque tanto interesse em Claret ao ponto de mandar uma equipe desse porte? É possível que os repressores argentinos e brasileiros estivessem buscando uma suposta conexão *montonera* em Passo Fundo, um fio condutor que pudesse levá-los diretamente ao centro de uma rede logística *montonera* que interligava pelo menos, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro e, assim, poder desbaratar os núcleos que outorgavam suporte a essa organização guerrilheira dentro do Brasil.⁵⁵

Neste ponto é plausível reforçar a interface entre a história de Claret e a dos irmãos Martinez. Um deles, Diego, era oficial *montonero*. Mas, além dessa implicação, outro fato pesava ainda mais sobre a dupla: ambos os irmãos eram cunhados do Comandante Mario Eduardo Firmenich, o líder máximo dos *Montoneros*, declarado "inimigo número 1" pela ditadura argentina. Em seu primeiro depoimento sobre o caso Claret, em 2008, Krischke fez um comentário tão esclarecedor quanto intrigante:

Em Passo Fundo, tivemos... não me pergunta a razão, porque eu não saberia te dizer... [riso] nós tivemos vários argentinos. [...] E alguns montoneros... vários. Por que razão não sei... se... uma razão estratégica, pois, de Passo Fundo, por exemplo, por rodovia (pode ser por ônibus, por automóvel), tu pode te aproximar da fronteira facilmente... não é verdade? Então, talvez seja esta a razão. Mera especulação minha. Inclusive uma pessoa muito chegada a mim [...] muito jovem... e, por ser membro de uma família muito visada (referia-se aos irmãos Martinez) então, havia certa atenção com aquela região quando tomamos conhecimento da prisão (de Claret) pela Polícia Federal... [...] Mas havia a possibilidade, via alto-comissariado das Nações Unidas, de resolver este problema. [...] Então, com toda a discrição foi feito, inclusive com a atuação de interpostas pessoas... para que o alto-comissariado desse a prote-

29... Regimento de Infantaria de Montanha de Formosa, norte argentino, em outubro 1975 um dos mais audaciosos da guerrilha *montonera*, que culminou com um sequestro de um Boeing 737. Ver: ROMERO, Luis A. *Breve história contemporânea de la Argentina: 1916-1999*. BsAs: Fondo de Cultura Económica, 2004. Segunda edición revisada y actualizada.

55 É importante lembrar que todo o ano de 1978 foi um período de atividade da guerrilha *montonera*, apesar das baixas, e que o Brasil se encontrava estrategicamente inserido na zona de operações, seja como corredor de passagem ou como base de apoio, preparando a Contra-ofensiva *montonera*. Sobre a Contraofensiva dos *Montoneros* no Brasil ver: FERNANDEZ, Jorge C. Resistir es vencer: o Brasil e a Contraofensiva Montonera, 1978-1980. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 211-238, jul 2012.

ção, e ele pudesse sair para o exílio.⁵⁶

Assim, em Passo Fundo havia dois núcleos de argentinos: o de Claret e seus “agregados” (exilados, mas desvinculados no exílio dos grupos políticos de origem) e os *montoneros*. Embora Claret tenha pertencido a JP, os *montoneros* que se encontravam no RS, herméticos em seu grupo por questões de segurança, desconheciam sua militância e obviamente não o reconheciam como parte da *orga*. Um oficial *montonero* que estava em Porto Alegre comentou ao autor sobre o caso Claret:

Yo tenía un compañero, que es cuñado de Firmenich y estaba en Passo Fundo. Entonces por ahí me enteré de todo un tema de que se creía en el momento que había ya ... como para cercarnos a todos los que estábamos en el (Rio Grande do Sul?)... y en realidad no, porque queda algo aislado. Por eso me enteré.⁵⁷

Como se pode observar pelo depoimento, a prisão de Claret serviu para deixar os *montoneros* em alerta geral por dois motivos: a segurança dos irmãos Martinez e da própria estrutura da organização. Parece que os *montoneros* suspeitaram inicialmente que a prisão do engenheiro era a ponta de um iceberg de uma vasta operação das forças armadas com a finalidade de atingir a organização no sul do Brasil. Ou seja, mesmo que Claret não pertencesse à organização ele era argentino e, como tal, conheceria outros compatriotas e quiçá algum membro dos *montoneros*, ainda mais em uma cidade pequena como Passo Fundo.

Outra possibilidade é que os agentes teriam confundido Claret com um dos irmãos Martinez ou talvez os militares pensassem que Claret fazia parte do grupo e os levaria até eles ou o restante da organização. Isto também é possível, pois Gabriel, o irmão mais velho, possuía certa semelhança com Claret: também era engenheiro, tinha idade aproximada e era empregado de uma indústria concorrente de Menegaz, onde Claret trabalhava.⁵⁸

Para sorte de Claret, o MJDH de Krischke já tinha sido acionado e havia encaminhado seu caso para a Comissão de Paz e Justiça, via Dom Paulo Evaristo Arns. Posteriormente, Krischke nos explicou melhor os múltiplos problemas que acarretaria publicizar o caso Claret.

56 Entrevista com Jair Krischke, realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

57 J. P. Entrevista realizada em 27 de outubro de 2008 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández. (O entrevistado solicitou preservar sua identidade)

58 Diego Martinez Agüero. Entrevista realizada em 8 de maio de 2010 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

Em primeiro lugar, Krischke era muito próximo dos irmãos Martinez, especialmente o jovem Diego, e devia agir objetivando a proteção destes. Contudo, ele sabia que, por tabela, acabaria protegendo a própria estrutura da organização *montoneros*, cuja atividade no Rio Grande do Sul ele conhecia. Assim, Krischke preferiu atuar com cautela, pois deduziu que uma exposição da reduzida comunidade argentina de Passo Fundo poderia atingir não só os *montoneros*, mas todos os que lá se encontravam refugiados, causando mais sequestros. Em segundo lugar, eram tempos sob a vigência do AI-5 e Krischke também tinha de preservar o próprio MJDH, que era ainda um grupo sem registro legal, considerado "subversivo" por atuar junto aos refugiados e dissidentes políticos. E, por último, a desconfiança com relação a que o caso Claret vinha através de uma denúncia anônima por telefone, o que dificultava confirmar se era de fato uma denúncia ou era apenas uma isca dos serviços de inteligência.⁵⁹

O caso Claret e a conexão repressiva transnacional

É evidente que Claret não foi considerado um simples imigrante ilegal. Se assim o fosse, teriam sido tomados os procedimentos legais cabíveis, que determinavam a expulsão em 48 horas. Ao contrário, ele foi mantido incomunicável e virtualmente desaparecido para seus familiares durante o tempo que os policiais julgaram necessário até a chegada dos colegas argentinos e tornando a expulsão para o país de origem desnecessária: se Claret fosse um "alvo" ele teria sido levado, ao melhor estilo Condor. Mas duas questões, interligadas, permanecem: como a repressão chegou até Claret e qual foi efetivamente o papel do consulado argentino na sua prisão?

O documento abaixo, embora não se relacione ao caso Claret, é bastante revelador dos mecanismos de colaboração repressiva bilateral funcionando imbricada e interligada ao âmbito diplomático. O documento é um relatório semanal de um agente do DEOPS paulista, redigido em 20 de abril de 1977. O referido agente, identificado pelo número "2379", tinha por tarefa a observação e segurança junto ao Consulado Geral da República Argentina em São Paulo. Eis seu relato na íntegra:

59 Segunda conversa com Jair Krischke realizada em Porto Alegre, 25/08/2010.

No dia 15.04.77, sexta-feira, a pedido do cônsul geral, Sr. Julio Alfredo Seixas, acompanhei o subcomissário da polícia federal argentina, Sr Sergio Martinez e seu acompanhante, também polícia, até o D.P.F na rua Xavier de Toledo, 280, 5º andar; onde ambos se entrevistaram com o Coronel Benedito Félix de Souza, à quem pude apurar, pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam aqui em São Paulo. Soube mais tarde, que ambos viajaram para a Argentina nesta terça-feira, 19.04, para Buenos Aires, com a missão cumprida, isto é, levando seus prisioneiros.⁶⁰

Este relatório nos parece, pela clareza, uma prova oficial e conclusiva de uma típica colaboração repressiva fora do marco jurídico-institucional. O caráter expeditivo da “detenção” não revela agilidade do judiciário, mas sim um sequestro típico do Condor. Em apenas quatro dias depois de ter tido sua captura solicitada, os dois argentinos (cujos nomes desconhecemos) já se encontravam nas mãos dos agentes do regime. É bem provável que eles tenham engrossado as estatísticas dos 30.000 desaparecidos, vítimas da ditadura argentina.

60 DEOPS/SP: Relatório Agente 2379, 20/04/77 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo. Em 2014, este documento foi solicitado ao autor pela *Fiscalia General de la Nacion Argentina*, como prova documental em processos contra ex-diplomatas argentinos envolvidos na repressão.

50-222-0000010
Xous Dr. Carls
→ ok

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
SÃO PAULO

Sub-Chefe da Divisão de Ordem Política

DATA: 20.04.77	INVESTIGAÇÃO M. . . .	RELATÓRIO FEITO POR 2379
ASSUNTO: CUSTÓDIA E SEGURANÇA JUNTO AO CONSULADO DA ARGENTINA EM SÃO PAULO.		DIRIGIDO A: Dr. Sílvio Jordani Lechado, Del. Tit. da Divisão de Ordem Pública.

Conforme determinação de V.S., este apresenta o relatório referente ao assunto acima citado, como segue:

"No dia 15.04.77, quarta-feira, a pedido do conselheiro geral, sr. Jdlio Alfredo Frazetta, acompanhado pelo subcomandante da polícia federal argentina, sr. Sergio Martinez e seu acompanhante, também policial, sr. E.P.F. na rua Xavier de Toledo 200, 5º andar, onde sobo as entrevistas com o Coronel Benedito Felix de Sousa, a quem como pode apurar, pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam aqui em São Paulo. Sobre esta tarde, os ambos viajaram para a Argentina nesta terça-feira, 19.04, por Buenos Aires, com a missão cumprida, isto é, levando seus prisioneiros.

Em esta terça-feira, 19.04.77, acompanhado o sr. conselheiro geral a uma entrevista informal com o comandante Brigadier Cláudio Pavan, da 4ª zona aérea, sito à avenida Des Pedra 1, 100."

Em tempo, acus o recibo do mesmo em um ofício endereçado ao conselheiro adjunto sr. Hvarola, a quem entregarei pessoalmente.

É só o que tenho para relatar no assunto.

Figura 2. Original do documento que comprova a participação direta de altos funcionários da diplomacia argentina na repressão e que resultou no sequestro de dois argentinos em São Paulo, 19 de abril de 1977. (Fonte: DEOPS/SP: Relatório Agente 2379, 20/04/77 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo /AESP – São Paulo)

Um ponto desse documento que merece ser analisado se refere ao papel desempenhado por setores da diplomacia argentina, durante o período de 1976 a 1983, na repressão aos exilados. Por um lado, agindo como contato ou instrumento de ligação entre os serviços de inteligência dos dois países. Pelo outro, atuando diretamente o corpo diplomático como “serviço de inteligência” em prol das agências de informações, coletando e armazenando dados e sendo fonte geradora de informação concernente à repressão sobre a comunidade argentina, e os dissidentes em particular, no exterior. Como se vê, a diplomacia argentina inverteu por completo sua lógica de ser ao descumprir com seu dever de servir e proteger os interesses de seus compatriotas no estrangeiro.

No caso Claret podemos dizer que existem fortes indícios de que funcionários do consulado argentino de Porto Alegre tiveram uma participação na sua detenção. Ele não foi preso aleatoriamente, a sua

localização foi certa. O jornal *La Razón*, de Buenos Aires, que noticiou sua libertação e a saída como asilado para a Suécia deu explicações pouco convincentes sobre a sua prisão, como se fosse fruto de investigação policial: “*Claret estuvo preso[...] desde el mes pasado, cuando la policía federal [...] encontró que el argentino estaba viviendo en el país con documentación falsa*”.⁶¹ Porém, mais adiante, o texto contraditoriamente revela que Claret foi descoberto por meio de uma denúncia da “Argentina ao governo brasileiro” e que alertava sobre a sua prévia militância política: “[...] *el ingeniero [...] trató de conseguir visa permanente, pero esta fue rehusada, según informó la policía federal, porque la Argentina informó al gobierno brasileño que Claret fue [...] miembro de la Juventud Peronista*”.⁶²

Evidentemente sua captura foi uma operação calculada e de grande vulto e que somente poderia ter sido montada com base em dados concretos e precisos. Ou seja, as forças de segurança foram guiadas até o “alvo”, com dados atualizados que somente o consulado argentino em Porto Alegre possuía. Contudo, uma questão permanece obscura: quem eram os argentinos que interrogaram Claret no cárcere brasileiro? A qual força armada ou serviço de inteligência eles pertenceriam? Não há ainda documentação nem testemunho a esse respeito, mas nesse período também se desenvolveu uma verdadeira competição entre as forças armadas argentinas e os seus respectivos órgãos de inteligência para ver quem capturava mais guerrilheiros.⁶³ Como se pode observar, o período em que ocorreu a prisão de Claret foi particularmente uma época de febril atividade para os diversos serviços de inteligência que circulavam dentro do território brasileiro à caça de guerrilheiros. Logo, o contexto não era em nada propício para qualquer dissidente do Cone Sul que buscasse refúgio ou circulasse no Brasil.⁶⁴

61 *La Razón*, 20 de octubre de 1978 (recorte). Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

62 *Ibidem*.

63 Essa disputa entre os setores castrenses não se restringia somente a uma questão militar, de derrota da guerrilha. Em um sentido mais amplo, ela também representava as lutas de poder entre o Exército e a Marinha pelo controle do aparato do Estado argentino.

64 Em julho de 1978, Norberto Habegger (*Cabezón*), número 10 da *Conducción nacional montonera*, havia sido sequestrado em um hotel no Rio de Janeiro por policiais que falavam espanhol. Ver: MARIANO, Nilton C. Operação Condor: a internacional repressiva. In PADRÓS, Enrique (org). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG/ Comissão Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

O resgate

Embora Claret ainda não soubesse, aquela longa sessão de interrogatório com os argentinos seria a última no cárcere da PF. Poucos dias depois ele foi levado a tomar banho e se barbear. Após, recebeu uma muda de roupa limpa e lhe informaram que tinha visita de uma pessoa muito importante. Ao avistar o policial Scherer lhe perguntou o que sempre perguntava: “- ¿donde están los chicos?” E sempre a mesma resposta: “- no te preocupes, tenemos todo controlado”⁶⁵

Depois, o retiraram da cela e, pela primeira vezem quase um mês de detenção, pode ver a luz do sol pela janela da escada que o conduzia ao segundo andar do prédio da PF no RS. Claret guarda uma vívida recordação deste fato e até sorri ao lembrar: “*Me llevan al despacho del jefe de policía. Me sientan ahí [...] Y aparece un petisito, así gordito, traje Príncipe de Gales gris, con chaleco impecable [...] ¡Un tipo muy refinado! (Risos)*”⁶⁶

Era Guy Prim, o representante da ACNUR que viera do Rio de Janeiro para interceder no seu caso. Mas, em virtude de tudo o que já havia ocorrido, o engenheiro não lhe deu muito crédito. Na verdade, Claret chegou a pensar que o homem fosse mais um policial empregando outra “técnica” de interrogatório. Finalmente, Claret se convenceu que Prim era quem afirmava ser e consentiu que sua situação era grave. Por ironia, teve de preencher mais um formulário contando toda sua história. Nessa declaração, onde devia fazer constar a perseguição política sofrida, o engenheiro também deveria assinalar um lugar de asilo. Pensou nos lugares onde já existia uma comunidade argentina no exílio: “*Entonces, le dije: - Bueno, España, Méjico y Francia. No, me dice, vamos a poner Suecia, porque Suecia va a ser el que va a responder más rápido [...] Pusimos Suecia... ¡Yo no tenía ni idea donde quedaba Suecia!*”⁶⁷

Depois de alguns dias veio à notícia que ele seria libertado. O tratamento no cárcere até melhorou e, em determinado momento, Claret pode rever sua família. A partir daí tudo se desenvolveu de forma vertiginosa: tiraram as marcas datiloscópicas da família, fotos e mais uma sé-

65 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández

66 Ibidem.

67 Ibidem.

rie de expedientes burocráticos. Sua esposa já tinha embalado os poucos pertences que lhe restaram e que a polícia lhes permitiu levar. Ainda hoje indignado, Claret se relembra do despojo sofrido nas mãos da polícia, que lhe subtraiu desde documentos até objetos pessoais de valor material e afetivo: “[...] *mi valija se la quedó la policía. Yo seguí a Suecia sin siquiera el carnet de conductor [...]*”⁶⁸

Durante o mês que esteve detido, sua esposa e seus filhos também sofreram com a perseguição dos organismos repressivos. Na procura por ajuda, informações ou em busca de apoio de organizações, sua família teve de circular por cidades como Porto Alegre e São Paulo. Além dos elevados custos que isso representava e da dificuldade de deslocamento, ainda tiveram que enfrentar a ameaça que pressupunha a vigilância policial: “*Mi esposa viajaba con los niños [...] no tenía donde dejarlos. Pero cuando trataba de alquilar una pensión o un hotel aparecía la policía secreta y ordenaba al hotel no permitir el alojamiento*”.⁶⁹ Com essa ação, a polícia certamente esperava que a esposa de Claret se desesperasse e buscasse refúgio junto a outros exilados argentinos, o que os exporia transformando-os em alvos visíveis para as afiadas garras do Condor.

Em 12 de outubro de 1978, Claret e sua família deixavam a América em direção a Europa. Algemado, o engenheiro foi conduzido até o aeroporto de Porto Alegre onde embarcou no *Boeing* que o levaria para o Rio de Janeiro, sempre escoltado por um policial.⁷⁰ Sua família embarcava separado, também sob vigilância e escolta policial. Já no aeroporto do Rio de Janeiro, ao descer da aeronave foram mantidos isolados. Apesar da felicidade de ter a família reunida, os Claret estavam nervosos e apreensivos, pois continuavam “presos” em uma sala. Nas recordações de Claret transparece a ansiedade vivida naqueles momentos:

*Estábamos todos más o menos bien... pero pasaban las horas y no tenían ni idea de pasaje ni nada. Por allá sentimos del otro lado de la puerta: ¡Familia Claret, familia Claret! Era la azafata del vuelo que nos estaba buscando... golpeamos la puerta, al final la abrieron y ahí embarcamos al vuelo.*⁷¹

Alguns intermináveis minutos depois, o jato da *Scandinavian*

68 Ibidem.

69 Ibidem.

70 Ibidem.

71 Ibidem.

Airlines System decolou da pista do Galeão, finalmente deixando o solo brasileiro rumo ao norte da Europa. No ar, a milhares de pés de altitude, chegava o alívio e eles sentiram que, a partir daquele instante, já estavam a salvo dos algozes de ambas as ditaduras.

O recomeço além mar

Para os Claret, a chegada na Suécia representou uma avalanche de sentimentos contraditórios. Dentre eles, um alívio e uma fratura profunda, como todo processo de exílio. Alívio por estar a salvo do terror e da intolerância das ditaduras sul-americanas. Por outra parte, também significou uma nova ruptura que atingiu o núcleo familiar e que levou um bom tempo para cicatrizar. A saída do Brasil também era revestida de todo um sentido negativo. Era uma expulsão, um termo rodeado por todo um halo pejorativo: se expulsa o nocivo, o indesejável, o que não queremos que nos pertença. Enfim, o alheio.

Chegar a Suécia significou também um novo recomeço: “[...] *esta fue la tercera vez que comencé desde cero la vida*”, disse Claret.⁷² E este reinício da vida foi, diga-se de passagem, muito difícil em termos materiais e problemas objetivos: dificuldades financeiras, compreensão da língua, trabalho, etc. Mas também foi problemático quanto aos fatores subjetivos e culturais: o estranhamento, os códigos culturais, as diferenças na dinâmica social, o trato cotidiano com o “outro”. Era um mundo novo e totalmente diferente do conhecido até então. E nesse “estranho” novo mundo ocorre a transformação. Aqui nos deparamos com uma das características mais criativas e positivas do exílio: o desterrado pode “perder” seu país, mas em contraposição, pode “ganhar” no tocante ao expandir-se sobre novos horizontes e mudar o ângulo das perspectivas, tomando consciência e compreensão dos novos aspectos sociais, culturais e políticos, aprendendo a lidar com a diferença. Enfim, a transformação encerra todo um processo dialético, que se inicia com a desestruturação do sujeito na ruptura do antigo entorno sociocultural e que se segue com a reconstrução de algo novo a partir do contato com outro contexto, da percepção de uma realidade até então desconhecida e da sua futura e intrincada relação com ela. Denise Rollemberg considera este processo de criação de uma nova identidade

72 Ibidem.

por meio da experiência do exílio como uma autêntica “metamorfose”.⁷³ Claret e sua família foram resgatados. No plano concreto, o resgate evitou-lhe a deportação, os tormentos físicos e psicológicos e um provável “desaparecimento” nos campos de extermínio argentinos. A integridade física estava garantida, o controle corpóreo – temporariamente perdido durante a tortura e a passagem pela experiência carcerária – já havia sido recuperado. Contudo, ainda faltava realizar outro “resgate”, subjetivo, o resgate da sua pessoa em um sentido mais íntimo. Recuperar a si próprio, a sua história de vida:

Pero hay una cosa que fue lo más importante para mí [...] fue poder recuperar la identidad. Es decir, mientras yo vivía en la Argentina, dos años ‘rajando’ y los dos años en Brasil, (passou) todo el tiempo diciendo cualquier cosa, mintiendo y cuidando de que no se vaya a descubrir quien yo era. Llegar a Suecia y poder decir, yo me llamo así, vengo de tal lado y estoy aquí por mis ideas fue algo... ¡una de las cosas más importantes del refugio político!⁷⁴

Neste sentido, ao longo do tempo, o exílio no país nórdico lhe possibilitou o desafio de um reencontro consigo mesmo, uma nova oportunidade de amarrar os laços constitutivos e estruturadores do seu Eu que haviam sido danificados, de reiniciar a vida em outro formato. O exílio significa crise, mas também pode significar superação.

Considerações Finais

O Caso Claret é exemplar para entendermos vários aspectos do exílio, pois sintetiza vários problemas comuns a comunidade de exilados do Cone Sul em território brasileiro nos anos 1970. A começar pela questão do trabalho e a obtenção da residência legal, objetivos inter-relacionados muito almejados, mas nem sempre atingidos. A ilegalidade documental e laboral era uma realidade para grande parte dos emigrados, mas especialmente para aqueles que tinham questões políticas pendentes de seus países de origem. No caso específico dos argentinos, cabe destacar que a ditadura brasileira não somente coibiu a ação política de grupos opositores, mas controlou, perseguiu e, violando direitos humanos e leis internacionais, capturou e entregou dissidentes

73 ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p.35.

74 Carlos Alfredo Claret. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2009 em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Entrevistador: Jorge Christian Fernández.

nas mãos dos militares argentinos, colaborando diretamente na conexão repressiva transnacional das ditaduras do Cone Sul. Apesar disso, grupos de militantes ainda conseguiram se articular no Brasil e deram continuidade a sua militância combativa mesmo nas condições mais adversas, especialmente se levarmos em conta que o Rio Grande do Sul possuía importância geoestratégica, tanto para os militares quanto para os dissidentes.

Em novembro de 1978, o sequestro dos uruguaios Lilian Celi-berti e Universindo Diaz⁷⁵ colocou definitivamente o Rio Grande do Sul no rota da conexão repressiva e tornou-se emblemático por desmascarar, aqui no Brasil, o intrincado acionar ilegal das forças repressivas sem o entrave de fronteiras geográficas, tal como foi praticado pelo Condor. O caso Claret ocorreu apenas dois meses antes deste famoso sequestro, o qual tornou a repressão além-fronteiras visível e real. Quanto à metodologia repressiva empregada, o episódio de Passo Fundo guarda bastante semelhança com o caso dos uruguaios. Porém, antes dessa publicidade indesejada dada à ação do Condor no Brasil, é bem provável que tenham ocorrido outros casos de sequestro por parte da articulação repressiva, além do caso Claret, e que a História, infelizmente, não pode ou não quis registrar. Essa é uma questão que permanece ainda aberta a novas pesquisas.

75 Sobre o sequestro de Lilian e Universindo, ver CUNHA, Luiz C. Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: LP&M, 2008.

PARTE III

**O SÉCULO
XX E XXI:**

**IMAGENS, EDUCAÇÃO
E SEXUALIDADE**

FOTÓGRAFOS E FOTOGRAFIA DOCUMENTAL NO CHILE DA UNIDADE POPULAR

Carlos Alberto Sampaio Barbosa

*Não vou morrer. Saio agora
neste dia cheio de vulcões
para a multidão, para a vida.
Aqui deixo arrumadas estas coisas
hoje que os pistoleiros passeiam
Com a “cultural ocidental” nos braços
Vou Viver – Pablo Neruda*

Introdução

Em 2020 completou-se 50 anos da eleição da Unidade Popular (UP) no Chile.¹ Em 1970 a UP, com Salvador Allende, do Partido Socialista, como candidato a presidente dessa coalizão política de esquerda, vence as eleições para um mandato de seis anos. O programa político desta coligação, resumidamente, era fazer a transição do capitalismo para o socialismo pela via democrática. Em termos econômicos

¹ No ano de 2020 eventos e livros tomaram como objeto os 50 anos da eleição da Unidade Popular e Salvador Allende. Destaco o livro organizado por Adriane Vidal Costa e Elisa de Campos Borges; *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2020. Em sua apresentação e nos ensaios do livro pode-se ter um excelente balanço desta experiência chilena.

a proposta baseava-se na reforma agrária e nacionalização de setores estratégicos da economia chilena em particular do sistema financeiro e das minas de cobre, assim como, realizar uma reforma agrária. Os anos que se seguiram foram marcados por uma das experiências políticas mais significativas e que atraiu a atenção do continente e do mundo. A “via chilena ao socialismo”, como ficou conhecida, era um caminho alternativo a via armada, que após a Revolução Cubana predominava na maioria da esquerda na América Latina. Apresenta-se como uma enorme tarefa das forças políticas que assumem o poder e enfrentam uma oposição interna e externa. No contexto nacional os partidos de direita, setores das classes médias e da elite tentam a todo custo inviabilizar as medidas de transformação com apoio financeiro e político dos Estados Unidos. Externamente a conjunta política mundial da Guerra Fria, momento em que o planeta estava dividido em dois grandes blocos antagonônicos, socialismo e capitalismo, dificultavam ainda mais a implantação deste projeto.

Para obter sucesso a UP necessitava um amplo apoio da sociedade, neste sentido seu programa político-cultural dava muito enfoque ao campo da cultura que era visto como uma arma na conquista de corações e mentes dos chilenos e construção de uma hegemonia política. Algumas medidas foram tomadas como a nacionalização da editora *Zig Zag*, ademais de outras ações culturais demonstrando a importância do setor para o sucesso da “via chilena ao socialismo”. Diversas investigações feitas aqui no Brasil que debruçam sobre a música², literatura e intelectuais³, cinema⁴, pintura mural⁵ e tantas outras expressões culturais e artísticas vem contribuindo para compreendermos melhor o campo cultural chileno do momento. O meu objetivo aqui é contribuir para estes estudos e apresentar como o campo fotográfico, em particular a fotografia documental e o fotojornalismo, foram também relevantes.

2 GOMES, Caio de Sousa. *“Quando um muro separa, uma ponte une”*: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). São Paulo: Alameda, 2015.

3 COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

4 AGUIAR, Carolina Amaral, “Cultura cinematográfica e cinefilia na Unidade Popular” in COSTA Adriane Vidal e BORGES, Elisa de Campos (orgs.). *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2020, pp 353-380.

5 DALMAS, Carine. *Imagens de uma revolução alegre: murais e cartazes de propaganda política da experiência chilena (1970-1973)*. São Paulo: Alameda, 2015.

Entre a fotografia documental e a fotografia compromissada

A fotografia documental possui uma longa tradição na América Latina e no Chile em particular que remonta ao século XIX. A fotografia em si mesma é um símbolo de modernidade, é filha do século XIX, do positivismo e do cientificismo e por que não do capitalismo que se expande. A princípio exploradores e viajantes produziram as primeiras imagens, na segunda metade do século XIX, fotógrafos ingleses e norte-americanos em especial são enviados para registrar das construções das estradas de ferro e a exploração das minas de cobre em terras chilenas. Estas fotografias eram produzidas para acompanhar relatórios enviados para as matrizes dando conta dos andamentos dos trabalhos.

Entre o final do século XIX e início do XX são as fotografias de conflitos que ganham destaque. A Guerra do Pacífico (1879-1883), que opôs o Chile contra a aliança de Peru e Bolívia, será registrada entre outros, pelo fotógrafo Edward Spencer, contratado pelo governo chileno para a produção de imagens da guerra. Estas fotografias foram difundidas em álbuns e outros suportes e buscaram exaltar o heroísmo chileno contra seus vizinhos e que alimentaram um ideário nacionalista.⁶

No século XX ocorre uma transformação do paradigma visual com o advento da cultura de massas, que no caso da fotografia caminha em paralelo a febre dos cartões postais e o advento das revistas ilustradas. O tema identitário também estará presente e a fotografia dos indígenas mapuches em particular realizadas pelo fotógrafo Gustavo Milet são uma mostra desse registro. Já em meados do século XX a fotografia documental se mescla com a fotografia autoral. Podemos destacar alguns temas como o surgimento da chamada fotografia humanistas que passa pelas reformuladas revistas ilustradas como é o caso das revistas *Life*, *Stern*, *O Cruzeiro Internacional*, *Zig-Zag* e *En Viaje*. A ascensão do denominado “imaginário pessoal” ou “verdade interna” do fotógrafo começa a ganhar proeminência nos registros das lentes dos fotógrafos documentais.

Cabe destacar que este não é um privilégio de terras chilenas, grandes projetos documentais contribuíram para esse fim, como é o

6 PURCELL, Fernando. “Fotografia e território no imaginário nacional. Chile: 1850-1900” In PAMPLONA, Marcos e STUVEN, Maria (orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 211-238.

caso da Família Casasola para o do México Revolucionário ou a épica fotográfica cubana em torno da Revolução Cubana em 1959. Com afirma Gonzalo Leiva

En los complejos tiempos que en se gesto la conceptualización se hizo un ajuste militante, no siempre correcto, entre fotografía de autor y género documental; por lo mismo se tendió a excluir otros géneros fotográficos de representación. Se llegó América Latina extremo de considerar que el documental era el modo natural de mostrar a América Latina, aseveración comprensible en el contexto de la elaboración de una nueva visibilidad más informada, rigurosa y destructora de la aparente abulia que tenían los retratos, en particular los de la elite. Es así como emergieron incólumes en las fotos de autor, los otros actores sociales que se mostraban oblicuamente, o bien, que eran mostrados como residuos históricos: niños, indígenas, mujeres, personajes populares, paisajes agrestes, etc.⁷

Retornando ao Chile, alguns fotógrafos merecem destaque em meados do século XX, por terem aportado novas camadas de sentido a visualidade chilena como Ignacio Hochhausler, Marcos Chamudes, e Sergio Larrain entre tantos outros. No final da década de 1940 nasce a *Asociación Gremial de Reporteros Gráficos*. Cabe aqui destacar o fotógrafo Antonio Quintana, por ser ele um dos impulsionadores da transformação da fotografia social em Chile e particularmente o grupo que se forma em torno do projeto *Rostro de Chile* em 1960. Também participaram desse projeto os fotógrafos Roberto Montadón, Domingo Ulloa, Ignacio Hochhausler, Baltasar Robles, Mario Guillard, Patricio Guzmán e Luis Ladron de Guevara.

Mas será sem sombra de dúvida entre os fotógrafos do círculo de Antonio Quintana que surgirá uma fotografia com uma preocupação de representação do social. Antonio Quinta (1904-1972) tornou-se fotógrafo de forma autodidata na década de 1930. Nos anos 1940 ingressa na Universidade do Chile como professor de fotografia junto ao Instituto de Artes Gráficas da Escola de Jornalismo. Sua obra aborda distintos gêneros fotográficos, transita da arquitetura, passando pela paisagem e os retratos, mas sempre com um forte compromisso social que definia seu projeto iconográfico. Podemos considerá-lo um artista-intelectual engajado tanto por sua atuação como militante junto ao Partido Comunista Chileno como em sua atuação como fotógrafo

7 LEIVA, Gonzalo. *Multitudes en Sombras*. AFI. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008, p. 26.

compromissado. Essa atuação teve seus custos, sofre com perseguições e exílio entre 1948 e 1954. Durante esse período viaja entre Argentina, Uruguai e Brasil sempre fotografando. Quando regressa ao país produz alguns dos principais projetos de sua carreira, como o livro *Las Piedras de Chile* em parceria com seu amigo Pablo Neruda e a série *Las manos de Chile* em que registrou um universo de mãos de trabalhadores e camponeses de todo o país. Devido ao seu engajamento político e cultural transforma-se no precursor da fotografia como documento social. Em 1959 apresenta ao reitor da Universidade do Chile o projeto *Rostro de Chile*, que se propunha retratar em imagens a essência do país. Esse projeto estava vinculado aos festejos do sesquicentenário da independência do Chile a ser celebrado em setembro do ano seguinte.



Figura 1 - Redes de Pesca e **Figura 2** - Cacharros de greda em exposición artesanal, ambas de 1960

Archivo Fotográfico y Digital. Fondo Quintana A3-0126 e A1-0015 – Página Memoria Chilena – Biblioteca Nacional de Chile

A primeira imagem (figura 1) de um pescador manuseando a rede remete diretamente a seu ofício. Em termos compositivos a rede propicia uma textura na imagem enquanto que linhas horizontais e verticais que cortam a imagem e criam triângulos. A composição e o ângulo de tomada denotam uma preocupação moderna à foto. A segunda imagem (Figura 2) trabalha com a tensão dos círculos formados pelos jarros que praticamente preenchem a cena em segundo plano, em contraste com os braços e as mãos cruzadas do artesão. As mãos são um símbolo do trabalhador e as imagens sem os rostos remetem metaforicamente a classe trabalhador e uma tentativa de universalizar

o trabalho e não o individualizar.⁸

Quintana e seu grupo estão em diálogo com o que acontecia de mais candente no campo fotográfico mundial como a fotografia humanista. A fotografia humanista surge nos anos 1930 na França, período do governo da Frente Popular (1936-1938) e veiculada em particular pelas revistas ilustradas, ganha força no pós Segunda Guerra Mundial. Os fotógrafos vão se focar em algumas temáticas como a vida cotidiana de trabalhadores e das pessoas comuns, o ambiente das cidades e do campo. Essa imagem terá como um vetor importante a criação das agências fotográficas particularmente a *Magnum* que contava entre seus quadros Robert Capa, Henri Cartier-Bresson e David Seymour “Chim”. Essa fotografia em termos estéticos estaria segundo Zerwes “voltada para a fotografia documental, em preto e branco, geralmente feita com câmeras 35mm e também enquanto uma ética no que se refere às temáticas universais e a certa preocupação dos fotógrafos com a ‘dignidade humana’[...]”⁹. A exposição “The Family of Man” realizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York em 1955 sintetiza muito bem estes anseios estéticos e políticos. Estas abordagens são apropriadas pelos fotógrafos chilenos e porque não dizer latino-americanos de meados do século XX.

No Chile este grupo de fotógrafos com apoio da Universidade de Chile cria o projeto *Rostro de Chile* que se difunde pela exposição com o mesmo nome. Procura ser uma espécie de síntese fotográfica, uma cartografia visual que tentava expressar o que era a identidade chilena. A exposição tem lugar na Casa Central da Universidade de Chile e embora tenham sido realizadas mais de 7.000 imagens ao final são selecionadas 410 fotografias.¹⁰ A exposição tentava fazer um retrato geográfico e humano da nação com imagens dos trabalhadores, da paisagem, da mulher e das crianças, os indígenas e a solidão do homem nas imensidões inóspitas. A mostra com apoio do Ministério das Relações Exteriores posteriormente viaja por toda a América Latina, inclusive o

8 O tema das mãos não é novo na fotografia, já encontramos esta utilização em trabalhos da fotógrafa italiana/mexicana Tina Modotti no México e por Korda em Cuba. Para uma comparação destes dois fotógrafos veja o instigante trabalho de BARBOSA, Vinicius Lourenço. *Trajetórias, fotografias e revoluções: engajamento e experimentalismo em Tina Modotti no México (1923-1930) e Alberto Korda em Cuba (1959-1968)*. Guarulhos SP, 2018, Trabalho de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal de São Paulo.

9 ZERWES, Erika. A fotografia humanista e a construção de uma historiografia sobre a fotografia latino-americana. In: *História: Tendências e Debates*. vol 16, n° 2, jul-dez 2016, p. 314-327, p. 318.

10 As fotografias desta exposição possuem o formato entre 50 x 60 até 2.0 x 3.0 metros.

Brasil com repercussão na imprensa local com matérias elogiosas na revista *O Cruzeiro* de novembro de 1965 e no jornal *O Globo*, passando posteriormente por Europa e Japão.¹¹

A Fotografia e o governo da Unidade Popular

A fotografia foi um dos principais meios de expressão utilizados para conquistar corações e mentes durante a experiência da UP. Como afirma Leiva

La fotografía chilena había alcanzado un grado destacado durante el período del Doctor Allende. En efecto, la fotografía, por su penetración en el gusto de las masas, había pasado a ser parte del patrimonio comunicacional que el gobierno de la Unidad Popular quería establecer y potencializar.¹²

Algumas temáticas são muito recorrentes. A primeira é a imagem de Allende que é amplamente utilizada. Mas toda a efervescência política e cultural teve na fotografia um suporte para sua difusão e expressão de um projeto político. Cabe destacar o trabalho dos irmãos Antonio e Vicente Larrea¹³ estampado em cartazes e em capas de discos e a acompanhar o desenvolvimento da *Nueva Cancion Chilena* e do cantor Victor Jara e dos grupos Inti-Illimani e Quilapayún. Luis Poirot é outro destacado fotógrafo com seus retratos dos intelectuais mais destacados do momento que posteriormente se transformam em livros como *Allende, se abren las Alamedas* (1991) e *Neruda, retratar la ausencia* (1995).¹⁴

Todavia gostaríamos de nos deter em um projeto emblemático da política visual da UP: *Nosotros los Chilenos*. Em setembro de 1971 o governo de Allende nacionaliza a editora Zig Zag e a renomeia como Editora Nacional Quimantú, palavra que significa “Sol da Sabedoria” na

11 Veja o catálogo *UNA RE-VISIÓN ROSTRO DE CHILE 1960 – 2005*. Santiago: Consejo Nacional de la Cultura y las Artes/Universidad de Chile, 2005, 56 p.

12 LEIVA, Gonzalo. *Multitudes en Sombras*. AFI. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008, p. 30.

13 Antonio e Vicente Larrea e sua oficina foram responsáveis pela imagem da Discoteca Del Cantar Popular (DICAP) e produziram centenas de capas e cartazes movimento Nueva Canción Chilena.

14 LEIVA QUIJADA, Gonzalo. **Historicismo fotográfico: corte y confección de la visualidad modernista chilena**. *Artelogie*. Paris: EHESS, n° 7, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/artelogie/1129>>, acessado em 24 nov. 2021.

língua Mapuche. O projeto da editora se enquadra no programa político da UP de nacionalização de setores estratégicos. A nova editora estatal rapidamente se transforma em um êxito com a publicação de uma série de coleções. Como sintetiza bem Marília Antunes a respeito da proposta da editora estatal e de seu nome

[...] fazia referência a um dos principais compromissos do projeto cultural do governo popular, pois simbolizava sua pretensão de incorporar as massas às atividades artístico-intelectuais: assim como o sol se estendia para todos, também o acesso à cultura, por meio do alcance dos livros, deveria atingir toda a população chilena.¹⁵

Tal proposta de atingir as camadas populares passava pela difusão massiva de publicações através de uma política de preços e descontos, venda em bancas de jornal para atingir os trabalhadores e superar a distribuição desigual de livraria no território chileno de então. Rapidamente torna-se uma das editoras com maior tiragem na América Latina alcançando mais de 12.000.000 exemplares.¹⁶ A diversificação de suas coleções visava atingir distintos públicos e competir com outras editoras comerciais. Esse projeto de uma editora estatal está vinculado a formação de uma nova cultura política que perpassava desde a publicação de revistas voltadas para um público mais amplo, podemos dar como exemplo a revista *Paloma* que visava o público feminino, o público jovem com a publicação *Onda* ou infantil com a história em quadrinhos *Cabrochico*, além de coleções mais políticas como séries de livros *Clasicos del Pensamiento Social* ou *Cuadernos de Educación Popular*.

Para o caso da fotografia temos a coleção *Nosotros los Chilenos*.¹⁷ Que consiste em uma série de 49 pequenos livros fartamente ilustrados com fotografias e publicados a cada quinze dias entre outubro de 1971 e setembro de 1973. Os objetivos era ter um grande alcance social e cultural. Cada volume era monográfico ou de miscelânea¹⁸ e com temas

15 ANTUNES, Marília Mattos. *A Revolução Guidada: os Cuadernos de Educación Popular e o projeto de formação da consciência revolucionária do trabalhador*. Chile, 1970-1973. São Paulo, 2017. Dissertação de Mestrado (História Social) – FFLCH - Universidade de São Paulo, p. 39.

16 QUIJADA, Gonzalo. *El Golpe Estético: dictadura militar em Chile 1973-1989*. Santiago: Ocho Libros, 2012, p. 46.

17 Segundo Carlos Montes de Oca o título seria uma referência ao livro de mesmo nome *Nosotros los chilenos* publicado em 1970 com ensaios antropológicos de Hernán San Martín. FERNANDEZ, Horacio (org.). **Una revisión al fotolibro chileno**. Santiago de Chile: Fundación Sud Fotográfica, 2018, p. 86.

18 Os monográficos com um tema eram escritos por um autor, enquanto que os outros números

vinculados com a identidade chilena: ofícios, comidas, acontecimentos históricos ou políticos, esportes, literatura, arte, personagens populares, mulheres, crianças entre tantos outros temas. Com um formato horizontal e de pequeno porte (14 x 18,5 centímetros) lembra livros de bolsos ou guias turísticos. Eram impressos em um papel barato (papel jornal) e com aproximadamente 50.000 exemplares por edição números consideráveis para a época e que demonstram o âmbito que se buscava com esta coleção.

Em termos de conteúdo continham entrevistas, como forma de testemunhos, de trabalhadores e habitantes do território nacional com enfoque em operários, camponeses, mineiros, pescadores e tantos outros ofícios pouco estudados até então. Ou se elegiam temas em que abordavam os minerais, história da aviação, o futebol entre outros.

Cabe destacar que esta coleção pela sua perspectiva inovadora e abordagem se mostra como um aporte considerável para a história social chilena de então. Segundo Leiva e Hernán Errázuriz:

Otros contenidos tienen una marca directamente ideológica de la izquierda combativa y revolucionaria, con claras referencias a las conquistas y la organización del llamado por Salazar: “bajo pueblo”. La aparición en su portada de gráfica militante con letras en rojo y figuras populares en marcha es una iconografía identificada con los movimientos de izquierda mundiales, especial reservorio mnémico del Partido Comunista.¹⁹

Cada número possuía em média 100 páginas, contava com uma reportagem fotográfica ao melhor estilo das revistas ilustradas. Em média cada número possuía cinquenta a sessenta fotografias em branco e preto. Seu objetivo é claramente didático e informativo. As capas ao longo da publicação contaram com duas propostas gráficas distintas. Na primeira fase as capas contavam com uma fotografia em primeiro plano em preto e branco vinculada ao tema da edição, e em segundo plano os títulos e informações da edição em quatro cores que remetem as das bandeiras do Chile e fazem referência as da Unidade Popular: vermelho, azul, branco e preto. A partir do número 18 o projeto gráfico muda e passa a contar com montagens, colagens, fotografias coloridas e desenhos. O diretor da

eram realizados por múltiplas contribuições. Cabe resaltar que alguns temas eram inovadores para a época como um sobre o cinema, outro sobre pintura social, teatro e caricatura.

19 HERNÁN ERRÁZURIZ, Luis e LEIVA QUIJADA, Gonzalo. *El Golpe Estético*: dictadura militar em Chile 1973-1989. Santiago: Ocho Libros, 2012, p. 50.

coleção era Alfonso Alcalde (1921-1992)²⁰, substituído posteriormente por Hans Ehrmann (1924-1999)²¹. O projeto gráfico era de responsabilidade de Rosário Torres Pereira²² e depois do número 24 fica a cargo de Patricio de la O. Os textos são de diversos autores.²³



Figura 3 - Capa do primeiro número da coleção *Nosotros los Chiles – Quien es Chile*. Coleção do Autor

As fotografias são assinadas pelo “pool fotográfico Quimantú” um coletivo de fotógrafos que já trabalhavam desde os tempos de Zig

20 Alfonso Alcalde foi poeta, escritor e jornalista, figura ímpar no mundo intelectual chileno teve um papel singular no projeto da editora Quimantú. Veja o verbete na página Memoria Chilena acesso 24/12/2021 às 21:19 <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-547.html>.

21 Hans Ehrmann foi jornalista e fotógrafo, se destaca como um dos pioneiros do jornalismo cultural com ensaios principalmente sobre cinema e teatro. Atuou em destacados periódicos chilenos como as revistas *Ercilla* e *La Quinta Rueda* e nos diários *La Nación* e *El Mercurio*. Acesso em 24/11/2021 às 21:22. <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3448.html>

22 Era uma desenhadora boliviana radicada no Chile a muitos anos.

23 Alguns dos textos foram escritos por autores como Alfonso Alcalde, Carlos Alvarado, Alfonso Armada, Rodrigo Atria, Alfonso Calderón, Jaime Concha, Hilario Cárdenas, Alicia Gordon, Patricio Manns, Daniel Montecinos, Carlos Ossa, Guillermo Prado Catalán, Jaime Quezada, Sergio Salazar Hermosilla, Hernán San Martín, Adriana Silva, Mario Thomas, Nicasio Tangol, Mario Thomas, Luisa Ulibarri, Cecilia Urrutia, Cecilia Valdés e outros.

Zag. Entre eles encontramos Lucho Abarca, Pepe Carvajal, Ignacio Espinosa, Juan E. Forch, Patricio Guzmán, Luis Ladrón de Guevara, Domingo Politi, Miguel Rubio, Mario San Martín e Carlos Tapia. Contavam ainda com imagens dos arquivos do Canal 7 de Televisão e da filmoteca da Universidade de Chile.

Os operários e camponeses são alçados a protagonistas da história chilena, como fica evidente pela capa do primeiro número (Figura 3). Era objetivo do governo da UP criar a ideia de uma nova cultura. O amplo uso da fotografia e a estética cartazista com uma carga ideológica da cultura operária ou de esquerda denota os vínculos com o projeto de propaganda política do governo de Allende.

O fim de uma utopia registrado pelas lentes chilenas e brasileiras

O golpe de estado de setembro de 1973 impacta fortemente a fotografia, como não podia deixar de ser. Os fotógrafos e meios de expressão são submetidos a novas práticas políticos-culturais tais como a censura, a prisão, a morte de fotógrafos e a repressão a todo o coletivo vinculado a esse meio de expressão. Com a instalação do regime autoritário ocorrem “operações de limpeza e eliminação” com o objetivo de dismantelar o projeto sociopolítico-cultural da Unidade Popular e imediatamente deu início a uma reconstrução ideológica e iconográfica.²⁴

Elegemos dois momentos simbólicos do ponto de vista fotográfico que marcam a experiência fotográfica chilena compromissada: as mortes de Salvador Allende e Pablo Neruda. Essas mortes marcam o fim da utopia. Para concluir escolhemos tratar a última fotografia do Presidente Allende vivo, registrado pelo fotógrafo Chico Lagos e os registros que fotógrafos brasileiros produziram tanto do período da UP como do golpe e do funeral de Neruda.

24 Para uma análise mais profunda deste processo veja o livro de HERNÁN ERRÁZURIZ, Luis e LEIVA QUIJADA, Gonzalo. *El Golpe Estético: dictadura militar em Chile 1973-1989*. Santiago: Ocho Libros, 2012.



Figura 4 - Luis Orlando Lagos Vásquez, 11 de setembro de 1973 - World Photo Press

A fotografia acima, realizada na manhã do dia do golpe, foi tomada logo após o discurso de Allende transmitido pelas ondas do rádio, ela é carregada de significados políticos e visuais. Mostram os últimos momentos com vida do presidente no Palácio Nacional de la Moneda. Vemos Allende com um capacete portando uma metralhadora, sinais de resistência e luta. Seu olhar dirige-se para um ponto superior fora do enquadre da cena, muito provavelmente para os aviões que sobrevoavam La Moneda. Os outros personagens que compõe a cena são seu médico pessoal Danilo Bartulín, logo atrás com ar tenso, surgindo pela porta o carabiniero José Muñoz e um rosto não identificado. A frente do presidente dois guardas costas que com suas armas em punho olham para cima.

A história dessa foto é muito simbólica. Ganhadora do prêmio World Photo Press do ano de 1973, permaneceu até 2007 como autoria anônima. Hoje sabemos que a foto foi feita por Luis Orlando Lagos Vásquez, mais conhecido com Chico Lagos. Fotógrafo oficial de Salvador Allende por longo período, nessa data acompanha o presidente em seus últimos momentos. Realiza uma série de tomadas, sai de La Moneda junto com as filhas do presidente, levando consigo os rolos de filmes escondidos em suas roupas. Sua casa e laboratório foram invadidos por soldados que destroem todo seu arquivo. Sobraram apenas as imagens que possuía nesse momento. Por meio de um intermediário consegue

enviar o material para fora do país e vende para o *New York Times*.
Recorro aqui novamente a Gonzalo Leiva que afirma

El testimonio visual realizado por el profesional Luis Orlando Lagos, queda como parte sustancial de la historia de la fotografía chilena y lo que pasó con su producción fotográfica, destruida, ocultada y manoseada, simboliza el peso cultural que la fotografía, tendrá en momentos que se impone un gobierno autoritario en el país.²⁵

Como foi o olhar dos estrangeiros e em particular dos brasileiros da experiência chilena? Assim como outros países latino-americanos a experiência chilena despertava o interesse dos brasileiros e não seria diferente na fotografia. Fotógrafos brasileiros registraram as tensões e conflitos vividos pela sociedade chilena. Vamos destacar dois fotógrafos brasileiros que direcionaram suas lentes para as terras transandinas, são eles Geraldo Guimarães e Evandro Teixeira.

Geraldo Guimarães²⁶ registra a ascensão e queda de Salvador Allende e a Unidade Popular em fotos reunidas posteriormente em livro²⁷. Com imagens que cobrem da véspera das eleições presidenciais de 1970 ao final do segundo ano de mandato de Allende e retratam tanto a vida cotidiana em Santiago do Chile com a tensão política. O fotógrafo nos apresenta tanto imagens de organizações políticas, movimentos sociais e setores políticos de esquerda como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) ou de direita como o *Patria y Libertad*, além de estudantes e os militares nas ruas da capital chilena.

25 LEIVA, Gonzalo. *Multitudes en Sombras*. AFI. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008, p. 35.

26 Geraldo Guimarães, Geralzinho como é carinhosamente conhecido, nasceu na cidade de Taubaté em 1939. Trabalhou em diversos periódicos brasileiros como no *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*. Esteve presente em importantes projetos editoriais como os da revista *Realidade* pela qual cobriu a Revolução Nicaraguense em parceria com Fernando Morais e da revista *Veja* pela qual cobriu as eleições de Salvador Allende e depois sua deposição, assim como a volta de Perón à Argentina em 1973.

27 Estas coberturas deram origem ao livro *América Latina o trabalho fotográfico de Geraldo Guimarães de 1978*. Pretendemos aprofundar a análise deste livro em outro texto em andamento. São 21 fotografias do Chile realizadas entre 1970 e 1972. Publicadas no livro *América, Latina: o trabalho fotográfico de Geraldo Guimarães*. São Paulo: Massao Ohno, 1978.



Figura 5 - Geraldo Guimarães, Exército nas ruas, fotografia que ilustra a capa do livro América Latina o trabalho fotográfico de Geraldo Guimarães. Coleção do Autor.

Outro fotógrafo brasileiro que vivenciou a experiência chilena foi Evandro Teixeira. Ele é provavelmente um dos mais consagrados fotojornalistas brasileiros recebendo diversos prêmios nacionais e internacionais. Produziu algumas das imagens icônicas da ditadura militar brasileira. Baiano de origem muda-se para o Rio de Janeiro e passa a trabalhar como fotógrafo do *Diário da Noite*. Entra para o *Jornal do Brasil* (JB como carinhosamente era chamado o periódico) em 1963 onde permaneceu até 2010 quando a edição impressa deixa de circular. Fotógrafo considerado “extremamente versátil, destacou-se em diversos campos das coberturas jornalísticas desde os temas políticos até o esporte.”²⁸

Mesmo que breve, cabe tecer alguns comentários a respeito do *Jornal do Brasil*. Entre os anos 1960 e 1970 torna-se uma das mais importantes publicações do Brasil com muita credibilidade e respeitabilidades. Contando entre seus colaboradores com figuras como Carlos Drumond

28 VAZQUEZ, Pedro Karp. *Biografia de Evandro Teixeira*. In: **Brasil Memória das Artes**. Rio de Janeiro: FUNARTE/INFoto, 2013. Disponível em: <<http://portais.funarte.gov.br/brasilmemoria-dasartes/acervo/infoto/biografia-de-evandro-teixeira/>> acessado em: 29 nov. 2021.

de Andrade, Otto Lara Resende, Antonio Callado e Arthur Xexéu entre outros. Era a estrela dos periódicos nacionais, local onde trabalhava a elite intelectual brasileira. O jornal desde a reforma gráfica, realizada a partir do final da década de 1950, valoriza a fotografia não apenas em suas páginas, contrata as principais estrelas do fotojornalismo brasileiro. Segundo Evandro Teixeira o fotógrafo no JB podia ganhar mais que um repórter de texto²⁹. Era considerada uma verdadeira escola do fotojornalismo. O matutino destinava alguns espaços privilegiados para a imagem fotográfica, em especial as capas e contracapas. As matérias sobre a política nacional, vida cotidiana no Rio, esportes, cultura e a editoria internacional também eram permeadas por fotografias.

Por esta grande produção fotográfica e de qualidade era comum outros periódicos como as revistas Manchete e Veja a recorrerem a Agência do Jornal do Brasil para ilustrarem suas reportagens. Atitude importante que precisamos destacar é a resistência à censura em particular entre 1964 e 1973, enquanto Alberto Dines era o editor chefe. Como exemplos famosos são as capas de 14 de dezembro de 1968, dia do AI-5 quando podia se ler em sua primeira página: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”³⁰.

Evandro Teixeira rapidamente torna-se um dos principais expoentes entre os fotojornalistas do JB. Ele ficará marcado por algumas coberturas como a da chegada do General Castelo Branco ao Forte de Copacabana, a repressão ao movimento estudantil em 1968. Estas coberturas resultaram em fotografias que estamparam as capas do periódico nestes momentos.

Com essa experiência em coberturas no Brasil é que Teixeira junto ao repórter Paulo Cesar de Araujo é enviado ao Chile em setembro de 1973 para cobrir a queda de Salvador Allende. Após alguma espera do lado argentino por conta do fechamento da fronteira os dois entram no país. Teixeira passa 20 dias no país e tem a oportunidade de registrar a repressão pós-golpe. Ele, assim como os outros fotógrafos e jornalistas, se instala no Hotel Carrera em frente ao Palácio de La Moneda. Nesse momento já com o toque de recolher imposto foi detido

29 TEIXEIRA, Evandro. *A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil*. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.8, n.12, p.217-252, jan./jun. 2012.p.227.

30 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 14/12/1968, primeira página.

e passou uma noite no Ministério da Defesa. Seu instinto para a notícia leva-o a entrar no necrotério onde estavam chegando os corpos de militantes assassinados, mas foi agredido e não conseguiu fotografar. Esteve também no Estádio Nacional, local onde os golpistas levavam os prisioneiros para interrogatórios e tortura.

Um dos episódios mais marcantes de sua cobertura foi o registro da morte do poeta, prêmio Nobel de Literatura, Pablo Neruda no Hospital São José (Clínica Santa Maria). Segundo Evandro Teixeira ele obteve a informação da esposa do adido militar brasileiro durante uma conversa no restaurante do Hotel Carrera. Ele foi ao hospital no dia seguinte e conseguiu falar com a esposa de Neruda, Matilde Urrutia, mas não conseguiu fotografar. Ligou à noite para o médico que tinha encontrado no centro médico e ficou sabendo da morte do poeta. No dia seguinte retornou ao hospital e entrou por uma porta nos fundos e chegou ao local onde estava o corpo de Neruda. Obteve permissão da viúva para fotografar todo o processo de traslado do hospital à casa. No dia seguinte registra o sepultamento. Transcrevo um trecho da entrevista:

Fotografei a saída do corpo, coberto com a bandeira do Chile, pela ponte improvisada. Fomos para o cemitério cantando o hino A Internacional. E o povo foi chegando e engrossando o cortejo. O Pinochet, malandro, para esvaziar o enterro do Neruda, convocou uma coletiva de imprensa no mesmo horário. Eu pensei: “Dane-se o Pinochet.” Optei por ficar no enterro do Neruda. Meu amigo, quando chegamos ao cemitério, foi a coisa mais linda do mundo. Lá estava toda a imprensa, pois a notícia havia vazado. As pessoas estavam lá declamando as poesias de Neruda. Foi a coisa mais linda; eu chorei de emoção. Subi num túmulo e fotografei o cerimonial todo, a esquife com o corpo entrando na sepultura, tudo, tudo. Tenho tudo isso arquivado até hoje.³¹

Algumas dessas fotografias estamparam as páginas do JB ainda em setembro de 1973. A presença destas imagens em um periódico brasileiro é motivo de reflexão, pois nos leva a pensar como foram possíveis essas notícias e as fotografias estampadas na imprensa brasileira em meio à censura imposta pela ditadura militar brasileira.

Algumas delas serão posteriormente publicadas em dois livros, o primeiro denominado “Fotojornalismo” publicado pela Editora JB em

31 TEIXEIRA, Evandro. A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.8, n.12, p.217-252, jan./jun. 2012. p. 232/233.

1983, ou seja, no final da ditadura militar brasileira, e posteriormente no livro tributo “Vou viver: tributo a Pablo Neruda” de 2005. O primeiro com cem fotografias é resultado de uma seleção do amplo material do arquivo pessoal de Evandro Teixeira. Destas três imagens são dessa cobertura no Chile. A edição possui depoimentos do próprio Evandro Teixeira, assim como de Otto Lara Resende e Antonio Callado e uma poesia de Carlos Drumond de Andrade. Todos eram colegas de JB.³²



Figura 6 - Esquerda Fotografia de Evandro Teixeira do livro Vou Viver: tributo a Pablo Neruda, p. 53.



Figura 7 - Direita Fotografia de Evandro Teixeira estampada Jornal do Brasil, quarta-feira, 26/09/73, p. 11. Acervo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Na imagem acima (Figura 6), em preto e branco, tomada na vertical, assim como aparece no JB de 1973 (Figura 7). As imagens de funerais são uma espécie de rituais cívicos inseridos em um conjunto cenográfico político que aproxima expectador e participante. Essas fotografias funcionam como um testemunho da participação no evento público. Nessa fotografia em particular percebemos que a imagem es-

32 A edição de fotografias é de Ernandes Fernandes, a programação visual de Elayne Fonseca Fernandes, a produção gráfica de Sérgio de Garcia.

tampada nas páginas do jornal sofreu cortes nas laterais o que elimina as duas árvores que servem de molduras para o centro da imagem que é a multidão que se aglomera em torno do esquife coberto pela bandeira do Chile. Imagem tomada de um plano elevado para dar profundidade e revelar a dimensão e representatividade do ato. As pessoas formam como que círculos concêntricos. Se os que carregam o esquife são familiares e amigos, a segunda circunferência é formada por cinegrafistas e fotógrafos. Chama à atenção a multidão presente, pois Neruda era um inimigo do regime golpista. Esse público compareceu mesmo sabendo que estariam sendo observados pelos espões do governo golpista e poderiam ser vítimas de perseguição. A multidão que forma círculos dá uma sensação de movimento. O teto do tumulto no canto inferior e as duas árvores laterais quebram as ondas da multidão e dão a composição linhas de tensão muito feliz à fotografia.³³

As fotografias de Allende e do funeral de Neruda são emblemáticas da morte de uma das experiências mais instigantes da América Latina. Circularam por periódicos ao redor do mundo e permitiram que um amplo público tomasse conhecimento dos acontecimentos em terras austrais.

O repórter fotográfico Evandro Teixeira, como ele mesmo afirmou, optou por um ângulo da cobertura. Sua opção foi por registrar a morte e o sepultamento de um dos personagens dos derrotados. Alguns afirmam que essa era a tática da denúncia sutil através do fotojornalismo³⁴. Outros destacam que a fotografia era um respiradouro dos veículos de imprensa, trazendo imagens de engajamento que não era possível pelos textos mutilados pela censura³⁵. Segundo Carolina Amaral Aguiar, embora trate da cobertura cinematográfica considero que vale para os fotógrafos, este acontecimento se torna um evento midiático internacional e embora ocorra sob a permissão da ditadura se transforma num ato contra o regime autoritário instalado.³⁶ A fotografia ganha espaço na imprensa como a forma de mostrar aquilo que o texto não podia dizer.

33 Verso do poema XXVI *Voy a vivir*, publicado em *Canto General*. NERUDA, Pablo. *Canto Geral*. RJ: Bertrand Brasil, 2002.

34 MAGALHÃES, Angela e PELEGRINO, Nadja Fonsêca. *Fotografia no Brasil: um olhar dos origens ao contemporâneo*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004, p 73.

35 MUNTEAL, Oswaldo e GRANDI, Larissa. *A imprensa na história do Brasil: Fotojornalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio/Desiderata, 2005.p 138.

36 AGUIAR, Carolina Amaral, "Los prisioneros y la muerte del poeta: el Chile de la dictadura ante las cámaras extranjeras" in *Archivos de la Filmoteca*, Valencia, n° 73, 2017, pp. 17-30.

Temos um caso claro aqui de um fotojornalista ou de uma fotografia documental em que muito mais do que representar as coisas procura interpretar o acontecimento. Mais do que capturar a realidade procura exprimir, tornar visível, fotografar os estados das coisas com as pessoas.

ARCO-ÍRIS SEM FRONTEIRA NOS ANOS DE CHUMBO: RESISTÊNCIAS, AMORES, LIBERDADES E TESÃO DO UNIVERSO GAY LATINO- AMERICANO NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO O LAMPIÃO DA ESQUINA (1970-1980)

*Geiselly Marçal da Silva Leão
Fábio da Silva Sousa*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia...
(Chico Buarque) ¹*

Abrindo as páginas do jornal

Daqui 02 anos, em 2024, o golpe civil-militar completará 40 anos, com uma memória viva, intensa e com um saudosismo perigoso que foi potencializado na sociedade brasileira nos últimos anos. A ditadura reprimiu todas as formas de contestações sociais e de liberdades de costumes e sexuais. Na questão homossexual, com destaque ao universo *gay*, só há registros de movimentos organizados a partir do final da década de 1970. Inicialmente formados por homens *gays*, o grupo

¹ BUARQUE, Chico. Apesar de você. In: BUARQUE, Chico, 1978, faixa 6, lado B.

*Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*², de São Paulo, foi criado em 1978. A partir da década de 1980 se iniciou a atuação do *Grupo Gay da Bahia*³, que teve uma influência atuante e fortaleceu o ativismo homossexual na região do Nordeste.



Figura 1 - Logo do grupo Somos Lampião da Esquina. Maio. 1979, p.3.

No entanto, no final da década de 1970, em um momento de declínio da capacidade de manutenção no poder por parte dos militares, a sociedade civil brasileira organizada por meio de manifestações esporádicas e greves culturais passou por mudanças significativas durante o processo de redemocratização e abertura política.

Essa fase de mudanças, após o período de maior repressão da ditadura, também foi identificada no campo da comunicação e da opinião pública como, por exemplo, da imprensa escrita com o jornal *O Lampião da Esquina*, que têm sua circulação entre os anos de 1978 até 1981 e foi primeira publicação de circulação nacional direcionada ao público homossexual.

2 O Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido como apenas. “Somos” foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos. O grupo foi formado a partir da publicação do periódico *O Lampião da Esquina*, chamado inicialmente *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*. O nome foi criticado por ressaltar demasiadamente a proposta política. Considerou-se então usar o nome “Somos”, em homenagem a uma publicação do movimento homossexual argentino que teve circulação entre 1971 e 1976. O nome oficial passou a ser, então, “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”, evitando-se a palavra “gay” por esta ser demasiadamente americanizada.

3 O Grupo Gay da Bahia (também conhecido como GGB) é uma organização não governamental (ONG) voltada para a defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil. Fundada em 1980, é a mais antiga associação brasileira de defesa dos gays ainda em atividade. Sua sede fica em Salvador, no Pelourinho. Disponível em: < https://observlgbt.unb.br/?page_id=12> Acesso em: 14 de out. 2022.



Figura 2 - Capa de Lampião da Esquina. Maio. 1978, p.1

A população composta por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros sofreu tratamentos diferenciados na sociedade brasileira, marcados, sobretudo, pela violência.

Ciente de que essa visão faz parte de um processo histórico que possui vínculo com o presente, focamos o interesse em entender como os Gays na América Latina foram apresentados nas páginas de o *Lampião da Esquina*, no transcorrer de sua vida editorial.

Ao buscar os termos América Latina, Latino-americano e Latino América veiculados no jornal *Lampião da Esquina* entre 1978 e 1981, temos 18 matérias, porém a incidência total dos termos, analisando o jornal como um todo, foi de 19 matérias. Com uma ficha, registramos, no programa Word o nome do jornal, data, edição, caderno, página, natureza do texto, autor e título. Ainda na ficha, procedemos a um resumo pequeno da matéria e efetuamos um *print screen* da notícia.

A escolha do objeto de pesquisa se deu por três motivos principais: o primeiro tem a ver com o fato de o jornal ter tido circulação nacional e expressiva tiragem em parte da sua trajetória; o segundo está ligado à disponibilidade e facilidade de acesso ao seu acervo, pois o *Lampião da Esquina* tem seu acervo totalmente *on-line*.⁴ O terceiro está no

⁴Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 14 de out. de 2022.

fato de o jornal representar o pensamento do movimento gay do Brasil e, tornando-se assim, um veículo de representações do movimento.

Para a realização deste artigo tomamos como metodologia de análise o jornal como *objeto e fonte de pesquisa*, de acordo com Renée Barata Zicman:

[...] Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político e ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise dos jornais e periódicos devem necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. (...) Por outro lado devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo o seu próprio “filtro”.⁵

Dessa forma, política e imprensa são inseparáveis “desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem: por isso, adulam, vigiam, controlam e punem os jornais”.⁶ De acordo com seus interesses, Tânia Regina de Luca afirma que:

Não há como deixar de lado o aspecto da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. [...] jornais e revistas [desempenharam papéis] em regimes autoritários, [...] seja na condição [de] difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação [...].⁷

Nesse contexto, *O Lampião da Esquina* se apresentou com o objetivo de contestar, desmistificar e levantar pautas até então pouco debatidas na sociedade, de forma autêntica e inteligente.

5 ZICMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa** – Algumas Considerações Metodológicas. *Projeto História*. v. 04, 1985, p. 90. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> >. Acesso em: 14 de out. de 2022.

6 CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto. 1988.p.13.

7 LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas**: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanegi org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p.129.

Ensaio sobre o Movimento Gay e as Ditaduras na América Latina

Para compreendermos as ditaduras na América Latina e o movimento homossexual latino-americano, precisamos entender o contexto histórico ao qual ele está inserido. Dessa forma, segundo Edvaldo Correa Sotana:

O desfecho da Segunda Guerra Mundial gerou uma breve expectativa em torno do estabelecimento da paz mundial. No entanto, o temor de um novo conflito passou a integrar o cenário internacional no começo de um período denominado Guerra Fria. Disputas políticas, econômicas, diplomáticas e ideológicas começaram a ser travadas entre Estados Unidos e União Soviética. Aos poucos, formavam-se dois blocos: um capitalista e o outro socialista.⁸

Ambos os países procuraram por aliados em suas ideologias e a América Latina não passou despercebida diante das duas potências. A pressão externa e questões internas dos países latino-americanos foram influenciadas em sua cultura, economia e no campo político.

Como consequência surgiram regimes nacionalistas, populistas e ditaduras militares ao longo do século XX. Podemos citar alguns países como, Chile, México, Cuba, Argentina, Uruguai, Paraguai, Nicarágua, Equador, Bolívia e Brasil, entre outros, que tiveram suas histórias marcadas neste processo. Quatro destes países ainda conservam em seus códigos penais artigos que criminalizam atos homoeróticos: Chile, Equador, Cuba e Nicarágua, embora na última década não se tenha registros de repressão quanto a essa prática afetiva.⁹

Entre meados das décadas de 1960 e 1980 a América Latina, em especial a América do Sul, viveu um momento histórico marcado por regimes militares. As consequências dessa época trouxeram reflexos que até hoje podem ser sentidas, pois, ainda não foram superadas.

Dentre as consequências desse regime militar ditatorial, pode-

8 SOTANA, Edvaldo Correa. **O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (1946-1949)**. *Diálogos (Maringá. Online)*, v. 18, n.1, p. 325-359, jan.-abr./2014, p.325. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35956>> Acesso em: 14 de out. de 2022.

9 LUIZ MOTT- antropólogo, historiador, pesquisador é um dos mais conhecidos ativistas em favor dos direitos civis LGBT e decano do Movimento Homossexual Brasileiro. Disponível em: <<https://luizmottblog.wordpress.com/movimento-gay-e-lesbico-na-america-latina/>>, acesso em: 03 set. 2020

mos destacar a mais importante delas que foi a exclusão, extinção e eliminação patrocinada pela repressão de uma considerável parcela, ou em alguns países, da maioria das lideranças políticas de esquerda, nas quais podemos incluir nesse escopo progressistas, sindicais, estudantis, intelectuais, comunistas, entre outros.

Uma significativa parcela das pessoas que se salvaram ou sobreviveram à repressão imposta nesses países nunca mais passaram a viver e a desfrutar a vida como era antes. Suas vidas foram mudadas para sempre, pessoas tiveram cargos profissionais e carreiras totalmente comprometidas, vocações abandonadas, a questão do exílio que por mais que fosse um plano temporário, passou a ser definitivo.¹⁰

Muitas pessoas, em anos posteriores, faleceram em decorrência dos sofrimentos ocorridos durante o tempo ditatorial. De acordo com Simone Rodrigues Pinto¹¹ no regime nazista o extermínio foi um genocídio em massa e de caráter generalizado. Nos países da América Latina foi de um sistema diferenciado e seletivo, com práticas brutais e com requintes de crueldades.

Como exemplo dessa mortandade, podemos citar cem mil mortos e cinquenta mil desaparecidos na Guatemala na década de 1980, aproximadamente trinta mil desaparecidos na Argentina na segunda metade da década de 1970 e um acervo de horrores que parecia não ter fim. Com a “era das ditaduras”, a América Latina nunca mais voltaria a ser a mesma.¹²

Nas décadas de 1960 e 1970 houve uma gradativa concentração mobilizadora de movimentos sociais na América Latina que por um viés político reivindicaram e solicitaram o direito de voto ampliado e de uma democracia mais eficiente. No que diz respeito a economia, requeriam melhor distribuição de terra e direitos trabalhistas, entre outras demandas de caráter social.¹³

Nesse contexto, é importante ressaltar que o resultado da Revolução Cubana ocorrida no ano de 1959 se tornou uma posição de desta-

10 Ibidem

11 PINTO, Simone Rodrigues. **Direito à Memória e à Verdade:** Comissões De Verdade Na América Latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

12 Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 4 (jul. / dez. 2010). – Brasília: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2011revistaanistia04.pdf>>, Acesso em: 03 set. 2021.

13 Movimentos Sociais por Emilio Taddei, José Seoane e Clara Algranati - Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos_sociais_na_contemporaneidade.pdf> Acesso em: 03 set. 2021.

que no Continente. Contrário ao governo de Fulgêncio Batista, apoiado pelos Estados Unidos, a luta perdurou por mais de três anos. Grupos subalternos da sociedade em Cuba uniram forças ao movimento que, ao ingressar ao poder, propôs muitas reformas que mudaram consideravelmente o patamar de distribuição da riqueza na sociedade caribenha.

Se olharmos por meio de um ângulo mais amplo, em nível mundial que seja da descolonização, a Revolução Cubana dava mostras que também na América Latina era possível ocorrer mudanças sociais.

Nesse sentido, Ricardo Antônio Souza Mendes¹⁴ nos diz que, com início em 1964 se expandiu em grande parte da América Latina o crescimento de ditaduras que apadrinharam ou aderiram à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), uma forma de se referir a situação ou ao momento até então vivenciado. Países sul-americanos como o Paraguai (1954), a Argentina (1966 e novamente em 1976), Chile (1973) e Uruguai (1976) deram prosseguimento ao caso brasileiro.

Em contrapartida, a quase maioria dos países da região, exceto o México e a Venezuela, foram sujeitados a regimes de caráter ambíguo, com práticas autoritárias, contudo, sem um caráter ditatorial. Em todos esses países os militares tomaram a frente uma coalizão formada também por membros ligados à sociedade civil e apoiados por partidos políticos de direitas no Brasil,¹⁵ Argentina¹⁶, Chile¹⁷ e Uruguai.¹⁸

A implantação da ditadura de Segurança Nacional no Brasil se concretizou em 1968, com sua organização estrutural se estabelecendo após o movimento civil-militar ter colocado os militares no poder em 1964. Mas desde o começo, a repressão era excessiva no país e de forma contínua, da tortura enquanto instrumento das atividades de inteligência e segurança.¹⁹

14 MENDES, Ricardo Antônio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez 2013. p. 08.

15 MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1964-1965)*. Tese (doutorado em História Moderna e Contemporânea). Universidade Federal Fluminense, Doutorado em História Moderna e Contemporânea Niteroi, 2003.

16 SURIANO, Juan. **Introducion: una Argentina diferente**. In: SURIANO, Juan. (Org.) *Nueva historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005, p. 15

17 YOCELEVSKY, *apud* MENDES, 2013, p.08.

18 PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. **A ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1984)**. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 54.

19 FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da**

Fora suscitado uma limpeza refinada no que diz respeito a vida política, houve crescimento de cassações e perseguições políticas, resultando-se numa centralização do poder nas mãos do executivo, com esvaziamento do legislativo e judiciário. A implantação da Lei de Segurança Nacional significou a efetiva implementação da DSN no Brasil, autorizando a intervenção do governo em “qualquer nível de atividade social se julgasse que a segurança nacional havia sido violada”.²⁰ A partir daí, ampliou-se o número de pessoas que seriam enquadradas como opositores do regime.²¹ A tortura se tornou um recurso de controle social, “um poderoso instrumento, ainda que degradante para seus usuários, para subjugar a sociedade”.²²

No Chile, os militares se apossaram do poder com grande ajuda da elite política e empresarial civil, com a queda de Salvador Allende no fatídico onze de setembro de 1973. Dois anos mais tarde, começou o processo de distanciamento das elites político empresariais da estrutura de poder.²³ O Estado caracterizou-se cada vez mais por se tornar militarizado. Todas as áreas administrativas foram ocupadas por membros das forças armadas e policiais como, por exemplo: governos de províncias, prefeituras, postos de chefia das diversas empresas nacionais e até mesmo os presidentes de associação de bairros.

No ano de 1977, partidos políticos em sua grande maioria foram dissolvidos. O que ficou fora do poder de alcance dos militares foi o comando da economia, destinado aos seguidores da Escola de Chicago.²⁴ A repressão aos opositores no Chile alcançou índices de depuração política, não vistos na América Latina até então. Milhares de vítimas, incluindo cerca de dois mil membros das próprias Forças Armadas foram eliminados.²⁵ Cerca de um por cento da população chilena foi detida somente no primeiro ano do novo governo.

repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.181.

20 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 219.

21 MORAES, *apud* MENDES, 2013, p.09.

22 SKIDMORE, Thomas. *Ibidem*, p.181.

23 Martins, José Renato Vieira. Chile / José Renato Vieira Martins. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 476 p.: il.; 19 cm. – (Nossa América Nuestra). Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/chilenossamericanuestra.pdf>> Acesso em: 07 set. 2022.

24 *Idem*

25 ROUQUIÉ, *apud* MENDES, 2013, p.09.

No Uruguai a repressão ditatorial se iniciou durante o governo civil do colorado Pacheco Areco, em 1968, e acabou por completar-se cinco anos depois na Presidência de Juan Maria Borbaderry. Oposto ao caso chileno, o principal recurso para impor medo a oposição não foi a eliminação física, mas a forma de tortura de encarceramento massivo e o sequestro realizado por membros das Forças Armadas, gerando o que Enrique Padrós²⁶ denomina por “pedagogia do medo”.

Segundo Rouquié, ao longo do regime de DSN no Uruguai foram feitos cerca de cinco mil prisioneiros políticos, quinze mil cidadãos perderam seus direitos, cerca de sessenta mil pessoas passaram pelas prisões. Desse total, apenas dois por cento não foi submetida à tortura. Os militares uruguaiois lançaram-se no controle completo do poder após a destituição de Borbaderry em 1976, iniciando um processo de ato-institucionalização do regime. O conselho de ministros era civil, mas os militares passaram a ocupar todos os espaços, com a transformação dos “serviços públicos em casernas”.²⁷

Já na Argentina, mais de duzentas mil pessoas exilaram-se fugindo do regime estabelecido após a ascensão ao poder do General Videla, que inaugurou o rodízio de juntas militares no poder em 1976. Os números oficiais, segundo informações da *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), apresentam a existência de cerca de nove mil mortos e desaparecidos, mas cogita-se, a partir de números apresentados pelas organizações dos direitos humanos, algo em torno de trinta mil pessoas.²⁸ Cerca de trezentos e sessenta campos de tortura estiveram em funcionamento entre 1976 e 1983.²⁹

O Regime de Segurança Nacional na Argentina apresentou um caso tragicamente inovador: o confisco de crianças, cujos pais “foram desaparecidos” ou presos. Também nesse país, os militares espalharam-se pelos principais órgãos da administração do Estado. O papel de destaque das Forças Armadas nessas ditaduras coloca em relevância a importância do conjunto de ideias que norteou o seu controle político, a DSN.

26 PADRÓS, *apud* ibidem, p.10.

27 ROUQUIÉ, *apud* MENDES, 2013, p.10.

28 ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006 p. 199.

29 MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional** – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06 - 38, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180305102013006/2835>> Acesso em: 07 de set. 2020.

Em 1968, a Europa, Estados Unidos e América Latina atravessaram momentos demarcados por revoluções culturais nos quais os questionamentos como gênero, sexualidade e identidade se apresentaram ao público. O movimento gay no continente americano teve seu início nos Estados Unidos.³⁰

A rebelião de *Stonewall*, ocorrida em 1969, na cidade de Nova Iorque, foi o início de uma longa luta que se estende até os dias atuais e fez com que se iniciasse um movimento político e social que inspirou movimentos em toda a América Latina.

Ainda não sabemos a história completa sobre a fundação dos primeiros grupos politizados de homossexuais na América Latina, mas parece que a maioria dos grupos que surgiram no início dos anos de 1970 e 1980, tiveram entre seus fundadores e líderes, membros de partidos comunistas ou de seus grupos dissidentes, ou ainda, provenientes de outras formações esquerdistas.³¹

Ainda que a esquerda nestes anos não os representasse, pois em sua gênese estavam arraigados aos preconceitos construídos em nome de uma fé ou de uma pseudo moral. Em novembro de 1969 foi fundado em Buenos Aires, Argentina, o grupo gay *Nuestro Mundo*. A criação desse grupo foi importante e, em 1971 foi criada a Frente de Liberación Homossexual de la Argentina (FLH) com a coalizão de quatro grupos diferentes que dissolveu-se em 1976, devido à forte repressão que sofreram no governo de Isabel Perón.³² No México em 1978, foi criado a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR).

No Brasil, tivemos outras publicações para além do jornal *Lampião da Esquina* voltadas ao público gay, chamado de *Snob* (1963-1969) que foi idealizado e produzido por Agildo Guimarães e serviu de inspiração a outros jornais, criando a imprensa gay. Essa publicação foi voltada para encontros sociais dos homossexuais cariocas e de columnismo social.

Após o decreto AI-5 (1968-1978) no Brasil, o qual aumentou a repressão, sobretudo contra a imprensa, muitos outros periódicos voltados ao público gay desapareceram.³³ Já em fins da década 1970, gra-

30 GREEN, James Naylor. **A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina**. *Cadernos AEL*, Campinas, v.10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2508>> Acesso em: 14 de out. 2022.

31 Ibidem.

32 Ibidem.

33 SOARES, Anderson da Silva. *Discursos e representações do corpo durante a ditadura militar (1968-1979)*. Dissertação (mestrado em História). Natal/ Rio Grande do Norte, 2016, p.196. Dis-

dualmente abriu-se espaço para os movimentos sociais, e nasceu assim o *Lampião da Esquina* o primeiro jornal gay, e através deste jornal nasceu também o primeiro grupo social e de engajamento gay brasileiro que data de 1978.

O surgimento do *Lampião da Esquina* faz parte do inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira. O *Lampião* foi o primeiro, em nível nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar.³⁴

LAMPIÃO DA ESQUINA: origem e resistência

No que diz respeito ao periódico *Lampião da Esquina*, em se tratando de mídia impressa, percebe-se que ao longo de sua existência, a sua abrangência foi nacional. O recorte temporal compreende as publicações dos anos de 1978 a 1981, visto que também se trata de um momento de transformações dos movimentos sociais no Brasil a partir do questionamento da esquerda tradicional e da inserção de novas demandas políticas.

James Naylor Green afirma que há um elo comum entre os jornais publicados em meio à ditadura, fato intensificado quando se trata do surgimento do *Lampião da Esquina*, pois “enquanto os militares controlavam o governo, as transformações sociais e culturais que ocorriam no país iriam afetar as noções de gênero e homossexualidade”.³⁵

Durante a ditadura civil-militar brasileira, muitos veículos de comunicação foram censurados e impedidos de expressarem suas ideias, uma vez que os governos militares impuseram um regime político baseado na centralização do poder. Tratou-se, portanto, de décadas marcadas pela crueldade e ao mesmo tempo de um momento importante

ponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22118/1/AndersonDaSilva-Soares_DISSERT.pdf> Acesso em: 14 de out. 2022.

34 RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. *Impressões de identidade: Histórias e Estórias da formação da imprensa gay no Brasil*. Tese (doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 210.

35 GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n.15, 2000, p. 281. < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>> Acesso em: 14 de out. 2022.

para a história e cultura do País.

Como afirma Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso:

O Brasil passou por um período de transição do declínio da ditadura militar iniciada em 1964 com o golpe civil-militar contra o governo de João Goulart e encerrada em 21 anos depois, com o início de um novo governo democrático, com a eleição de Tancredo Neves (e a posse do vice-presidente eleito José Sarney, após a morte de Tancredo), que poderíamos mensurar temporalmente de fins dos anos 1970, com a ascensão de Figueiredo à presidência, até o fim da década seguinte, quando das primeiras eleições diretas para presidência da República, um marco na história recente do país.³⁶

Em contrapartida, surgiram jornais alternativos que adotaram uma postura crítica da sociedade. Neste cenário, surgiu o *Lampião da Esquina*, que circulou aproximadamente quatro anos no Brasil.

O jornal em questão fazia parte tanto de um movimento de resistência contra a ditadura militar quanto de um processo de “(re) afirmação homossexual, acompanhando os múltiplos processos de construção (ções) identitária(s) pelos quais este grupo passou nesse período, cujas consequências nos afetam ainda hoje”.³⁷

O primeiro número, a edição zero, que não foi comercializada, teve um caráter experimental e foi distribuída para pessoas escolhidas pelos editores do jornal:

Para tal empreitada, de seus onze idealizadores, nove se cotizaram para montar uma editora – Da Esquina – e enviaram cartas a “12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil”³⁸ para arrecadar os fundos necessários e que foram responsáveis pela publicação de seus dois primeiros números.³⁹

Na edição zero o jornal foi chamado apenas de *Lampião*, porém

36 MARIUSSO, V. H. S. G. *Da Invisibilidade ao Mercado: Movimento LGBTTT e Consumo no Brasil Contemporâneo*. Monografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana. 2012, p. 10-11.

37 SIMÕES Jr., *apud*. SILVA, Ariana Mara da. *Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015, p. 9.

38 MACRAE, *apud* NETO, Miguel Rodrigues de Sousa. 2013, p.7.

39 NETO, Miguel Rodrigues de Sousa. **Movimento Gay e Imprensa no Brasil Contemporâneo: O Lampião da Esquina (1978-1981)**. *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, p.7. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954035_ARQUIVO_Movimento-gayeimprensanoBrasilcontemporaneo-MiguelRodriguesdeSousaNeto.pdf > Acesso em: 14 de out. 2022.

já havia um jornal homônimo. Então, a partir da segunda edição, o nome foi alterado para *Lampião da Esquina*, no qual a primeira edição foi aberta ao público e lançada em abril de 1978, e a última em junho de 1981, com o total de 38 periódicos publicados, mais 3 edições extras, as quais continham matérias já divulgadas anteriormente, e não possuíam a informação do mês, apenas do ano em que foram veiculadas.

Em sua edição zero de abril de 1978, o conselho editorial escreveu em uma nota no caderno Opinião, dizendo qual era finalidade do periódico O Lampião da Esquina.

Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, em pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas “bobos da corte” - declaram-se por ledão engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas **se assumir e ser aceito** - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal. Para isso, estaremos mensalmente nas bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana.⁴⁰

O jornal teve uma circulação aproximada de 10 a 15 mil exemplares em todo o país, suas vendas eram comercializadas por meio de bancas dos jornais e assinaturas. Além disso, o conselho editorial do jornal alternativo *Lampião da Esquina* era formado por 11 intelectuais e artistas assumidamente homossexuais, a saber: Adão Costa, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino da Mata, Jean Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, e Peter Fry. Segundo Rodrigues, o “surgimento desse jornal faz parte do inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira.”⁴¹

40 Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. zero, p. 2, abril 1978.

41 RODRIGUES, *apud* MOSQUEIRA, Débora de Sousa Bueno. “Então chegamos”: represen-

A América Latina gay nas páginas de *O Lâmpião da Esquina*

Como dito anteriormente, a pesquisa nas edições do *Lâmpião da Esquina*, centraram-se em três termos a saber: América Latina, Latino-americano e Latina América. Como resultado dessa pesquisa, foram localizadas dezoito matérias correspondentes de abril de 1978 a junho de 1981. Torna-se relevante constatar a seleção de uma capa que não apareceu na busca, porém estava relacionada ao tema. Sendo assim, tabelamos dezenove matérias, conforme tabela abaixo e percebemos o período de publicações conforme dados obtidos:

ANO	1978	1979	1980	1981
MATÉRIAS	3	10	3	3

Tabela 01: índice de pesquisa de matérias

Percebe-se, ao analisarmos a tabela que o ano de 1979, foi o ciclo em que ocorreram mais edições ligadas à América Latina. Dentre as várias matérias que foram publicadas no *Lâmpião da Esquina*, temos um editorial de João Silvério Trevisan, (já conhecido pelo livro de contos *Testamento de Jônatas deixado a Davi*), de quando estava em processo de escrita um romance inspirado em suas andanças pela América Latina.

Para além dessa matéria, há outras que apresentam claramente a política dos países vizinhos como, Argentina, Chile e México, os quais estavam vivendo o mesmo clima de repressão brasileira, e seus correspondentes encontraram no *Lâmpião da Esquina* uma forma de expressar suas angústias e registrar sua história.

tações do feminino nas páginas d'O Lâmpião da Esquina (1978-1981). *Albuquerque – revista de história*. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 29. <<https://intermeio.ufms.br/index.php/AlbRHIS/article/view/2960>> Acesso em: 14 de out. 2022.



Figura 3 - Capa de *O Lampião da Esquina*,
De dezembro de 1978, com destaque a América Latina.

Acima, destaca-se, entre algumas passagens dessa longa reportagem, o foco para a capa (imagem 03) e seu interior utilizando-se de três páginas para relatar os acontecimentos latino-americanos frisados aqui. Sua capa apresenta a seguinte chamada, *Latinamérica: NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS!*

Em seu interior há cinco subtítulos, o primeiro, *Na Argentina é assim: paulada nas bonecas! Um documento do Exílio*⁴² feita por Ricardo e Héctor, com tradução de Aguinaldo Silva e traz a narrativa his-

42 Na Argentina é assim: paulada nas bonecas! Um documento do Exílio. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 5, dezembro 1978.

tórica da Frente de Libertação Homossexual (FLH), e toda a situação vista e passada por eles, que estavam no exílio na Espanha, e pelos seus pares que continuavam na capital da Argentina.

Relatos da troca de governo, com a queda de Isabel Martinez de Peron, como a polícia agia desde a década de 1930, com uma espécie de facitização, ou como não precisava ser homossexual, apenas “parecer” como um, que já ia para a delegacia, era fichado, e as penas variavam de vinte um a vinte e oito dias de reclusão. Esta pena se viu aumentada em temporadas de jogos de futebol e como funcionavam as denúncias pelos vizinhos, mesmo que as festas fossem feitas em uma casa, e aparentemente não incomodassem, se houvesse uma única reclamação, eram levados e fichados. Se alguém desconfiasse da(e) sua(eu) professor(a) e denunciasse os mesmos, perderiam seus empregos, tanto a esquerda como a direita, eram homofóbicas, advogados negavam-se a defender homossexuais. A homofobia e o moralismo imperavam. Surgiam questões sobre as diferenças das ditaduras vivenciadas nos dois países vizinhos, ao qual foi respondida da seguinte maneira:

Os companheiros de LAMPIÃO nos perguntam quais são as causas que determinam que a repressão sexual no Brasil e na Argentina se manifestem de maneiras diferente. Esta pergunta exige uma análise histórica complexa. Para começar, a origem histórica da Argentina se relaciona com a Espanha imperial dos reis católicos e com o Santo Ofício. Os índios homossexuais do Rio da Prata, na época da colônia, eram condenados a ser comidos vivos pelos cachorros. Depois da primeira guerra mundial a homossexualidade na Argentina se expandiu, cresceu: a moral tradicional – por sorte! - entrou em crise. Logo quando a crise mundial de 1929, se esgotam o espaço e as possibilidades de certos projetos econômicos - sociais, e então na classe dominante se impõe e setor mais autoritário, mais reacionário e puritano, que se caracterizou por sua fidelidade à tradição e aos “bons costumes”. Usou do “moralismo” para disciplinar e subordinar a população ao seu esquema de poder.⁴³

Na outra página, na seção Reportagem, “*Não somos turistas, somos fugitivos*”⁴⁴, a matéria de Francisco Bittencourt solicitada por um jornal de grande circulação, que na verdade gostaria de saber porque no verão do Brasil o país era invadido pelos argentinos, já que o contrá-

43 Ibidem.

44 Não somos turistas, somos fugitivos. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 6, dezembro 1978.

rio geralmente ocorria, muitos brasileiros iam até Buenos Aires, era a moda naquela década. Pois então, Bittencourt narrou alguns encontros com argentinos e brasileiros, e destacou que os argentinos que por aqui passavam, vinham por vezes de carona, e o destino principal era o Rio de Janeiro, seguido da Bahia, devido ao carnaval que já era famoso.

Além disso, um dos agentes motivadores para a invasão argentina era a boemia e lugares onde eles poderiam amar e serem amados, mesmo que por vezes passassem por mais fechados e até tinham fama de aproveitadores do jeito caloroso e acolhedor dos brasileiros. Alguns vinham e ficavam, outros voltavam de verão em verão, mas o fato era que fugiam da repressão Argentina para viverem suas histórias de amor. Não que no Brasil não houvesse repressão, mas no caso da homossexualidade era deixada em outro plano. O Comunismo era tido como o alvo a ser derrotado, em terras tupiniquins.

Seguindo para o próximo subtítulo, e indo um pouco mais longe geograficamente, aparece a chamada, *Chile: denúncias da matança*.⁴⁵ Não muito diferente da repressão argentina, essa matéria sobre a situação chilena é um artigo do chileno, Carlos Manuel, publicada na revista norte-americana “Vector”, de junho de 1974, com tradução do João Silvério Trevisan.

Nesse artigo, o autor faz um relato pessoal, no qual se percebe que a partir de outubro de 1972, tudo se desenrolou até o golpe que retirou o governo socialista de Salvador Allende pelos militares, ocasionando a sua morte, assim como de outras pessoas. Em sua memória do onze de setembro de 1973, ele narra que houve bombardeios e um toque de recolher. Ninguém deveria sair as ruas, então quem estava nas fábricas ou em qualquer lugar que estivessem trabalhando, deveriam continuar lá. Três dias após o golpe, ainda escutavam tiros e explosões. Perto da casa de Carlos Manuel, havia uma fábrica, que trabalhadores continuaram dentro delas a fim de obedecer a junta militar. Eles foram chamados para fora e fuzilados.

Cinco dias após o golpe o toque de recolher foi se tornando mais branda a fim de que as pessoas saíssem as ruas, para reabastecerem de mantimentos, porém não era seguro estar nas ruas, e militares faziam várias batidas no mesmo ônibus, embora o autor deste artigo fosse gay acreditava que nada o afetaria, já que nunca se metera com política

45 Chile: denúncias de da matança. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, dezembro 1978.

e nem com sindicatos, sua convicção logo cairia por terra, já que o novo governo baixou uma portaria, onde proibia, barbudos, cabeludos e mulheres de calça comprida, nas palavras do governo, “Tais costumes ‘marxistas’ deveriam desaparecer do Chile...”, quando as pessoas iam nas padarias de seus bairros para comprar o pão, policiais faziam batidas, se encontrassem pessoas com tais características as retiravam com truculência.

Após uma semana, não existia mais constituição e o parlamento, os membros deste que apoiavam o governo de Allende começaram a ser perseguidos, “e assim 100 anos de democracia, eram enterrados, por tempo indeterminado”. Quando Carlos Manuel buscou notícias de seus amigos, só teve notícias de pânico, morte e brutalidade. Além de alertas, que ele recebera não poderia mais flertar, nem mesmo em lugares que antes era seguro a eles, pois poderia ter sido um policial à paisana, ou seja, uma emboscada.

Houve também a repressão por determinadas literaturas marxistas, e de cunho pornográfico. Tanto terror instaurado, que fez que Carlos Manuel se desfizesse de dois terços de seus materiais, o que não foi queimado, foi guardado por um amigo da polícia. Outro cuidado que eles tinham que ter era o de não se encontrarem com mais de duas pessoas, pois poderia ser caracterizado como reunião subversiva, e algum vizinho na ânsia de querer agradecer o governo poderia denunciar, em busca de alguma simpatia, e segurança.

Muitos corpos ficaram desaparecidos, outros flutuaram pelo rio Mapocho, que cortava Santiago, e se algum parente reclamasse do desaparecimento, dizendo que seu parente não era homossexual ou marxista, os militares apenas falavam que também cometiam erros porque eram humanos. Carlos Manuel termina seu texto dizendo que:

Segundo os novos donos de poder, “a liberdade foi restaurada com a queda do regime marxista do Presidente Allende”. Na época em que deixei meu país, a Junta Militar afirmava que os únicos adversários das Forças Armadas Chilenas estavam tentando organizar guerrilhas para lutar contra o regime. Naturalmente, diziam eles, os guerrilheiros eram todos marxistas homossexuais.⁴⁶

Em *Buenos Aires: dois policiais por quarteirão*,⁴⁷ não há em espe-

46 Chile: denúncias de da matança. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, dezembro 1978.

47 Em *Buenos Aires: dois policiais por quarteirão*. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p.

cífico o nome do autor para essa reportagem, porém ela narra a extinta FLH, e diz que apenas a elite homossexual era representada por ela, ademais diz como ficou a Argentina com dois policiais por quarteirão e o quão difícil era ter encontros amorosos. Um dos representantes da FLH estava exilado no Brasil, e em uma de suas conversas, contou como estava a repressão na Argentina. E que todo “o mal homossexual” era tido como coisa de marxista / comunista, quando na verdade:

O marxismo utilizou e utiliza a homossexualidade como um instrumento para sua penetração e como aliada para seus objetivos. Mas todo mundo sabe que nos países comunistas os maricas são tratados como um verdadeiro vício social, daí marginalizados todos, exterminados e vistos exatamente como são: um grande mal. (...) Os marxistas exportam a homossexualidade mas tomam cuidado para não tê-la dentro de casa.

Em relação àqueles invertidos que já existem entre nós, propomos que sejam enfiados em campos para reeducação e trabalho forçado, de tal modo que responderão a duas necessidades de uma só vez: serão separados do resto da sociedade e compensarão o país pela perda de um homem útil.⁴⁸

Na terceira página, e última matéria do dossiê da América Latina, *México: que viva el macho*⁴⁹. É uma entrevista publicada na revista - Sucesso para todos”, nº2218, 1975 - traduzida por João Silvério Trevisan. Nela é apresentada uma entrevista com seis pessoas homossexuais, sendo três mulheres e três homens que tiveram seus nomes alterados por segurança.

Inicia-se a matéria, contando a história do México e suas práticas culturais, além de enfatizar os laços familiares e religiosos, e apresenta também a influência dos Estados Unidos no turismo e em alguns pensamentos retrógrados na questão homoafetiva. Os entrevistados responderam as seguintes questões: “Por que vocês são homossexuais? O que acham do ambiente homossexual no México? Como é que vocês procuram um parceiro? O que vocês pensam das batidas policiais contra os homossexuais?”⁵⁰

Os entrevistados ao responderem tais questões, também faziam um desabafo, do quanto era difícil se relacionar naquele país, onde os

7,8, dezembro 1978.

48 Ibidem.

49 México: que viva El Macho. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 8, dezembro 1978.

50 Ibidem.

policiais reprimiam, faziam chantagens e queriam dinheiro em troca da liberdade e do silêncio de um encontro. Além disso, desprezaram os lugares por eles frequentados, e o quão era difícil um relacionamento estável com alguém, já que a maioria, não se sabe ao certo, queriam apenas relacionamentos mais casuais. Talvez para correrem menos riscos de serem fichados na polícia.

No caderno cartas na mesa, o *Lampião da Esquina* recebeu e respondeu alguns de seus leitores. A matéria com o título *Mais Argentina*,⁵¹ trata-se de um argentino retratando a repressão sofrida em seu país e a resposta retratando a repressão em terras brasis. M.P., inicia a sua carta desculpando-se pelos seus irmãos de pátria, e justificando que já havia morado por 6 meses no Rio de Janeiro. Ele cita características do estado; lindo, ao mesmo tempo, repressor, e violento, mas destaca que na Argentina a repressão era maior, e que no Brasil os gays gozavam de mais liberdade.

Percebemos isso em sua fala:

[...] Brasil e Argentina são diferentes, muito diferentes, e a vida no Brasil é muito livre; vocês podem andar na rua com toda a liberdade, têm jornal guei, têm Cinelândia, têm a Galeria Alaska, as boates: aqui na Argentina não é igual, não tem nada; então, nós ficamos malucos com tanta repressão: e quando saímos da Argentina fazemos muitos lios... estragos.⁵²

Em seguida a resposta do *Lampião* foi uma explicação sobre a repressão usada contra os homossexuais nos dois países, suas diferenças além de um convite de amizade entre eles, e ainda uma indagação.

[...] mas não vamos esquecer a gente má e ruim que nos oprime; a luta pela liberação dos homossexuais é, atualmente uma das coisas mais bonitas que ocorrem no mundo, mais na América Latina ela é também trágica; porque aqui a repressão é tão requintada, en- contra tantas formas inovadoras de se manifestar, que provocam enganos como este seu, de achar que isso aqui é um paraíso; veja só: a vocês argentinos, a repressão simplesmente faz desaparecer; quanto a nós, ela procura um artifício legal através do qual possa nos silenciar. Qual a diferença?⁵³

Sob o título, *No México, a vez dos “jotos” e “lesbianas”*⁵⁴, o artigo

51 Mais Argentina. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 18, setembro 1979.

52 Idem.

53 Idem.

54 No México, a vez dos “jotos” e “lesbianas”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 3,

escrito por Anton Leicht, detalha o crescimento e a organização dos homossexuais no México ao mesmo tempo que relata um grande movimento em alguns países da América Latina. No ano de 1978, apenas 30 gays participaram do dia do orgulho gay, em 26 de junho. Já em 1979, cerca de 800 gays e lésbicas estiveram nas manifestações que naquele ano havia sido considerado a maior manifestação da América Latina.

Além disso, começaram a se organizar contra a repressão ou mortes sofridas pelos gays em frente as embaixadas dos respectivos países, exemplo: em frente à embaixada brasileira, fizeram um ato em defesa do grupo *Lampião da Esquina*, que havia sido fichado na sede da imprensa nacional, sob acusações “contra a moral e ao pudor público”.⁵⁵

No caderno Entrevista, com a chamada, *Uma igreja para o povo guei?*⁵⁶ Leila Miccolis inicia uma entrevista de uma página e meia, juntamente com Glauco, Pascoal e até a Rafaela Mambaba⁵⁷ passou pra “dar um show”.

No caderno Esquina, chama-se a atenção para o título: *Copenhague Chama*,⁵⁸ nele Dolores Rodriguez descreve o que ocorreu na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Década da Mulher. Organizada pela ONU, se reuniram entre 14 a 30 de julho de 1980 cerca de cinco mil mulheres, de várias regiões do mundo. Discutiram entre outros assuntos, a situação das mulheres, racismos, sexismo, saúde, educação, emprego e a questão das mulheres emigrantes refugiadas. Poucas brasileiras se fizeram presentes, apenas uma – Leila Gonzales - foi convidada oficialmente e participou com Comitê de Organização do Fórum, onde abordou a questão da mulher negra.

Nesse ínterim, houve divergências entre as mulheres quando as ocidentais questionaram a mutilação dos órgãos genitais como a extirpação do clitóris que as africanas sofriam. Por sua vez, as africanas não responderam bem aos questionamentos dizendo que cada uma deveria se preocupar com a mutilação sofrida por elas através da educação extremamente preconceituosa que recebiam. Assim, chegaram a um consenso que as africanas estavam mais organizadas que as latino-americanas.

Dezembro 1979.

55 Uma capa muitas estrelas. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3, Maio 1979.

56 Uma igreja para o povo guei?. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 12,13, Abril 1980.

57 Personagem ácido e fictício utilizado para responder seus leitores de forma irônica, audaciosa e inteligente. (grifo nosso)

58 Copenhague Chama. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3, Setembro, 1980.

Sob o subtítulo *Manifestações*, relatam em 18 de julho de 1980, as mulheres mobilizaram uma manifestação em repúdio ao Golpe de Estado na Bolívia, porém foram reprimidas pela polícia e uma chilena teve o braço quebrado, causando um mal-estar com o governo dinamarquês, e no dia 21 ocorreu uma nova mobilização, com o aval da polícia. Houve também uma participação das lésbicas do grupo SOMOS/RJ E AUÊ/RJ, através de um documento enviado por Lélia Gonzales, onde ela explica a situação dos homossexuais no Brasil. Enfim ao final da conferência chegaram ao consenso,

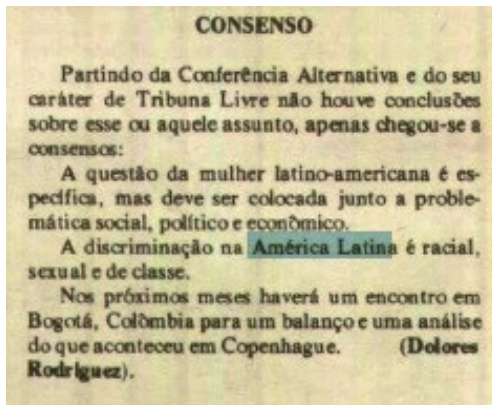


Figura 4 - Nota sobre o Consenso, publicada no *Lampião da Esquina*, Setembro, 1980, p. 10.

Esta capa do *Lampião* onde aparece a chamada afrontosa, com letras garrafais, CUBA: OS ÓRFÃOS DE SIERRA MAESTRA⁵⁹, traz Fidel Castro um importante líder socialista travestido, cantando e dançando “YO NO CREO EM MARICONES PERO QUE LOS HAY, LOS HAY!”.

59 Cuba: os órfãos de Sierra Maestra. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 33, p 1., fevereiro 1981.



Figura 5 - Capa sobre a situação homossexual de Cuba, publicada no *Lampião da Esquina*. Abril. 1981.

Cabe lembrar que em 31 de agosto de 2010, o jornal online ESTADÃO trouxe uma matéria sob o título “Fidel admite que governo perseguiu gays em Cuba”,⁶⁰ no qual ele não faz o mea-culpa, diz que não tem preconceito, nega que o Partido Comunista esteve por trás de qualquer perseguição, e disse que tinha outros problemas na época, que eram tidos como maiores que a questão homossexual.

Sendo assim é interessante lembrar que este espaço de tempo onde ocorreram tantas repressões e perseguições aos homossexuais, nenhum lado político de fato defendia os interesses que essa pauta trazia, nem a direita e nem a esquerda representava tais propensões. O próprio grupo SOMOS, já havia percebido apenas o interesse de alguns partidos estarem usando pautas das minorias, para aparelhar junto aos interesses dos partidos.

Voltando a matéria a qual está capa representava, em seu interior na página 10, encontra-se um verdadeiro dossiê sobre as perseguições

60 Fidel admite que governo perseguiu gays em Cuba. Estadão, 31 de agosto de 2010.

sofridas em Cuba pelos homossexuais, esta matéria a princípio seria publicada na revista argentina *Somos*, porém, a mesma foi impedida e fechada tornando-se inédita até abril de 1981.

Considerações Finais: fechando as páginas

O Brasil ao perpassar o golpe civil militar de 1964 viveu um período de intensa repressão (1968 até 1974) a ditadura reprimia todo ato de contestação. Somente a partir do fim de 1970 que houve manifestações, greves e registros de movimentos organizados em prol, por exemplo, a causa gay e isso em virtude do enfraquecimento na ascensão militar, portanto, fora um processo de redemocratização e abertura política inclusive no que diz respeito a comunicação e a opinião pública.

É nesse contexto que surge, por exemplo, da imprensa escrita o jornal *O Lâmpião da Esquina*, circulado nacionalmente entre os anos de 1978 até 1981 como a primeira publicação direcionada ao público homossexual, uma vez que a população organizada por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros sofria tratamentos discrepantes na sociedade brasileira, marcados, sobretudo, pela violência. Ciente que essa visão faz parte de um processo histórico e ainda se vincula ao presente, a intenção desse trabalho escrito foi compreender como os Gays na América Latina nas páginas do *Lâmpião da Esquina* foram mostrados no editorial.

Constatou-se pela pesquisa que o tabloide representara um segmento que não possuía espaço na sociedade brasileira, mostrando-se como uma fonte importante para a construção de uma identidade nacional pluralista, observou-se que o jornal inicialmente estava mais preocupado em retirar os homossexuais do estado da marginalidade.

Confirmou-se, com base nas investigações e estudos das matérias selecionadas no *Lâmpião da Esquina*, que o jornal mantinha um diálogo coerente com grupos de outros países, desse modo, um movimento fortalecia o outro. Com sarcasmo e ironia o jornal alternativo despertou a atenção do governo. Tal afirmação pode ser destacada e fica evidenciada na manifestação do grupo FHAR no México em frente à embaixada brasileira⁶¹, contra a repressão sofrida pelos autores do Jornal, os quais

61 Idem 26.

foram fichados na polícia e repreendidos pelos conteúdos publicados⁶².

Em contrapartida o *Lampião* traduzia matérias produzidas em outros países, por vezes comparando as repressões sofridas pelo público homossexual e, também pelas mulheres e negros, de fato seu principal interesse era dar a voz aos homossexuais, e acabou por ser um importante porta voz de outras minorias brasileiras e da América Latina.

62 Idem 27.

O PROJETO EDUCACIONAL DA ITAIPU BINACIONAL PARA A MARGEM DIREITA PARAGUAIA (1974-1985)¹

*Denise Kloeckner Sbardelotto
André Paulo Castanha*

Introdução

Este capítulo tem por objetivo analisar o “Projeto Educacional da Itaipu Binacional para a Margem Direita Paraguaia²”, durante o período de construção da Usina Hidrelétrica, entre 1974 e 1985. O recorte histórico tem por justificativa a data da criação oficial da entidade e o término da construção civil da Usina, bem como mudanças na gestão da Itaipu Binacional.

Itaipu era prioridade para o governo paraguaio. A infraestrutura das Vilas e Áreas Habitacionais, de ambas as margens³, continha todo o

1 Este texto é resultante do Pós-Doutoramento realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – Paraná, supervisionado pelo professor Dr. André Paulo Castanha. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Artigo originalmente publicado na Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-20, e2217852, 2022. Doi: 10.5212/Emancipacao.v22.2217852.008

2 Levando em consideração a posição geográfica da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Paraguai está situado à “margem direita do Rio Paraná” e o Brasil à “margem esquerda do Rio Paraná”.

3 As análises realizadas sobre a margem direita paraguaia tiveram como ponto de partida a tese de doutoramento, intitulada “O Projeto Educacional da Itaipu Binacional (1974-1985): uma educa-

aparato necessário para dar condições à execução do rígido cronograma da obra, de modo que não sofresse atraso e que a Usina atendesse a demanda prevista por energia. Havia, portanto, íntima relação entre a infraestrutura física e social proporcionada por Itaipu aos trabalhadores e a preocupação com a “harmonia social e produtividade”.

A margem direita paraguaia recebeu uma infraestrutura muito similar à margem esquerda brasileira. Sob gestão da entidade, no Paraguai, essa infraestrutura foi organizada pelo “Consortio de Empresas Constructoras Paraguayas S.A. – CONEMPA”, mas com interferência direta do consórcio brasileiro “União de Construtoras – UNICON”. Através dessa infraestrutura, foram viabilizadas ações de educação formal e não formal⁴, com a oferta de educação técnica, básica e cultural/lazer aos trabalhadores paraguaios e seus dependentes.

Sob pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, as análises desta pesquisa estiveram amparadas em obras de Karl Marx, David Harvey, Eric Hobsbawn e Antonio Gramsci, atribuindo centralidade nas categorias “ideologia” e “hegemonia”. O método permite o estudo do concreto, da materialidade histórica e possibilita apreender as múltiplas determinações da realidade. Pelo estudo histórico, entendemos que um fato não pode ser compreendido somente a partir de seu estado atual, mas é necessário verificar os condicionamentos ao longo do processo. Partindo do pressuposto dialético, entendemos que a realidade resulta do movimento de constantes contradições e que o movimento da história sofre interferências do homem e este da história⁵. Gramsci leva-nos à ampliação do conceito marxista de Estado e estabelece uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, pressupondo a existência de fenômenos superestruturais necessários à estrutura. Assim, elevou o conceito de superestrutura desenvolvido por Marx e diferenciou-se deste quando considerou as relações ideológicas e culturais como tão importantes quanto as relações de produção. Assim, o Estado tem um caráter formativo: “[...] o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o

ção para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora” (2014), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

4 GOHN, M. da. G. Educação não-formal na pedagogia social. *Anais 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Març./2006.

5 MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. SP: Hucitec, 1986.

consentimento ativo dos governados.”⁶

A pesquisa se utilizou de instrumentos de investigação bibliográficos, documentais e fontes orais (entrevistas semiestruturadas). A análise bibliográfica foi realizada a partir de livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso e artigos publicados, disponíveis na forma impressa em bibliotecas ou em sítios de buscas e de Programas de Pós-Graduação do Brasil, Paraguai e Argentina. A análise documental foi realizada a partir de fontes primárias e secundárias coletadas na margem esquerda e direita da Usina Hidrelétrica de Itaipu, do tipo: fontes escritas (manuscritas e impressas) e fontes imateriais (fontes orais e iconográficas)⁷. Quando situadas no corpo do texto, optamos por apresentar o grande número de referências em espanhol “entre aspas”.

Inicialmente, analisamos os aspectos sociais, históricos e políticos da ditadura Stroessner (1954-1989) e a influência nas negociações para criação da Itaipu Binacional. Na sequência, apresentamos uma caracterização das cidades da área de influência de Itaipu e suas Áreas Habitacionais. Por último, analisamos como foi ofertada a educação não formal e formal nas Áreas e Canteiro de Obras, enquanto Projeto Educacional da entidade para os paraguaios e seus dependentes.

1. Ditadura Stroessner e Itaipu binacional: tratados, “política pendular” e repressão

Alfredo Stroessner governou o Paraguai durante um período de Guerra Fria (1945-1991) - chamada por Hobsbawm (1995) de “Era de Ouro” -, contexto em que a influência norte-americana nos países da América Latina exigia a expulsão da “ameaça comunista”. Segundo Hobsbawm, sob este pretexto e a necessidade de manter a economia de monopólios, superpotências associadas às oligarquias financeiras locais apoiaram diversos governos antidemocráticos na América Latina: “A política de golpes militares foi, portanto, produto da nova era de governo incerto ou ilegítimo.”⁸

6 GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8.ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 87.

7 CARDOSO, C. F. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1981.

8 HOBBSAWM, E. J. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. SP: Companhia das Letras, 1995. p. 341.

Em maio de 1954, sob a justificativa desta “ameaça” sobre o governo civil, houve um momento político importante para o Paraguai, que iria definir sua história pelos próximos trinta e cinco anos: o golpe de Estado que retirou do poder Federico Chávez e instalou um governo civil-militar, sob o comando do General Alfredo Stroessner (1912-2006). A partir deste momento, o Paraguai estava sob a égide dos interesses norte-americanos, bem como sob a influência desempenhada pelo Brasil na América Latina. Conforme afirma Nickson⁹:

El régimen de Stroessner descansó en cinco mecanismos cruciales que le permitieron mantenerse en el poder durante tanto tiempo: una fachada democrática, un sistema de represión eficaz, la corrupción institucionalizada, el uso de la ideología nacionalista, y el apoyo del gobierno de los Estados Unidos.

A “fachada democrática” era mantida por um sistema parlamentar submisso, partidos políticos domesticados e eleições fraudulentas a cada cinco anos, que legitimavam Stroessner no poder. A ideia de democracia era difundida com frequência nos discursos oficiais, que também reforçavam a pretensão de legalidade constitucional de todos os atos arbitrários do governo. O sistema de repressão eficaz foi articulado dentro das próprias instituições oficiais e formais do Estado Nacional, diferentemente de outros países da América Latina, onde foram instaladas polícias paralelas e instrumentos clandestinos de informações e torturas.¹⁰

A corrupção institucionalizada foi fundamental para manutenção do regime Stroessner por tantos anos. Era o “el precio de la paz” como dizia o ditador¹¹. Diversas benesses foram concedidas à oficiais, políticos, gerais, empresariado e elite agrária, na compra da lealdade ao regime. Essas benesses incluíam o uso de recursos e bens públicos para interesses comerciais privados, concessão de cargos estratégicos no serviço público e do controle do contrabando e tráfico de cigarros, bebidas, drogas e armas, subornos e propinas em acordos nacionais e internacionais – tais como o acordo firmado para construção de Itaipu

9 NICKSON, R. A. *El regimen de Stroessner (1954-1989)*. University of Birmingham. Birmingham/UK. Select Works, 2010. Disponível em: https://works.bepress.com/andrew_nickson/14/ Acesso em: 15/04/2017. P. 16.

10 NICKSON, R. A. *El regimen de Stroessner (1954-1989)*. University of Birmingham. Birmingham/UK. Select Works, 2010. Disponível em: https://works.bepress.com/andrew_nickson/14/ Acesso em: 15/04/2017.

11 Ibidem.

–, e concessões de terra e bens públicos por preços simbólicos a particulares, às Forças Armadas e ao Partido Colorado¹². Portanto, sustentado pelo setor militarista do Partido Colorado e pelas Forças Armadas, a ditadura Stroessner foi a mais longa de todas as da América Latina e significou para o Paraguai uma gestão autocrática, déspota e corrupta, ancorada no culto à personalidade do ditador.¹³

A ditadura civil-militar de Stroessner, até meados da década de 1970, não oportunizou significativo crescimento econômico e industrial ao Paraguai. Ainda era um período marcado pela expansão da colonização das terras férteis por estrangeiros, sobretudo, brasileiros. Embora não tenha significado um desenvolvimento efetivo da industrialização no país, o cenário de estagnação econômica começou a se alterar quando o Paraguai iniciou a parceria com o Brasil para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, pelos termos do “Tratado de Itaipu”. No próximo tópico, apresentaremos o contexto em que este tratado foi firmado e as expectativas em torno da criação de um parque industrial paraguaio.

1.1 “Política pendular” do Paraguai, os Tratados e a cota de energia elétrica

No início do governo Stroessner o Paraguai mantinha uma economia primitiva, extrativa e predominantemente exportadora de matérias primas sem beneficiamento (algodão, madeira, carne, tabaco e erva-mate), calcada em latifúndios e minas cativas de petróleo – sob escolta de bases militares norte-americanas –, e marcado por frágeis políticas públicas e altos índices de miséria das classes trabalhadoras¹⁴. Para Pereira¹⁵, investir em produção de energia elétrica não era necessidade de um país de pouca manufatura e desinteressado na industrialização. Porém, ao Brasil e à Argentina, a demanda prevista por energia era

12 Ibidem.

13 ELÍAS, R.; CHAPARRO, E. S. *La educación en tiempos de Stroessner*. s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/95001398/La-educacion-en-tiempos-de-Stroessner> Acesso em: 20/04/2017.

14 LAMBERTI, E. *Regulação e Reprodução do Sistema Socioeconômico*: análise da trajetória do desenvolvimento do Paraguai. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

15 PEREIRA, O. D. *Itaipu, prós e contras*: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1974.

crescente. O processo de reestruturação capitalista, baseada na globalização e internacionalização da economia foi iniciado durante a década de 1960 entre os países capitalistas adiantados e acelerou-se durante a década de 1970, mesmo em contexto de crise:

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma “nova divisão internacional do trabalho”, ou seja, uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo. [...] Também se deveu aos esforços deliberados de governos do Terceiro Mundo para industrializarem-se, conquistando mercados de exportação, se necessário (mas preferentemente não) à custa da velha proteção de mercados internos.¹⁶

Diante da pressão argentina e brasileira sobre o Paraguai por aliança, Stroessner permaneceu numa postura “pendular”: “Os paraguaios, depois de anos de subordinação e isolamento, estavam usando a chamada diplomacia pendular entre seus dois importantes vizinhos na tentativa de obter vantagens de ambos.”¹⁷ Ao assumir essa política, Stroessner diminuiu as relações com a Argentina e aproximou os interesses paraguaios dos brasileiros. Embora não rompesse com a Argentina, neste período, a política externa do Paraguai pendia mais para o Brasil, na “[...] retomada de entendimentos *pragmáticos* visando à cooperação.”¹⁸ O Paraguai via-se pressionado a se inserir na divisão internacional do trabalho, adequando-se ou não representando resistência aos projetos imperialistas para os países de Terceiro Mundo. Além disso, o interesse do Paraguai era de se tornar um exportador de energia elétrica.¹⁹ Conforme Menezes: “É também medianamente claro que uma boa parte do futuro econômico paraguaio, de uma ou de outra maneira, está ligado ao Brasil através de fatores como Itaipu [...]”²⁰

16 HOBBSAWM, E. J. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. SP: Companhia das Letras, 1995. p. 354

17 MENEZES, A. da M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980)*. Campinas/SP: Papirus, 1987. P. 111.

18 SILVA, R. A. A. Brasil – Paraguai. *Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973*. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNB, Brasília/DF, 2006. p. 11, destaque do autor.

19 MAZZAROLLO, J. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo/SP: Loyola, 2003.

20 MENEZES, A. da M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980)*. Campinas/SP: Papirus, 1987. P. 15.

Porém, essa aproximação entre os dois países passaria por muitos conflitos diplomáticos até se concretizar no Projeto Itaipu. As ideias do engenheiro Marcondes Ferraz para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná desencadearam conflitos entre o governo Stroessner e Goulart. Por oposição ao projeto, o governo Stroessner fez campanha de hostilidade ao que chamavam de “imperialismo” ou “expansionismo brasileiro”.²¹ O Brasil manifestava intenção de dividir por igual com o Paraguai os direitos sobre a hidrelétrica, e chegou-se, por hora, a um entendimento diplomático. Em 22/06/1966, foi assinada no Hotel Aca-ray, em “Ciudad Presidente Stroessner”, a “Ata de Iguaçu” (ou “Ata das Cataratas”), pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Juracy Magalhães, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raul Sapena Pastor, na vigência dos governos Castelo Branco e Stroessner. Essa Declaração Conjunta, manifestava a disposição de ambos em estudar o possível aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná no trecho fronteiro de 190 km entre Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu, pertencentes em condomínio aos dois países, bem como dividir os resultados energéticos deste aproveitamento. Mas, em posição privilegiada nas negociações, o Brasil impôs suas condições ao Paraguai

Os estudos voltados ao levantamento das condições para a realização da obra foram desenvolvidos até 1973. Menos de uma década mais tarde, à revelia das reivindicações argentinas – que também pretendia a construção de Usinas em parceria com o Paraguai –, foi firmado em Brasília, aos vinte e seis de abril de 1973, pelos presidentes Médici e Stroessner, o “Tratado de Itaipu”, acordo oficial entre Brasil e Paraguai para aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Em 1974 foi criada a entidade Itaipu Binacional, que ficou responsável pela execução da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras tiveram início neste mesmo ano, na fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Paraguai (Hernandarias). As obras de construção da Usina de Itaipu iniciaram em 1974, durante o governo Geisel, com o levantamento do Canteiro de Obras, acampamento pioneiro, primeiras edificações e estradas de acesso. Neste mesmo ano a entidade Itaipu Binacional foi constituída, com sedes em Brasília – BR e Assunção – PY.²²

21 PEREIRA, O. D. *Itaipu, prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1974.
22 SILVA, J. da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)*. (Mestrado em História). PUC/SP, 2010.

Pereira²³ e Caubet²⁴ concordam ser o “Tratado de Itaipu” o resultado da grande habilidade diplomática do governo paraguaio, que conseguiu angariar vantagens da conflituosa negociação entre os três países em torno do Projeto Itaipu. Para Pereira²⁵, a negligência da Argentina em relação aos projetos das Usinas de Corpus e Yaciretá-Apipê, “[...] estimulava, com tal omissão, o Paraguai a apegar-se a quem lhe propunha melhores oportunidades.” No bojo da “cordialidade dos quilowatts”, a maior delas era a imposição do direito sobre metade da Usina, enquanto o Brasil assumia a quase totalidade dos encargos. Entretanto, a opção do governo paraguaio pelo acordo com o Brasil, entendida como um “otimismo entreguista” por Schilling e Canese²⁶, não resultou apenas em vantagens ao país guarani. Ao fixar um preço em dólar inferior pela energia paraguaia e obrigar o país a vender sua parcela de energia exclusivamente ao Brasil até 2023, o Tratado de Itaipu pode ser entendido como um acordo colonialista em detrimento dos interesses paraguaios. A partir dele, o desenvolvimento paraguaio estaria atrelado e dependente da economia brasileira: “Ao proporcionar ao Brasil meios para que consolidasse sua supremacia sobre a Argentina, o governo paraguaio reforçou sua própria situação de dependência com relação ao Brasil.”²⁷ Outra crítica ao acordo Brasil e Paraguai em torno do “Tratado de Itaipu” é que este representou um dos principais meios de corrupção das ditaduras brasileira e paraguaia. No Paraguai, envolvia políticos, militares, pessoas e empresas ligadas à CONEMPA, que gerenciou as obras de construção civil da margem direita. Segundo Schilling e Canese²⁸, as empresas triplicaram o custo da mão de obra: “A maioria dos bens e serviços foram fornecidos a preços unitários superiores aos vigentes no mercado, pelo mecanismo de adjudicação direta, contrário às leis brasileiras e paraguaias.”

23 PEREIRA, O. D. *Itaipu, prós e contras*: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1974.

24 CAUBET, C. *As grandes manobras de Itaipu*: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo/SP: Acadêmica, 1989.

25 PEREIRA, O. D. *Itaipu, prós e contras*: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1974. P. 149.

26 SCHILLING, P. R., CANESE, R. *Itaipu*: geopolítica e corrupção. São Paulo/SP: CEDI, 1991.

27 SCHILLING, 1981 *apud* SILVA, R. A. A. *Brasil – Paraguai*. Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973. Um estudo de caso sobre o papel de Strossner e a importância de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNB, Brasília/DF, 2006. P. 80.

28 SCHILLING, P. R., CANESE, R. *Itaipu*: geopolítica e corrupção. São Paulo/SP: CEDI, 1991. P. 10.

Com o início da geração de energia por Itaipu e o interesse do parque industrial brasileiro em consumir o que seria gerado, o Paraguai submeteu quase a totalidade de sua cota ao Brasil, o que já estava previsto no “Tratado de Itaipu”. Desta forma, a despeito da opinião pública e os anseios pelo desenvolvimento de um parque industrial, o Paraguai manteve sua estratégia de exportar energia elétrica para os países vizinhos e a submissão aos interesses brasileiros, que ocupava papel de liderança na América Latina – sob a égide norte-americana. A vantagem desta dinâmica foi não alterar a tradicional estrutura econômica latifundiária paraguaia e, ao mesmo tempo, gerar rendimentos econômicos sem que fosse necessários altos investimentos em infraestrutura industrial. Como o conteúdo do Tratado de Itaipu se materializou na fronteira Brasil-Paraguai, mostraremos brevemente a seguir.

2. Cidades e áreas de influência de Itaipu no Paraguai

A região conhecida como tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina situa-se na confluência entre os rios Paraná e Iguaçu, que delimita os três países, e faz parte do “Departamento del Alto Paraná”. Os núcleos urbanos formados nesta região são: Foz do Iguaçu (Brasil); Cidade de Leste, Porto Franco, Minga Guazú e Hernandárias (Paraguai); e Porto Iguaçu (Argentina). O principal meio de ligação entre elas é a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu à “Ciudad del Este”, e a Ponte Tancredo Neves (também chamada de Ponte da Fraternidade), ligando Foz do Iguaçu a “Puerto Iguaçu”.²⁹ A Itaipu Binacional pretendia intervir na região brasileira e paraguaia aproveitando, sempre que possível, a infraestrutura já existente nas cidades nas quais seriam construídas as Áreas Habitacionais.

O desenvolvimento do “Departamento del Alto Paraná” estava sendo articulado em diversas frentes pelo governo de Stroessner. A intenção de inserir esta região de fronteira e historicamente estratégica no contexto produtivo nacional seria, ao mesmo tempo, integrar o Paraguai ao mercado externo, aprofundando as relações comerciais e

29 SOUZA, A. A. de. *Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguaçu: cidade e conjuntos habitacionais da Usina Hidrelétrica*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PUC/Campinas, 2011.

políticas internacionais com os países vizinhos. A construção da Usina de Itaipu teve papel fundamental neste processo. A partir da década de 1970, a urbanização e o aumento populacional da região foram muito expressivos. Este aumento estava localizado, sobretudo, nas cidades que fizeram parte da área de influência de Itaipu: “En cambio, entre 1977 y 1982 vinieron al departamento 52.220 habitantes, de los cuales, la mitad se radicó en áreas urbanas; de este total, 22.730 migrantes vinieron del extranjero.”³⁰

Segundo dados compilados do sítio eletrônico da “Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC”, a população do “Departamento del Alto Paraná” cresceu 125,31% entre os anos de 1972 e 1982, passando de 199.644 para 406.584 habitantes. O percentual é muito expressivo, tomando em conta o crescimento dos demais Departamentos do Paraguai e da capital Assunção, que cresceu, neste mesmo período, apenas 16,94% em termos populacionais.³¹ “Ciudad del Este”, capital do Departamento e sede dos serviços urbanos, passou a ter ainda mais relevância a partir da década de 1970, não apenas pela construção da Usina, mas pela intensificação do comércio na fronteira.

Para viabilizar a permanência de trabalhadores e suas famílias durante a construção da Usina, foram construídas três Vilas Habitacionais no Brasil, com aproximadamente 9.000 moradias, e oito no Paraguai, com cerca de 4.290 moradias, além dos alojamentos do Canteiro de Obras de ambas as margens.³² A área de influência de Itaipu se constituía num espaço independente dos municípios de “Ciudad Presidente Strossner”, “Puerto Presidente Franco”, “Hermandárias” e “Minga Guazú”. A infraestrutura das Vilas e Áreas Habitacionais de Itaipu ocupavam ao todo 1.265 hectares³³ e, em ambos os países, formavam verdadeiras “cidades à parte” das cidades próximas, com serviços exclusivos disponibilizados por Itaipu.

Estes espaços possuíam estrutura hierarquizada e planejada para manter os trabalhadores segregados e diferenciados por seus níveis fun-

30 BÁEZ, G. N. de. *Reseña Histórica del Alto Paraná*. Ciudad del Este/PY: Papyru's, 2003. P. 338.

31 DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/> Acesso em: 20/05/2017.

32 THEMAG, Engenharia e Gerenciamento Ltda. *Relatório*. 1982. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

33 SOUZA, A. A. de. *Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguazu: cidade e conjuntos habitacionais da Usina Hidrelétrica*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PUC/Campinas, 2011.

cionais/frações de classe. Eram estratégias de controle e manutenção da hierarquia presente e base de sustentação da entidade e seus consórcios. No Paraguai, foram construídas Áreas Habitacionais numeradas de 1 a 8³⁴: “Área 1”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, de alto padrão e destinada aos trabalhadores de nível superior (engenheiros, administradores e funcionários de altos cargos); “Áreas 2, 3 e 4”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, destinadas aos trabalhadores de nível técnico, assim como a “Área 5”, na cidade de “Puerto Presidente Franco”, “Área 7”, em “Minga Guazú”; “Área 6”, em Hernandárias, com o intuito de abrigar os trabalhadores de baixo nível funcional (operários); e “Área 8”, em “Ciudad Presidente Stroessner” e destinada a atender trabalhadores de nível funcional superior e técnico.³⁵ As áreas medianas destinadas aos trabalhadores técnicos receberam boa infraestrutura (moradias, clube, escola, asfaltamento, esgoto, administração etc.), enquanto nas áreas destinadas aos trabalhadores operários, a infraestrutura era mais precária e alguns serviços não eram ofertados. As áreas que abrigaram os trabalhadores dos mais altos cargos receberam excelentes infraestruturas e ainda utilizavam parte dos serviços das outras áreas.

A mesma dinâmica ocorria no interior do Canteiro de Obras, onde existiam alojamentos, refeitórios e espaços de lazer diferenciados para cada público. Assim, tanto no Brasil, quanto no Paraguai havia basicamente três categorias de espaços habitacionais: superiores (engenheiros e administradores), intermediárias (técnicos) e inferior (operários). Esta infraestrutura estava prevista desde o início das obras civis, pois era necessário pensar no tempo livre do alto número de barrageiros previstos para residiriam nos alojamentos, solteiros ou sem suas famílias e, portanto, sob alta pressão física e psicológica. Apenas na margem direita paraguaia, no auge da obra, foram contratados mais de 20.000 trabalhadores. Em 1981, a CONEMPA alojava 1600 trabalhadores no Canteiro de Obras da margem direita, e a UNICON 5200 na margem esquerda.³⁶

34 Eram chamadas de Área Habitacional 9 o bairro de “Remansito”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, e de Área Habitacional 10 o bairro de “San Francisco”, localizada no município de Hernandárias.

35 SOUZA, A. A. de. *Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguaçu*: cidade e conjuntos habitacionais da Usina Hidrelétrica. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PUC/Campinas, 2011.

36 UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano II, n.º 33, 31/01/1981. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

Com traços paternalistas, Itaipu forneceu gratuitamente moradia e outros serviços (saúde, abastecimento de alimentos, transporte, lazer, educação etc.) durante a maior parte da construção da Usina. Porém, em níveis distintos e com o objetivo de promover “harmonia social” e garantir a “produtividade”:

Essas condições, somadas ao saudável ambiente nas relações de trabalho e **harmonia social** entre os diversos grupos, contribuem para o excelente padrão de **produtividade** do contingente humano que trabalha nas mais diversas atividades da central hidrelétrica de Itaipu, na área de Foz do Iguaçu e Cidade Presidente Stroessner.³⁷

O relatório divulgava a imprensa local: “Todo debe ser hecho de manera a no dejar la menor incidencia de ociosidad o de desactivación del hombre o de la máquina.”³⁸ Tratava-se aqui de moldar um trabalhador como um “apêndice da máquina”, no conceito de Marx³⁹.

Devido à distância do Canteiro de Obras e Áreas Habitacionais da margem direita paraguaia das cidades próximas, era preciso servir estes trabalhadores de uma infraestrutura básica. Porém, essa infraestrutura foi planejada para garantir o controle da vida do trabalhador para além do espaço do trabalho, tanto no interior da Usina quanto nos espaços externos. Além das estratégias de controle no trabalho, era necessário garantir o controle do tempo livre, de lazer, estudo e culto. Toda essa infraestrutura urbana foi utilizada como estrutura repressiva e ideológica por Itaipu para obtenção de hegemonia e consenso⁴⁰. Como foram ofertados os serviços educacionais, culturais e desportivos no Centro Comunitário do Canteiro de Obras, bem como nos Centros Comunitários e clubes das Áreas Habitacionais, será objeto de análise a seguir, no âmbito do que chamamos de “educação não formal” e “educação formal”.⁴¹ Antes, porém, apresentaremos alguns aspectos da legislação educacional paraguaia durante a ditadura Stroessner.

37 ITAIPU BINACIONAL. *Relatório Anual de Itaipu*. 1985. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil. Grifos nossos.

38 DIÁRIO HOY – Jornal. *La Plata/Argentina*. 10/04/1980. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita.

39 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

40 GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

41 GOHN, M. da. G. *Educação não-formal na pedagogia social*. Anais 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social. Març./2006.

3. A educação não formal e formal: projeto educacional de Itaipu na margem direita paraguaia

3.1 Aspectos gerais da legislação educacional no período Stroessner

A ditadura Stroessner teve permanente preocupação com a educação no Paraguai, pela clareza de seu papel como ferramenta de transmissão ideológica, doutrinação e controle da população, difusão da doutrina de “seguridad nacional” e da figura de Stroessner como “único líder”. Era tarefa de instituições como as educativas o combate a doutrinas consideradas perigosas para crianças, jovens e adultos, influenciadas, sobretudo, por ideias comunistas. Através das instituições educativas o governo podia controlar os focos de resistência ao regime e acionar mecanismos importantes de coação, repressão e fidelidade ao governo – tais como a obrigatoriedade da apresentação de filiação partidária e recomendação de um dirigente de partido, do governo ou membro das Forças Armadas, para o professor que assumisse um cargo docente⁴². Segundo Rivarola⁴³, a doutrinação estava amparada nos ideais “nacionalistas” e de defesa do “el ser nacional”, como meta para a educação paraguaia. Toda a política de Stroessner estava pautada na elevação de sua imagem como “único líder” e esta doutrinação de culto à figura do ditador foi amplamente difundida nas instituições educativas.

Conforme Pineda, no ano em que Stroessner assumiu o poder, estes eram os números da educação no Paraguai: “Las escuelas suman 1.910, los docentes 9.111 y los alumnos 267.643. La enseñanza media tiene 15.472 alumnos y la Universidad Nacional cuenta con 215 docentes

42 “Esta verticalización de la estructura del Partido Colorado le permitió ahondar en su penetración de la sociedad civil. La afiliación al partido fue obligatoria para los funcionarios públicos a los que se les descontaba aportes obligatorios de sus salarios para financiar *Patria*, el diario del partido. La pertenencia al partido era también obligatoria para los maestros, médicos y la mayoría de los demás profesionales empleados por el Estado.” (NICKSON, 2010, p. 15).

43 RIVAROLA, D. M. *La reforma educativa en el Paraguay*. Santiago/CHL: División de Desarrollo Social. Naciones Unidas/CEPAL/ECLAC, 2000.

y 2.142 estudiantes.”⁴⁴ Segundo Elias & Chaparro⁴⁵, durante toda a ditadura Stroessner, foram realizadas e impostas duas principais reformas educativas: a “Reforma de la Enseñanza Media” promulgada em 1956 e colocada em vigência em 1957, sob Decreto n.º 24.063; e a Reforma de 1973. Ainda na vigência da Constituição de 1940 (modificada apenas pela Constituição de 1967) a “Reforma de la Enseñanza Media” veio acompanhada de uma reordenação das repartições do “Ministerio de Educación y Culto – MEC” e modificação da organização e objetivos do sistema educacional do país.

Neste período, o Paraguai já contava com a assessoria de organismos internacionais, especialmente do governo norte-americano, através de técnicos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e do Serviço Cooperativo Americano de Educação – SCIDE, que auxiliaram na construção desta e das reformas educacionais subsequentes do país. A interferência norte-americana na educação do Paraguai também se concretizou através da implementação do “Programa de Desarrollo Educativo”, que previa a adoção de empréstimos externos e parceria técnica entre paraguaios do MEC e técnicos da USAID. Conforme Rivarola:

Es notorio el traspaso de nuevas orientaciones educativas por parte de tales agencias que de esa manera pasaban a constituirse – al ser asumidas por los organismos oficiales – en políticas nacionales. En ese sentido, muchas innovaciones que representaban una efectiva “puesta al día” de la educación paraguaya, pudo darse por esta vía, dado que la preocupación central del oficialismo giraba en torno al control político e ideológico. Además, mantener activa la cooperación internacional, en particular la de orden financiero, permitía al gobierno extender significativamente su capacidad clientelar y también su base de legitimación.⁴⁶

Para estas ações, o Paraguai lançou, em meados da década de 1970, o “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social del Paraguay

44 PINEDA, O. *Breve Historia de La Educación en el Paraguay*. Assunción/PY: Servilibro, 2012. Disponível em: http://www.portalguarani.com/873_oscar_pineda/20777_breve_historia_de_la_educacion_en_el_paraguay_2012_por_oscar_pineda.html

45 ELÍAS, R.; CHAPARRO, E. S. *La educación en tiempos de Stroessner*. s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/95001398/La-educacion-en-tiempos-de-Stroessner> Acesso em: 20/04/2017.

46 RIVAROLA, D. M. *La reforma educativa en el Paraguay*. Santiago/CHL: División de Desarrollo Social. Naciones Unidas/CEPAL/ECLAC, 2000. P. 11.

1977-1981”, que estabelecia objetivos setoriais, incluindo o “Sector de Educación”. Este setor definiu diversas estratégias para ampliação e desenvolvimento educacional do Paraguai em todos os níveis. A previsão financeira para estas ações viria de recursos do MEC, mas também “fuentes de financiamiento”, internas e externas. Assim como vários outros Departamentos, o Alto Paraná foi contemplado com as ações do plano, sobretudo, em investimentos no ensino primário: “Dentro de las acciones más importantes realizadas en los años 1978-1980 de la jecución del Plan se destacan: desarrollo de la enseñanza primaria y rural en los Departamentos de Caaguazú y Alto Paraná [...]”⁴⁷⁴⁸

Apesar de um relativo aumento de índices de matrículas e dos grandes recursos disponíveis e apoio técnico, Rivarola⁴⁹ aponta que, ao final do longo período do regime autoritário de Stroessner, a educação paraguaia estava localizada entre as de menor desenvolvimento do continente. Assim, o invés do aumento da qualidade, as transformações educativas tinham maior propósito tanto em conter ideologias opostas ao regime quanto propagar ideologias que o reforçavam. Elias & Chapparro, ao analisar os discursos e atos oficiais das instituições educativas do período Stroessner, elencaram alguns elementos simbólicos centrais presentes nas políticas voltadas à educação no Paraguai:

47 IICA/BID - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Proyecto de Educación Agropecuaria/Tercera Etapa, Paraguay*. Tomo I. San Jose – Costa Rica: IICA, 1983. P. 8-9.

48 No documento analisado, datado de 1983, a “Estructura y Organización del Sistema Formal de Educación” do Paraguai era apresentada com mais detalhes: “La pré-primaria comprende los grados A y B, para edades de 5 y 6 años. No es obligatoria ni es requisito para el ingreso al nivel primario. La enseñanza primaria obligatoria y gratuita para niños de 7 a 14 años, comprende 6 años de escolarización. Se ingresa con 7 años de edad y en el Plan 1973 se distinguen dos ciclos de tres años de duración cada uno. [...] La enseñanza media comprende dos etapas, la primera corresponde al Ciclo Básico de tres años de duración que proporciona una educación básica para el desarrollo de los educandos y que sirve al mismo tiempo de base para la prosecución de los estudios. La segunda etapa corresponde al Bachillerato Diversificado que ofrece dos modalidades: a. Humanístico-Científico, que continúa e intensifica la educación básica del nivel medio. b. Técnico-Profesional, que integra la continuación de los estudios generales, con la capacitación para ejercer funciones técnicas, de acuerdo a las necesidades socio-económicas del país, formando técnicos de mando medio. Comprende al Bachillerato Comercial, Agropecuario e Industrial [...] El nivel Superior comprende las Universidades y los Organismos de formación docente de distinta naturaleza.” (IICA/BID - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Proyecto de Educación Agropecuaria/Tercera Etapa, Paraguay*. Tomo I. San Jose – Costa Rica: IICA, 1983. P. 8-9).

49 RIVAROLA, D. M. *La reforma educativa en el Paraguay*. Santiago/CHL: División de Desarrollo Social. Naciones Unidas/CEPAL/ECLAC, 2000.

Durante el periodo de Stroessner se pueden mencionar algunos conceptos que eran utilizados en el ámbito educativo tales como: **orden, obediencia, disciplina, jerarquía, uniformidad, mistificación de los héroes** (algunas figuras históricas resignificadas desde la ideología oficial), **fortaleza física y docilidad** (las marchas estudiantiles), **militarismo** (alumno como soldado), **escuela como “santuario”**: sacralización, reproducción del modelo dogmático, alianza con figuras de la Iglesia Católica que representan a los valores tradicionales de la iglesia, negación de las diferencias, las cuales son consideradas “doctrinas disociantes”, **ritualismos para fortalecer la ideología**: los actos de colación con presencia de Stroessner, centralización del poder en la figura de Stroessner, sumisión al único líder, desarrollismo, crecimiento.⁵⁰

Estes princípios marcaram tanto o texto das reformas, discursos, documentos oficiais, quanto a prática nas instituições educativas do Paraguai, representando o modelo social imposto pelo governo ditatorial. Podemos perceber estes princípios impregnados nas escolas e colégios de Itaipu, bem como nas atividades não formais disponibilizadas. Para além do controle dos espaços de moradia e trabalho, Itaipu colocou em funcionamento uma infraestrutura ideológica e diversas formas de “educar” os trabalhadores, a qual será analisada nos próximos tópicos.

3.2 Educação não formal: atividades culturais, artesanais, desportivas, lazer e campanhas de conscientização

Inserida e amparada na infraestrutura das Áreas Habitacionais e nos Canteiro de Obras, a Itaipu Binacional, através da ação dos consórcios UNICON e CONEMPA, estruturaram e executaram o que chamamos de Projeto Educacional de Itaipu. Em todas as Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras foi construído algum tipo de infraestrutura cultural, de lazer e recreação para os moradores, trabalhadores de Itaipu, construtoras e seus dependentes, com o objetivo de controle do tempo livre, transmissão ideológica de conhecimentos, padrões de comportamento, valores e disciplinamento, bem como obtenção de hegemonia e consenso entre os trabalhadores e a entidade. As ati-

50 ELÍAS, R.; CHAPARRO, E. S. La educación en tiempos de Stroessner. s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/95001398/La-educacion-en-tiempos-de-Stroessner> Acesso em: 20/04/2017. , p. 8, grifos nossos.

vidades oferecidas, a maior parte gratuitas, tinham características de “educação não formal”: atividades culturais, artesanais, desportivas, de lazer e campanhas de conscientização.

Em algumas Áreas foram construídos clubes de lazer e, em outras, Centros Comunitários. A Área 1 possuía um Clube Social bem equipado, um dos primeiros clubes colocados em funcionamento por Itaipu, tendo iniciado sua construção em 1976. As demais Áreas estavam assim equipadas: a Área 2 contava com um Centro Comunitário (salão multiuso) e um Clube Desportivo; na Área 3 havia apenas uma praça com área de esportes e o chamado “Barracón Rosa”; na Área 4, um Clube Social e um Campo de Desportes; a Área 5 contava com um Centro Cultural/Clube Social; na Área 6 estavam instalados um Clube Social e um Campo de Desporte; e a Área 8 contava com o um Clube Desportivo. A Área 7 não possuía espaço de lazer viabilizado diretamente por Itaipu, pois estava localizada na cidade de “Minga Guazú”, local de influência da “Cooperativa Minga Guazú”, que organizava as atividades na Área.⁵¹

Para gerenciar estas atividades, a entidade criou departamentos específicos. Havia um “Departamento de Educación Física” para coordenar as atividades desportivas nas Áreas Habitacionais. Estas eram realizadas separadamente, em cada Área, ou de forma conjunta entre as Áreas e destinadas a todos os trabalhadores e dependentes. Eram, em sua maioria, organizadas pelos Centros Comunitários ou Centros Culturais, mas algumas também pelos Clubes Sociais. A partir de uma pesquisa nos exemplares do Informativo Unicon⁵², Identificamos as seguintes atividades: educação sexual e outras de caráter educativo, cursos culturais, cinema, mostras de teatro, festas em datas comemorativas, shows artísticos, atividades para mulheres (“Unidad y Salud en

51 ITAIPU BINACIONAL. RDE - *Resolución/Reunión Ordinária do Directorio Ejecutivo n.º 053-87, 27/04/1976*. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai; UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano IV, n.º 68, 02/04/1981. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

52 O informativo UNICON era organizado pela Assessoria de Imprensa da UNICON, tinha edição mensal, era bilíngue (português e espanhol) e circulava nas Vilas, Áreas Habitacionais e no Canteiro de Obras. Tinha a função de informar os trabalhadores sobre tudo que ocorria na Área de Itaipu, desde o andamento técnico da obra às notícias sobre eventos e serviços. Adotava a linha editorial voltada a exaltação da importância de Itaipu para o país e região. Havia também o Informativo CONEMPA REMIANDÚ, que começou a circular na margem direita em 1978 e era semelhante ao Informativo UNICON. Infelizmente, nenhum exemplar deste foi encontrado.

el Hogar”, “Corte y Confección”, “Cocina”, “Curso de Salud”, “Taller sócio-sanitario cultural de la Salud”, cursos do Programa Materno-Infantil para mulheres lactantes e cursos de ginástica para mulheres, Cursos de “Manualidades y Decoración”, exposições de artesanatos, desfiles de moda e penteados e hortas caseiras), torneios e olimpíadas (futebol de campo, futebol suíço, tênis de mesa, damas, voleibol feminino e masculino, corridas, gincanas e xadrez) e excursões.⁵³

Para o Canteiro de Obras, em 1978, foi criado um “Departamento de Bem-Estar Social”, que atendia os trabalhadores da UNICON alojados na margem paraguaia. Enquanto isso, a CONEMPA organizava as atividades do Canteiro através do “Sector de Recreación”. Pela relação muito próxima entre os consórcios, alguns eventos culturais e educativos eram realizados em conjunto, pois em ambas as margens residiam trabalhadores brasileiros e paraguaios. As atividades culturais e educativas eram realizadas no Cine Teatro do Canteiro de Obras, local onde eram apresentados filmes diversos (nacionais e estrangeiros), palestras educativas (“Semana de la Salud”), apresentações de peças teatrais (comédias, dramas e musicais), shows e concursos de músicas, apresentações cômicas, danças, instrumentos, poesias, artesanatos, desenhos e declamações, festivais e mostras (“Festivais Artísticos de Itaipu”, “Muestras de Artes Plásticas”, “Festivais de la Canción”), festas em datas comemorativas (“Festas de São João”, “Carnaval”, “1º de Maio”, “Día del Trabajador”, “Independência del Paraguay”, “Semana Mundial de la Amistad” e eventos de comemoração do cumprimento de metas da construção da barragem).

A prática de esportes era amplamente incentivada no Canteiro de Obras. Com frequência, eram realizados diversos torneios de todas as modalidades. Os eventos mais importantes e para os quais se preparavam muitos trabalhadores atletas, brasileiros e paraguaios, eram as Olimpíadas anuais: “Este evento que con singular brillo viene reeditándose todos los años, incluye la programación de variadas competencias deportivas individuales y colectivas y participan atletas de los distintos departamentos de nuestra consorciada paraguayá.”⁵⁴ Além dos “Juegos Olímpicos”, haviam permanentes atividades desportivas, recreativas e

53 UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano IV, n.º 68, 02/04/1981. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

54 UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, n.º 17, 09/12/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil. P. 5.

torneios, realizadas no Centro Desportivo e nas Unidades Sociais. Eram organizadas competições de futebol de campo, futebol de salão, tênis de mesa, voleibol, xadrez, damas, billar, atletismo, bocha etc. Além das olimpíadas gerais de Itaipu, eram realizados eventos olímpicos específicos da CONEMPA, voltado apenas aos trabalhadores paraguaios. Todos estes eventos contavam com aberturas e encerramentos elaborados, com direito a atos cívicos, shows artísticos e missas. Diversos departamentos de Itaipu, empreiteiras e subempreiteiras participavam das competições, formando grupos e times ou em esportes individuais.

Atendendo à necessidade de culto entre os trabalhadores da margem direita, foi construído um “templo” no Canteiro de Obras, espaço para celebrações, supostamente ecumênicas, mas onde também eram celebradas missas semanais para os católicos. Além das celebrações e cânticos, aproveitava-se o momento de reunião para apresentação de pequenos shows artísticos de teatro, música e demonstrações de esportes, geralmente feitas pelos próprios trabalhadores: “Así se cumplió una programación más de asistencia espiritual y recreativa a los funcionarios del Cantero de Obras-M.D., la que cobra vigencia los días martes de cada semana, para satisfacción de sus destinatários.”⁵⁵

O objetivo da educação não formal ofertadas nas Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras, colocadas em prática através deste amplo aparato cultural, educativo, desportivo, recreativo e de culto, era ocupar o tempo livre do trabalhador que residia nos alojamentos, ao mesmo tempo em que os controlava e transmitia valores e padrões de comportamento adequados à permanência em Itaipu: “No podemos aceptar que el funcionario alojado esté confinado en el Cantero de Obras restringiéndose solamente a su trabajo. El club responderá también a otras necesidades.”⁵⁶ Nenhum aspecto era negligenciado: a moral religiosa para conter atitudes de insubmissão, cuidados com a saúde, prática de esportes e segurança no trabalho para garantir um trabalhador apto e saudável, e incentivo aos jogos de competição, para investir na saúde física e mental. No Canteiro de Obras, estas atividades reuniam a maioria dos trabalhadores residentes nos alojamentos, sobretudo, os que ocupavam os menores níveis funcionais/fração de classe.

55 UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, nº 1, 04/02/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil. P. 7.

56 UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, nº 5, 20/04/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil. P. 3.

Segundo Harvey⁵⁷, o controle do trabalhador ocorre não apenas no espaço de trabalho, mas também no “espaço de viver”. Todas estas atividades culturais, recreativas e desportivas eram estratégias de educação não formal, de controle da vida do trabalhador e de seus dependentes em todos os espaços. Embora estivessem presentes em todas as Áreas Habitacionais, eram atividades diferenciadas de acordo com nível sócio-econômico e outras características, tais como sexo e faixa etária. Nas Áreas mais elitizadas foram estruturados requintados Clubes de lazer com atividades selecionadas, além de Conservatório de Arte e Escola de Música (Áreas 1, 2 e 8). As atividades desenvolvidas nestas Áreas também eram mais elitizadas, tais como concursos literários, musicais, shows com artistas famosos, bailes nos salões dos clubes, academia de arte com aulas de harpa, dança folclórica e clássica, violão, e ensino de língua portuguesa e inglesa. Nas Áreas mais populares (Áreas 3, 4, 5, 6, 7), as atividades dos Centros Culturais eram mais simplificadas e comunitárias, tais como educação sexual, hortas caseiras, artesanatos, educação para saúde, nutrição e higiene, primeiros socorros etc. A educação não formal para as mulheres em todas as Áreas estava voltada aos cuidados do lar e da família, da saúde da mulher e das crianças.

A partir de conceitos gramscianos, podemos afirmar que a infraestrutura das Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras de Itaipu foi concebida para difundir ideologias consideradas importantes para o regime ditatorial, tanto através da coerção quanto do consenso, atendendo às exigências impostas pelo capital para com as forças produtivas. Essa hegemonia não era obtida apenas através das relações de trabalho, mas também nos espaços de moradia. Todas as ações culturais, desportivas e educacionais, formais e não-formais, inculcavam ideologias de racionalidade, disciplina, civismo e produtividade e meritocracia. Conforme Gramsci, “[...] os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e de sentir a vida; não se pode obter sucessos num campo sem obter resultados tangíveis no outro.”⁵⁸

57 HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

58 GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8.ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. P. 396.

O Projeto Educacional de Itaipu para a margem direita paraguaia estava marcado pela segregação, que não estava presente apenas nos “espaços de viver”⁵⁹ e trabalhar, mas em toda a infraestrutura ideológica, formal e não formal instalada. Era necessário manter as populações em seus espaços, garantir a desmobilização e, ao mesmo tempo, a ordem e os privilégios dos trabalhadores de altos níveis funcionais. Antes de apresentarmos as escolas e colégios de Itaipu no Paraguai, faz-se necessário analisar as bases legais destas instituições, frutos de um longo convênio firmado entre a entidade e o MEC.

4.3 Educação Formal: Convênio Itaipu Binacional e “Ministerio de Educación y Culto”

Para organizar o sistema de educação formal, investimentos e controle das escolas e colégios da área de influência de Itaipu, a entidade criou setores específicos, um em cada margem. Na margem direita paraguaia foi organizada a “Sección de Educación”, dirigida pelo Arquiteto Ernesto Meza Lagrave e que funcionava como uma espécie de órgão executivo e fiscalizador de todas as atividades educacionais das Áreas Habitacionais de Itaipu. Este “órgão” coordenava o “Programa de Asistencia Educacional – PAE” e financiava a manutenção das escolas e colégios, mas também participava da definição das diretrizes educacionais a serem seguidas pelas instituições. Estes setores foram os responsáveis por viabilizar e coordenar uma parceria entre a Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC”. Diante da necessidade de elaborar e executar projetos e programas para colocar em funcionamento unidades educacionais, garantindo aos filhos de trabalhadores a oferta de educação em todos os níveis, MEC e Itaipu firmaram o Contrato n.º 336/1977, que estabelecia o “Convenio de Educación entre el Ministerio de Educación y Culto y la Itaipu Binacional”, firmado em Assunção: “Constituyen objeto del presente Convenio la ejecución de programas y proyectos, y el funcionamiento de las unidades educacionales en el Area de Influencia de la ITAIPU, en la Margen Derecha del Río Paraná.”⁶⁰

59 HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

60 ITAIPU/MEC – Itaipu Binacional/Ministerio de Educación y Culto. *Convênio n.º 336, 05/07/1977* (Convenio de Educación entre el Ministerio de Educación y Culto y la Itaipu Bina-

O convênio oficializava o “Programa Oficial de Enseñanza y Funcionamiento de las Unidades Educcionales afectadas al Convenio de Educación” e determinava participação financeira tanto do MEC quanto de Itaipu, ficando a cargo do primeiro o controle do funcionamento das Unidades Educacionais. Os valores previstos para serem investidos pelo MEC eram totalmente utilizados para pagamento dos salários dos trabalhadores em educação das escolas e colégios da área de abrangência (com exceção das chamadas “horas-cátedras”⁶¹ do Colégio da Área 1, das licenças por motivos de saúde e do Pessoal da Administração do Convênio). Pelo contrato, a entidade estava obrigada a prover as escolas e colégios de mobiliários, instrumentos e equipamentos para o funcionamento destas instituições. Esses convênios eram constantemente renovados. A Itaipu financiava a diferença existente entre os pagamentos oficiais pagos pelo poder público paraguaio e os pagamentos dos colégios privados da área de Itaipu, para os dependentes de paraguaios que residiam na margem esquerda brasileira. Ao MEC ficava a responsabilidade pelo pagamento dos valores básicos oficiais. Portanto, o complemento da Itaipu Binacional aos salários, em relação ao pagamento padrão já efetuado pelo MEC, tinha a intenção inicial de alcançar os níveis dos salários pagos pelas instituições de ensino privadas da região, com o objetivo de “[...] mantener un nivel óptimo en el servicio educativo que se ofrece [...]”⁶²

Em março de 1987, os Centros Educativos da margem direita atendiam 2.393 alunos, incluindo dependentes de empregados de Itaipu (577), CONEMPA (426), UNICON (477), outras empresas (263) e comunidade (650). Neste período o Convênio entre a Itaipu Binacional e o MEC atendia apenas as escolas e colégios das Áreas 1, 3 e 4, nos níveis Pré-Escolar, Primário, Básico e Bacharelado (Humanístico e Comercial)⁶³. O documento “Orientaciones Básicas para la Elaboración del Nuevo Convenio de Educación con el Ministerio de Educación y

cional). Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai. Cláusulas 2ª e 4ª, p. 1

61 Horas-cátedras foi a forma de contagem e pagamento das atividades educacionais escolhida para o “Nível Medio” dos Colégios da Área de Itaipu. Em 1986, por exemplo, havia um total de 3.060 horas-cátedras, e em 1987, 3.205 (ITAIPU BINACIONAL, 1986, p. 5).

62 ITAIPU BINACIONAL. *Orientaciones Básicas para la Elaboración del Nuevo Convenio de Educación con el Ministerio de Educación y Culto*. 1986. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai. P. 3

63 ITAIPU BINACIONAL. *Documento Arquivo Técnico – Margem Direita*, 1987. s/p.

Culto”, ao recomendar a manutenção da parceria entre Itaipu e o MEC para o custeio das Unidades Educacionais, estabelecia um comparativo entre o sistema educacional da margem direita e esquerda:

Es importante señalar que en un estudio realizado con respecto a los Programas de Educación de la Margen Derecha y de la Margen Izquierda, en los resultados se pudo observar que el Ministerio de Educación del Paraguay ofrece un **servicio educativo satisfactorio y sobre todo más barato** (Sueldo oficial del MEC).⁶⁴

Os documentos defendiam ser mais “barato” o sistema educacional da margem direita paraguaia, tendo em vista que todo montante investido pela Itaipu Binacional ao longo dos anos estava sendo aplicado em escolas públicas e não na iniciativa privada, como ocorreu na margem esquerda brasileira, ao ser efetuado um convênio com o grupo privado Anglo-Americano Escolas Integradas S.A. Isso porque, ao término do convênio, Itaipu transferiu as instalações e terrenos ao MEC, conforme documento interno da entidade de 1987. O MEC também foi gradativamente “absorvendo” os professores e funcionários ligados ao convênio, passando a assumir a responsabilidade pela remuneração dos profissionais de algumas escolas e colégios da área de Itaipu. Em 1986, todo o pessoal afetado pelo “Programa Educacional de Itaipu” já estava incorporado ao MEC, cabendo à Itaipu apenas a manutenção financeira das unidades educacionais. Este processo de desresponsabilização da entidade para com a manutenção destas instituições de ensino foi, ao mesmo tempo, benéfica ao poder público nacional e municipal, na medida em que possibilitou a incorporação destas infraestruturas e terrenos ao patrimônio público. Porém, deixou o funcionamento das escolas e colégios dependentes dos recursos do MEC, frequentemente insuficientes ou atrasados. Alguns aspectos destas escolas e colégios, mantidos e gerenciados pelo Estado paraguaio e por Itaipu e seus consórcios, serão analisados no próximo tópico.

64 ITAIPU BINACIONAL. *Orientaciones Básicas para la Elaboración del Nuevo Convenio de Educación con el Ministerio de Educación y Culto*. 1986. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai. P. 3 (grifos nossos).

4.3 Escolas, Colégios e Centros de Treinamento Técnico-Profissional

A educação formal na margem direita paraguaia também foi uma das maiores preocupações sociais de Itaipu. No Paraguai, foram construídas: uma Escola de Pré-Escolar e Primária e um Colégio Secundário na Área 1; e Escolas Pré-Escolares e Primárias nas Áreas 3 e 4, todas situadas no município de “Ciudad Presidente Stroessner”⁶⁵. Foram construídas também Escolas Pré-Escolares e Primárias e Colégios Secundários nas Áreas 5 e 6, situadas, respectivamente, em Puerto Presidente Franco e Hernandárias; e um Colégio Técnico Industrial e Comercial na Área 7.⁶⁶ Estas escolas e colégios recebiam alunos dependentes de trabalhadores da Itaipu Binacional, do consórcio paraguaio CONEMPA e filhos de trabalhadores vinculados à UNICON que residiam na margem direita paraguaia.

Todas as escolas construídas por Itaipu em convênio com o MEC eram supervisionadas pela Professora Guillermina Núñez de Báez⁶⁷, também diretora geral do tradicional “Centro Regional de Educación Dr. Gaspar Rodríguez de Francia” de “Ciudad Presidente Strossner”. A Professora Guillermina atuava como a principal liderança educacional na área de influência de Itaipu e tinha total autonomia para supervisionar o trabalho nas escolas e colégios atreladas ao convênio entre Itaipu e MEC: *“Eu visitava todos, era recebida com frutas e cafés, me sentia feliz e contente, mas também tinha que ir sem avisar, pois, necessitava surpreendê-los. Eu era muito exigente.”*⁶⁸ Apesar de tentar manter o discurso de que todas as escolas e colégios das Áreas eram iguais, Guillermina, na sequência de seu depoimento, acaba por admitir que existiam

65 Há divergências em relação às áreas totais das escolas e colégios de Itaipu, dependendo da fonte consultada. Nesta pesquisa, manteremos todas as informações encontradas.

66 CONSTRUÇÃO DA PESADA - Revista. 1979. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

67 Nasceu na cidade de Encarnación/PY, onde fez sua formação de professora secundária. Licenciada em História em 1966 pela “Universidad Nacional de Assunción” e doutora em História em 1987 pela “Facultad de Filosofía de la UNA”. Atuou no Departamento de Currículo do “Ministerio de Educación y Culto”. Passou a residir em “Ciudad Presidente Stroessner” em 1978 e foi diretora do “Centro Regional de Educación José Gaspar Rodríguez de Francia” entre 1977 e 1988 (MEDINA, F. R. de. *Mis recuerdos de una gran Educadora: Dra. Guillermina*. Ciudad del Este/PY: Papyru’s, 2012).

68 BÁEZ, G. N. de. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência da entrevistada. Ciudad del Este/PY, 18/08/2016, as 19 hs (traduzida do espanhol; acréscimos nossos).

diferenças: *“Havia diferença nas casas, arquitetura, etc. [...] Entre os alunos havia essa distinção (de classe e renda)”*.⁶⁹ Embora a execução administrativa e pedagógica das instituições estivesse a cargo do MEC, conforme os termos dos convênios firmados, a Itaipu Binacional interferia diretamente, porém, a Professora Aura⁷⁰ acrescenta: *“Era um projeto de Itaipu essa diferenciação.”*⁷¹ Ao analisar a infraestrutura das Áreas e de suas instituições educativas, percebemos que haviam muitas diferenças e que, embora o Centro Regional fosse uma “instituição modelo”, as demais não possuíam as mesmas características e não recebiam os mesmos investimentos.

Para atender os trabalhadores analfabetos que residiam no Canteiro de Obras, a “Sección de Educación” organizou uma escola de alfabetização funcional. Com programa aprovado pelo MEC e vinculado ao PAE, em 1979, os trabalhadores foram convocados a se matricular em no curso de alfabetização de adultos da “Escuela del Cantero”. O curso foi instalado em um prédio de 351,12 m², anexo ao Centro Comunitário do Canteiro de Obras, e contava com três salas de aula, secretaria, sala dos professores, sala de material didático, biblioteca e sanitários. De duração efêmera (cerca de quatro anos) e pouco investimento, este projeto não representou muito impacto na vida dos trabalhadores paraguaios, cuja contratação exigia os conhecimentos básicos necessários à função. Como a oferta de mão-de-obra em Itaipu era muito superior à procura, ensinar ler, escrever e contar não era uma prioridade para a entidade.

Prioridade maior em Itaipu era a formação técnico-profissional. Assim como a UNICON – que também realizava treinamentos na margem direita –, a CONEMPA investia em treinamento para seus trabalhadores, dos níveis funcionais/fração de classe mais baixos aos mais elevados. Para complementação da formação técnica, também foi estruturado um “Centro de Entrenamiento” de mão-de-obra no Can-

69 Ibidem.

70 Nasceu em São José de los Arroyos/PY em 04/03/1952. Atuou na Educação Primária e como docente de várias instituições de ensino. Formou-se em “Bachiller en Ciencias y Letras” e em “Psicología”. Trabalhou em escolas custeadas pelo convênio MEC-ITAIPU entre 1975 à 1985. Atuava como “Jefe de Estudios” durante dois anos, quando passou a atuar na “Secretaria General” do “Colegio de Enseñanza Media y Diversificada Dr. Raúl Pena” e, na sequência, como “Directora de Turno Mañana y Tarde” e psicóloga. Aposentou-se trabalhando nesta instituição, no ano de 1996.

71 ORTIZ, A. R. T. de. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência da entrevistada. Ciudad del Este/PY, em 18/08/2016, as 19 hs (traduzida do espanhol)

teiro de Obras paraguaio, para atender as necessidades imediatas do trabalho de construção da Usina. Embora houvesse formação teórica, a formação ocorria muito mais em serviço e no local onde a técnica seria colocada em prática. Aos diretores e membros titulares das empresas construtoras que compunham o Consórcio, também eram oferecidos cursos de treinamento com especialistas em administração de recursos humanos e desenvolvimento organizacional. O objetivo destes treinamentos sempre era manter e elevar os níveis de produtividade do trabalhador ou dos setores em conjunto.

Porém, a principal parceria técnica de Itaipu para treinamento e capacitação dos trabalhadores paraguaios foi com o “Servicio Nacional de Promoción Profesional – SNPP”, escola de treinamento profissional do Paraguai. Organismo dependente do “Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social”, o SNPP foi criado pela Lei nº253/1971. Conforme Ramón Cañete Núñez⁷²: “[...] SNPP foi criado através de um contrato com a OIT [Organização Internacional do Trabalho – OIT], o governo paraguaio fez o contrato aos moldes do PPO e SENAI também fez.”⁷³ As atividades do SNPP no Paraguai tiveram início em 1972, voltadas a capacitar trabalhadores de acordo com a política ocupacional do governo. A unidade do SNPP em Hernandárias começou a funcionar em 1981, quando foram construídas as edificações próximas ao Canteiro de Obras. Conforme Carlos Ferreira⁷⁴, atual diretor do SNPP de “Hernandarias”, aproximadamente nesta data, foi firmado um Convênio entre o SNPP e a Itaipu Binacional para formação técnica profissional, que teria permanecido vigente até 1990. Esta unidade tinha como função principal atender as necessidades da Usina: “O de Hernandarias foi construído para atender a construção da ITAIPU, para formar os trabalhadores no canteiro de obras porque a construção estava em andamento.”⁷⁵ No início, a maioria das atividades de formação desenvolvidas pelo SNPP também ocorriam no interior do Canteiro de

72 Nascido em Assunção/PY e formado em Engenharia Rural pela Universidade de Louvain - Bélgica. Trabalhou no SNPP por 19 anos como instrutor. Atualmente é proprietário da “Indústria Mecânica Cañete”, situada em Hernandarias /PY.

73 NÚÑEZ, R. C. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência do entrevistado. Hernandarias/PY, em 18/08/2016, as 14 hs (traduzida do espanhol; acréscimos nossos).

74 Nasceu em Assunção/PY e possui curso técnico em eletricitista pelo SNPP. Ingressou como instrutor no SNPP em 1986. Atualmente é o Diretor Regional do SNPP.

75 FERREIRA, C. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na sede do SNPP. Hernandarias/PY, em 18/08/2016, as 14 hs (traduzida do espanhol).

Obras, como formação em serviço.

Gramsci⁷⁶ criticou a multiplicação dos tipos de escolas profissionais que são destinadas à classe trabalhadora, cujas estratificações internas e diferenças tradicionais são encobertas pela ideologia de democratização do ensino. Partia em defesa de uma educação formativa e que proporcionasse a todos os indivíduos as condições de tornarem-se governantes. Em Itaipu, as escolas profissionais visavam a opressão e esta não se efetivava apenas pela violência e coerção, mas também pela via da ideologia e consenso. Era preciso ocupar os alojados em seu tempo livre, para que mantivessem a calma e a sanidade em meio a intensa exploração de exaustivas cargas horárias de trabalho pesado. Com essas atividades era possível vigiá-los constantemente, controlar as ações e pensamentos, desorganizá-los politicamente, concentrando-os em atividades produtivas e ordeiras. Canalizar as energias para que não se organizassem de outras maneiras e para outros fins. As diversas atividades culturais, desportivas e de lazer eram peças integrantes do Projeto Educacional de Itaipu, que centralizava a estrutura ideológica das Áreas Habitacionais e do Canteiro de Obras. No Canteiro de Obras o espaço de trabalho era também o “espaço de viver”⁷⁷, o que facilitava a difusão de ideologias e a aplicação de mecanismos repressivos sobre os trabalhadores.

Estas instituições de educação formal foram as que tiveram mais impacto na vida dos trabalhadores paraguaios e seus dependentes, pois ofertavam educação regular em quase todos os níveis, do pré-primário ao secundário, e atendiam grande parte da população envolvida em Itaipu. Porém, em termos de nível de ensino e qualidade, não se tratava da mesma educação. Como vimos, para algumas áreas, apenas a formação pré-primária e primária pareciam serem suficientes. Áreas de nível mais elevado receberam também o nível secundário. Isso demonstra a grande extratificação de classe existente entre as Áreas Habitacionais, cuja oferta educacional acompanhava o nível funcional a que pertenciam os trabalhadores. Sobre a educação na sociedade de classes, afirma Gramsci⁷⁸: “A

76 GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

77 HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

78 GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. P. 136

marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental.” Em Itaipu, as instituições educativas não apenas perpetuavam as diferenças já existentes no “espaço de viver”⁷⁹ e no espaço de trabalho, mas também garantiam o controle e vigilância da população e a difusão de ideologias.

Considerações finais

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um marco para o Paraguai e influenciou muitos aspectos da sua política econômica e sua relação diplomática com os países vizinhos. Foi um projeto político e econômico que teria possibilitado grandes avanços econômicos e sociais ao país, caso as medidas tomadas pelo governo de Stroessner tivessem fomentado o desenvolvimento de parques industriais, que poderiam aproveitar a abundante produção energética na geração de empregos, renda e melhorias sociais. Ao contrário, as negociações em torno de Itaipu significaram grandes negociações e beneficiaram a manutenção do próprio regime e sua elite de sustentação. De gestão autoritária, Itaipu Binacional reproduziu características do governo ditatorial então vigente no Paraguai. Gerou inúmeros impactos econômicos, ambientais, sociais e educacionais para sua área de influência, sobretudo, as atingidas pelo Reservatório de Itaipu, devido ao alagamento de grandes áreas rurais e urbanas e inchaços populacionais dos municípios-sede. A imposição e os impactos negativos da construção da Usina de Itaipu foram garantidos tanto pelo Estado ditatorial de ambos os países, Brasil e Paraguai, quanto pela supremacia do “Tratado de Itaipu” em relação às legislações nacionais, o que caracterizava Itaipu quase que um “estado à parte”.

Conforme Gramsci⁸⁰, ações de educação não formais também transmitem ideologias, conhecimentos, padrões de comportamento e valores. Na margem direita paraguaia, a entidade e os consórcios CONEMPA e UNICON também atuavam no controle do “espaço de vi-

79 HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

80 GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ver”⁸¹ e tempo ocioso do trabalhador e seus dependentes, utilizando de estratégias ideológicas. As praças, centros culturais, sociais e desportivos eram também espaços de educação não formal. Como vimos, neles era viabilizada uma série de atividades culturais, de lazer e culto, que transmitiam valores ideológicos necessários à obtenção de hegemonia e consenso do trabalhador e suas famílias. Estes espaços foram concebidos com base na segregação, diferenciando trabalhadores e dependentes por nível funcional/fração de classe. Da mesma forma, a oferta de educação não formal também era diferenciada.

No que tange à educação formal, diferentes tipos de escolas, colégios e centros de treinamento técnico-profissional foram construídos, ampliados ou mantidos por Itaipu, mas de acordo com público a que se destinava. Em algumas Áreas Habitacionais não haviam colégios, apenas escolas pré-primárias, primárias ou técnicas. Enquanto isso, os filhos de trabalhadores de altos níveis funcionais/fração de classe eram atendidos em instituições educativas de referência e bem equipadas, tais como o Centro Regional ou a Escola e Colégio da Área 1. Aos trabalhadores de Itaipu era destinada a formação técnica para o trabalho imediato no Canteiro de Obras da Usina, oferecidos pelo SNPP ou pelo “Centro de Entrenamiento” do Canteiro de Obras, que ofertava formação em serviço.

Houve muita participação do poder público paraguaio na oferta da educação formal nas Áreas de Itaipu. Através dos convênios entre a Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC”, o poder público acabou por se beneficiar de investimentos, tanto no decorrer da vigência dos convênios (com o pagamento de “sobre sueldos”, construção, manutenção e ampliação de escolas e colégios) quanto posteriormente, quando todas as infraestruturas destas instituições foram transferidas ao MEC. Porém, com esse processo de doação e repasse, Itaipu foi se desresponsabilizando pela oferta de educação formal, deixando muitas destas instituições precarizadas e à mercê do baixo investimento governamental. Essa desresponsabilização para com a educação formal refletiu também o descompromisso da entidade em relação ao grande número de desempregados e da pobreza em sua área de influência, gerados

81 HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

com o término das obras.

Conforme afirmou Elias & Chaparro⁸², os conceitos mais utilizados na educação no período da ditadura Stroessner eram: ordem, obediência, disciplina, hierarquia, uniformidade, mistificação dos heróis, fortaleza física e docilidade, militarismo, escola como santuário e ritualismos para fortalecer a ideologia. Todos estes princípios podem ser detectados nas fontes encontradas sobre as escolas e colégios da área de influência de Itaipu, através da rigidez e controle da entidade e dos representantes do convênio sobre as instituições e da segregação entre as Áreas Habitacionais. Assim como destinou diferentes tipos e qualidades de educação para cada uma das frações de classe, a Itaipu Binacional planejou a difusão de ideologias importantes ao regime militar stronista vigente, ao mesmo tempo, adaptando as instituições às suas necessidades. O consenso e a hegemonia eram garantidos não apenas através do amplo e repressivo aparato militar de controle de informação e repressão, mas também através do complexo aparato ideológico que foi destinado aos trabalhadores e seus dependentes, como forma de disciplinamento e controle, dentro e fora da Usina. Por outro lado, a população de Itaipu era vista como privilegiada em termos de oportunidades, diante da precária situação sócio-econômica da população paraguaia, o que enfraquecia a luta de trabalhadores por melhores condições de vida.

82 ELÍAS, R.; CHAPARRO, E. S. *La educación en tiempos de Stroessner*. s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/95001398/La-educacion-en-tiempos-de-Stroessner> Acesso em: 20/04/2017.

EL REENCANTAMIENTO TRAVESTI.

ARTE Y RELIGIOSIDAD EN BUENOS AIRES

Drx. Patricia Fogelman

Introducción

La acción dirigida hacia representaciones mágicas, por ejemplo, con frecuencia presenta en lo subjetivo un carácter más racional en términos instrumentales que otros comportamientos “religiosos” no mágicos, puesto que conforme se extiende el desencantamiento del mundo, la religiosidad se ve forzada a aceptar cada vez más (en lo subjetivo) relaciones de sentido cada vez más irracionales en sentido instrumental.¹

A partir de las ideas de Max Weber y, luego, siguiendo los aportes de Marcel Gauchet, mucho se ha discutido en la historiografía sobre el complejo pero potente proceso secularización que atraviesan las sociedades occidentales contemporáneas, tanto en la verificación de los pasos hacia adelante como de los límites y contrastes existentes en este derrotero. La verificación de esa hipótesis -rica en matices- ha devenido en aceptar la idea de un cierto desencantamiento del mundo, de una pérdida de creencia en la eficacia de lo mágico-sagrado en la sociedad influida por una supuesta racionalización que el sistema capitalista y la ciencia concomitante, estarían profundizando en el imaginario en un nivel muy global. Weber no tuvo una posición simplista en este aspecto, sino que al enunciar por primera vez la idea del desencantamiento

¹ WEBER, Max. “Ensayo”, en: *Economía y Sociedad*. México: FCE, 2014 [Tubingen, 1922], p. 438-439.

del mundo trajo a la mesa de lxs científicas sociales un tema arduo de tratar y lo presentó -ya muy tempranamente- como un ir y venir, o un vaivén, y que fue posteriormente retomado de manera parcial o esquemática, al modo de un desarrollo histórico lineal.

Las sociedades latinoamericanas presentan un abanico enorme y diverso de horizontes de producción de laicidad y secularización, tanto como de pervivencias y producciones de lo religioso. De un país sudamericano como la Argentina, y de una ciudad bastante secularizada como es Buenos Aires, ha salido el actual papa que funge de cabeza de una Iglesia católica con gran incidencia en la política internacional, aún en el contexto de cierta pérdida de espacios frente a otras religiones cristianas como la de los Evangélicos (Brasil es un caso destacado de esta competencia). Todas las ciudades sudamericanas son diferentes, también todas las ciudades argentinas lo son entre sí, pero cabe destacar que la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) presenta un espectro muy particular, donde la presencia de actorxs sociales críticxs al orden y al discurso eclesial, es realmente notable.

Dentro de las posiciones más críticas a la Iglesia católica en la Argentina encontramos ese conjunto diverso, dinámico e inclusivo que es el feminismo: un fenómeno ya histórico en nuestro país, pero que ha crecido con más fuerza y visibilidad desde el año 2015, a partir de la organización de la campaña y el movimiento conocido como NI UNA MENOS (NUM) para denunciar y frenar los femicidios. Una corriente de luchas feministas viene en aumento desde esos días, habiendo conseguido recientemente la legalización de la interrupción del embarazo no deseado, legalización que es una gran victoria del movimiento feminista argentino dinamizado muy fuertemente, desde la CABA y las grandes capitales de provincias. El feminismo como movimiento alberga algunas diferencias internas pero prima el criterio inclusivo en la lucha contra el sistema patriarcal -promoviendo la interseccionalidad- lo que implica sumar en sus filas a les actorxs de la disidencia de sexogenérica. Así, veremos marchar juntas a las mujeres (cis y trans), a las bisexuales, a otras feminidades (lesbianas, travestis, “travas”) y a las personas no binarias. El ala lesbotransfeminista se presenta entonces como una alianza claramente disidente de la heteronorma y desafía crudamente el orden propuesto por el catolicismo oficial, bregando por la libertad de los cuerpos, el derecho al deseo y la libertad frente a la opresión que la Iglesia imprime sobre las personas que no se sienten reconocidas dentro del sistema heteronormativo obligatorio. El femi-

nismo y, en particular el lesbotransfeminismo, se presentan como un sector amplio pero, en resumen, rotundamente anticlerical. Dentro de este vasto conjunto voy a circunscribir mi interés en el grupo de personas travestis, enfocando especialmente, sobre las travestis que –en el espacio de la Ciudad de Buenos Aires- se dedican al arte o son vistas desde sectores disidentes aliados (artistas lesbianas o *queer*, por ejemplo) a través de fuentes también de contenido artístico.

Así, en este capítulo², partiré del interés por analizar la presencia de lo religioso en algunos discursos y performances de actorxs sociales que conforman ese campo fuertemente anticlerical dentro de la Ciudad de Buenos Aires contemporánea. Y para ello, me centraré en las formas, imágenes y performances de contenido religioso en las expresiones artísticas de travestis en la escena cultural porteña que me permitirán conocer mejor la sensibilidad, los imaginarios y las relaciones de representación de este grupo disidente de la heteronorma, compuesto por sujetxs sociales que enfrentan numerosos desafíos y enormes riesgos, a la par que producen y desarrollan creativos proyectos. Abordaré un acotado conjunto de fuentes: una novela, un poema, una película, un videoclip, una obra de teatro, una historieta breve y una canción. Pervivencias, cambios y rupturas serán el eje de mi trabajo tanto como las formas en que ellas son vistas desde representaciones del arte contemporáneo.

Desde hace algunas décadas he investigado en el campo de la Historia cultural de la religión, enfatizando los aspectos relativos al culto a la Virgen María, desplazando la atención sobre el período colonial y acercándome, paulatinamente, hacia el período contemporáneo.³ En ese camino de pesquisa las fuentes visuales fueron ganando terreno en

2 En oportunidad de esta edición he podido revisar, ampliar conceptualmente y citar bibliografía con mayor precisión respecto de una versión anterior, la cual fue publicada como artículo en una revista brasileña. Véase: Fogelman, P. (2019). “Travestis migrantes, arte y religiosidad en la cultura queer de Buenos Aires”. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 12(36). <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i36.51420>

3 FOGELMAN, Patricia (Comp.): *Religiosidad, Cultura y Poder: Temas y problemas de la historiografía reciente*. Ediciones Lumiere. Buenos Aires, 2010. FOGELMAN, Patricia; CEVA, Mariela y TOURIS, Claudia (Editoras.) *El culto mariano en Luján y San Nicolás. Religiosidad e Historia regional*. Biblos. Buenos Aires, 2013. FOGELMAN, Patricia. “La religión como objeto de análisis: sobre el concepto y tres vías de abordaje histórico”, en: *Revista Brasileira de História das Religiões- RBHR*. Vol. 7, nro. 21. Passo Fundo: editora de la UPF, janeiro/abril de 2015. Pp. 7-23. FOGELMAN, Patricia. “El cuerpo de la Virgen: Discursos teológicos y representaciones históricas del cuerpo y la muerte de María”. En: *Revista Cultura y Religión*. Vol. 8. Nro. 2. Santiago de Chile: Editorial Universidad Arturo Prat, julio/diciembre 2014. Pp. 197-231.

el repertorio de documentos a indagar, especialmente, las imágenes religiosas, sus usos y funciones. En torno a ellas, he visto cómo los actores sociales creyentes, practicantes, auspiciantes de la devoción, etc., realizaron sus prácticas, apropiaciones y adaptaciones de las imágenes y de las representaciones religiosas en un sentido amplio. En los últimos años, mi interés se ha ido desplazando cada vez más hacia el cruce entre la Historia Cultural y los Estudios de Género, arribando al encuentro de nuevos actores religiosos y sus prácticas en un contexto de supuesta creciente secularización. Es así, como interesada en conocer y comprender más a actores sociales vulnerables me he concentrado en una parte de la población LGTTBIQ+: las travestis que en la ciudad de Buenos Aires desarrollan una variedad de actividades dentro de las cuales se destacan especialmente sus aportes al campo de la cultura y del arte *queer*. A su vez, he procurado acercarme a las formas en las que ellas, las travestis artistas, son vistas por otros miembros activos de la comunidad cultural LGTTBIQNB+.

Este sector social aún no ha sido suficientemente abordado por las Ciencias Sociales y sobre él recae más un interés sociológico y político⁴ que sobre aspectos culturales y religiosos.⁵ La denuncia de su vulnerabilidad, los debates en torno a sus reclamos, las enormes limitaciones de desarrollo económico y académico que les son impuestas por el prejuicio y la falta de implementación de un cupo laboral trans, nos ha llevado a mirar mucho más unas variables que otras en su participación en el campo de lo social. Pero también es remarcable que, de la bibliografía existen-

4 Entre la bibliografía de referencia se destacan: BERKINS, Lohana y KOROL, Claudia (comps.). *Diálogo. Prostitución/ Trabajo sexual: Las protagonistas hablan*, Buenos Aires: Feminaria, 2007. RAÍCES MONTERO, J. H. y CURTIS E. HINKLE. *Un Cuerpo, Mil Sexos: Intersexualidades*. Buenos Aires: Topía, 2010. FERNÁNDEZ, A. M y SIQUEIRA PEREZ, W. (eds.), *La Diferencia Desquiciada*. Buenos Aires: Biblos, 2013. FERNÁNDEZ, Josefina. *Cuerpos Desobedientes: Travestismo e Identidad de Género*. Buenos Aires: Edhasa, 2004. FALCONÍ TRÁVEZ D., SANTIAGO CASTELLANOS, and MARÍA A. VITERI. *Resentir lo "queer" en América Latina: Diálogos desde/con El Sur*, Madrid: Egales, 2014. LITARDO, Emiliano. "Perturbaciones normativas: la ley de identidad de género en Argentina. Los cuerpos desde 'ese otro lado'". *Revista Meritum*, v. 8, n. 2, jul./dic. 2013, pp. 227-255. MAFFÍA, Diana. Comp. "Sexualidades migrantes. Género y transgénero". Buenos Aires. Feminaria Ed. 2003. VITURRO, D. P. "La Revolución de lxs nada: Una Aproximación al Debate sobre Orientación Sexual, Identidad de Género y Discriminación." *Anuario De Derechos Humanos*, 2013.

5 Una excepción la constituye el artículo de RODRIGUEZ, Manuela (2013) "Travestis buscando axé. Género y sexualidade en religiones de matriz africana en Argentina", en: *História Agora - Revista de História do Tempo Presente* n° 13: Dossiê Religiões e Religiosidades no Tempo Presente – Volume 3.

te, una parte fundamental fue producida por travestis: Lohana Berkins (1965-2016), travesti oriunda de Salta (noroeste del país) y radicada en Buenos Aires, devota de la Virgen de Urkupiña, comunista y política de acción, contribuyó enormemente a la organización del “Ejército de las Mariposas” (como denominó al colectivo travesti reclamando frente al Estado) tanto como a la creación de fuentes documentales con testimonios propios de la vida, luchas individuales y grupales de las travestis. En 1994, Berkins fundó la Asociación de Lucha por la Identidad Travesti y Transexual (ALITT) que presidió hasta su fallecimiento. Numerosos artículos suyos, conferencias, entrevistas a la prensa y compilaciones editadas de voces de travestis son el pilar para el estudio de esta comunidad en la Argentina⁶. El último libro sobre su vida, basado en largas entrevistas, la enuncia como “una combatiente de frontera” y fue publicado recientemente por Josefina Fernández⁷.

También, las travestis están entrando al mundo académico y generando propias reflexiones sobre sí mismas como actores sociales en el marco de varios programas de posgrado en universidades nacionales. Estos programas son un enorme paso adelante en materia de ciencia tanto como de inclusión social. Marlene Wayar (travesti, psicóloga social, docente universitaria, comunicadora social, militante feminista por los Derechos Humanos y las infancias libres) ha realizado una importante contribución al campo: se trata de su compilación “*Travesti / Una teoría lo suficientemente buena*”, una publicación prologada por una reconocida artista travesti argentina, Susy Shock. En ese libro, Wayar articula una serie de voces que abordan la vida travesti, la muerte de tantas compañeras, el lenguaje oral y escrito y las formas de descolonizarlo como parte del pensamiento anclado en un paradigma “hétero-winka (blanco)-patriarcal”⁸. Más recientemente, Lara María Bertolini,

6 Entre muchos materiales, se pueden ver: BERKINS, Lohana. “Un itinerario político del travestismo”. En MAFFÍA, Diana (comp.) *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*. Buenos Aires: Feminaria, 2003. BERKINS, Lohana, y FERNÁNDEZ, Josefina. *La Gesta Del Nombre Propio: Informe Sobre La Situación De La Comunidad Travesti En La Argentina*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo, 2005. BERKINS, Lohana. “Travestis: una identidad política”. En AA. VV., *Pensando los feminismos en Bolivia*. La Paz: Conexión/Fondo de Emancipación, 2012. BERKINS, Lohana (coord.). *Cumbia, Copeteo y Lágrimas: Informe Nacional sobre la Situación de las Travestis, Transexuales y Transgéneros*. Buenos Aires: A.L.I.T.T., 2007.

7 FERNÁNDEZ, Josefina. *La Berkins. Una combatiente de frontera*. Buenos Aires: Sudamericana, 2020.

8 WAYAR, Marlene. “Travesti / Una teoría lo suficientemente buena”. Buenos Aires: Editorial Muchas Nueces, 2018. Pero también es importante una publicación anterior: WAYAR, Marlene. “La

activista travesti que desarrolla estudios en el área del Derecho, ha publicado un libro sobre la identidad travesti en Argentina cuestionando el binarismo del sistema judicial y denunciando los crímenes de odio a la comunidad travesti-trans como crímenes identitarios.⁹

Me permito afirmar que comunidad travesti que se aglutina en Buenos Aires y sus alrededores está ganando cada vez más reconocimiento por sus aportes creativos y artísticos, insertándose en la escena que denominamos *queer* y que bien podríamos llamar también, contracultural. Cuando digo “escena *queer*” me estoy refiriendo a un conjunto de espacios culturales reconocidos en la ciudad porteña, algunos pioneros como *Casa Brandon* (que nació como una fiesta itinerante hace 20 años y que se convirtió en el principal club cultural promoviendo arte, visibilidad y respeto para la comunidad LGTTIBQ+), u otros como *Tierra Violeta* (un centro cultural desarrollado en torno a una importante biblioteca y hemeroteca sobre feminismo y estudios de género), MU Trinchera-Boutique, y algunos que fueron surgiendo más recientemente dedicados a la recreación y el arte (Feliza, Maricafé, Gato Rojo, etc.). Se trata de teatros, bares, centros culturales donde se realizan actividades y shows que implican música en vivo, performances, teatro, plástica en vivo, lecturas de autorxs, etc. También hay espacios culturales que se abren a la presencia de artistas de la comunidad LGTTBIQ+ más eventualmente, y así el público curioso descubre otras formas muy distintivas del arte *queer*. El boom más reciente es el de las competencias *drags-queers* porteños (en principio, de *drag queens* inspiradas en RuPaul a las que se fueron sumando competencias de *drag kings*), la presentación de performances e, incluso, arias de óperas con músicos, cantantes en vivo y con *drag queens* haciendo *lip sync* y luciendo los trajes de su propia confección (como la increíble “Ópera Periférica”, ópera *drag*, que se denominó a sí misma como “neobarrosa” (categoría que alude al “neobarroco” en una versión politizada del arte rioplatense), reapropiada del fallecido autor argentino -exiliado en Brasil- Néstor Perlongher.

En este conjunto de espacios, se ve cada vez, con mayor asiduidad a las travestis interpretando teatro, monólogos de *stand up*, reci-

Familia, lo Trans, sus Atravesamientos”. En AA.VV. *Parentesco*, Buenos Aires: Ají de Pollo, 2007.
9 BERTOLINI, Lara María. *Soberanía travesti: una identidad Argentina*. Buenos Aires: Editorial Acercándonos, 2020.

tando poesía, haciendo performances, acompañando bandas musicales, etc. Por otro lado, dentro de la misma comunidad ampliada hay un claro interés por incorporarlas y destacarlas como personajes centrales de novelas, obras teatrales y canciones. Así, podríamos decir que en torno de la figura de las travestis hay un reconocimiento y un intento contundente de ponerlas en lugares de visibilidad, especialmente, por autoras lesbianas de novelas y música para la juventud alternativx.

En síntesis, atravesado por luchas contra las fuerzas conservadoras de la sociedad, en un marco de acciones tendientes a conseguir visibilidad y respeto, este ambiente queer se presenta crítico y contestatario frente a las rigideces de un sistema vigente entendido como “hétero-cis-patriarcal”, por lo que podríamos considerado como parte de una escena contracultural.

Entonces, habiendo demarcado un actor disidente de la norma y un espacio contracultural porteño voy a referirme brevemente a la inquietud por comprender mejor su relación con el sistema y prácticas de creencias (mayoritariamente católicas, pero no excluyente de otras variantes) teniendo en cuenta que la sociedad como ensamble, y en su conjunto, articula leyes y religión en un proceso que podríamos caracterizar como *en proceso de transformación*. Ciertamente, es sabido que se discuten en diversas historiografías precedentes (francesa, canadiense, mexicana, entre muchas otras) los alcances y límites de la secularización. El contexto argentino reciente que dio lugar a la Ley del Matrimonio Igualitario (legalidad de uniones entre personas del mismo sexo), la Ley de Identidad de Género, la ampliación del “Encuentro Nacional de Mujeres” a su nueva nominación como “Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bi-sexuales y No-binaries”), las Marchas del movimiento “Ni una menos”, la implementación de la Educación Sexual Integral (ESI) en las escuelas primarias, etc., junto a otras denuncias del feminismo frente a los abusos del machismo y la complicidad de la Iglesia, podría estar señalando un marco tendiente a cierta separación de la esfera de la religión respecto de grandes áreas de lo social y la ampliación de libertades y reconocimiento de derechos personales inalienables.

Argentina, y dentro de ella especialmente Buenos Aires, es vanguardia en la lucha por la legalización de la Interrupción Voluntaria del

Embarazo (IVE) y la Interrupción Legal del Embarazo (ILE)¹⁰, que finalmente alcanzó la aprobación de las dos cámaras del Congreso, y el 24 de enero de 2021 entró en vigencia como *Ley 27.610*, la cual amplió los derechos garantizando la interrupción voluntaria y legal del embarazo y la atención postaborto de todas las personas con capacidad de gestar. Esta ley es nacional y, por lo tanto, de aplicación obligatoria en todo el país.

Estamos en una sociedad con una fuerte tendencia al cambio (aunque aún sea lento, desde luego) pero donde claramente la participación pública de un feminismo que incluye a las disidencias¹¹ sexuales en sus luchas, constituye una variable de lo que entendemos como modernización y, en muchos casos, expresión definida de anticlericalismo.

Artistas travestis y representaciones de lo religioso en diversos soportes documentales

El romanticismo posmoderno es la clave para entender el reencantamiento del mundo.¹²

En este trabajo, y tomando en cuenta el contexto general de cariz anticlerical de les actorxs, voy a centrarme en aquellos elementos discursivos (tanto escritos y orales como visuales) que acercan elementos de raíz religiosa a las representaciones y performances de las artistas feministas travestis, especialmente en aquellas que vienen migrando hacia Buenos Aires. También atenderé aquellos deslizamientos de sentido religioso en las representaciones que las autoras lesbianas (de novela, teatro y música) hacen de las travestis como figura central en sus obras.

El corpus documental consultado se compone de distintos tipos de fuentes. En primer lugar, analizaré una obra teatral inédita, escrita y dirigida por una autora lesbiana (*“Les quienes”*, de Paula Amarilla,

10 Proyecto de ley elaborado por la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito en el año 2006.

11 El término “disidencias” abarca a todas las opciones de género que salen del clásico binario heterosexual “hombre/mujer”. No obstante, después del último Encuentro Nacional de Mujeres celebrado en la ciudad de La Plata (capital de la Provincia de Buenos Aires), el término “disidencia sexual” está siendo cuestionado dentro de la misma comunidad LGTTBIQ+. Por cierto, la denominación del ENM ha cambiado a Plurinacional y se incorporaron, listadas, otras identidades de personas que no se reconocen como mujeres, más en concordancia con la inclusión LGTTBIQ+.

12 MAFFESOLI, Michel. “El reencantamiento del mundo”, en: *Sociológica*, año 17, número 48, México: UAM. Enero-abril de 2002. p. 230.

2018) y sus relaciones con una novela anterior (“*La Virgen Cabeza*” de otra escritora lesbiana: Gabriela Cabezón Cámara, 2009). Ambas obras tienen por figura central travestis migrantes. Luego, analizaré un poema publicado en un libro y recitado por su autora travesti en un videoclip (es de Camila Sosa Villada, 2015). También abordare una canción (“*Santa Trava*”, de Tita Print, 2018) y su videoclip publicado en Youtube. También analizaré una lectura/performance poética (“*Santa Trava*,” de la artista travesti Michelle Lacroix, 2019) y un breve cómic (“*Súper Shiva*”, de la escritora y cantante Susy Shock con Rubén Gauna, 2011). Finalmente, cuento con dos entrevistas personales a dos conocidas artistas travestis que viven en Buenos Aires: la antes mencionada Michelle Lacroix y Mar Morales Ríos. Ambas actrices son migrantes, la primera es oriunda del Chaco y la segunda, de Salta.

Tal vez la literatura porteña ha tenido en Perlongher y José Sbarra dos masculinidades atentas a la figura de las travestis en sus obras pero en el corpus que he señalado párrafos atrás, es la señera novela de Gabriela Cabezón Cámara (2009), “*La Virgen Cabeza*”, el libro que decididamente impacta en su generación y la siguiente, marcando un camino. El uso del lenguaje barroco y a la vez, su matiz muy local –conurbano y periférico- en esa modulación perlonghiana “neobarrosa” hace de la historia de amor entre Cleopatra -la travesti que vive en la villa (*favela*), que ha abandonado la prostitución y recibe mensajes de la Virgen María- y Quity -una cronista de la sección policial de un diario-, un sello marcante para autoras posteriores. Al menos, en lo que a este texto interesa (y estoy segurx de que hay más influencias entre las autoras argentinas de menos de 40 años) el impacto de *La Virgen Cabeza* (novela) sobre *Les quienes* (pieza teatral) es contundente. Más allá de que Paula Amarilla haya sido alumna del taller literario dirigido por Gabriela Cabezón, la villa es –evidentemente- un escenario común en ambos textos y las travestis ocupan el lugar central tanto en la novela como en la pieza teatral. La mezcla de clases sociales, la subalternidad, el mestizaje de las lenguas, la presencia de la religión en los márgenes pero instrumentalizada por las travestis, el tema del amor en el centro, el barroquismo de la religiosidad popular, los juegos de espejos, la presencia de policía corrupta, los *dealers*, etc., son algunos de los elementos comunes o semejantes. Es que el ritmo vertiginoso de la novela de Cabezón Cámara imprime en sus seguidoras un amor por el lenguaje coloquial, un sello de realismo casi mágico en la villa, creencia y desenfreno, exceso, mística y sentido del humor. Sin duda,

hay una influencia marcante de la una sobre la otra sin que eso quite en nada la calidad de los distintos trabajos.

“*Les Quienes*”, drama teatral, se estrenó en el Centro Cultural Rojas en 2019. El texto y la dirección, como se ha dicho ya, son de Paula Amarilla y con la producción de María Florencia Bardón. Sus intérpretes fueron Martín Lerner, Soelí Naveyra, Daniela Ruiz (actriz travesti), José María Gómez Samela, Melanie Sussi y Facundo Tablar. Las fotografías que reproducimos son gentileza de Pablo Gómez Same-la, fotógrafo de la producción de la obra, y me fueron facilitadas por Paula Amarilla.

El argumento de la obra de Amarilla presenta a una travesti migrante de una provincia incierta del noroeste argentino, en una relación sexoafectiva con un inmigrante paraguayo que habla español mezclado con guaraní y se dedica al tráfico de cocaína. En ese contexto, la villa, existe la tensión entre *dealers* y policías, la solidaridad con las mujeres (su amiga viene de la ciudad con una hija y un hijo, lxs tres tienen otra extracción sociocultural, otro lenguaje, pero establecen vínculos de apoyo recíproco). Su amante paraguayo le obsequia un crucifijo que era de su abuela y lo hace en la creencia de que la va a proteger de todo peligro. La travesti primero no lo quiere porque lo ve feo y deslucido, pero comprende la importancia del “Cristo” para su novio y lo acepta con la condición de adornarlo y vestirlo dignamente, lo que transforma al crucifijo en un “Cristi-Barbie”, como ella lo denomina. Le hace una peluca, le pinta los labios, le pone un vestido y zapatos y, contenta con el cambio llega a afirmar que “Cristo seguramente debió haber sido trava... Te imaginás!” En la pared, la cruz adornada de flores cuelga sobre un mueble con otras estampas y cuadritos con motivos religiosos. Por otra parte, el mueble con espejo y maquillajes destinado a su propia producción como femineidad (es importante tomar en cuenta lo que “arreglarse” frente al espejo implica para una travesti: un proceso de creación/presentación muy importante). Ese espejo está ornado de flores y, además, de estampas religiosas. De hecho, quisiera señalar que su espejo es un clásico tríptico (tiene tres hojas) y tal como aparece sobre el mueble, semeja un poco la forma de un retablo religioso recargado de flores, al estilo Kitsch, de muchas formas populares de la devoción. Si se observan las fotografías puede percibirse la transformación del crucifijo en el “Cristi-Barbie” (trava) y la operación de especularidad entre ese Cristo-Trava y la india (como se la señala en el cuerpo de la obra). Esa relación especular, de identificación de una en otro, puede

ser comprendida también, si miramos el gesto con el que el joven porteño hijo de su amiga, mira el mueble del espejo y los maquillajes de la india (cuando entra a la casa, en su ausencia), como si mirase devotamente un retablo.

Es cierto que lo mira con amor, porque está enamorado de la travesti. Pero si no se cuenta con esta información, la gestualidad podría pasar por religiosa.



Figs. 1 a 7: Escenas de *Les quienes*. Fotografías: Pablo Gómez Samela.

La obra nos presenta un ensamble de disidencias: una travesti migrante india proveniente del noroeste argentino; otro migrante -su novio paraguayo- que al parecer reconoce su relación sexo-afectiva sin manifestar vergüenza, la elección de su amiga porteña (profesora de latín, que intenta fugarse su clase social junto a sus hijos) al mudarse a la villa para estar con los pobres y, muy probablemente, escapar de un marido que después se sabe que es un policía violento, la presencia de las lenguas y acentos regionales que se mezclan por fuera de una lengua ordenada (el español, el guaraní con el latín). Para recuperar las palabras de la autora

y directora, Paula Amarilla, durante una entrevista personal, la caracterización del personaje de la travesti es disidente en varios sentidos: por india, por migrante, por dejar de ser varón para convertirse en mujer/travesti, por tener un cuerpo marrón no blanco hegemónico, por la subalternidad de lo suburbano y sus costumbres, por la práctica no oficial de la religiosidad y el tratamiento “*queer*” de las imágenes, etc.

La obra y su personaje central apuntan a construir una contra-hegemonía de clase, de etnia, de sexualidad y género, de vínculos solidarios, de religión y formas de creer. Me resulta interesante esa disidencia dentro de un marco cultural híbrido pero compuesto de elementos previos que parecen moverse de lugar, constituyendo la búsqueda de un nuevo orden, de un cambio de posiciones, quizás sin alterar del todo las piezas ni el sentido. Es un nuevo orden desde un punto de vista subalternizado y alojado en las periferias de varios círculos concéntricos. Hacia el final, cuando estalla el conflicto y todo se desploma, hay una escena en la que la travesti se cree ya en el cielo como un ángel (ese mismo que cuelga como adorno y fue tomado tan de cerca por el fotógrafo de la producción). La figura casi santa (solidaria, martirizada, amorosa, valiente, fuerte y protectora) de la travesti se presenta también como una figura angélica. No muere, pero la autora ensambla elementos de santidad y juega casi la fantasía del milagro en torno esa figura que elige como centro. El discurso religioso, reconfigurando elementos conocidos, atraviesa la obra desde las primeras escenas hasta el sorprendente final.

“*Súper Shiva*” es una heroína *drag* (esta vez, de una historieta) que vio la luz en Buenos Aires mucho antes, corresponde al número 1 de la Revista *Clitoris*, cuya historia fue ideada por la polifacética artista Susy Shock con los dibujos de Rubén Gauna pero que no llegó a constituir una saga. De cualquier modo, esta breve fuente sirve para pensar nuevamente la construcción del carácter empoderado y solidario de la figura travesti. El guión presenta a un niño (Rolo) que migra de algún país limítrofe que no se señala (“nacionalidad” junto con “elección sexual” serían motivos de discriminación hacia su persona) y que crece en la ciudad trabajando en reparto de diarios y en una verdulería (este, es un local del comercio generalmente atendido por inmigrantes de la comunidad boliviana en Buenos Aires). Rolo es un niño que desea vestirse con glamour, bailar y actuar y elige la carrera de diseño en la universidad. Estamos frente a una caracterización clásica y estereotipada (pero empática, no ofensiva) de una persona gay o en proceso de travestirse, como empieza

a suceder al elegir un personaje tomado de la mitología de la India, dual (“fuerte y dulce”) para construir una propia figura *drag*.



Fig. 8: “Súper Shiva”. Revista *Clítoris*. Susy Shock y Rubén Gauna (Gentileza: Mariela Acevedo).



Fig. 9 “Súper Shiva”. Revista *Clítoris*. Susy Shock y Rubén Gauna (Gentileza: Mariela Acevedo).

Esta figura glamorosa, vestida con los colores del arcoíris (emblemática de la comunidad LGTTBIQ+ internacional), rodeada de estrellas, vincha, guantes largos y medias de red, fusiona los aspectos míticos de Shiva con el estereotipo de la Mujer Maravilla. El “*dragageo*” le propor-

ciona colores, un brillo y una seguridad espectacular que le permite autoafirmarse iniciando una lucha contra la intolerancia. La doble vida que llevan muchas “maricas” (*gays*, en la jerga local), el razonable miedo al acoso y la agresión durante el día se contraponen con el orgullo empoderado de glamour de la noche en la escena *queer*. Súper Shiva, la heroína drag inspirada en una deidad hindú, aparentemente se prepara para una “cruzada” (término también tomado de la religión, en este caso, católica) y enfrentar el mal manifestado en la intolerancia.

Las travestis del mundo del arte porteño que estoy indagando parecen pensarse a sí mismas desde un empoderamiento que necesariamente se vincula con la performance, con el brillo y la fuerza de la proyección de una imagen. El arte, el campo de la escena artística, cultural y política, es ocupado desde una gestualidad feminizada y a la vez, revestida de un carácter religioso muy probablemente a contrapelo de las opiniones que ellas mismas tienen sobre la Iglesia en particular (fuente de discriminación para toda la comunidad LGTTBIQ+ argentina y para las travestis, especialmente) y de las religiones en general. La Mujer Maravilla (Linda Carter, en el papel de la joven amazona griega súper-poderosa que apoya a un guapo militar aeronáutico norteamericano en sus aventuras) presta modelo estético para esa performance. Es, como se puede observar, una síntesis que combina dos (o, tal vez, tres) raíces religiosas: la deidad dual hindú, la amazona griega y, quizás, más allá y menos claramente, una figura femenina buena y protectora del cristianismo: la de la Virgen o la del Ángel de la Guarda. Esta tercera raíz no se advierte claramente y podría ser incómoda desde la concientización de la misma, pero creo que está dentro del ensamble cultural, del lenguaje en el que las travestis y nosotrxs hemos sido educadxs, y que en el término “cruzada” parece asomarse, mostrando la punta del iceberg religioso y cultural presente en el universo de referencias. La Virgen protectora y el Ángel de la Guarda tienen algo en común en el imaginario popular, ninguno de ellos hace uso de la sexualidad, ninguno de ellos representa peligro sino protección y asistencia, los caracteres de fuerza (armas) que se les atribuía en el pasado han sido desdibujados por la Iglesia y no aparecen en la iconografía actual. Los ángeles suaves y andróginos (más bien, feminizados) de la Guarda han desplazado a los arcángeles guerreros del Ejército Celeste de la Virgen. ¿Hay, acaso, estampitas (*santinhos*) actuales mostrando al Ángel de la Guarda con armas, así como los arcángeles arcabuceros (feminizados, también, pero muy armados) del siglo XVII y XVIII? Creo

que no. Nunca las he visto.

Virgen y Ángel de la Guarda protegen dulcemente y no cabe esperar agresividad de ningún tipo y, mucho menos, sexual. No, porque ninguno de los dos es una figura masculinizada. Son abstracciones asexualizadas –o estéticamente feminizadas- del bien.

En el año 2015, la actriz y escritora cordobesa, travesti también, Camila Sosa Villada publicó su libro *La novia de Sandro*. Ese libro presenta una dedicatoria a su madre y su padre tomando ideas de contenido religioso. Más aún, en el Poema 2, Sosa Villada va a presentar una especie de altar lleno de objetos protectores que fungen como amuletos y alertas, y cuyos orígenes describen la construcción de su particular potencia en la historia del relato de la vida de una travesti. Lo transcribo porque es breve y puede aprovecharse el caudal de información del documento junto a la belleza del poema:

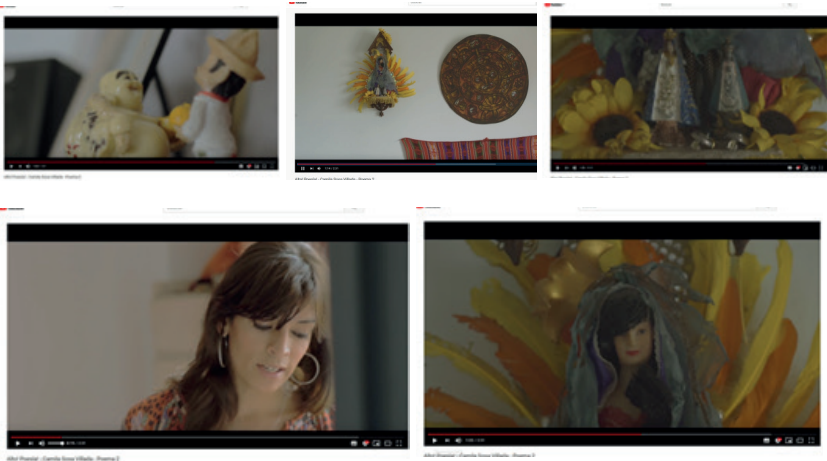
Contra la muerte, contra el horror, contra la miseria.
Contra la soledad,
contra las hordas de enemigos que circundan mi casa.
Contra todas las astucias y las trampas de la enfermedad.
Contra el rencor y sus amargos sortilegios.
En contra de la melancolía que obliga al hombre
a desear lo que no tiene.
Contra la ausencia de Dios,
yo me armé de amuletos y cencerros.
Las pulseras que me heredó mi mamá,
los anillos que me regalaron mis amigos.
Un frasco de monedas extranjeras debajo de mi cama.
La virgen Travesti que vigila mi sueño como una gárgola
en medias de red.
Iemanjá y una bolsita con arena de Brasil,
aquella cajita que él me regaló y que cayó al suelo
cuando se fue.
Una uña postiza.
Un billete de cien pesos con la cara de Evita.
La virgen del valle decapitada y restaurada.
Las velas que enciendo cada Viernes
y la oración de rodillas para agradecer y rogar por igual.
El incienso, la salvia y el palo santo
con que alejo los malos pensamientos.
Los vestidos que tienen un buen recuerdo.
El brazalete de strass que me regalara una travesti
muy vieja en el estreno de una película.
El obelisco y el porro que me fumo a sus pies
y la enorme Buenos Aires que se abre como un mar de luz.
Algunas fotografías guardadas en un baúl.

Las calaveras mexicanas que se burlan de la muerte.
El ángel que se esconde detrás de mi humanidad
que estaría deshecha sin ese último intento
de asirme a la vida con desesperación.

Poblado de referencias religiosas, en su mayoría católicas pero no únicamente, este poema nos habla del miedo, de la vulnerabilidad, de la necesidad de protección, el tejido de redes de solidaridad en medio de la desesperación, de esa desesperación cuya angustia se frena asíéndose mágicamente a amuletos contruidos desde la historia personal, el recuerdo, la fe y los amores. Contra “la ausencia de Dios” levanta por lo menos tres feminidades religiosas: Yemanjá, La Virgen Travesti y la Virgen del Valle “decapitada y restaurada” (del Valle es una advocación del noroeste argentino: Catamarca, más al norte de Córdoba, donde ella vive). Además, suma otro rostro femenino emblemático en la Argentina: un billete con el retrato de “Evita” (Eva Duarte de Perón). Hay velas para los viernes, incienso y palo santo. Rezos de rodillas. Multiplicidad de objetos de su historia sacralizados, revestidos de la magia del recuerdo y, sobre el final su “ángel, que se esconde detrás de mi humanidad”. Podemos interpretar, tal vez, a ese Ángel de la Guarda, que va detrás de ella acompañándola. O, quizás, que ese ángel está fusionado (es metáfora) de esa propia humanidad que precisa mantener la vida desde lo mágico ante tanta incertidumbre y peligros, de esa muerte que parece estarla acechando.

Sosa Villada está radicada en su Córdoba natal pero el poema habla de sus visitas a Buenos Aires, de la arena de Brasil (no sé si es un regalo recibido o un recuerdo que ella trajo de un viaje), pero aunque Sosa Villada no es una migrante en la ciudad porteña, su poema trae el eco de esa inseguridad que hace que muchas travestis del interior se vayan a lugares donde el conflicto y la vergüenza familiar no las acosen tanto, donde sea más viable conseguir trabajo (que no siempre es la prostitución, y seguramente mucho menos lo sería si se implementara intensamente la Ley de Cupo Laboral Trans) y donde, como es el caso de las travestis que indago en general en este texto en particular, sea posible conseguir un escenario donde subir, vestirse y ser admiradas por lo que son y eligen ser, con el esfuerzo que la construcción de esa imagen conlleva, siendo reconocidas por ello y no tomadas como objeto de burla. En ese sentido, el temor que Sosa Villada expresa en su poema es lo que Susy Shock intenta contrarrestar con la figura de su heroína drag Súper Shiva, desde arriba del escenario.

El análisis del videoclip nos permite ver ese altarcito que se describe en el poema. El video complementa la fuente escrita aportando calaveras mexicanas, calendario solar, flores amarillas, una estatuilla de Budha. Comparto sólo algunas capturas de pantalla del video:



Figs. 10 a 14: Capturas de pantalla con imágenes del Poema 2, de Camila Sosa Villada. Youtube

“La Virgen Travesti” vestida con manto celeste y rayera de plumas amarillas parece ser, efectivamente, una muñeca y tiene medias de red. A sus pies, hay otras dos imágenes de la Inmaculada Concepción, aros, flores amarillas. La hibridez de los objetos aporta más magia al conjunto por lo que esas cargas significan. Viendo la imagen de la Virgen Travesti (la muñeca morena, de labios pintados, cabello largo, flequillo hacia el costado y manto triangular) y a la autora leyendo su poema no puedo menos que encontrar, nuevamente, cierta semejanza. Creo que en estas representaciones artísticas que vemos (aquí en el video, como vi antes, en la obra teatral) se construye un juego especular entre imágenes religiosas y personas.

En los últimos años, la cumbia se ha vuelto el género más popular en la Argentina. La cumbia tiene diferentes estilos: norteña, sonidera, colombiana, villera, peruana, electro cumbia y otras. Junto con los avances del feminismo se verifica un número creciente de artistas mujeres, lesbianas y trans, que ingresan al mundo del espectáculo cambiando las tradicionales letras machistas y patriarcales por denuncias contra el acoso, el planteo de las libertades sobre el propio cuerpo y

deseo femeninos, el acompañamiento musical a las campañas “Ni una menos” y la de legalización del aborto, entre otros temas. La cumbia feminista gana terreno en la escena *queer* porteña también donde se destacan bandas precursoras como Las Cumbia Queers y Sudor Mari-ka, también el dúo Bife (hoy, Ivo y Javiera) y, más recientemente, Re-berlión en la Zanja, etc.). La cantante de cumbia feminista Tita Print (Maira Jalil), que hace varios años es conocida en el ambiente feminista acompañando la campaña “Ni una menos”, lanzó (en 2018, en Buenos Aires) su álbum *Gladiadora* y, dentro de este, la cumbia “Santa Trava”:

Yo no soy virgen
Pero soy santa
Y la cultura del aguante
Esa es mi raza
Y vine a hacer un milagro pa' que aprendas
El amor no tiene dueño
Siempre va y pega la vuelta
Soy torta, puto, trava, trans y viceversa
El amor gusta de cambiar todo a la inversa
Se abre la tierra
se entrega el cielo al amor
Soy la Santa Trava
Soy la Santa Trava
Mi oración del amor
Te destra tra tra
Te destraba el corazón
Como un mantra
De nada sirve arrodillarse,
persignarse,
abstenerse
o rescatarse
Vine a hacer
un milagro
pa' que aprendas
no te define lo que tengas
entre tus piernas
Soy torta, puto, trava, trans y viceversa...
Soy la Santa Trava
Soy la Santa Trava
Mi oración del amor
Te destra tra tra
Te destraba el corazón
Como un mantra.

Tanto el texto de la canción como las imágenes que componen el videoclip musical resaltan los caminos, las opciones, que las personas

legítimamente pueden elegir. Lista un conjunto de personas fuera de la heterocisnorma (“torta, puto, trava, trans...”) jugando con la idea de que en ese camino se puede ser uno y todes, de una manera y de otra (“viceversa”), Tita Print escribe en primera persona, identificándose con esa lista de disidencias del género heteronormado con una alusión explícita contra el biologicismo pero lo hace mediante el recurso al milagro que es un elemento tomado de la religión. El “milagro” sería esta revelación: “no te define lo que tengas / entre tus piernas”. Es milagro / revelación / verdad.

Por otra parte, el amor es reivindicado como una fuerza, una energía liberada e independiente capaz de transformar a las personas, una fuerza que parece incorporarse a las personas con la capacidad de “cambiar todo a la inversa”, lo que me deja un poco perplejx, puesto que eso remite a un cierto pensamiento binarista, a la idea de “inversión” (en Argentina, antes era común el término peyorativo de “invertidos” como sinónimo de “homosexuales”). No obstante, es claro que su visión general hace parte precisamente del movimiento *queer* contracultural.

Las imágenes de caminos espejados (con simetría axial) que se bifurcan aluden a la dualidad y la posibilidad de elegir y, a la vez, a los “caminos abiertos” sin trabas (repite tres veces la sílaba que alude sonoramente al juego de palabras “traba / escollo” y “trava / travesti”): la “Santa Trava que te destra tra tra ba el corazón” (te abre los caminos). “Destrabar” es sinónimo de desbloquear, abrir algo, quitar un escollo. Podría pensarse que hay influencias de las religiones afrobrasileñas en el discurso que compone este videoclip musical. Mucho más clara aún es la presencia de los mandalas coloridos (de imagen “cósmica”) como un evidente deslizamiento de las creencias hinduistas, que muestran un universo variado y en movimiento.

En la frase “se abre la tierra / se entrega el cielo al amor” nuevamente hay una metáfora que remite a discursos sobre la fertilidad, una fertilidad metafórica, la de la fecundidad de un sentimiento invocado mediante una “oración”: “Mi oración del amor / Te destra tra tra / Te destraba el corazón / Como un mantra”. Nuevamente, el discurso religioso se presenta híbrido de influencias cristianas, hinduistas y (tal vez) afrobrasileñas.

Estamos frente a una configuración fuertemente religiosa (quizás, una mezcla *New Age*) que remite a un cierto “reencantamiento del mundo”, término que he tomado de (MAFFESOLI, 2002, p. 213-241) y que relaciono -en este caso- con el deseo de tolerancia a las libertades

LGTTBIQ+.



Figs. 15 a 20. Capturas de pantalla del videoclip musical de Tita Print, *Santa Trava*. Youtube

Es posible que en el título “Santa Trava” también sobrevuele la imagen de la Virgen Cabeza, la Virgen Travesti subalterna investida de una santidad contra-hegemónica. No obstante, recoge con una cruz el símbolo crístico destacando la T de “Santa Trava”. Si bien incluye a “gays” y “trans” (genéricamente), al elegir a la Santa Trava como figura central, Tita Print legitima y reposiciona una femineidad múltiple, asociada a lo no binario. Hay un intento de señalar los posibles cambios de puntos de vista en el recurso de la ruta como una fuga, con opciones de salida: espejos y mandalas permiten multiplicar salidas y elecciones, mostrar un universo más colorido y complejo.

Como decía más atrás, la idea del “amor” como fuerza se recupera. Pero el amor es la caridad del discurso cristiano. Y la caridad es una

virtud teologal del cristianismo que consiste en amar a Dios sobre todas las cosas y al prójimo como a uno mismo. No quiero decir que el amor sea patrimonio exclusivo de ninguna religión, pero la idea del amor que circula en nuestro discurso viene en un entramado de connotaciones cristianas. La idea de “amor” como “milagro” y “verdad” o la del amor como fuerza transformadora se engarza con la idea de la fe. El amor, en esta producción video musical, es la potencia reveladora de una nueva verdad social: la diversidad de los géneros, de los cuerpos y la libertad de elecciones sexuales.

En junio de 2019 Tita Print presentó su disco *Gladiadora* en Casa Brandon Club de Cultura Queer y, con él, su tema “Santa Trava”. Print convocó a la artista travesti Michelle Lacroix, oriunda del Chaco y residente en Buenos Aires, a leer un texto de su propia autoría para remitir a su experiencia como travesti en relación con el contenido de su reciente canción. Michelle Lacroix escribió un breve texto para ser leído en esa velada. Lacroix es actriz, poeta y hace *stand up*, un género de monólogos con humor que se hizo popular en Buenos Aires, en los últimos años. La lectura de Michelle en Casa Brandon fue registrada por la cámara de un celular y está disponible en su muro personal en Facebook. Su lectura no fue humorística, sino por el contrario, denunciante y emotiva. Comienza con la pregunta:

Quién va a decirme que no soy santa? Cada día que pasa me elevo un poco más. Nací de la vergüenza el odio y el dolor. Mis pasos cansados son santos, la resiliencia es mi religión, yo patrona de la incorrecto de lo anormal, lo diferente y lo transgresor.



Figs. 21 y 22. Michelle Lacroix

En una entrevista personal con Michelle Lacroix me enteré de su difícil experiencia familiar, de la incomprensión y abandono que sufrió, de las violencias sobre su cuerpo y su deseo a lo largo del tiempo. Pero, también, me permitió entender cómo ella resignificó aquello mediante su lucha, su toma de conciencia y de confianza, a través del trabajo para mejorar su autoestima. Las tristezas son contadas en su texto *Santa Trava* como las formas de un martirio que ella atravesó gracias a la resiliencia como religión, tal como sentencia hacia el final de su lectura. “Quién se atreve a decirme que no soy santa, si mi sangre es de compasión, de solidaridad, caliente velando por les que no tienen fuerza, gritando de desesperación.” En esa construcción personal Lacroix dice:

Yo me declaro y me proclamo, santifico y beatifico, me identifico y ratifico Santa, santa trava. No te pido que me reces, no hace falta, hago milagros igual. Sólo te pido no me invisibilices.

El milagro es la resistencia, seguir con vida ante tanta adversidad. El milagro al que se alude en este texto también connota una idea religiosa, pero condensada en el cuerpo individual, en la construcción de una figura femenina que necesita ser vista, reconocida como tal y respetada. En parte, converge con la idea de milagro de Camila Sosa Villada, en el sentido que la muerte acecha y es preciso, siendo travesti, estar firme y sentirse protegida. En este caso, la fuerza mágica de los amuletos es reemplazada por la idea de encarnación de esa potencia como una actitud de lucha por la propia vida y las de sus compañeras travestis, a quienes dedica el texto en una nota final.

Este escrito revela una toma de conciencia, una identificación como feminidad travesti pero no como mujer, una construcción de autoestima que es un esfuerzo de supervivencia pero también, un gesto político. En la línea del slogan feminista “Lo personal es político”, cuando Michelle Lacroix lee su martirio, se autoproclama santa desde un lenguaje religioso y habla de sus compañeras travestis que sobreviven, hace una performance fuertemente política. Así, su idea de santidad es una lucha legitimadora del ser colectivo, una aspiración al respeto mediante una aparición –la visibilización trava- en el espacio social.

“Es parte de la religión”: conclusiones provisionarias

“(…) Él siente culpa, él vive torturado
él no es tan inteligente
él nunca avanza, camina de costado,
él tiene miedo a su mente.
Es parte de la religión.
(…)

Es parte de la religión matar,
es parte de la religión mentir,
es parte de la religión.

*Fragmento de “Parte de la religión”,
canción de Charly García. CBS discográfica. CABA, 1987*

Estamos en un momento de desarrollo y visibilización de nuevos actores sociales, de matriz anticapitalista, anticlerical y disidente, que conforman una nueva comunidad imaginaria, creando discursos que aúnan con lazos a sus miembros en torno a cierto sentimiento de pertenencia y sufrimiento compartido, con recurrencia al discurso del amor y la sororidad, mientras intentan una transformación social colectiva, donde el arte y las nuevas expresiones de sensibilidad lxs acercan a un encantamiento visible en sus discursos y performances.

Esto deviene en la definición de nuevos actores sociales y nuevos objetos o fuentes para su mejor comprensión. Entre los estudios históricos de la cultura y la religión en la Argentina no se han estudiado, todavía, las formas de la creencia ni sus refutaciones, de las personas que hacen parte de la comunidad LGTTBIQNB+.

A pesar de que muchxs son creyentes o, inconscientemente, incorporan elementos religiosos en el desarrollo de sus vidas y de sus producciones (por ejemplo) artísticas no son vistxs como actorxs sociales en el campo de los estudios de la cultura y la religión. Si bien siempre han existido, la historiografía no ha percibido todavía a las personas transgénero, no binaries, de género fluido, *gays* y lesbianas como actorxs en el campo religioso (dentro, en los bordes y por fuera, pero actuando *sobre* el campo). En este artículo me propuse el desafío de sumar a las travestis dedicadas al arte en la escena cultural porteña como actrices sociales también, y de indagar un *corpus* documental no tradicional para lxs historiadorxs de la religión en mi país: música, vi-

deos, teatro, literatura. Los nuevos soportes documentales y las performances son también fuentes que podemos analizar. Quizás, este camino se construya en la medida que investigamos, indagando en nuevos tipos de archivos y recursos.

Vale la pena subrayar que –a partir de la idea de M. Weber-, W. Schluchter interpreta que:

[...] el desencantamiento no es un proceso lineal ni tampoco irreversible, sino a largo plazo, promovido particularmente por la religión de redención judeo-cristiana y por la ciencia griega y moderna, en el cual el desencantamiento y reencantamiento se estimularon recíprocamente, pero en el que también se modificó radicalmente la constelación básica de las esferas de valor y los órdenes de vida.¹³

En el campo del feminismo y del arte de la disidencia sexual se está lejos aún de una secularización avanzada: persisten muchos elementos que hacen parte de la lógica del cristianismo o de la idea de “lo religioso” como repertorio de base frente a las inseguridades e injusticias que el sistema social impone.

Es más, siguiendo a M. Maffesoli respecto de una alternancia entre la racionalidad y la emocionalidad -especialmente en la configuración de lo que él llama “posmodernidad”-, estaríamos frente al retorno de una idea romántica del vínculo entre naturaleza y cultura, haciendo emerger nuevas formas de sacralidad fuera de las instituciones religiosas. Los rituales y las ideas de trascendencia que subyacen en algunas prácticas grupales e individuales de nuestrxs actorxs, parecen ir en esa dirección.

Así es que nuestrxs sujetxs, haciendo parte de un colectivo que claramente apoya la separación de la Iglesia del Estado, que demanda el cumplimiento del derecho al aborto en todo el país, y que denuncia la opresión eclesial, producen nuevas formas de reencantamiento del mundo (con presencia de algunos elementos provenientes de la *New Age*, del cristianismo o las religiones afrobrasileñas combinados), lo cual no quiere decir –desde luego- que eso implique exactamente un regreso al catolicismo ni a una religión en particular.

13 SCHLUCHTER, Wolfgang. *El desencantamiento del mundo. Seis estudios sobre Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 85-86.

SOBRE OS AUTORES

Alberto Consuegra Sanfiel

Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA-Argentina). Becario posdoctoral en el Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS), Universidad Nacional de La Plata-Conicet, Argentina. Profesor de la Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, Argentina. E-mail: albertoconsuegra@yahoo.es

Carlos Alberto Sampaio Barbosa

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História da Faculdade Ciências e Letras UNESP/Assis e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista. Coordena o Grupo de Pesquisas DGP “Núcleo de Estudos de História da América Latina”. E-mail: casbeto@hotmail.com

Carlos Prado

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor e pesquisador do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e do “Grupo de Pesquisa Marx e a Filosofia Política”. E-mail: carlosprado1985@hotmail.com

Cleverson Rodrigues da Silva

Doutor em História (UNISINOS). Professor e pesquisador nos cursos de História Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: cleverson.silva@ufms.br

Denise Kloeckner Sbardelotto

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Pós-doutora em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (UPorto). Vinculada ao Centro Universitário UniFatecie, Paranavaí (PR). E-mail: deniseklsb@yahoo.com.br

Esteban Chiaradía

Profesor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA-Argentina). Maestrando y doctorando (UBA). Director de proyectos de investigación en el Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina (INDEAL, FFyL-UBA). E-mail: chara.casilla@gmail.com

Fábio da Silva Sousa

Doutor em História pela UNESP/Assis. Professor do curso de História da UFMS/CPNA e do mestrado em Estudos Culturais da UFMS/PPGCult/CPAQ. Coordena o grupo de pesquisa do CNPQ “Laboratório Interdisciplinar em Estudos Culturais (LINDECult)”, membro dos grupos de pesquisa “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e “Núcleo de Estudos de História da América Latina”. E-mail: fabiosilvasousa@hotmail.com.

Geiselly Marçal da Silva Leão

Mestra em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGCult/CPAQ (2020-2022). Professora e Coordenadora de Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na Escola Estadual Cândido Mariano de Ensino fundamental e Médio de Tempo Integral. Integra o grupo de pesquisa do CNPQ “Laboratório Interdisciplinar de Estudos Culturais (LindeCult)”.

Jorge Christian Fernández

Doutor em História (IFCH-UFRGS), Professor e pesquisador do curso de História na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA). E-mail: jorge.fernandez@ufms.br

Mario Ayala

Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA- Argentina). Profesor e investigador de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de Tierra del Fuego. Investigador Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). E-mail: mhayala@untdf.edu.ar

Patricia Alejandra Fogelman

Doctorx en Histoire et Civilisations por la EHESS de París y Doctorx en Historia por la FFyL Universidad de Buenos Aires (2003). Realizó estancias pos-doctorales en UFES, EHESS, UNISINOS y UNIVERSO. Investigadorx Independiente Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). Dirige el Programa Transversal Género, Religión, Arte y Materialidades (Transversal-GRAMa), radicado en el Centro MATERIA, IIAC, Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). E-mail: pafogelman@gmail.com

Roberto García Ferreira

Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA- Argentina). Profesor e investigador de la Universidad de la República (UDE-LAR). Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Uruguay. E-mail: robertogarciaferreira@hotmail.com

Mario Ayala

Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA- Argentina). Profesor e investigador de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de Tierra del Fuego. Investigador Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). E-mail: mhayala@untdf.edu.ar

Patricia Alejandra Fogelman

Doctorx en Histoire et Civilisations por la EHESS de París y Doctorx en Historia por la FFyL Universidad de Buenos Aires (2003). Realizó estancias pos-doctorales en UFES, EHESS, UNISINOS y UNIVERSO. Investigadorx Independiente Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). Dirige el Programa Transversal Género, Religión, Arte y Materialidades (Transversal-GRAMa), radicado en el Centro MATERIA, IIAC, Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). E-mail: pafogelman@gmail.com

Roberto García Ferreira

Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA- Argentina). Profesor e investigador de la Universidad de la República (UDE-LAR). Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Uruguay. E-mail: robertogarciaferreira@hotmail.com



Fábio da Silva Sousa

Doutor em História pela UNESP/Assis. Professor do curso de História da UFMS/CPNA e do mestrado em Estudos Culturais da UFMS/PPGCult/CPAq. Coordena o grupo de pesquisa do CNPQ “Laboratório Interdisciplinar em Estudos Culturais (LINDECult)”, membro dos grupos de pesquisa “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e “Núcleo de Estudos de História da América Latina”.



Jorge Christian Fernández

Doutor em História (IFCH-UFRGS), Professor e pesquisador do curso de História na Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA).

A obra que segue é um autêntico mosaico, não há uma unicidade orgânica no corpus textual, nem seria desejável. A proposta sempre foi desenvolver um trabalho plural e diverso que abrangesse as particularidades de nossas pesquisas no LEPHA e de nossos parceiros de pesquisa externos. Aqui, neste livro, convivem democraticamente diversas correntes teóricas, historiográficas e pertencimentos identitários, todos plasmados nesta coletânea. Estes textos representam um pequeno mostruário dos diversos estudos realizados recentemente por pesquisadores do LEPHA e por outros pesquisadores convidados de diversas Universidades, nacionalidades e regiões: Brasil, Argentina, Uruguai e Cuba.



+55 (44) 3045 9898
Rodovia BR 376, Km 102, nº 1.000
CEP 87.720-140 - Paranavaí-PR
<https://editora-edufatecie.unifatecie.edu.br/>
edufatecie@fatecie.edu.br

